

**MÁRCIA REGINA FERREIRA**

**Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável.**

**CURITIBA-PR**

**2010**

**MÁRCIA REGINA FERREIRA**

**Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável.**

Tese apresentada, ao programa de Pós-Graduação em Agronomia, área de concentração em Produção Vegetal, Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Raquel . R. B. Negrelle

Co-orientadores: Prof. Dr. Manoel Flores Lesama

Prof. Dr. Rodrigo R. Horochovski

**CURITIBA-PR**

**2010**

*“Pé de planta nasce para produzir... essa é a sua natureza e não tem diferença a gente e um pé de planta, o objetivo é crescer e produzir. E a terra, ela também produz, ela é viva é como uma mãe, porque ela dá frutos (...). Eu fico pensando, porque que a gente não pode produzir? A justiça, a lei não veio para ajudar, para nós ela veio para acabar. Só chega aos pequenos, pois os grandes não sofrem com a força ambiental. A gente agora tá assim, gosta e quer produzir porque a gente é igual à terra, mas a nossa terra tá invalida e a gente também”*

Sebastião de Almeida – Comunidade de São Joãozinho – setembro/2009.

## **Dedico**

### **Para Eliza Emilia Bernardo-Rocha** (*in memoriam*)

Pela sua crença na emancipação humana e seu sonho de um mundo solidário, humano e democrático. Aos nossos diálogos de gestão social com sonhos possíveis e impossíveis que estarão sempre vivos enquanto acreditarmos e buscá-los.

**Para o Senhor Sebastião Almeida** – Comunidade de São Joãozinho – Guaratuba - Paraná, professor da experimentação, o qual me ensinou por meio de diálogos sinceros e profundos o seu amor pela vida, pela Terra, pela floresta e pelo trabalho de produzir para viver.

## AGRADECIMENTOS

Quando se chega próximo ao fechamento da tese, torna-se difícil quantificar e nominar as pessoas e organizações que contribuíram para a realização do trabalho. Em primeiro lugar, registro um agradecimento especial a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Raquel Rejane Bonato Negrelle, professora dedicada, competente, generosa em compartilhar suas inquietações sobre as questões sociais e ambientais do litoral do Paraná. Como orientadora, apresentou-se zelosa, compreensiva e principalmente, humana. Oportunizou-me conhecer as várias realidades do litoral através de sua vivência e deixou-me livre para construir o conhecimento acerca das famílias caiçaras, valorizando sempre minhas iniciativas, perplexidades, angústias e autonomia de ação. Sinto-me honrada pela sua orientação e por isso sou tão grata.

Não poderia deixar de mencionar a afetuosa acolhida das famílias extrativistas do sul da Baía de Guaratuba-PR. As famílias de São Joãozinho, que possibilitaram minha estadia durante a condução da pesquisa, oferecendo moradia e amizade. A prof<sup>ª</sup>. Margarete Degues, Sandra e Maria Emiliana, da Escola Rural de São Joãozinho, que auxiliaram nos encontros coletivos. Nessa convivência de quase três anos sinto-me privilegiada em poder compartilhar sonhos e o convívio diário. A partir deles, senti-me ainda mais paranaense e aprendi sobre a história do litoral em outra perspectiva.

Pela disposição e gentileza dos atores governamentais municipais, estaduais e federais, proporcionando não só respostas relacionadas especificamente a tese, mas também desabafos sobre a condição do Estado. A cada entrevista, a cada pessoa que conhecia criava-se uma rede em minha mente e junto a ela, o forte desejo que as políticas pudessem de fato, serem acessadas pelas famílias empobrecidas.

Pela imensa e valorosa contribuição dos professores membros da banca de qualificação: Valter Roberto Schaffrath e em especial aos professores Rodrigo Rossi Horochovski e Manuel Flores Lesama pela co-orientação em todo processo da elaboração da tese.

Pela discussão e reflexão pelos professores membros da banca de pré-defesa da tese: Prof. Dr. Ivan Crespo (Engenharia Florestal), Prof. Dr. Luciano de Almeida (Ciências Agrárias), Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochoviski e Prof. Dr. Manuel Flores Lesama (Setor Litoral).

A UFPR- Setor Litoral, na pessoa do Diretor Prof. Dr. Valdo Cavallet e a todo Conselho Diretivo que me apoiaram e liberaram para o período de elaboração da escrita da tese. Essa tese, com certeza, teve a contribuição de muitos servidores dessa instituição que me auxiliaram nos trabalhos com as comunidades. Em especial aos professores do Curso de Gestão e Empreendedorismo e de Agroecologia pela compreensão que motivou minha trajetória acadêmica.

Aos amigos do Laboratório OIKOS, pelo auxílio no trabalho coletivo nas comunidades: Marília, Thiago, Suelen, Elaine, Adilson, Leonardo e recentemente a Cristina que contribuiu significativamente na fase final de redação, ressaltando sua boa vontade em dispensar seu tempo com o meu aprendizado, em detrimento de seu pós-doutorado.

Aos queridos amigos que em todos os momentos me incentivaram na caminhada, sendo pessoas que entenderam minha passageira ausência: Daniel, Cristiane, Dione, Fabricio, Edmilson, Renato, Paulinho, Marcos, Liliane, Mariana, Márcia, Ione, William Borges, Sarita, Cléo, Léo, Jura, Patrícia, Silvana, Gabriela, Sirlândia, Francielle, Emanuelle e Priscila. A Marlete pelo carinho, Laura e Miguel pela alegria e esperanças nos momentos das aulas em Curitiba.

Em especial, sou grata ao Evandro que tem contribuído para que a nossa caminhada seja tranquila e feliz. Àqueles fundamentais, pilares de sustentação na busca dos sonhos na certeza de poder confiar e recorrer sempre, nas diferentes situações vividas, do mais elevado contentamento até o silencioso lamento: meus pais Joel e Nice, irmãos Patrícia, Joelma, Rogério e Adriana. Meus avós Tereza (*in memoriam*) e Mário, exemplos de coragem e superação. E aos meus filhos Rafael e Renan sempre em meu coração, iluminando minha estrada: saibam que a crença e confiança que vocês depositam em mim, alimentam todas as aspirações que eu possa imaginar dando vida à força interior que me impulsionou até aqui. Agradeço muito a Deus por me dar a vida, os meus filhos, os dons, e o constante aprendizado.

## RESUMO

O extrativismo de produtos florestais não madeiráveis (PFNMs) está associado a ecossistemas florestais naturais remanescentes, geralmente ocupados por populações tradicionais como índios, caiçaras, quilombolas, caboclos e faxinais que têm o extrativismo intrínseco aos seus costumes. A ação humana extrativista, inerente à determinada cultura, tem relação dinâmica sobre a formação do grupo cultural com implicações diretas das políticas públicas, normas e decretos do Estado. O entendimento dessa dinâmica, só é possível a partir do envolvimento direto com estas comunidades. Diante da carência de estudos detalhados que visam subsidiar o melhor entendimento da sustentabilidade da ação extrativista em comunidades rurais brasileiras são apresentados os resultados desta pesquisa, que objetivou identificar os limites e possibilidades desta ação como meio de vida para as famílias da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba, Paraná. O estudo considerou aspectos da caracterização das comunidades rurais extrativistas do sul da baía de Guaratuba-PR, empreendedoras em PFMNs; avaliou a sustentabilidade da ação extrativista como meio de vida para as famílias que demonstraram maior empenho em explorar as potencialidades destes produtos; e registrou os conhecimentos e percepções dos atores governamentais sobre as comunidades estudadas, bem como sobre as políticas que envolvem atividades extrativistas nesses locais. Foram utilizadas diferentes abordagens metodológicas conforme o intuito proposto: pesquisa participativa, abordagem etnográfica, história oral, observação participante, entrevistas semi-estruturadas, pesquisa documental e análise de conteúdo. Com base na análise integrada dos resultados obtidos foram encontrados mais limites do que possibilidades na ação extrativista pelas famílias, tendo em vista a falta de opção para a manutenção e desenvolvimento do seu meio de vida. Dessa forma, são apresentadas propostas e recomendações no sentido de promover na área estudada a sustentabilidade da ação extrativista.

Palavras-chave: Produtos florestais não madeiráveis. Caiçara. Extrativismo. Nova ecologia

## **ABSTRACT**

The non-timber forest products (NTFPs) extractivism is associated with the remaining natural forest ecosystems, usually occupied by traditional populations as indigenous, caiçaras, quilombolas, caboclos and faxinais who have extractivism intrinsic to their customs. The human extractive action inherent in a given culture has dynamic relationship on the cultural group formation with direct implications on public policy, State rules and decrees. Understanding this dynamic is only possible through the direct involvement with these communities. Considering the lack of detailed studies aimed at subsidizing the better understanding of the sustainability of extractive action in rural communities in Brazil the results of this research are presented, which aimed to identify the limits and possibilities of this action as a livelihood for the families of the Environmental Protection Area (APA) of Guaratuba, Paraná. The study considered aspects of the characterization of the extractive rural communities from Guaratuba's south bay, entrepreneurs in NTFPs; evaluated the extractive action sustainability as a livelihood for families that showed greater commitment to explore the potential of these products; and recorded the state actors' knowledge and perceptions about the studied communities, as well as policies involving extraction activities in these locations. There were used different methodological approaches as the intention proposed: participatory research, ethnographic approach, oral history, participant observation, semi-structured interviews, document research and content analysis. Based on integrated analysis of the obtained results there were found more limits than opportunities in the extractive action by the families, given the lack of options for the maintenance and development of their livelihood. Thus, proposals and recommendations are presented in a sense of promoting in the studied area the sustainability of the extractive action.

**Keywords:** Non-timber forest products. Caiçara. Extractivism. New ecology.



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>11</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 BASE TEÓRICA .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2. DELINEAMENTO DA PESQUISA.....</b>	<b>19</b>
2.2.1 LOCAL DE ESTUDO .....	20
2.2.2 COMUNIDADES ESTUDADAS .....	24
<b>2.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>25</b>
2.3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS EXTRATIVISTAS DO SUL DA BAÍA DE GUARATUBA E IDENTIFICAÇÃO DE SEUS POTENCIAIS EMPREENDEDORES .....	25
2.3.2 AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA AÇÃO EXTRATIVISTA COMO MEIO DE VIDA PARA AS FAMÍLIAS RURAIS DA APA DE GUARATUBA. ....	29
2.3.3 CARACTERÍSTICAS DAS VISÕES E PERCEPÇÕES DOS ATORES GOVERNAMENTAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E ATIVIDADE EXTRATIVISTA NAS COMUNIDADES RURAIS DO SUL DA BAÍA DE GUARATUBA. ....	33
<b>3. RESULTADOS .....</b>	<b>37</b>
<b>3.1 COMUNIDADES RURAIS COM ATIVIDADES EXTRATIVISTAS AO SUL DA BAÍA DE GUARATUBA-PR.....</b>	<b>37</b>
3.1.2 PROCESSO DE EXTRATIVISMO DOS PFNMS.....	42
3.1.3 EMPREENDEDORISMO PRATICADO NAS COMUNIDADES.....	47
<b>3.2 SUSTENTABILIDADE DA AÇÃO EXTRATIVISTA PARA AS FAMÍLIAS DE SÃO JOÃOZINHO .....</b>	<b>52</b>
3.2.1 MEIOS DE VIDA, ATIVOS E PROCESSOS INSTITUCIONAIS .....	52
3.2.2 ESTRATÉGIAS DE VIDA NAS UNIDADES FAMILIARES .....	70
3.2.3 RETORNO E ASPIRAÇÕES EM SUSTENTABILIDADE DO MEIO DE VIDA .....	72
<b>3.3 CONHECIMENTOS E PERCEPÇÕES DOS ATORES GOVERNAMENTAIS SOBRE AS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS E POLÍTICAS A ELAS DIRECIONADAS .....</b>	<b>74</b>
3.3.1 ATORES GOVERNAMENTAIS E COMUNIDADES RURAIS COM ATIVIDADES EXTRATIVISTAS EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO PARANÁ .....	74
3.3.2. VISÃO DOS ATORES GOVERNAMENTAIS EM RELAÇÃO ÀS COMUNIDADES RURAIS COM ATIVIDADES EXTRATIVISTAS DA APA DE GUARATUBA-PR.....	76
3.3.3 POLÍTICAS E IMPACTOS NEGATIVOS NAS COMUNIDADES RURAIS EXTRATIVISTAS .....	87
3.3.4 CONSELHO GESTOR DA APA DE GUARATUBA-PR .....	97
3.3.5 RELAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA COM AS COMUNIDADES RURAIS EXTRATIVISTAS .....	101
<b>4 DISCUSSÃO .....</b>	<b>106</b>
<b>4.1 COMUNIDADES RURAIS COM ATIVIDADES EXTRATIVISTAS AO SUL DA BAÍA DE GUARATUBA-PR.....</b>	<b>106</b>
4.1.2 PROCESSO DE EXTRATIVISMO DOS PFNMS.....	111
4.1.3 EMPREENDEDORISMO PRATICADO NAS COMUNIDADES.....	117
<b>4.2. SUSTENTABILIDADE DA AÇÃO EXTRATIVISTA PARA AS FAMÍLIAS DE SÃO JOÃOZINHO .....</b>	<b>126</b>
4.2.1. MEIOS DE VIDA, ATIVOS E PROCESSOS INSTITUCIONAIS .....	128
4.2.2. ESTRATÉGIAS DE VIDA NAS UNIDADES FAMILIARES .....	154

4.2.3. RETORNO E ASPIRAÇÕES DA COMUNIDADE DA SUSTENTABILIDADE: LIMITES DA AÇÃO EXTRATIVISTA NO MEIO DE VIDA.....	156
<b>4.3. CONHECIMENTOS E PERCEPÇÕES DOS ATORES GOVERNAMENTAIS SOBRE AS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS E POLÍTICAS A ELAS DIRECIONADAS .....</b>	<b>158</b>
4.3.1 ATORES GOVERNAMENTAIS E COMUNIDADES RURAIS COM ATIVIDADES EXTRATIVISTAS EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO PARANÁ .....	158
4.3.2. VISÃO DOS ATORES GOVERNAMENTAIS EM RELAÇÃO ÀS COMUNIDADES RURAIS COM ATIVIDADES EXTRATIVISTAS DA APA DE GUARATUBA-PR.....	160
4.3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPACTOS NEGATIVOS NAS COMUNIDADES RURAIS EXTRATIVISTAS .....	165
4.3.4. CONSELHO GESTOR DA APA DE GUARATUBA-PR.....	171
4.3.5. RELAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA COM AS COMUNIDADES RURAIS EXTRATIVISTAS .....	173
<b>5. SÍNTESE DOS LIMITES E POSSIBILIDADES ENCONTRADOS NA AÇÃO EXTRATIVISTA COMO MEIO DE VIDA .....</b>	<b>181</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA POSSIBILITAR A SUSTENTABILIDADE DAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL NA APA DE GUARATUBA-PR .....</b>	<b>183</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>191</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>215</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>217</b>
<b>APÊNDICE C.....</b>	<b>221</b>
<b>APÊNDICE D.....</b>	<b>222</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Proteção Permanente

BPFlo - Batalhão de Polícia Florestal

DFDA/PR - Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Paraná

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

ECO 92 - 2ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO- Instituto Chico Mendes da biodiversidade

ITC – Instituto de Terra e Cartografia

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MPA – Ministério da Pesca e Agricultura

MVS – Meio de Vida Sustentável

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PFNM – Produto Florestal Não Madeirável

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RPPN- Reserva Particular do Patrimônio Natural

SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná

SEAB - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa

SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação

SPVS- Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem

UC – Unidades de Conservação

UFPR - Universidade Federal do Paraná

## 1. Introdução

O extrativismo de produtos florestais não madeiráveis (PFNM)<sup>1</sup> é frequentemente associado a ecossistemas florestais naturais remanescentes (MICHON, 2005). Estes espaços são geralmente ocupados por populações tradicionais (índios, caiçaras, quilombolas, caboclos, faxinais) que incorporaram o extrativismo a seus costumes (MATA ATLÂNTICA, 2005 e ADAMS, 2000, 2002), sem que isso represente um processo estático (ADAMS, 2000 e 2002). A ação humana extrativista, inerente à determinada cultura, tem relação dinâmica sobre a formação do grupo cultural, com implicações diretas das políticas públicas, normas e decretos do Estado (SCOONES, 1999). O entendimento dessa dinâmica, muitas vezes, só é possível a partir do envolvimento direto com estas comunidades. Nesse aspecto, metodologias participativas com abordagens etnográficas expõem informações intrínsecas de determinado grupo de pessoas (FOLADORI e TAKS, 2004). As abordagens “pessoas em lugares” possibilitam diálogos sobre os hábitos e práticas locais, permitindo a análise histórica desses grupos no território. Esses métodos vão além de abordagens descritivas e descontextualizadas, demonstrando a complexidade da interação humana e os recursos disponíveis em seu ambiente (SCOONES, 1999).

O extrativismo de produtos florestais não madeiráveis (PFNM) tem sido apontado como forma de melhoria de renda para populações próximas a ambientes florestados, promovendo simultaneamente o desenvolvimento econômico e a conservação da floresta (FAO, 1992; 2002 E 2007; NEPSTAD e SCHWARTZMAN, 1992; CATIE, 2007; McNEELY e SCHER, 2009). Adicionalmente, argumenta-se que tal atividade contribui para manutenção das famílias no meio rural (ALEXIADES e SHANLEY, 2004; CARVALHO e SILVEIRA-JUNIOR, 2005). Outros autores, no entanto, apontam que o sucesso da prática extrativista, como fator contribuinte para o desenvolvimento rural sustentável, depende do reconhecimento da existência de várias limitações (e.g. HOMMA, 1990, 1993; BELCHER, 2005; PINHEIRO, 2002; MARSHALL, SCHRECKENBERG e NEWTON, 2006).

---

<sup>1</sup> São compreendidos como bens de subsistência para o consumo humano e classificados como materiais biológicos exceto madeira tabuada, por exemplo: produtos vegetais extraídos da floresta como cipó, semente, casca de raiz, óleos, resinas, plantas medicinais e ornamentais.

Um dos primeiros passos para definir sustentabilidade consiste na definição da real importância e dependência das comunidades em relação ao extrativismo (ROSTONEN e WIERSUM, 2003). Segundo Belcher (2005), essa prática, via de regra, é uma atividade de subsistência sendo que, em situações específicas, representa mais da metade da renda familiar. Entretanto, não é suficiente para alterar o padrão de vida dos extratores, dado que alia produtos de baixo custo a um fiel mercado comprador, fazendo com que esse tipo de função não seja valorizada pela comunidade ou unidade familiar, existindo então, a necessidade de organização via ecoempresas comunitárias. Porém, em ambientes onde a comunidade extrativista sofre desigualdade e exclusão, há pouca chance para ocorrência de organizações pela comunidade, engajadas na comercialização dos produtos coletados (STOIAN e DONOVAN, 2008). Conforme Marshall et al. (2006), é preciso fortalecer a organização comunitária de modo a incrementar sua capacidade empreendedora e acesso ao mercado de produtos oriundos da atividade extrativista, bem como seu beneficiamento para diminuir a vulnerabilidade frente a agentes externos, aumentando, assim, a capacidade de negociação destes potenciais empresários.

De acordo com Chambers e Conway (1992), a sustentabilidade ocorre a partir de como ativos<sup>2</sup> (tangíveis e intangíveis) e capacidades são utilizados, mantidos e melhorados de modo a preservar os meios de vida. Assim, enquanto meio de vida, deve ser ambiental e socialmente sustentável em seus efeitos sobre recursos locais e globais, é capaz de lidar com estresses e conflitos, conservando sua capacidade para continuar e melhorar. Entende-se, portanto, que a atividade extrativista e os grupos sociais dela dependentes são vulneráveis e condicionados às dimensões sociais e institucionais, pois diferentes acessos oferecem diversos portfólios para as famílias.

Bebbington (2005), discutindo os processos de desenvolvimento rural sustentável, aponta que as instituições e estruturas sociais tanto fortalecem como fragilizam o ambiente destas famílias. Outros autores indicam que a situação de pobreza no meio rural está diretamente aliada à negação de direitos, capacidades e oportunidades (e.g. CHAMBERS, 1983; SEVILLA-GUZMAN, 1990; SCOONES, 1999, BEBBINGTON, 1999, 2005, 2006; SEN, 2000). Nesse âmbito, o Estado e sua infra-

---

<sup>2</sup> Bebbington (1999) classifica esses portfólios como os “ativos de capital” em cinco tipos: a) *capital natural* (qualidade e quantidade de recursos naturais); b) *capital produzido* (meios de produção e ativos financeiros); c) *capital humano* (conhecimento, saúde, habilidades); d) *capital social* (redes de reciprocidade e confiança) e; e) *capital cultural* (valores e bens simbólicos que sustentam formas de identidade, tradições e padrões de interação).

estrutura devem fomentar, viabilizar e reforçar mecanismos de sobrevivência digna *in loco*, possibilitando alteração de regras e relações dominantes estabelecidas para o controle e distribuição dos recursos (DRUMMOND, 1996; BEBBINGTON, 1999 e 2005; PINHEIRO, 2002). Além de se considerar o papel público e jurídico do Estado, é importante analisar as forças da economia de mercado capitalista com relações distintas de domínio público e privado (SANTOS, 2000; VILLAVARDE, 2004; SABOURIN, 2007).

Long e Ploeg (1994) inserem o conceito de agência e estrutura<sup>3</sup>, com papel central no estudo da origem e manipulação de informações no entendimento do desenvolvimento rural, tendo como princípio o modo como as pessoas categorizam, codificam, processam e imputam significado a suas experiências. Guivant (1997) pondera sobre o território e a heterogeneidade de conhecimentos nesses espaços, com a aceitação de que o conhecimento é relativo às situações de interface com os atores, pois nela permite-se a análise microsocial, abandonando-se as noções causais simplificadoras.

Em relação ao território, especial cuidado deve ser dedicado às complexas áreas de Unidades de Conservação (UC), com riqueza em sociodiversidade e biodiversidade dado a diversos conflitos ambientais e sociais relativos ao uso da terra (ADAMS, 2000; ZANONI et al., 2000; ROCHA, 2004; SANTILLI, 2005; TEIXEIRA, 2005). Com a criação das UCs, percebe-se uma valorização em relação à conservação da biodiversidade e um esquecimento sobre a riqueza cultural das pessoas locais (DUMORA, 2006). Embora Organizações Não Governamentais (ONGs) atuem nessas áreas interagindo com as populações rurais, o quadro de desigualdade não se altera devido à ênfase aos trabalhos de conservação (DIEGUES, 1983, 2009; ADAMS, 2000, 2000b, 2002; TOMMASINO, 2002).

Exemplo dessa dinâmica intrincada é encontrado na Área de Proteção Ambiental de Guaratuba-PR, com 92% da área deste município inserida nessa APA, região com rica biodiversidade, número significativo de famílias rurais e heterogeneidade agrícola, onde coexistem a agricultura tradicional e comercial, em meio a complexidades sociais agravadas pela pobreza das populações (IAP, 2006). Na agricultura tradicional ocorre o cultivo de milho e mandioca para o consumo próprio,

---

<sup>3</sup> Agência entendida aqui como ação humana e estrutura como as formas que condicionam a ação humana (GIDDENS, 2006).

em áreas médias de um hectare, onde o extrativismo complementa a renda na unidade doméstica, existindo diferenças entre os que dependem do extrativismo dos PFNMs para sobrevivência e aqueles que o utilizam para reforçar o ganho mensal familiar (SONDA, 2002; BALZON, 2004, 2006; NOGUEIRA et al, 2006).

Dentre os estudos disponíveis sobre o extrativismo dos PFNMs na APA de Guaratuba, destacam-se os que enfatizam a cadeia produtiva (e.g. BALZON, 2006; NOGUEIRA et al, 2006), o enfoque etnobotânico (e.g. NEGRELLI e FORNAZZI, 2007, VALENTE, 2009) e ecológico de regeneração dos recursos utilizados (VALENTE, 2009; CECCON-VALENTE, 2009). Pouco, ou quase nada, foi estudado sobre o impacto sócio-cultural-econômico e sua real sustentabilidade.

Diante desta carência e visando subsidiar o melhor entendimento da sustentabilidade da ação extrativista em comunidades rurais brasileiras, apresentam-se resultados de pesquisa que objetivou identificar os limites e possibilidades da ação extrativista como meio de vida, no contexto do desenvolvimento rural sustentável para as famílias da APA de Guaratuba-PR buscando: a) caracterizar as comunidades rurais extrativistas do sul da baía de Guaratuba empreendedores em produtos florestais não madeiráveis; b) avaliar a sustentabilidade da ação extrativista como meio de vida, para as famílias da comunidade que demonstrarem maior empenho em explorar as potencialidades dos PFNMs; c) registrar conhecimentos e percepções dos atores governamentais sobre as comunidades estudadas e, políticas que envolvem atividades extrativistas nessas comunidades.

Com base na análise integrada dos resultados obtidos, são apresentadas propostas e recomendações, no sentido de promover a sustentabilidade da ação extrativista na área estudada.

## 2. Metodologia

### 2.1 Base teórica

O trabalho fundamenta-se em conceitos básicos sobre a sustentabilidade da ação extrativista a partir das comunidades caiçaras (DIEGUES, 1983, MARCILIO, 1986; BEGOSSI, 1999; ADAMS, 2000 e 2002; DUMORA, 2006), meio de vida rural sustentável (CHAMBERS e CONWAYS, 1992; BEEBINGTON, 1996, 1999, 2005; SCOONES, 1999) e nova ecologia (SCOONES, 1999).

No contexto deste trabalho, entende-se por comunidades caiçaras populações litorâneas que apresentam ligações com a terra por meio de lavoura de subsistência, pesca e extrativismo, relação de parentesco e ajuda mútua (DIEGUES, 1983). As atividades com a terra apresentam-se concomitantes a um calendário diverso, pelo uso do solo e recursos ambientais litorâneos. Marcilio (1986) considerou que os caiçaras estão estritamente vinculados à vida da terra, na qual a pesca entra como atividade complementar. A terra para essas comunidades é um meio de definição social, caracterizado pela codificação sócio-profissional como lavrador/roceiro, lavrador/pescador em sua autodenominação. Este conjunto acaba por definir as populações caiçaras como agricultores-pescadores pobres. Um exame concreto da interação da vida do caiçara com a terra possibilita conhecer seu sistema econômico, pautado em uma economia camponesa não monetária, pois a moeda é vista apenas como meio de interação com a economia local, servindo para venda ou troca por produtos que não consegue produzir.

Quanto à origem do termo, Sampaio (1987) apontou que a palavra deriva do termo tupi *caá-içara*, que significa homem do litoral. Ainda que existam pesquisadores que adotam o termo caboclo para populações litorâneas como Bigarella (2009), aqui se compreende como distintas as definições de caiçara e caboclo como Diegues (1983; 1988), Begossi (1999) e Adams (2000 e 2002), definindo como caiçaras populações rurais e urbanas que habitam a parte sul da Floresta Atlântica e cultivam a agricultura de subsistência, enquanto o termo caboclo designa populações que vivem na Floresta Amazônica. As populações caiçaras, segundo Diegues (1988), são importantes na preservação da diversidade biológica, com padrões culturais e modos de produção



relacionados a ecossistemas naturais. Embora a cultura caçara vincule uso dos recursos naturais à geração de renda, a conservação da biodiversidade está respaldada por seus valores culturais e crenças religiosas.

Adams (2002) relatou que os moradores da Floresta Atlântica sempre ocuparam uma posição político-econômica periférica e, nas últimas décadas, sofrem com a perda do seu modo de vida (agricultura, pesca e artesanato) devido aos processos de criação das Unidades de Conservação. As mudanças na paisagem rural promovem o fortalecimento da exclusão histórica e sócio-ambiental das comunidades rurais litorâneas.

No meio de vida rural sustentável capacidade, equidade e sustentabilidade são elementos que devem estar aliados. Para Chambers e Conway (1992), um meio de vida é aquele em que se ganha a vida, fornecendo suporte para o aprimoramento e exercício de capacidades que permitam alcançar um meio de vida desejado. Equidade é tanto fim como meio. Qualquer definição mínima de equidade deve incluir meios de vida adequados e decentes para todos, já equidade em ‘ativos’ e acesso são pré-condições para ganharem-se meios de vida adequados e decentes. Sustentabilidade, do mesmo modo, pode ser o manejo sustentável de recursos com um valor (ou fim) e fornece condições para que os meios de vida estejam disponíveis para as futuras gerações. É um conceito com abordagem holística e dinâmica que dá a ênfase às pessoas no meio rural, pois envolvem suas capacidades, seus ativos tangíveis (estoques e recursos) e intangíveis (acessos a serviços, à tecnologia e direitos a reivindicações).

Em síntese, os autores conceituam os meios de vida nas capacidades, atividades, recursos materiais e sociais necessários para o sustento. Um meio de vida é sustentável quando consegue superar um estresse ou impacto, mantendo ou aumentando suas capacidades no presente e futuro para as próximas gerações.

Segundo Bebbington (1999), elementos como noções de acesso a um conjunto de ativos de capital e capacidades são essenciais para compreensão da abordagem do meio de vida rural sustentável. Como conjunto de ativos de capital, o autor entende: a) capital produzido, como recursos materiais para uso produtivo e doméstico (máquinas, instalações, insumos, eletrodomésticos); recursos financeiros (linha de crédito, condições de financiamento) e recursos tecnológicos; b) capital natural: terra, água, florestas, condições agroecológicas; c) capital humano: níveis de instrução (educação formal, informal e capacitações); d) capital social: a existência de normas de confiança,

colaboração, solidariedade, cooperação e reciprocidade entre os membros da comunidade; e) capital cultural: origens (étnicas, religiosas), tradição, crença, costumes.

Os ativos de capital não representam simples recursos que a pessoa dispõe para ganhar a vida, mas ativos que permitem a capacitação para agir como base de poder das famílias rurais para atuarem, reproduzindo seu meio social. O objetivo maior nesta análise envolve diversos ativos que as famílias rurais utilizam para garantir sua sobrevivência (capital), formas e meios pelos quais os grupos familiares são capazes de acessar, defender e manter esses ativos (estratégias); capacidades dos grupos para transformar tais ativos em renda, dignidade, poder e sustentabilidade.

A abordagem do meio de vida rural sustentável, por Scoones (1999), apresenta-se como um campo de investigação multidisciplinar contribuindo para verificar uma gama de diferentes escalas do indivíduo, família, comunidade ou país. O ponto central de análise é a educação formal e informal das comunidades rurais e os fatores organizacionais e institucionais que influenciam o modo de vida sustentável. A abordagem de Scoones (1999) destaca os contextos condicionantes de cada comunidade, pontuando que diferentes recursos promovem diferentes acessos, assim como análise da influência das instituições e estruturas organizacionais sobre os recursos da comunidade rural.

Nova ecologia significa nova forma de entender e abordar a ecologia interagindo como as ciências sociais. Para Scoones (1999), os estudos das questões que envolvem interações ecológicas e sociais implicam nas políticas, práticas e visões das pessoas com a natureza, reconhecendo sua interculturalidade capaz de alterar o objeto de estudo. A proposta da nova ecologia é uma agenda engajada e próxima da realidade das pessoas que se relacionam permanentemente com a natureza, buscando respostas aos problemas ambientais por meio de estudos etnográficos e com visão ecossistêmica, por considerar as populações humanas como parte de um todo maior e não como ferramentas análogas aos estudos do ecossistema biológico. Ao reconhecer que não existe relação mecânica de causa e efeito, a nova ecologia mostra que é preciso estudar o interior de cada grupo de pessoas, espaços de negociação e conflitos que promovem sua reprodução sociocultural, assim como reconhecer a importância da estrutura, agência e escala, compreendendo estrutura e agência humana ao longo de uma gama de escalas a partir do local para o global.

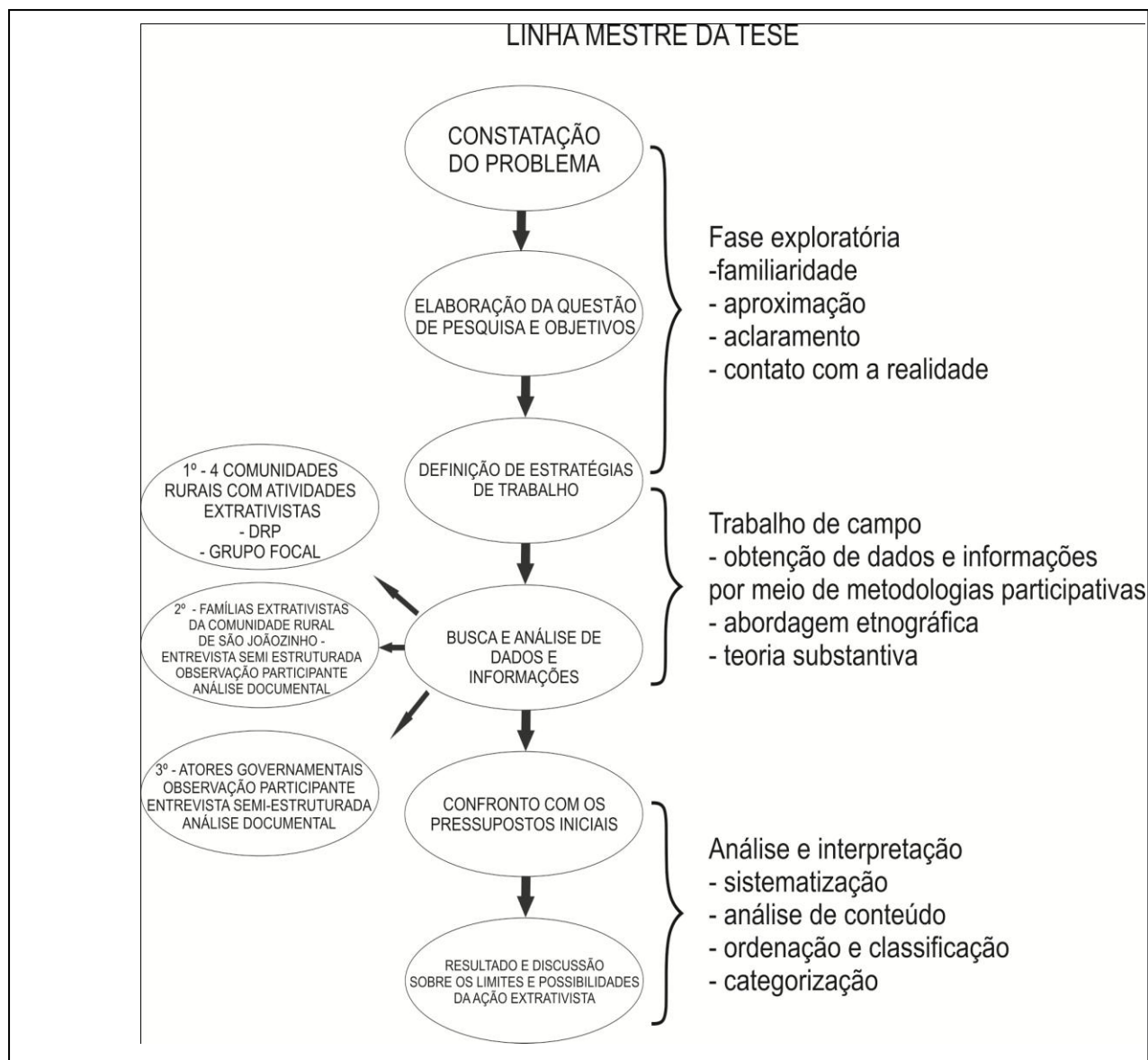
A análise da interação homem e ambiente recebeu a contribuição de Giddens (2003), ao apresentar o conceito de estruturação que, segundo Scoones (1999), apontou as contínuas dinâmicas da interatividade entre estrutura e agência, sedimentadas no espaço e tempo. Bebbington (2001e 2005) enfatiza a necessidade da ação humana (agência) e a influência da economia política na possibilidade dos camponeses manterem seus ativos, poder e qualidade de vida. Desta forma, analisa as instituições e estruturas sociais, bem como seus impactos em relação ao uso, transformação e reprodução dos recursos pelas famílias rurais. Ao pensar em populações rurais e ambientes é imprescindível a manutenção das análises político-econômica e as estratégias que a unidade doméstica desenvolve no meio rural.

## 2.2. Delineamento da pesquisa

A pesquisa foi delineada pela abordagem qualitativa de cunho social e histórico (MINAYO, 1994), englobando as fases exploratórias, trabalho de campo, análise formal e interpretação das informações obtidas (Figura 1).

A dinâmica de pesquisa foi estabelecida através de ciclos, em um processo espiral, que começava com um problema ou uma pergunta e terminava com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações. Visto desta forma, este trabalho de pesquisa não pode ser considerado estanque, ou que acaba em si mesmo, mas sim como processo que é permanente e como um ciclo, nunca se fecha, conformado em planos que se complementam, conforme apontado por Minayo (1994). Certamente, essa ideia de ciclos suscita a limitação do trabalho no tempo e trabalha com um movimento de valorização das partes e da integração no todo e também com a visão de um produto provisório, integrado à historicidade do processo social e à construção teórica.

Assim, assume-se que as limitações desta pesquisa estão relacionadas ao recorte no tempo, ou seja, por meio de um estudo sincrônico. Gil (2008) também aponta que a pesquisa social, embora não permita generalizações e não estabeleça leis universais, contribui na identificação dos fatos encontrados e tendências em relação ao fenômeno estudado.



**FIGURA 1 – ETAPAS DA PESQUISA REALIZADA NAS COMUNIDADES RURAIS DA APA DE GUARATUBA-PR**

FONTE: A autora (2010)

### 2.2.1 Local de Estudo

O estudo foi desenvolvido no interior da baía de Guaratuba, em área inserida no âmbito da APA de Guaratuba. Esta APA foi criada pelo Decreto Estadual 1.234, (27 de março de 1992), para compatibilizar o uso racional dos recursos ambientais da região e a ocupação ordenada do solo, proteger a rede hídrica, os remanescentes da Floresta

Atlântica e manguezais, os sítios arqueológicos e a diversidade faunística, bem como disciplinar o uso turístico, garantindo a qualidade de vida das comunidades caiçaras e população local (IAP, 2006). A APA de Guaratuba compreende boa parte do litoral centro-sul do Estado do Paraná, abrange a bacia de Guaratuba e a área tombada da Serra do Mar, limitando-se ao sul pela divisa estadual entre Paraná e Santa Catarina e ao norte e nordeste pelas rodovias BR 277 e PR 508. Localiza-se geograficamente entre as coordenadas 25°40' e 26°00' latitude sul e 48°35' e 48°50' de longitude oeste. Engloba 199.586, 51 hectares distribuídos nos municípios de Guaratuba (65,61%), São José dos Pinhais (11,25%), Tijucas do Sul (9,24%), Morretes (6,43%), Paranaguá (5,69%) e Matinhos (1,78%). Também inclui algumas ilhas e águas de interiores. Parte da APA de Guaratuba sobrepõe-se à área do Parque Estadual do Boguaçu e Parque Nacional Saint-Hilaire Lange (IAP, 2006) (Figura 2). Estende-se por um mosaico de características ambientais, desde as áreas situadas no primeiro planalto paranaense até os complexos estuarino-lagunares integrantes da baía de Guaratuba. Cerca de 30% de seu território corresponde a cobertura florestal onde são registradas atividades extrativistas diversas, incluindo palmito, bromélias, palmeiras entre outras (IAP, 2006).

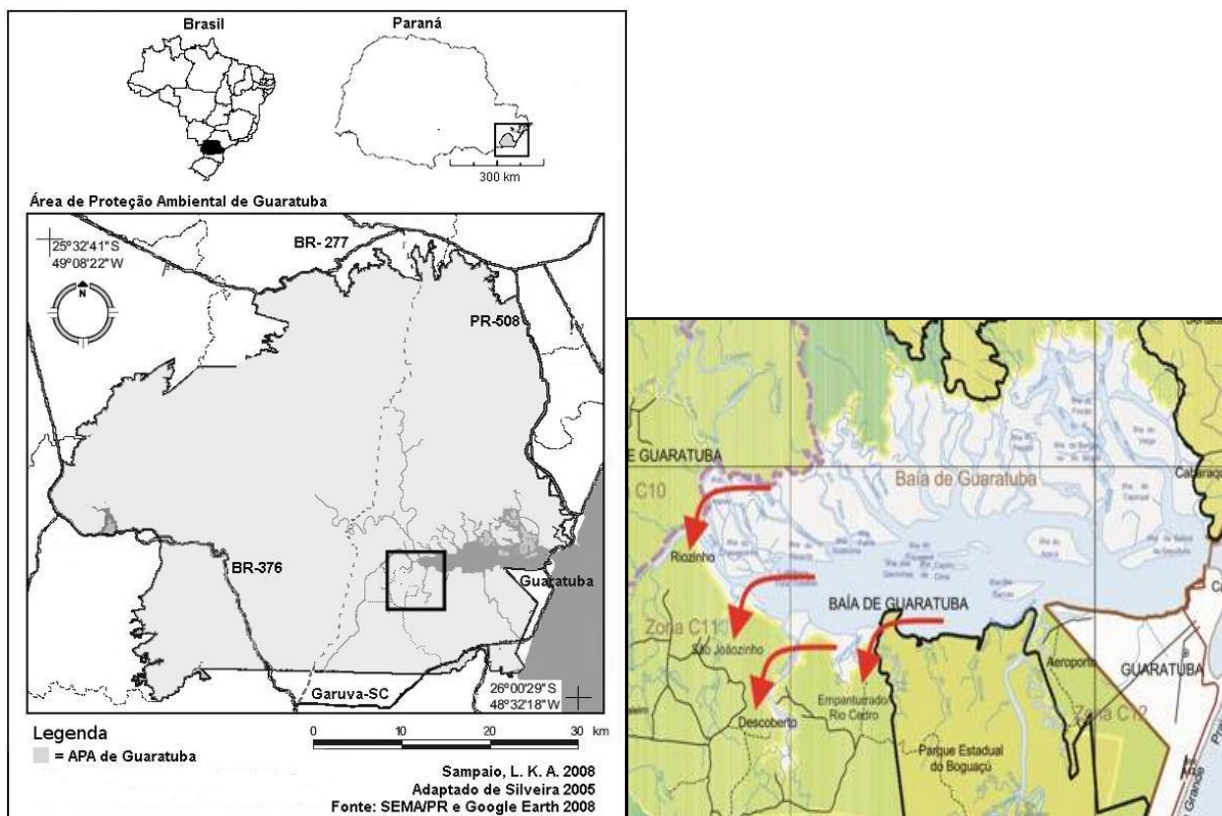


FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DA APA DE GUARATUBA-PR E LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES.

Seguindo o padrão de colonização da costa brasileira e atividades desenvolvidas, o processo de colonização do litoral paranaense foi permeado pela mistura racial de europeus e negros com nativos indígenas originando as chamadas comunidades caiçaras, sendo caracterizadas pela agricultura de subsistência e pela pesca artesanal (DIEGUES, 1983). Especificamente no que se concerne à colonização da costa paranaense, essa miscigenação ocorreu mais entre as etnias de origem portuguesa com a indígena, sendo esta última de menor expressividade na construção das manifestações artístico-culturais do litoral paranaense.

Nessas comunidades caiçaras eram praticados pesca e agricultura de subsistência, englobando cultivo da mandioca, abacaxi, café, cana-de-açúcar e arroz, frequentemente associados a pomar caseiro e parte do tempo dedicado ao extrativismo de PFNMs e à confecção artesanal de objetos úteis para o seu dia a dia. Pouco tempo era destinado a atividades sociais que, via de regra, eram promovidas pela igreja (BIGARELLA, 2009).

Atualmente, a população caiçara paranaense remanescente distribui-se em 35 comunidades rurais, englobando aproximadamente 4.000 pessoas e 600 famílias (ANACLETO *et al.*, 2007). Deste total, estima-se que 18 destas comunidades, abrangendo cerca de 2000 pessoas, vivem na APA de Guaratuba. As famílias caiçaras locais enfrentam o conflito ambiental que envolve o uso da terra, tanto por não terem a legalização para extração dos recursos florestais estabelecidos no plano de manejo da APA desenvolvendo estas atividades de modo clandestino com baixo valor agregado (BALZON, 2006) bem como sofrem com a restrição ao uso da terra com distintos níveis de intervenção ambiental.

A população caiçara local é constituída por famílias, em sua maioria posseira, cujos membros se auto identificam como agricultores ou lavradores, com predominância nos cultivos de banana e mandioca, caracterizados como agricultura camponesa, cuja produção é estruturada na família e possui um funcionamento bem particular definidos pela produção simples da unidade familiar (SONDA, 2002). A pesca artesanal e o extrativismo vegetal são também importantes atividades geradoras de renda para essas famílias no interior da APA (BALZON, 2006).

Embora essas comunidades apresentem similares condições sócio-econômicas e tipos de utilização dos recursos naturais locais, independentemente de sua localização geográfica em relação à baía de Guaratuba e o grau de interação com o mercado, pode-se apontar a existência de um mosaico variado em relação ao uso da terra, pois o uso e a ocupação mostram-se diversificados, variando entre agricultura de subsistência e monoculturas de banana e *Pinus*.

A região destaca-se por ser a maior produtora de banana no Paraná, com três mil e duzentos hectares de plantio em área contínua entre a região de Cubatão e Limeira, no município de Guaratuba, organizada por associação de produtores responsáveis pela comercialização final desses produtos. A heterogeneidade agrícola é marcante, coexistindo agricultura tradicional de subsistência e comercial organizada (*Pinus* e banana), compondo um quadro de complexidades sociais agravadas pela pobreza das populações locais (IAP, 2006).

Essa situação gera complexidades sócio-ambientais agrárias, como o conflito entre as comunidades locais posseiras e as empresas de reflorestamento (SONDA, 2002), e ambientais, como por exemplo, desmatamento de áreas nativas para o reflorestamento de *Pinus* sp. em Área de Preservação Permanente (APP), e emprego

indiscriminado de agrotóxicos no cultivo da banana ao longo da estrada Caovi-Cubatão (IAP, 2006).

### 2.2.2 Comunidades estudadas

O estudo abrangeu as comunidades de Riozinho, São Joãozinho, Descoberto e Rio Cedro/Empanturrado, localizadas no interior da baía de Guaratuba. De acordo com SONDA (2002), as comunidades do interior da Baía de Guaratuba podem ser caracterizadas como “tradicional caiçara”, dado que praticam agricultura de subsistência empregando utensílios de trabalhos manuais simples como foice, enxada e facão. Para as lavouras de mandioca e milho, cultivadas sem agrotóxicos, contam com a força de trabalho familiar, cooperação interfamiliar e relações de compadrio. A homogeneidade entre comunidades caiçaras é acompanhada por heterogeneidade em relação a conhecimento, a uso e à comercialização dos recursos naturais, verificando-se desigualdade social e conflito em relação à posse da terra, também evidenciado em outras comunidades tradicionais descritas na literatura (e.g. DURHAM, 2004; WOLF, 2003, SANTILLI, 2005).

As comunidades escolhidas para este estudo correspondem àquelas identificadas por Sonda (2002) como as de maior integração com o mercado, localizadas no sul da baía de Guaratuba. Um total de 189 famílias compõem estas comunidades, sendo que destas, 61 foram identificadas como extrativistas, dado haver realizado essa atividade nos últimos seis meses, independentemente de possuírem outra fonte de renda ou de trabalho (Tabela 1).

TABELA 1 - RESIDÊNCIAS E FAMÍLIAS EXTRATIVISTAS REGISTRADAS NAS COMUNIDADES RURAIS DA APA DE GUARATUBA-PR.

Comunidades	Residências	Famílias extrativistas
São Joãozinho	26	16
Descoberto	50	15
Rio Cedro/Empanturrado	60	15



Riozinho	53	15
Total	189	61

FONTE: A autora (2010)

### 2.3 Coleta e análise dos dados

#### 2.3.1 Caracterização das comunidades rurais extrativistas do sul da baía de Guaratuba e identificação de seus potenciais empreendedores

Executou-se pesquisa descritivo-exploratória englobando levantamento bibliográfico, documental e trabalho de campo participativo (VERGARA, 2005), onde se aplicou as técnicas de diagnóstico rural (DRP) e grupo focal (fevereiro a julho/2008) (Quadro 1).

<b>Técnica</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Mês (2008)</b>	<b>Comunidade</b>
<b>Diagnostico Rural Participativo</b>	Caracterizar a comunidade extrativista: origem das famílias, histórico de ocupação da área, fontes de renda, ação extrativista, recursos coletados na floresta;	Fevereiro	Todas
	Descrever o processo extrativista: tempo dedicado à atividade, valor negociado, tipo de economia que respalda essas atividades;	Março	Empanturrado /Rio Cedro São Joãozinho
	Delinear a comercialização dos PFNM;	Abril/ Maio	São Joãozinho
<b>Grupo Focal</b>	Detectar elementos empreendedores praticados nas comunidades;	Julho	Todas
	Identificar o potencial dos grupos extrativistas para empreendedorismo comunitário em PFNMs.		

QUADRO 1 - TÉCNICAS E OBJETIVOS DA METODOLOGIA PARTICIPATIVA.

- O DRP foi realizado de fevereiro a maio de 2008 com 35 famílias extrativistas: Rio Cedro/Empanturrado (n=8); São Joãozinho (n=10), Riozinho (n=8) e Descoberto (n=09). Os participantes foram escolhidos aleatoriamente em função da atividade extrativista, a partir de indicações feitas por professores e funcionários das escolas rurais de cada comunidade. A coleta de dados ocorreu nos círculos de diálogos<sup>4</sup> nas varandas das escolas, trabalhos coletivos, entrevistas em residências e observação participante como segue:

- Fevereiro: observação participante, oito encontros (dois em cada comunidade), com entrevistas abertas, para caracterizar cada comunidade por sua história oral, ocupação das terras e modo de vida. O levantamento do número de casas e famílias com atividades extrativistas ocorreu nas atividades coletivas.

- Março: dois encontros em cada comunidade, em primeiro lugar com as famílias para elaborar o mapa da comunidade (número de famílias e números de famílias extrativistas). O segundo encontro, por meio do círculo de diálogo, (número de pessoas nas famílias extrativistas envolvidas no trabalho com os PFNMs, desde a coleta até a confecção das cestarias), outros trabalhos desenvolvidos, produtos extraídos e conhecimento sobre eles;

- Abril: ocorreu um encontro em cada comunidade, com entrevistas abertas às famílias. Em Empanturrado e Rio Cedro ocorreram reuniões com as famílias (n=08) para a elaboração de mapas e diagramas da atividade extrativista, assim como na comunidade de São Joãozinho (n=10). O objetivo foi caracterizar o processo de extrativismo por

---

<sup>4</sup> Inspiradas na obra de Freire (2001) sobre a importância da dialogicidade e das relações do homem com a realidade (FREIRE, 1981). A teoria freireana pressupõe a adoção de uma postura de respeito mútuo e de troca entre saberes intelectuais e populares, uma vez que: "o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros" (FREIRE, 1996, p. 66).

meio de atividade lúdica na elaboração de diagramas sobre coleta, beneficiamento, confecção de PFNM e número de horas dedicadas, lógica da produção e valor recebido.

- Maio: na comunidade de São Joãozinho (n=10) realizou-se a caracterização coletiva da cadeia produtiva e comércio vinculados ao extrativismo por meio de fluxograma desenvolvido pelas famílias.

O uso do DRP na construção de dados pelos moradores das comunidades permitiu aos participantes, com baixo nível de alfabetização, compartilhar experiências, dando maior atenção a seus conhecimentos. O método foi adequando-se às condições e às possibilidades dos participantes, com valorização de seus conceitos, critérios de explicação e respeito a seus universos lingüísticos e simbólicos. Conforme apontado por Verdejo (2006), o DRP é um processo de pesquisa e coleta de dados que inclui perspectivas de todos os grupos de interesse, integrados pelos homens e mulheres rurais. Esta metodologia promove e impulsiona mudanças dos papéis tradicionais do pesquisador e pesquisados.

A técnica de grupo focal foi aplicada durante o evento “I encontro com as comunidades rurais sobre a floresta”, organizado para este fim na Escola Municipal do Descoberto, seguindo as diretrizes de Morgan (1997). Essa técnica tem como foco de análise o grupo e revela informações que não são facilmente perceptíveis durante a entrevista individual.

Quinze famílias por comunidade foram convidadas para o evento, sendo que quarenta e oito pessoas compareceram ao evento. A seleção foi feita com base no tempo de atividade extrativista e dependência dos PFNMs no orçamento doméstico. O evento compreendeu as etapas de validação dos resultados obtidos no DRP, preparo e sensibilização dos participantes para o grupo focal e grupo focal propriamente dito.

Os resultados foram validados em um painel com fotos, gráficos e diagramas durante o DRP. Esse painel foi exposto aos participantes que analisaram e discutiram de forma orientada os distintos modelos de uso, beneficiamento dos PFNMs e cadeia de comercialização.

Em seguida, os participantes realizaram uma dinâmica holística onde, a partir de atividade lúdica da construção coletiva de uma teia, na qual refletiram sobre o cuidado nas relações que envolvem pessoas (“eu com o outro”) e a natureza, visando sensibilizá-los sobre os recursos de uso comum da comunidade, preparando-os para os

grupos focais (Figura 3). As crianças, após construírem suas teias, puderam efetuar atividades como desenhar o ambiente que vivem.



FIGURA 3 - ATIVIDADES DE VALIDAÇÃO DO DRP (A) E DINÂMICA HOLÍSTICA (B) PARA INICÍO DO GRUPO FOCAL.

Na sequência, os adultos foram agrupados em salas conforme sua comunidade e orientados para atuarem em grupo (em média 10 participantes), respondendo e discutindo sobre quatro perguntas chaves, destinadas a identificar o potencial empreendedor de cada comunidade (Quadro 2). Em cada sala havia um redator para anotar as respostas, e um moderador para estimular diálogos e a participação de todos, evitando dispersão dos objetivos da discussão e monopolização de alguns participantes.

Questão chave	Objetivo
---------------	----------

Pontos positivos e negativos de morar na APA	Avaliar o ambiente pela comunidade em relação à qualidade das escolas, transporte, saúde, lazer, agricultura, estrada, água, luz e comunicação <sup>5</sup> ;
Início da ação extrativista	Identificar estratégias de sobrevivência, vínculo cultural familiar, experiências e conhecimento;
Vantagens e prejuízos do trabalho com PFNMs	Avaliar nível de satisfação no trabalho, identidade, motivação, solidariedade, autonomia e organização comunitária;
Perspectivas quanto aos PFNMs	Identificar o futuro do trabalho com PFNMs, pretensão de continuar na atividade do modo atual e possibilidade de alternativas, como trabalho coletivo (GAIGER, 2004 e 2008) e organização social para comercialização (STOIAN e DONOVAM, 2008).

QUADRO 2 - ROTEIRO DE QUESTÕES CHAVES DIRECIONADAS À DINÂMICA DE GRUPO FOCAL

2.3.2 Avaliação da sustentabilidade da ação extrativista como meio de vida para as famílias rurais da APA de Guaratuba.

Realizada de agosto de 2008 a dezembro de 2009, corresponde a um estudo de caso (Yin, 2001), na Comunidade Rural de São Joãozinho, para detalhamento envolvendo famílias com maior tempo de residência (n=6) e atividade extrativista (n=12).

A inserção e familiarização com os integrantes desta comunidade foram decorrentes de processo prévio de trabalho de extensão universitária na mesma (ver FERREIRA E NEGRELLE, 2009). Após entendimento da estrutura e rede de relações sociais locais, o projeto de pesquisa foi explanado, a fim de se obter o aceite das famílias dispostas a fornecerem informações acerca da comunidade.

<sup>5</sup> Utilizaram-se, como referência, os dados já levantados por essas comunidades no Fórum sobre o Plano Diretor de Guaratuba no ano de 2002.

A abordagem etnográfica foi escolhida, por se ocupar de uma população, lugar e tempo particulares (SANJEK, 1996), preocupando-se em registrar a compreensão do outro numa relação de constantes transformações cíclicas “do estranho em familiar” e “do familiar em estranho”. Segundo Campos (2002), esta metodologia capta o universo de significados da cultura do “outro” por um esforço incessante de compreensão dos fenômenos, a partir de referenciais e categorias do lugar, acompanhada pelo conceito de dialogicidade e a busca dos saberes por observação participante e entrevistas semi-estruturadas (Quadro 3).

Dados a serem obtidos	Estratégia / Técnica	Participantes
1.História oral - contexto e história da comunidade (formação e constituição da comunidade e condicionantes). 2.Regras sociais: colaboração, parentesco, união e confiança	1.Entrevista semi estruturada  2.Observação participante	1. Famílias com maior tempo de residência na comunidade (n=6) 2. Toda comunidade (N=30 famílias)
2.Informações complementares relacionadas ao histórico da comunidade e extrativismo	Análise documental Entrevistas com atores chave	IAP, EMATER
3.Caracterização da comunidade extrativista, recursos do meio de vida e processos institucionais (ativo do capital humano, natural, social e produzido) 4. Estratégias de vida reativa ou adaptativa (diversificação, acesso, migração e gênero) 5. Retorno em sustentabilidade dos meios de vida (as condições de vulnerabilidade em relação à atividade extrativista) 6. Aspirações da comunidade	3-5. Entrevistas semi-estruturadas      6. Observação participante	3-5. Famílias com maior atividade extrativista (n=12)      6. Toda comunidade (n=30)

QUADRO 3 - TÉCNICAS E OBJETIVOS ADOTADOS NO ESTUDO DE CASO SOBRE SUSTENTABILIDADE DO EXTRATIVISMO.

A fim de conhecer o contexto e a história da comunidade, elaborou-se uma lista com as pessoas entre a quarta ou sexta geração, nascidos e criados na mesma comunidade que houvessem criado vínculo ao lugar. Os encontros contaram com roteiro geral e individual de entrevista semiestruturada para construção da história oral (VERGARA, 2005). A partir deles obtiveram-se informações sobre a chegada das

primeiras famílias na comunidade, ocupação do espaço, costumes, utensílios, plantas utilizadas para diferentes fins e hábitos alimentares dos antepassados, além do modo pelo qual esses hábitos foram alterados. Para Portelli (1996), a história evoca narrativa do passado e é oral porque indica um meio de expressão, inserem-se os entrevistados como sujeitos importantes dentro da sociedade na qual vivem, dando sentido social a suas vidas e contando outra versão da história que até então estava submersa, ou não declarada.

Nessas entrevistas buscou-se construir uma linha do tempo sobre as ações desenvolvidas na comunidade em relação às práticas agrícolas aos conflitos e à demografia. Nesta fase da pesquisa também foi efetuada análise de documentos úteis com base na informação descrita pelas instituições que desenvolvem extensão rural no litoral paranaense como EMATER-PR (Programa Paraná 12 Meses) e IAP (criação da APA de Guaratuba e plano de manejo ambiental).

O uso da técnica de entrevista com as pessoas mais antigas da comunidade foi oportuno e, segundo Meihy (2005), é indicada em comunidades rurais carentes de registro e que possuem apenas a tradição popular da oralidade, como no caso das populações caiçaras. Por meio das narrativas dos sujeitos, obteve-se uma fonte inédita para uma melhor compreensão sobre a comunidade, dando voz aos silenciados e invisíveis. Sendo assim, as entrevistas permitiram uma melhor aproximação na construção do conhecimento do lugar e também possibilitaram as manifestações desta comunidade rural que nunca havia desenvolvido registro escrito de sua história. Essas entrevistas foram gravadas (para o levantamento do vocabulário) e depois apresentadas para a comunidade em forma de painel para a explicação do sentido daquelas expressões e confirmações de seus significados entre os membros.

A segunda técnica da coleta de dados foi possível a partir da convivência com pessoas da comunidade por meio de pesquisa participante (SERVA E JÚNIOR, 1995, Gil, 2008) por meio do método da observação participante. Ocorreu o registro livre dos fenômenos observados no dia a dia da comunidade em um diário de campo, buscando-se observar e registrar: a) informações sobre as regras sociais da comunidade; b) informações sobre o cotidiano; c) relações de confiança; d) relações de cooperação; e) idéia e motivações expressadas no grupo; f) aspirações; g) relação entre extrativistas; h) sentimentos. A vivência com o grupo pesquisado criou laços (Figura 4), que permitiram o acesso a situações habituais, captando palavras de esclarecimento dos observados.





FIGURA 4 - ATIVIDADES REALIZADAS COM A TÉCNICA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: a) OFICINAS; b) PASSEIO; c) RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO NATURAL; d) SEGURANÇA ALIMENTAR; e) PRODUTOS DA FLORESTA; f) ALMOÇO COMUNITÁRIO; h) REUNIÃO NA ESCOLA; i) AJUDA MÚTUA (GUAJU).

A terceira técnica foi a entrevista semiestrutura (APÊNDICE A) a fim de coletar elementos sobre a sustentabilidade da ação extrativista no meio de vida rural. As entrevistas ocorreram por meio de diálogos nas casas das famílias extrativistas (n=12). Cada entrevista recebeu relatório específico organizado e agrupado em análise conjunta, a fim de apreender elementos importantes implícitos não detectáveis na transcrição, como silêncios significativos, ironias no tom de voz, contradições e ambiguidades. Nessas entrevistas buscou-se relacionar as atividades coletivas (almoço comunitário, guaju e reuniões) com a participação ou não dessas famílias que viviam com maior



dependência dos PFNMs na unidade doméstica. A análise integrada dos resultados foi realizada utilizando de abordagem de meio de vida rural sustentável, conforme SCOONES (1999) (Figura 5).

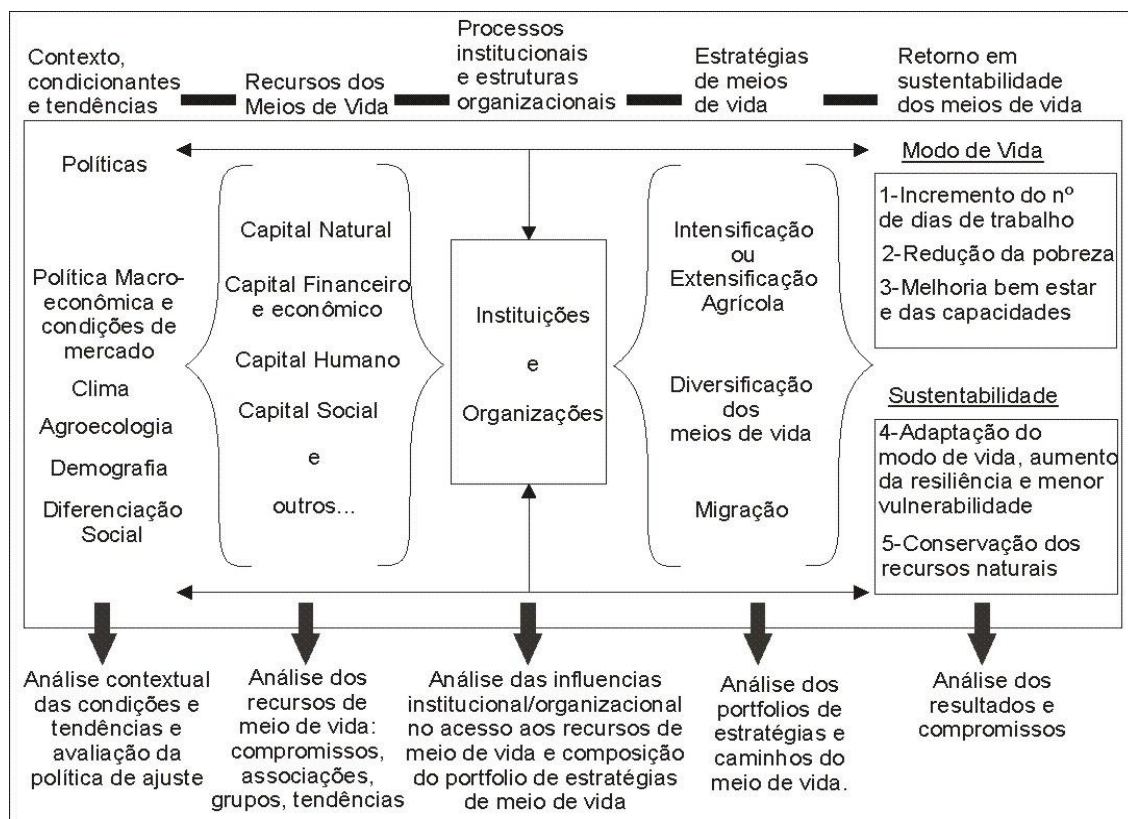


FIGURA 5 - QUADRO DE ANÁLISE DO MEIO DE VIDA RURAL SUSTENTÁVEL EMPREGADO NO ESTUDO DE CASO (SCOONES, 1999).

2.3.3 Características das visões e percepções dos atores governamentais sobre políticas públicas e atividade extrativista nas comunidades rurais do sul da Baía de Guaratuba.

Com base no método da teoria substantiva ou *grounded theory* (STRAUS e COURBIN, 2008), delinear-se-iam estratégias para coleta de dados, com ênfase em entrevistas semiestruturadas com distintos atores da esfera governamental relacionados às questões ambientais e agrárias (Quadro 4).

Dados a serem obtidos	Estratégia/Técnica para coleta de dados	Fonte de coleta de dados
-----------------------	---	--------------------------

Dados a serem obtidos	Estratégia/Técnica para coleta de dados	Fonte de coleta de dados
Percepção dos atores governamentais acerca das comunidades extrativistas em APA no Paraná, sobre as políticas desenvolvidas no Brasil e no Paraná que afetam essas comunidades positiva e negativamente, destacando a visão destes atores sobre as comunidades rurais caiçaras e sua manutenção em áreas protegidas.	Pesquisa documental Entrevistas semi-estruturadas	Leis, projetos, decretos, dentre outras fontes secundárias de dados. Atores governamentais no âmbito municipal, estadual e federal;
Identificação da relação do Conselho Gestor da APA com as comunidades rurais extrativistas considerando: a) Como é formulada a pauta; b) analisar o acesso à informação da reunião, como o convite é comunicado às comunidades rurais; c) transporte; d) desenvolvimento da reunião (diálogo/símbolos)	Observação participante Pesquisa documental	Conselho Gestor da APA de Guaratuba-PR Plano de manejo da APA; pautas; atas do conselho Gestor da APA.

QUADRO 4 – TÉCNICAS E OBJETIVOS VINCULADOS À PESQUISA EM RELAÇÃO À VISÃO DE ATORES GOVERNAMENTAIS SOBRE COMUNIDADES RURAIS E EXTRATIVISMO

Por meio de pesquisa documental buscou-se identificar os entrevistados (apêndice B). A coleta de dados pela análise documental deu-se em vários momentos. No primeiro, para identificar possíveis entrevistados e os projetos desenvolvidos no Estado do Paraná, e em segundo documentos relacionados à gestão da APA de Guaratuba (plano de manejo, atas e pautas).

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas (outubro a novembro de 2009) a atores governamentais (n=19) das distintas esferas (municipal, estadual e federal), previamente identificados na pesquisa documental como representantes de instituições que idealizam, formulam e executam ações aplicadas no litoral do Paraná (Quadro 5).

Municipal	Instituições Estadual	Federal
Departamento de Agricultura <i>Chefe</i>	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento Estado do Paraná (SEAB). <i>Secretário</i>	DFDA-PR - Delegacia Federal do Paraná do Ministério do Desenvolvimento Agrário - <i>Superintendente</i>
Departamento de Meio Ambiente <i>Chefe</i>	Secretaria do Meio Ambiente e recursos hídricos (SEMA) Dep. sociobiodiversidade <i>Coordenador</i>	MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura - Superintendência Federal no Paraná. <i>Superintendente</i>
Secretaria do Bem Estar Social <i>Secretário</i>	Secretaria de Estado do Planejamento e coordenação geral (SEPL) do Paraná. Paraná Biodiversidade <i>Coordenador geral</i>	IBAMA Responsável da Unidade <i>Gestor do Litoral</i>
Secretaria da Educação <i>Resp. Educação do campo</i>	Instituto Ambiental Paraná (IAP) – litoral/Regional <i>Responsável</i>	ICMBIO- Instituto Chico Mendes da biodiversidade <i>Responsável das UC litoral</i>
<b>Atores Estaduais com atuação no município.</b>	EMATER - Instituto Paranaense de assistência técnica e extensão rural. <i>Gerente de operações e desenvolvimento</i>	EMBRAPA Floresta <i>Pesquisador</i>
EMATER – Instituto Paranaense de assistência técnica e extensão rural <i>Extensionista</i>	IAP- Instituto Ambiental do Paraná/Departamento socioambiental <i>Chefe</i>	
IAP- atua no Mun. de Guaratuba-PR. <i>Gestor da APA de Guaratuba</i>	IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná <i>Pesquisador</i>	
BPflo – Batalhão da Polícia Ambiental -Força Verde Mun. Guaratuba-PR. <i>Tenente responsável</i>		

QUADRO 5 - INSTITUIÇÕES E ATORES GOVERNAMENTAIS ENTREVISTADOS

As entrevistas foram precedidas pela apresentação do pesquisador e proposta de trabalho. Os atores governamentais assinaram termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice C), garantindo a proteção e sigilo das informações fornecidas, bem como a interrupção de sua participação a qualquer tempo da pesquisa. A entrevista seguiu roteiro básico com perguntas abertas e fechadas (Apêndice D), de modo a

proporcionar ao ator governamental liberdade e possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. As perguntas objetivas foram elaboradas em escalas constituídas por uma série de palavras (concordo fortemente ou discordo fortemente) em que os entrevistados escolhiam de acordo com sua aceitação (GIL, 2008), além de registrarem o posicionamento em relação à afirmativa do roteiro semiestruturado, também contaram com comentários registrados por meio de gravação consentida. Antes do *layout* final do roteiro de entrevistas, foi realizado um pré-teste com dois atores governamentais (âmbito local e estadual).

A observação participante foi realizada no Conselho Gestor da APA, como ouvinte nas reuniões entre outubro de 2009 a março de 2010, registrando-se de modo informal (anotações livres) informações para identificar a relação do Conselho Gestor da APA com as comunidades rurais extrativistas. A observação participante permite tratar dos acontecimentos em tempo real, possibilita a contextualização dos eventos e a percepção de comportamentos e razões interpessoais dos sujeitos (MINAYO, 1994).

Como resultado das transcrições das dezenove entrevistas obtiveram-se oitenta e cinco laudas. Esse material, aliado ao resultado da observação participante, foi submetido às análises de conteúdo (BARDIN, 1988) e substantiva (STRAUS e COURBIN, 2008), na qual os dados são analisados até a saturação para elucidar as categorias. O tratamento dos dados respeitou o processo de categorização com a identificação da visão dos atores governamentais em relação às atividades extrativistas, políticas públicas e comunidades que vivem na Mata Atlântica, a partir da agricultura de subsistência. Essas análises foram consubstanciadas nas abordagens de Scoones (1999) sobre nova ecologia e Bebbington (2005), pelo meio de vida rural sustentável em relação às instituições (Figura 6).

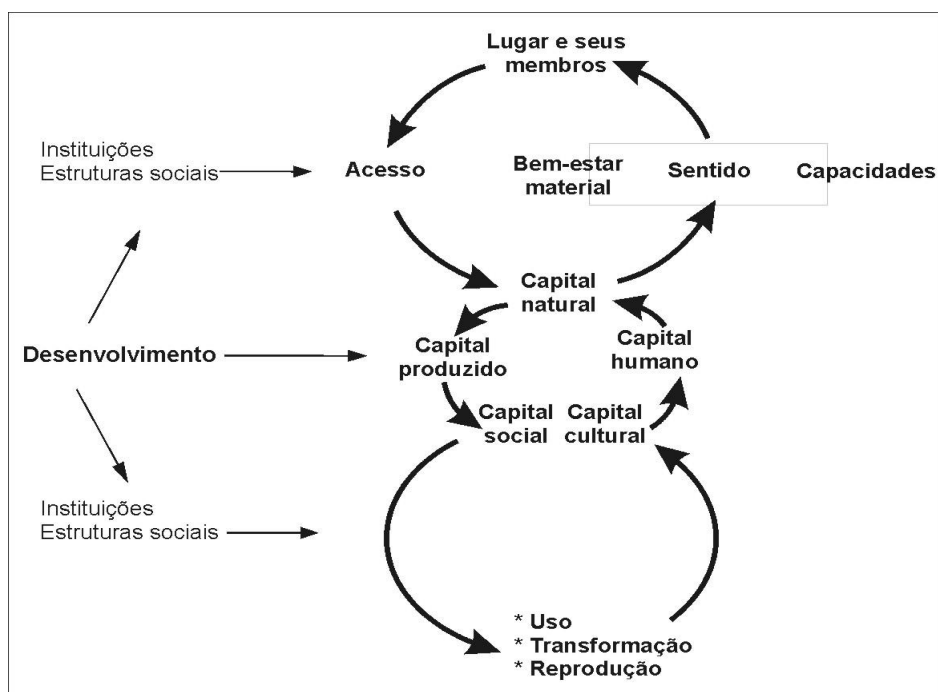


FIGURA 6 - MEIO DE VIDA RURAL SUSTENTÁVEL, ESTRUTURAS SOCIAIS E SEUS IMPACTOS.

### 3. Resultados

#### 3.1 Comunidades rurais com atividades extrativistas ao sul da Baía de Guaratuba-PR

Não sabem precisar se foi em 1880 ou 1890, no entanto sabem que a partir de 1900 já existiam famílias desenvolvendo atividades agrícolas em todas as comunidades (Quadro 6). Para essas comunidades, a terra cumpre um papel importante no modo de vida e não é um bem comercial.

Período	Acontecimento local/comunidade <sup>6</sup>	Acontecimento histórico no litoral do Paraná <sup>7</sup>
1890/1909	Posseiros chegam por barco a remo pela Baía de Guaratuba para o povoamento e criação da comunidade rural de Descoberto, São Joãozinho, Riozinho e Rio Cedro. A construção do Território da família por meio dos lavrador-pescadores (caiçaras- conhecidos como posseiros). Início das atividades agrícolas na comunidade, principalmente no cultivo da mandioca.	Grande número de agricultores livres, exploração agrícola escravista; processo de diferenciação social; Sistemas baseados em grandes períodos de pousio. Utilização da planície pluvial para cultivo de arroz, milho, banana, café, feijão, mandioca, cana-de-açúcar.
1910/1969	Organização e início de práticas agrícolas em pequenas áreas pelo sistema de coivara para o cultivo de feijão, mandioca, café, utilizando áreas alagadas para o cultivo de arroz, pesca e trabalhos artesanais para fins de usos na unidade doméstica. Destacava-se o extrativismo do Cipó-preto para confecção de balaios, cestos, chapéu, objetos de decorações e utilizado como cercas e na construção de moradias.	Fim da escravatura; Falência do modelo de mão de obra escrava; Núcleo de colonização não portuguesa; Desenvolvimento econômico propiciado pela bananicultura; Êxodo rural e estagnação econômica.
1970/1980	Conflito agrário com a chegada das empresas de reflorestamento – Florestal Iguaçu (Grupo Faber Castell) e Comfloresta (Grupo canadense Brascan) com sede em Santa Catarina. A comunidade vê a floresta nativa ser derrubada e o surgimento das plantações de <i>pinus</i> e eucalipto. Êxodo das famílias, pois muitas venderam suas terras, principalmente na comunidade de Descoberto. Famílias do Rio Cedro, São Joãozinho e Riozinho se colocaram em uma posição de resistência contra a empresa de reflorestamento. No entanto, somente a comunidade de Rio Cedro manifestou-se judicialmente garantindo a posse de suas terras.	Políticas públicas de desenvolvimento excludentes; Especulação fundiária; Lei de incentivos para formação de floresta plantada (pínus, eucalipto) Aumento da degradação ambiental; Forte processo de marginalização econômica e social dos agricultores e pescadores; Intensificação dos conflitos agrários.

<sup>6</sup> Dados levantados por meio das famílias e pesquisa bibliográfica.

<sup>7</sup> Baseado e adaptado de Borsatto et al (2007) sobre a história do litoral paranaense.

Período	Acontecimento local/comunidade <sup>6</sup>	Acontecimento histórico no litoral do Paraná <sup>7</sup>
	Chegada das Igrejas: Congregação Cristã do Brasil e Assembleia de Deus	
1981/1992	<p>Início do conflito ambiental com a criação da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba sem diálogo ou qualquer informação para as famílias residentes na floresta Atlântica.</p> <p>As comunidades buscaram alternativas diante das restrições;</p> <p>A partir deste período, algumas famílias iniciaram a intensificação do extrativismo do cipó-preto e do musgo para sua sobrevivência.</p> <p>Diante da dificuldade do acesso à terra, intensifica o conflito agrário e o conflito ambiental.</p> <p>Comunidades de Riozinho e Descoberto realizam parcelamento e comercialização de terras para empreendimentos turísticos como pousadas para pesca esportiva.</p>	<p>Políticas de preservação ambiental;</p> <p>Criação de diversas Unidades de Conservação;</p> <p>Comercialização de crédito de carbono;</p> <p>Aquisição de grandes áreas rurais por ONGs;</p> <p>Criação do ICMS ecológico;</p> <p>Pequenos agricultores tornam-se empecilho para a preservação ambiental do ponto de vista dos preservacionistas/conservacionistas;</p> <p>Aumento da pobreza na área rural.</p>
1993/2009	<p>Percepção sobre as dificuldades de viver na cidade.</p> <p>Os filhos passam a buscar alternativas de trabalho na cidade.</p> <p>Os moradores percebem a necessidade de se manterem nas comunidades rurais devido aos custos dos centros urbanos.</p> <p>As famílias buscam novas fontes de renda: trabalhos no setor privado e público, locação de barco, construção de pousadas.</p>	<p>Manutenção das políticas de preservação ambiental;</p> <p>Aumento da fiscalização por meio do fomento e apoio para a conservação da natureza por organismos internacionais (parceria financeira entre o Governo da Alemanha/Banco KFW e Governo do Paraná), conhecido como Programa Pró - Atlântica.</p> <p>No ano 2000 o Brasil institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e o Estado do Paraná fomenta a criação de RPPN.</p>

QUADRO 6 - ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES DO SUL DA BAÍA DE GUARATUBA-PR

FONTE: A autora (2010)

As famílias relataram que seus bisavôs nasceram ali com as primeiras famílias chegando no final do século XIX início do XX. Alguns ainda relataram que seus pais ou avós ajudaram na medição da sesmaria que limitava-se do rio Boguaçu até o rio São João. Até a década de setenta apareciam pessoas dizendo-se herdeiras daquelas terras, mas nos últimos anos não ocorreram mais reivindicações. A maioria das famílias descende do cruzamento entre índios com portugueses, autodenominam-se colonos, sitiantes ou nativos e dificilmente referem ao lugar que residem como floresta, mas sim, área rural.

As famílias não possuem registro escrito sobre o início da comunidade, apenas história oral e lembranças passadas de pais para filhos. Pelo relato, avôs e bisavôs chegaram pelos rios São João e Descoberto, estabelecendo-se e criando suas raízes históricas e identitárias. O povoamento das comunidades no litoral paranaense foi por posse de terra, passando de pai para filho. A posse faz parte da história do Brasil, onde posseiro era aquele que detinha posse de uma sesmaria, mas não possuía o domínio da mesma, a terra era cedida pela coroa portuguesa.

Ainda hoje, as famílias possuem apenas a posse das terras onde residem e trabalham (97%), mesmo fazendo parte de gerações que estão há mais de cem anos nessas áreas. Apenas uma família da comunidade de Empanturrado ganhou na justiça o processo para registro da área por usucapião. O número de famílias nas comunidades é superior ao número de propriedades em função dos filhos que se casam e constroem suas casas na mesma propriedade dos pais (Tabela 2). Sabendo que, em geral essas propriedades são pequenas (média 0,7 ha) e herdadas, em alguns casos, pela sexta geração, faz com que ocorra uma forte relação de parentesco.

**TABELA 2 - CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DO SUL DA BAÍA DE GUARATUBA-PR.**

Características	Comunidade			
	Riozinho	São Joãozinho	Descoberto	Empanturrado/ Rio cedro
Habitantes (n°)	170	120	150	216
Residências (n°)	53	26	50	60
Propriedades (n°)	32	19	37	20
Média (ha) da propriedade	0,9	0,7	0,5	0,9 / 3,0
Média (R\$) Familiar <sup>8</sup>	390,00	200,00	260,00	145,00
Situação fundiária	97% S. R.	97% S. R.	97% S. R.	80% S.R.*

<sup>8</sup> Salário mínimo R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) conforme Lei nº 11.709/2008.



Características	Comunidade			
	Riozinho	São Joãozinho	Descoberto	Empanturrado/ Rio cedro
	3% certificado	3% certificado	3% certificado	17% certificado 3% escritura

\*S.R.= sem registro de posse

FONTE: A autora (2010)

Essas comunidades originalmente não se diferenciavam quanto a suas raízes e à forma de trabalho, tendo a agricultura como principal atividade, seguido da pesca e extrativismo de PFNM para a confecção de artesanatos. As casas não possuem cercas e, na maioria das comunidades ainda se realizam o Guaju (plantio da mandioca em trabalho coletivo de ajuda mútua). A população adulta possui ensino fundamental incompleto, porém, verifica-se que nos últimos anos, o tempo de estudo e permanência na escola tem aumentado nessas comunidades.

Identificaram-se 189 residências nas comunidades (Tabela 3), sendo que 20% são casas de veraneio, construídas em parcelas de terras vendidas por algumas pessoas, na esperança de uma melhora na renda. As comunidades de São Joãozinho e Empanturrado/Rio Cedro apresentam renda familiar média abaixo de meio salário mínimo vigente no Brasil e maior dependência do extrativismo.

TABELA 3 - RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADES RURAIS E PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIRÁVEIS (PFNMs).

Comunidades	N° residências	N ° Famílias extrativistas	PFNM coletado
São Joãozinho	26	16	Cipó-preto e musgo
Descoberto	50	08	Musgo
Rio Cedro/Empanturrado	60	15	Cipó-preto e musgo
Riozinho	53	09	Cipó-preto
Total	189	48	

FONTE: A autora (2010)

A comunidade de Descoberto é a que possui a menor área em cada propriedade. Algumas famílias venderam suas terras atraídas pela oferta da empresa de

reflorestamento Comfloresta na década de setenta e oitenta. Muitas venderam pela ilusão do dinheiro na mão e após um ano estavam morando em casas improvisadas em um bairro pobre (Bairro Mirim) em Guaratuba, outras tiveram a redução de sua área e permaneceram na comunidade. Embora o êxodo rural tenha ocorrido com a chegada deste tipo de empresa, algumas famílias resistiram, apesar do impacto com a perda da terra para plantar e da floresta para o extrativismo, dando origem a uma grande área de monocultura de *Pinus* sp.

Na comunidade de São Joãozinho dezesseis extratores tinham entre si algum laço de parentesco (irmão, cunhado, genro, primo e sobrinho), resultando em pluriatividade com relação permanente entre a natureza e membros da família

### 3.1.2 Processo de extrativismo dos PFNMs

Nos últimos anos a fonte de renda dessas comunidades tem-se alterado. As famílias residentes em Riozinho e Descoberto relataram que a cada ano diminui o número de famílias extrativistas. Em Riozinho o orçamento é constituído por diversas fontes monetárias e não-monetárias. Como monetárias, incluem-se os funcionários públicos municipais, empregadas diaristas em casas de veraneio e pousadas. A pesca e a aposentadoria são as principais fontes de renda em Descoberto. São Joãozinho e Rio Cedro apresentam maior dependência financeira da ação extrativista do Cipó-preto ou Cipó-imbé (*Philodendon corcovadense*) e o Musgo/veludo (*Sphagnum* sp), inclusive com um número expressivo de extrativistas conforme exposto.

Desde a década de cinquenta, as famílias trabalham na confecção de balaies vendidos no comércio de Guaratuba por uma empresa local, que mensalmente visitava as comunidades para retirar produtos florestais beneficiados. Nessa época, o extrativismo era apenas complementar à renda e considerada atividade feminina, uma vez que os homens estariam envolvidos na lavoura ou na pesca. As tarefas de coletar e tecer o cipó eram desenvolvidas de forma criativa, sem moldes e definição de tamanho. No entanto, hoje as famílias confeccionam a partir do pedido do intermediário, que define a quantidade a ser produzida e impõe o ritmo de trabalho. Esses intermediários provêm dos estados de São Paulo e Santa Catarina (Figura 7).

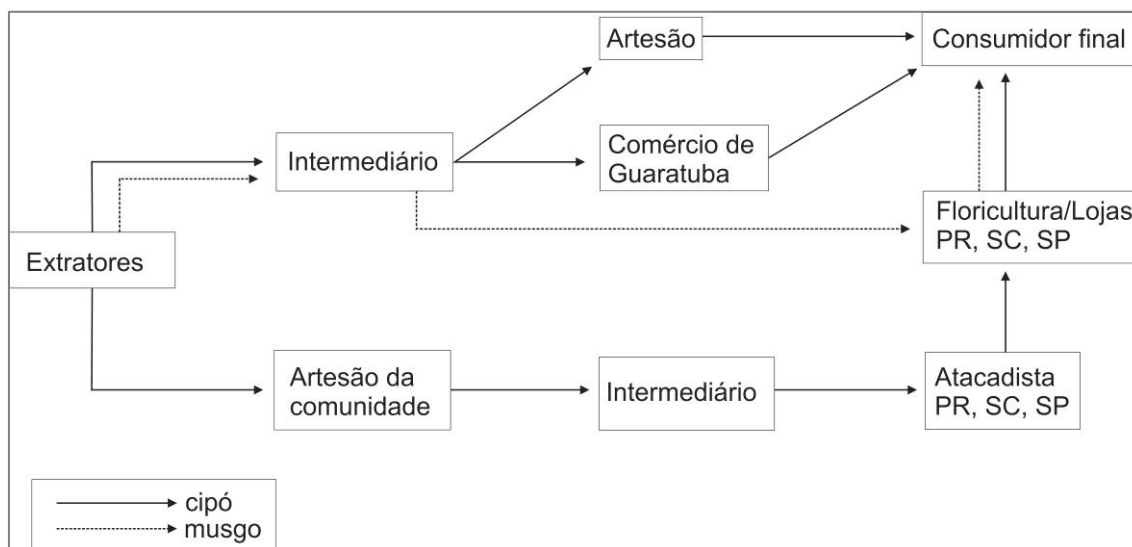


FIGURA 7 – CADEIA PRODUTIVA DO CIPÓ-PRETO E MUSGO NA APA DE GUARATUBA-PR

FONTE: A autora (2010)

O musgo é vendido “in natura” nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo via intermediário que determina os valores de R\$ 2,00/saco ao coletor e R\$ 10,00 para o varejo, uma diferença que varia de 500% a 1.350%. A coleta do musgo envolve, em média, três dias de trabalho e duas pessoas da família para beneficiamento de 20 sacos de 60 litros, proporcionando uma renda de R\$ 40,00 para a família, uma média de R\$ 5,00 por dia de trabalho.

Diferentes agentes compõem as cadeias de produção assimétrica do cipó-preto e musgo, desde a extração até o consumidor final (Figura 7). A comercialização do cipó pode ocorrer na forma “in natura”, onde o intermediário vende ao artesão ou comércio de Guaratuba, ou beneficiado para a produção de cestaria. A comercialização ocorre a partir de encomenda das cestas nas casas dos extrativistas, adquirindo-as por um valor mínimo e vendendo-as em Santa Catarina, Paraná e em São Paulo. Embora existam intermediários locais que pagam R\$0,60 por quilo de cipó preto *in natura* os coletores optam por extrair, beneficiar e vender, considerando a confecção de cesta mais viável para conservar o recurso vegetal. Sobre o trabalho com artesanato (confecção de cestas), identificou-se nas comunidades a figura do atravessador, o qual exerce um papel importante na cadeia produtiva.

Um exemplo da comercialização desenvolvida é o cestinho mini, confeccionado com o cipó-preto beneficiado, chamado de piolho, vendido pelas famílias no valor de R\$ 0,08 ao intermediário, que revende ao atacadista à R\$ 0,21, e o faz ao consumidor final a, mais ou menos, R\$ 0,40, ou seja, com um aumento de 500% no valor. Já o arranjo mais vendido por essas famílias é o confeccionado no tamanho 12, o qual é pago pelo intermediário R\$ 0,12, que revende a atacadistas de Curitiba e São Paulo a R\$ 0,70, acrescentando ao valor final um lucro de 583%.

A confecção de 1.000 cestas realizadas em nove dias (Tabela 4), envolvendo, em média, duas pessoas da unidade doméstica, resulta em uma renda de R\$ 120,00 para o casal na entrega do produto confeccionado (pouco mais de R\$ 6,00 por pessoa/dia). Ou seja, não existe valoração do recurso vegetal e nem da mão-de-obra no beneficiamento e confecção do produto final. A diferença com o musgo é que ele só envolve o processo de secagem e não o de beneficiamento e confecção.

As famílias trabalhavam a partir da encomenda do intermediário de forma isolada dentro da comunidade, então nunca haviam analisado e percebido o quanto uma comunidade poderia estar produzindo para o comprador. A comunidade de São Joãozinho, por exemplo, tinha quinze famílias trabalhando diariamente (10hs/por dia), para tecer 24 mil unidades/mês de vários tamanhos de cestos. Quando apresentado a relação acabaram surpreendendo-se com o tempo dedicado e os valores baixos da comercialização desses produtos, assim como o grande volume requisitado de recurso vegetal por comunidade para confecção de cestas.

O produto extrativista tem produção mercantil simples com vistas à aquisição de mercadorias para consumo, empregando mão-de-obra familiar, poucos utensílios, dedicação que não mensura o valor homem/hora e dependência dos recursos naturais.

O trabalho dos coletores é individual, no entanto, entendem o recurso da floresta como coletivo e finito fazendo com que desenvolvam estratégias para buscar recursos naturais sem pressionar a floresta. A contradição surge da relação de subordinação com o intermediário ou atravessador e da moral constrangedora em colocar preço em algo que é de todos (a natureza).

As comunidades relatam que não trocam informações sobre o processo de beneficiamento dos PFNMs ou valores comercializados entre seus membros, nem com outras comunidades. A intensificação do comércio dos PFNMs é o resultado dos últimos quinze anos, quando as famílias ativaram a busca por alternativas de renda em

atividades não-agrícolas por causa das fiscalizações e restrições do uso da terra. As famílias consideram frágil essa alternativa, pois é muito trabalho envolvendo várias pessoas para um retorno financeiro tão irrisório.

TABELA 4 - PROCESSO DE COLETA, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO MUSGO “VELUDO” EM RIO CEDRO/EMPANTURRADO E DO CIPÓ-PRETO EM SÃO JOÃOZINHO

RIO CEDRO/EMPANTURRADO				
Etapas	Pessoas	Material	Tempo (h)	Volume (sacos)
Coleta	2	Sacos	8	20
Transporte	2	Bicicleta/carrinho de mão	48	5/viagem
Secagem	1	Lona e tela	12	20
Embalagem	1	Saco e corda	1	20
Entrega	1	-----	1	20
Valor (R\$)	20 x 2,00=40,00			
SÃO JOÃOZINHO				
Etapas	Pessoas	Material	Tempo (h)	Peso (Kg)
Coleta	2	Vara, Facão, Corda	7	80
Transporte	2	Bicicleta, Barco	3	80
Limpeza	1	Faca	7	45
Raspagem	1	Placa com furos	8	45
Secagem	1	Fogão ou terreiro	8	45
Tecelagem	3	Mão-de-obra qualificada	40	
Entrega	1	-----	1	1.000 peças
Valor (R\$)	1.000 x 0,12=120,00			

FONTE: A autora (2010)

A comercialização e utilização dos PFNMs coletados nas comunidades seguem rotinas diferentes para musgo e cipó-preto. No caso do musgo, apenas um intermediário vem comprá-lo na comunidade, levando até os varejistas que são floriculturas, lojas, viveiros e empresas do ramo de paisagem. O musgo é utilizado em arranjos,

ornamentos fúnebres, como substrato para o plantio de folhagens e flores. Recentemente vem sendo utilizado em canteiros com a finalidade de manter a umidade do solo. Esse recurso vegetal atende aos mercados de Curitiba-PR, Santa Catarina e São Paulo. Quanto ao cipó-preto, três intermediários visitam a comunidade. O comércio varejista compõe-se por lojistas do ramo de floricultura, viveiros de plantas ornamentais e supermercados. Os diversos tipos de cestas produzidas atendem aos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

O fator das leis ambientais e o efeito negativo na comercialização dos PFNMs, pelas famílias, foram identificados por meio da criação da Área de Proteção Ambiental (APA) pelo Decreto Estadual em 1992, embora a maioria dos lavradores desconhecesse o que era uma APA, ou o que significaria morar dentro de uma área com essa classificação. Recebiam uma pressão do intermediário ao comercializar porque este informava que a atividade era ilegal. Identificou-se que existe uma falta de entendimento das famílias sobre o que é a APA e uma preocupação com a Polícia Ambiental devido às restrições sofridas em relação ao uso da terra. Essas mudanças e preocupações promovem uma comercialização dos PFNMs com um valor subdimensionado, pois a falta de informação das famílias e o fato dos PFNMs não estarem prescritos no Plano de Manejo da APA fazem com que essa atividade seja considerada marginal.

Há dez anos o comprador do musgo paga o mesmo valor no saco de musgo seco (R\$ 2,00). Há três anos, as comunidades de Rio Cedro/Empanturrado tentaram realizar uma organização entre os extrativistas para forçar o intermediário a pagar melhor pelo trabalho de coleta, no entanto, não obtiveram êxito porque as famílias tiveram medo que o intermediário deixasse de procurá-los, perdendo sua melhor alternativa de renda. Desta forma, o processo de organização social para reivindicação não obteve sucesso.

Existe uma inconstância da parte do intermediário em relação à compra dos produtos. A forma de interação da comunidade com os compradores caracterizou-se em uma relação de mercado com poucos compradores e muitos vendedores de um mesmo produto, resultando uma relação econômica extremamente negativa, devido à exploração do trabalho e do tempo dedicado a tais atividades por essas famílias. A coleta e secagem do musgo “in natura” é feita por homens e mulheres, enquanto no cipó, o homem é responsável pela coleta, e as mulheres e crianças beneficiam e tecem

as cestarias. As comunidades se diferenciam no processo de secagem do musgo pela utilização da lona e tela elevadas do chão. As comunidades não calculam o tempo dedicado ao trabalho e o que deixam de fazer para realizar a atividade mediante a remuneração estabelecida.

O beneficiamento do cipó-preto ocorre em um longo procedimento, desde a separação da casca da raiz, afinamento e secagem ao sol ou no fogão a lenha. A seguir iniciam-se novas etapas realizadas por todos os membros da casa (homens, mulheres e crianças). A confecção das cestarias distingue-se especialmente quanto ao fluxo produtivo. Embora as comunidades estejam em média a 10 km de distância umas das outras. As comunidades não trocam diálogos sobre suas experiências em relação à ação extrativista de trabalho ou saberes. As conversas versam sobre assuntos familiares, religião e falta de opção para o trabalho.

### 3.1.3 Empreendedorismo praticado nas comunidades

Para análise dos elementos do empreendedorismo nas comunidades rurais da APA de Guaratuba considerou-se a situação das famílias extrativistas em relação ao fato de gostarem do lugar em que vivem, à infraestrutura e acesso aos serviços públicos e sua relação com os recursos vegetais e afinidades (habilidades, vínculo cultural). Foram 38 pessoas chefes de família participando do encontro, totalizando 75, considerando as crianças. Identificou-se a participação<sup>9</sup> de 86% das famílias convidadas na comunidade rural de São Joãozinho, representando 13 pessoas, 53,3% do Descoberto com 8 participantes, 53% do Rio Cedro e Empanturrado também com 8 participantes e 60% de Riozinho com 9 participantes.

Foi possível identificar no registro 85% de mulheres e apenas 15% de homens. A maioria apresenta-se como lavrador, quando não como artesã ou artesão. Essas pessoas, embora realizem diariamente alguma atividade relacionada com os PFNMs, não se autodenominam como cipozeiros ou extrativistas.

Um elemento encontrado foi que, 70% das famílias gostam do lugar em que vivem e consideram esse espaço tranquilo, calmo, agradável e bom para viver. 30% dos

---

<sup>9</sup> Considerou-se a participação efetiva, desde o credenciamento até o fechamento da discussão do Grupo focal. A comunidade do Descoberto, por exemplo, iniciou com 15 pessoas e ao final estava com oito, o que significa que dos 15 convidados apenas 53% participaram. O que se torna um indicativo também em relação ao interesse sobre o tema.

participantes informaram ter a segurança de que, pelo menos na área rural, não passam fome e que, vivendo na mata é como ter sempre alguma alternativa para alimentação da família.

Outros elementos relacionam-se aos fatores negativos de se morar na floresta no que tange à infraestrutura do lugar em que se vivem: a) condições insuficientes de escola para os filhos (só possui até a 4ª série do ensino fundamental); b) serviços de saúde insatisfatório (não existe farmácia no Posto de Atendimento e o médico é apenas uma vez por semana); c) a falta de trabalho e renda que atinge as comunidades; d) falta de módulo policial para patrulha, pois começaram a ocorrer casos de violência e roubo nas comunidades, algo que até recentemente era impossível de se imaginar, segundo as famílias. Todos os participantes foram unânimes em considerar o transporte público péssimo (ônibus apenas duas vezes por semana), assim como todos reclamaram da estrada, que por motivos de chuvas fortes fica sem condições de uso. Em São Joãozinho o ônibus não chega à comunidade pela situação precária da estrada.

Os grupos apresentaram como necessidade primordial a criação de escola de ensino fundamental completa (inclusive 5ª à 8ª série) e ensino médio, pois as crianças sofrem muito para ir à cidade estudar<sup>10</sup>. Também citaram a necessidade de telefone público, visto que só duas comunidades possuem (Descoberto e Riozinho).

As comunidades como Rio Cedro/Empanturrado e São Joãozinho são comunidades sem equipamentos públicos e com maior necessidade de auxílio. Embora as famílias gostem de viver na floresta, 80% consideram as condições de acessos em relação aos serviços públicos essenciais precários, em especial, as comunidades do Rio Cedro e São Joãozinho por não possuírem posto de atendimento de saúde nem telefone público. Essa precariedade no acesso aos serviços públicos denota um estado de privação e reforça o nível de dependência delas com o extrativismo e busca de renda.

Quanto à afinidade (habilidade e vínculo cultural com os PFNMs), a maioria dos entrevistados (92%) informou que aprendeu a atividade extrativista com os pais, desenvolvendo uma habilidade por meio de um conhecimento tácito. Quanto às estratégias buscadas para sua sobrevivência, 50% citaram a importância de iniciar a ação extrativista pela necessidade de subsistência frente à falta de alternativas. O aspecto de cultura familiar da atividade foi mais evidente nas comunidades do Riozinho

---

<sup>10</sup> Relataram que as crianças saem apenas com o café da manhã às 9h de casa e retornam às 19h, apenas com o lanche servido no intervalo da escola. Algumas sentem dores de cabeças e já tiveram casos de desmaios por fome.



e São Joãozinho ao apontar que faz parte de seu modo de vida tirar produtos da floresta, embora a maior integração entre vizinhos foi registrado na comunidade de São Joãozinho, um ensina o outro a tecer o cipó.

As condições encontradas nas comunidades relacionam-se ao potencial empreendedor desenvolvido nesses grupos (Figura 5), identificados na habilidade de extrair o cipó e coletar o musgo, assim como a necessidade dessas comunidades para obtenção de fonte de renda. A ação dessas famílias para empreender com PFNMs não foi um ato de livre escolha do indivíduo, mas um exercício do senso prático de agentes sociais que buscam concretizar suas perspectivas e projetos dentro das condições dadas pelo universo social e específico em que vivem, exercendo como resposta, o empreendedorismo por necessidade.

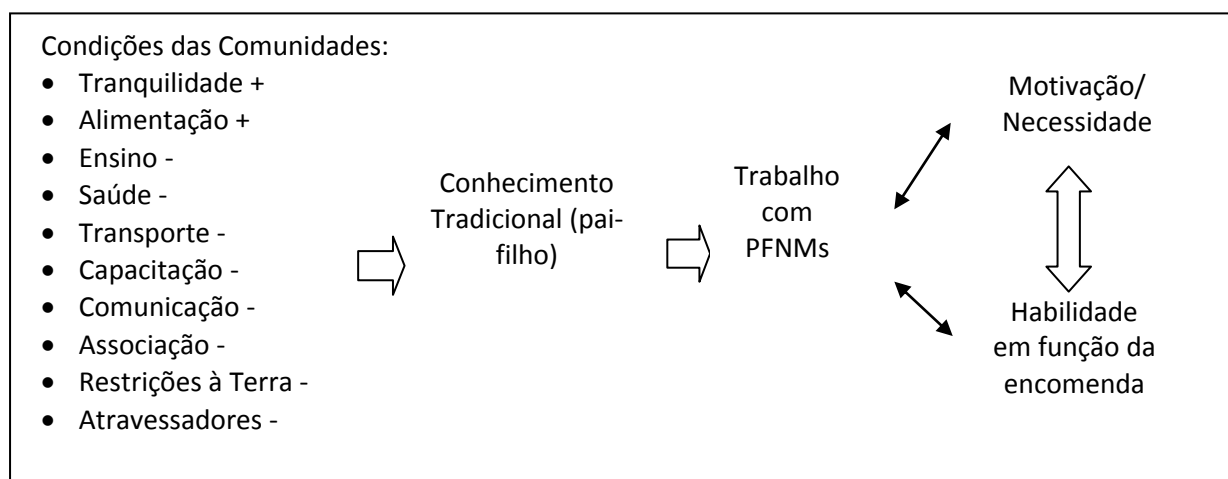


FIGURA 5 - CENÁRIO DA AÇÃO EMPREENDEDORA COM PFNMs NAS COMUNIDADES

FONTE: A autora (2010)

Foi identificado que a ação de empreender com PFNMs está relacionada com práticas que constroem a identidade do habitante do interior da mata em regiões litorâneas, os quais usam várias estratégias de meio de vida, como a caça, a agricultura de baixo impacto, a pesca e a coleta, sendo todas importantes. No entanto, identificou-se que algumas comunidades estão focando em apenas uma atividade extrativista, como por exemplo, na comunidade do Rio Cedro que depende da venda de musgo, tornando sua fonte de renda instável. Como elementos para identificar as características dos grupos em relação ao empreendedorismo dos PFNMs, foi considerada a satisfação ou

não em trabalhar com esses recursos vegetais; visto que a atividade cria motivação, identidade, autonomia, solidariedade e também o desejo de trabalhar com esse produto no futuro. Buscou-se analisar se os grupos visualizam novas possibilidades do uso da floresta.

Em relação às possibilidades e limites de trabalhar com os PFNMs foi possível encontrar uma heterogeneidade nos resultados. Comunidades como Rio Cedro e São Joãozinho destacaram pontos favoráveis, em especial a renda para a subsistência da família, encontrando na atividade de tecer, um trabalho vantajoso pelo fato de poder ser realizado em casa, ter sempre comprador e também representar algo para distrair. Já as comunidades do Descoberto e Riozinho só encontraram pontos desfavoráveis, sendo a mais crítica a relação com o intermediário. De modo geral, surgiu uma assimetria com um número de 10 situações desfavoráveis em relação a empreender com os recursos da floresta em seu dia a dia e apenas 04 situações favoráveis.

Quanto às características empreendedoras do grupo, sobressaiu-se a comunidade de São Joãozinho por apresentar vários pontos favoráveis como à satisfação no trabalho com os PFNMs e à questão da renda, em um total de 10 pessoas, assim como realização e interesse. E nos pontos desfavoráveis, essa comunidade apresentou preocupação com a baixa organização das pessoas, a possibilidade do trabalho desorganizado prejudicar a floresta e como a questão do intermediário/atravessador afeta o seu trabalho e precisa ser redimensionado. No entanto, 76% dos entrevistados informaram que o problema é a comercialização dos produtos e a relação com o intermediário. É visível a situação das famílias em relação ao intermediário e como a questão do extrativismo poderá ser inviabilizada caso não ocorra um plano de manejo coletivo em relação ao uso do recurso, já que 23% informaram que cada vez necessitam caminhar mais para obter a matéria prima vegetal.

As comunidades de Rio Cedro/Empanturrado, Riozinho e São Joãozinho demonstraram interesse em permanecer com atividades de extrativistas de PFNMs no futuro. No entanto, as famílias da Comunidade do Descoberto não vêem essas possibilidades. Entre as formas de empreender que a comunidade de São Joãozinho indicou, apresentando um interesse em inovar com os PFNMs, destacam-se: a) integração e fortalecimento das pessoas da comunidade; b) cooperativismo; c) venda direta ao consumidor; d) beneficiar os produtos para vender (arranjos com

características do lugar); e) possibilidades de trabalhar com piri, bambu e timpupeva; f) diálogo com os trabalhadores da floresta sobre conservação.

Dentro deste contexto, as comunidades de São Joãozinho, Rio Cedro/Empanturrado foram as que apresentaram um maior interesse em permanecer no trabalho com esses recursos, destacando-se a comunidade São Joãozinho pelo número de inovações e criatividade. Observa-se nesta comunidade um forte empreendedorismo feminino (Os presentes no grupo focal eram 12 mulheres e 03 homens.), o desejo de diálogo para a conservação da floresta e melhor comercialização desses produtos, o que possibilita continuar os trabalhos de pesquisa com essa comunidade na perspectiva do desenvolvimento e empreendedorismo.

As comunidades de Descoberto e Riozinho demonstraram desinteresse em trabalhar com os PFNMs no futuro, não significando que não estejam empreendendo. Os dados coletados apenas apontaram que essas pessoas desistiram da ação extrativista baseada nos PFNMs e buscaram depender de outras fontes de renda ou recursos. Os resultados mostraram que essas famílias encontraram outras atividades fora do extrativismo. Esse fato pode estar relacionado ao número de aposentados existentes na comunidade, assim como o elevado índice de filhos que trabalham na cidade e voltam no final de semana trazendo auxílio financeiro às famílias. Esses indicativos podem ter alterado a forma e necessidade de trabalhar com os PFNMs. Já na comunidade do Riozinho, esse fato pode estar relacionado ao número de pessoas com carteira assinada em órgão municipal (funcionalismo público) e o estabelecimento de pousadas, empreendimentos em pesca esportiva e produção e venda de farinha de mandioca.

Os resultados encontrados na comunidade de São Joãozinho e Rio Cedro/Empanturrado sobre o desejo de continuar com os trabalhos baseados no extrativismo dos PFNMs apontam para uma relação direta entre falta de oportunidades (pobreza) e necessidade de empreender por meio da ação extrativista nessas comunidades rurais menos assistidas pelo Estado. Por fim, quanto à detecção de elementos empreendedores e à identificação de grupos interessados em empreender com PFNMs no futuro, foi possível conhecer coletivamente (as famílias das comunidades) quem empreende e examinar quais são suas atividades, características, envolvendo o complexo contexto que as comunidades estavam inseridas em relação a acesso e à infraestrutura, encontrando um empreendedorismo por necessidade (habilidade e recurso disponível), assim como a identificação das comunidades que mais

evidenciaram um interesse, como Rio Cedro/Empanturrado e São Joãozinho, em empreender no futuro em uma perspectiva de possíveis trabalhos com PFNMs de forma comunitária.

### 3.2 Sustentabilidade da ação extrativista para as famílias de São Joãozinho

#### 3.2.1 Meios de vida, ativos<sup>11</sup> e processos institucionais

As famílias chegaram em torno de 1890 a 1900 pelo Rio Miranda, o qual, por volta de 1950, passou a chamar-se São Joãozinho como diminutivo de sua nascente no grande rio São João. Na época, havia apenas um senhor chamado Antonio Miranda que se mudou para Guaratuba. Com o passar do tempo as famílias acharam mais fácil a alternativa São Joãozinho e o nome foi alterado.

*O nome São Joãozinho nasce por causa do braço do Rio São João (que sobe) e do braço do Riozinho que também é um rio estreito e as comunidades receberam o nome do rio, como aqui.*

João Degues 89 anos – Comunidade de Riozinho

A ocupação da comunidade reflete a realidade do litoral do Paraná em relação à questão fundiária, casos de Sesmaria e posse da terra sem documento. As famílias chegavam de barco pelo Rio São João. Dessas, algumas ficavam na margem do Rio Riozinho que hoje chamamos de Comunidade do Riozinho e outras vieram a povoar a chamada Comunidade Rural de São Joãozinho. A demografia da comunidade ocorreu da seguinte forma:

1890/1909-03 famílias: Miranda, Carneiro Almeida e Freitas

1910/1969-25 famílias

1970/1980-15 famílias, diminuição ocorrida pela Empresa de Reflorestamento

1981/1992- 20 famílias, Congregação Cristã do Brasil e Assembleia de Deus

---

<sup>11</sup> Bebbington (1999) classifica os “ativos de capital” em cinco tipos: a) *capital cultural*: valores e bens simbólicos que sustentam formas de identidade, tradições e padrões de interação; b) *capital humano*: conhecimento, saúde, habilidades; c) *capital natural*: qualidade e quantidade de recursos naturais; d) *capital social*: redes de reciprocidade e confiança; e) *capital produzido*: meios de produção e ativos financeiros.

1993/2009-30 famílias e nascimento de uma criança representando a 6ª geração nascida na Comunidade Rural de São Joãozinho.

Os adultos em sua maioria possuem os três primeiros anos do ensino fundamental, e 80% tornaram-se evangélicos nos últimos vinte anos. As pessoas com atividades extrativistas representam um total de 55 pessoas, sendo 22 do sexo masculino e 33 do sexo feminino, com a idade média de 27,5 e 21,7 anos respectivamente. A composição ficou compreendida em 20% por homens na idade adulta (18 a 80 anos), 29,9% por mulheres adultas (18 a 80 anos), 23% de adolescente (12 a 17 anos) e por fim o grande destaque, que são as crianças, representando o maior número nessas famílias, 27,7% de recém-nascido até 12 anos. Os entrevistados (87,27%) nasceram em São Joãozinho e 12,73% em outra comunidade. Os casamentos ocorrem dentro das comunidades entre primos, sendo comum encontrar famílias onde sobrinhos e primos casaram entre si. A média de residente por unidade familiar é 4,5 pessoas.

Quanto à autodenominação dos chefes de famílias 41,67% são lavradores, 8,33% extrativistas e 16,66% funcionários públicos e esporadicamente extrativistas com e apenas uma pessoa se autodenominando lavrador/extrativista. Uma participante que não sabe se autodenominar, já que havia iniciado a atividade extrativista recentemente com o musgo. Entre as habilidades mais desenvolvidas com atividades extrativistas, elas declararam que 47,27% tecem cipó, 34,64% cultivam a terra, 30% pescam e 04% atuam em construção civil. Embora a terra seja um trabalho importante para os membros da comunidade, a habilidade que está sendo desenvolvidas nas crianças da comunidade é a do extrativismo e trabalho manual.

As famílias extrativistas são jovens, com maior número de mulheres. Um dos fatores do número de mulheres (algumas como chefe de família) é devido ao fim do casamento e o retorno ao território da família, onde seus pais providenciam moradia e a elas e seus filhos iniciam as atividades de roça e extrativismo. Na comunidade foram encontrados dois casos com essas características.

As práticas sociais das famílias da comunidade de São Joãozinho foram manifestadas nas seguintes regras: Reciprocidade, Lei do respeito e da identidade da comunidade com a terra. A reciprocidade está relacionada ao trabalho. Existem regras no sistema de solidariedade do Guajú para o plantio da roça de mandioca, devendo ser realizado na lua crescente. Existe, organização e ordenamento, sendo que os homens vão à frente com as enxadas fazendo as covas e as mulheres, em seguida, realizam o

plantio. Uma lavradora em sua fileira de plantio segue a marca feita pela outra com a palma da mão. O trabalho coletivo, normalmente inicia-se após o almoço e vai até o pôr do sol. Outra regra estabelecida é a oferta de água, licor e vinho nos intervalos de descanso. Primeiro os homens fazem as covas e descansam, depois as mulheres colocam as ramas e descansam, ficando sempre um grupo descansando e outro trabalhando constantemente, ao final ocorre confraternização na casa do dono da plantação.

A Lei do Respeito foi observada em relação às pessoas e ao espaço. As pessoas manifestam respeito em relação às mais velhas. Nas reuniões, os jovens não se manifestaram enquanto os mais velhos não apontaram suas posições perante a discussão proposta. As famílias nunca demarcaram seu terreno, todos respeitam o quintal do outro, sem a necessidade de cercas ou limites. Os caiçaras não apresentaram insegurança quanto ao roubo de suas culturas, pelo contrário, nunca ocorreram problemas internos pelo uso da terra.

A relação do membro da comunidade com a terra é permeada por conflitos ambientais e agrários, resultando na diminuição de lavouras de arroz, milho e cana-de-açúcar. A cada ano observa-se que as famílias têm menos terra para o cultivo, já que os filhos casam e constroem suas casas onde antes eram espaços de lavoura. Os relatos dizem como se deu a chegada da Comfloresta com plantações de *Pinus* sp, abertura de estradas, mudança da paisagem pela perda da mata nativa, fiscalização intensiva, sentimento de impotência diante do poderio da empresa e do Estado (força da lei).

*A plantação da mandioca não dá por causa do Pinus, banhado pra cá, banhado pra lá, não nasce mais nada.*

Aposentada - 60 anos

*Teve muita mudança, por causa da fiscalização depois que chegou a ambiental. Depois que a Comfloresta chegou há 30 anos, abriu estradinhas para entrar o pessoal de fora. Foi ela que desmanchou aqui não foi a prefeitura e nem o governo. A Comfloresta veio pra cá, atacaram a gente, comprando aqui embargando ali, vão vendendo, vão prendendo, desmatou tudo, tomou tudo. Tirou muita gente daqui, teve muita que teve que correr deixou tudo o que tinha. Se não a polícia prendia. Minha guria que era curiosa, disse que lá no Descoberto um tio meu tinha 8 alqueires de terra e já tinha pago 4 mil reais de imposto na prefeitura. A Comfloresta chegou, foi conversando levou o veio (meu tio) em Guaratuba levou no hotel, deu almoço, refrigerante o homem que estava com ele, disse que não precisava pagar nada e deu um papel para o veio assinar a desistência da*

*terra e, ele acabou assinando. O filho dele perdeu tudo o que tinha plantado não teve como recorrer não tinha dinheiro e o trator desmatou tudo da propriedade dele. Uma tristeza.*

Lavrador-pescador da comunidade de São Joãozinho – 78 anos.

*Era tranqüilo, era bom. Era caminho, não tinha estrada para entrar carro, não tinha barulho.*

Lavadora e coletora de Musgo da Comunidade – 76 anos.

Os fatores aqui apresentados como mercado (empresa de reflorestamento) e Estado (criação da UC) trouxeram insegurança às situações vividas e falta de apoio. Os próximos relatos também apontam sobre a saída de várias famílias, mudança na qualidade de vida, construção e reprodução do sentimento de empobrecimento diante da nova realidade:

*Em 1978 chegou a Florestal Iguaçu e em seguida a Comfloresta em 1979. Aquilo ia acabando com toda floresta com tratores e corrente no meio, arrastando tudo, árvores com madeira de 80 anos, até o terreno do homem eles queriam. Um vizinho que a máquina tava encostando no terreno dele, pegou espingarda para matar, defender o que era dele. O povo aqui entregou a terra porque todo mundo era posseiro não tinha como provar, ninguém tinha documento. E como eles vinha e diziam que eles tinham comprado a terra e não sei o que, e o povo muito coitado, muito medroso com sentimento, sem instrução, sem capacidade, sem sabedoria esmorecia e depois eles mentiam dizendo que davam o nome, e faziam o documento da tua terra e não sei o que, e quando o povo via, já deixavam fora da casa. E não tinha mais jeito, as famílias iam embora daqui.*

Lavrador- pescador da Comunidade de São Joãozinho – 76 anos

*Nos últimos 15 anos só piorou. A gente aqui de São Joãozinho, é como uma pessoa numa cadeira de roda ou que ser ajudada pra ir pra frente. Se consegue alguém para levar pra um lugar vai pra frente e nós somos iguais. Eu ouvi um comentário que vão fechar a Bahia de Guaratuba como um pesque pague, aqui tudo já foi tomado pelo Pinus, hoje já não pode plantar daqui uns dias não podemos pescar. A florestal ta pra lá pra cá, já me mandaram embora porque eu tava numa área que era proibido. O rapaz da ambiental falou “O senhor vai perder sua rede, sabia que era proibido por que foi lá?” Doutor eu fui lá e já tava indo embora, mas quando visei o peixe eu peguei, eu preciso comer. Conversamos, mas não me multou não.*

Pescador, lavrador e extrativista da comunidade – 66 anos.

Existem sentimentos de tristeza, impotência (“nos estamos como uma pessoa na cadeira de rodas, ou um cego”), angústia e desconsideração sobre as empresas de reflorestamento em um espaço já ocupado, pelo território de vida dessas famílias. A angústia por não ter o documento da terra e as informações insuficientes ou a falta de acompanhamento de um órgão que os representasse sobre como proceder diante de tal situação. Soma-se à empresa de reflorestamento e Estado o investimento do governo alemão e Banco KFW por meio da ONG Brasileira (SPVS) para a conservação da Floresta Atlântica (Programa Pró-Atlântica), através da estruturação do Batalhão da Polícia Florestal (BPFlo), intensificando a fiscalização e consequente aumento na cobrança de multas, influenciando o modo de vida das famílias extrativistas.

Os elementos do capital humano detectados, relacionam-se à educação formal e informal, melhor uso dos PFNMs, acesso a informações, notícias, relação com trabalho, saúde, satisfação com o lugar onde mora e estilo de vida e a floresta. Em 16% das famílias existem pessoas que não sabem assinar o nome, nunca foram à escola e têm receio em informar essa condição (Tabela 6).

**TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DA ESCOLARIDADE DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA DOS CHEFES DE FAMÍLIA DA COMUNIDADE DE SÃO JOÃOZINHO**

Escolaridade	Faixa etária (anos)			
	18 a 25	26 a 35	36 a 50	51 a 70
Não Alfabetizado			8,34	8,34
1ª à 3ª série	8,33	8,33	24,9	16,78
4ª à 6ª série		8,33	16,67	

FONTE: A autora (2010)

No cenário da educação formal, 60% têm menos de três anos de estudo e na comunidade de São Joãozinho 90% das famílias não possuem os cinco primeiros anos do ensino fundamental. O formato das aulas e a transição das crianças da escola rural para cidade, deve ser melhor analisado. Os pais desejam que seus filhos estudem, mas o lugar e o transporte não colaboram. As crianças sofrem com o aprendizado não



adequado ao meio rural, pela saúde bucal e qualidade da água de poço, não potável, consumida na escola. A sensação de exclusão, pobreza e desigualdade é constante nas entrevistas, transcrevendo a impotência do lavrador diante da desvalorização e perda de seu campo de trabalho. Essa articulação tem importância fundamental na organização da vida econômica, universo simbólico e organização social do lavrador-pescador. O relato chama a atenção pela capacidade do entrevistado em organizar idéias e elementos essenciais, como sentimento de pertencer ao trabalho desenvolvido, mudança sobre sua rotina e forma de trabalho, desigualdade ao comparar as comunidades, infra-estrutura, informação e renda.

*Antes me sentia lavrador com espaço para trabalhar, nós trabalhávamos aqui fazia uma roça ali. E quando nós tirávamos a roça deixava a terra se revestir de madeira outra vez, não ficava só num lugar, tava sempre com uma roça de aipim e arroz. Agora só vê pau de Pinus e eucalipto. Comparando aqui (o São Joãozinho) no Riozinho onde parece até um quadro urbano, eles cresceram ali na comunidade por causa da prefeitura se não fosse à prefeitura tava todo mundo igual, bem pobre. Na prefeitura do São Joãozinho só tem três que trabalham. No Riozinho tem quatorze funcionários da prefeitura morando, então é tudo família que tem recurso, recebe todo mês, já quase não tem roça de mandioca também. Eu digo isso porque eu vejo que eles têm mais informação, mais dinheiro que chega todo mês.*

Lavrador da Comunidade de São Joãozinho - 68 anos.

A maior parte dos extrativistas nunca recebeu informação sobre trabalho manual (60%). Os extensionistas de empresas como EMATER-PR ou Prefeitura não têm contato com essas famílias. As informações ocorrem dentro da comunidade, pois a dinâmica estabelecida é a de vivência entre os membros. Informações para melhoria de vida são obtidas via amigos (41,66%), prefeitura ou vereador (25%), o restante não sabe onde buscar essas informações e acredita que o acesso é muito difícil. As notícias, chegam pelo rádio de Guaratuba (70%), reuniões (8,33%) e Escola Municipal da Comunidade (16,66%). Em relação à saúde, 90% consideram-na razoável, no entanto, 100% reclamaram da saúde bucal (dor, dificuldade para mastigação).

Os entrevistados gostam de viver na Mata Atlântica (66,66%), embora considerem difícil o acesso dos filhos à escola (27,28%), os demais informaram que nunca pensaram sobre isso. No entanto, a maioria tem interesse em continuar vivendo

na floresta vêem, na educação de seus filhos, a alternativa para uma vida melhor. Todos os entrevistados sentem-se integrados à natureza, comparando-se com a fauna ou flora (Quadro 7).

<b><i>Relato das famílias extrativistas e sua relação com a mata</i></b>	<b>Relaciona a vida com:</b>
<i>“somos como um bicho do mato que cresceu junto com as árvores”</i>	Fauna e flora
<i>“sempre fui daqui, então para mim eu sou parte da natureza, porque eu estou nela”</i>	Parte integrante
<i>“somos aqui como parte da natureza, a gente é parte desse lugar, somos livres e cuidamos dela e ela cuida da gente.”</i>	Parte integrante
<i>“sou parte integrante da natureza, é um lugar que gostaríamos de continuar vivendo, pois é nossa casa, vive aqui com conforto, segurança e liberdade”</i>	Parte integrante
<i>“Eu nasci aqui, depois veio a minha esposa, meu filho nasceu aqui. Esse lugar é o lugar em que eu cresci e vi crescer, sinto-me parte desse lugar”</i>	Parte integrante
<i>“Quando a gente gosta de um lugar a gente é parte dele. Minha família sente-se integrada a esse lugar, a floresta é a nossa casa, daqui não desejamos sair e é aqui eu queremos sempre viver “</i>	Parte integrante
<i>Quando a gente nasce e vive num lugar, pega costume. Nosso costume é esse, vive no mato, então para nós não tem um lugar melhor. Meus pais nunca se preocuparam com o nosso futuro, porque sabiam que a gente ia viver aqui, o que meus pais não imaginavam é que um dia chegaria essas empresas de reflorestamento dizendo que a terra é dele, invadindo e restringindo onde a gente pode agora trabalhar. Aqui já foi bem melhor, mas... esse é o nosso costume, mesmo com a empresa por aí a gente vai ficando aqui.”</i>	Parte integrante
<i>“Aqui é muito melhor para a família, eu já vivi com meus filhos na cidade, lá a gente sofre muito. Aqui é tranquilo, nasci aqui, é o lugar que aprendi muita coisa, assim para nós aqui é melhor”</i>	Parte integrante/ acolhida/cuidada pela natureza.
<i>“Satisfeita, integrada com a vida aqui. Nasci aqui, meu marido também e todos os meus filhos”</i>	Parte integrante

QUADRO 7 - RELAÇÃO E SENTIMENTOS DAS FAMÍLIAS EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE DE SÃO JOÃOZINHO SOBRE MATA ATLÂNTICA.

FONTE: A autora (2010)

O vínculo com a natureza colabora nos conhecimentos e habilidades que desenvolvem na mata, no mar, e extrativismo integrado com as plantas medicinais. Duas mulheres da comunidade possuem e usam seus conhecimentos sobre plantas medicinais encontradas na Mata Atlântica. As famílias extrativistas, em relação ao capital natural, sofreram mudanças nos últimos 30 anos, as quais refletiram diretamente no trabalho agrícola. Ocorreu uma diminuição no cultivo da terra por conta do plantio do *Pinus* sp. e eucalipto, ocasionando a perda do capital natural pela devastação da

floresta nativa, relacionada à indiferença dos atores governamentais municipais e estaduais.

*O pessoal fala que a gente tá mudando o hábito, não é verdade, é que não tem mandioca para fazer farinha, nem tem como plantar já fiz minha roça lá no Itinga. A gente fica pensando em buscar alternativas. Antes, a gente fazia primeiro cinco ou seis sacos para vender, hoje eu tenho um monte de encomenda de farinha, mas não tem como plantar. Até hoje ninguém veio vê como a gente tá vivendo. Não tem expectativa, não tem área de trabalhar na enxada. Para gente que sempre teve esse ofício é muito difícil.*

Lavrador da Comunidade de São Joãozinho - 68 anos

As famílias perdem sua forma de ganhar a vida e buscam novas habilidades e capacidades para criarem estratégias, deixando a agricultura familiar para atividades como funcionalismo público e produção de cestaria. No entanto, o pouco nível de instrução, em especial dos extrativistas, cria certa dificuldade para o entendimento de textos e informações, fragilizando essas famílias em relação a possíveis alternativas para a geração de renda. As famílias vivem em pequenas propriedades sem o título da terra e receberam este acesso por herança de família (Tabela 7).

**TABELA 7 - TAMANHO DA PROPRIEDADE E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS FAMÍLIAS EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE DE SÃO JOÃOZINHO.**

Nº DE FAMÍLIAS	TAMANHO (ha)	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA
05	0,5	SEM TÍTULO DA TERRA
03	01	SEM TÍTULO DA TERRA
02	MAIS DE 02	SEM TÍTULO DA TERRA
01	0	SEM TERRA, SOMENTE A CASA

FONTE: A autora (2010)

Nota-se uma mudança nas habilidades dos caiçaras camponeses, pois 90% das crianças desenvolvem práticas de extrativismo e beneficiamento do cipó. Os entrevistados informaram que possuem dificuldades em diferenciar terras públicas e de terceiros. Nesse caso, considerou-se a informação verbal de que as terras de terceiros pertencem às empresas de reflorestamento, que se apresentam para os membros da comunidade como proprietária. Os verdadeiros donos das terras não são facilmente

detectados, inclusive a Empresa Comfloresta está com seis processos de solicitação de usucapião no Fórum do Município para a regularização fundiária.

Os conflitos agrários com as empresas de reflorestamento são permanentes, chegando os “que se dizem dono” das terras proibirem os membros das comunidades a cortarem *pinus* que os próprios moradores plantaram para uso próprio ou possível venda. Na década de setenta era o Grupo Fabell Castell (reflorestamento) que se dizia dono das terras onde está localizada a comunidade de São Joãozinho. A partir dos anos noventa, um fazendeiro do litoral informou aos membros da comunidade que suas terras tradicionalmente ocupadas, eram do Grupo Fabell Castell, a qual havia sido vendida e ele estava comunicando às famílias a situação delas de posseiras e para os moradores terem ciência de que ele era o proprietário.

A comunidade utiliza 50 espécies de plantas nativas, tanto para preparo de chás como remédios. As plantas medicinais são passadas tradicionalmente de mãe para filha e compartilhadas por meio da troca de saberes entre os membros da comunidade. Os produtos para alimentação são diferenciados para as famílias extrativistas em relação à produção para consumo próprio. Enquanto nessas famílias menos da metade desenvolvem cultivo de produtos como: 66% cultivam mandioca, 25% abacaxi, 16,66 % feijão, 16,66% milho, 8,33% palmito e 8,33% batata. Nas famílias que possuem outras fontes de renda (aposentado, funcionário público ou pedreiro) surge um contraponto, no qual famílias que não vivem voltadas para ação extrativista acabam tendo tempo suficiente para a produção do consumo interno. Em algumas famílias, a percepção da autossuficiência alimentar e contribuição para o orçamento familiar os recursos proporcionados no meio rural têm valor significativo.

Os depoimentos apresentam experiências de casais, que mesmo após viverem na cidade com renda média mensal de quatro salários mínimo, resolveram voltar para floresta, sustentados pelo salário da esposa como merendeira da escola e do marido como prestador de serviços gerais. Verificou-se na família uma satisfação com o acesso que possui aos alimentos e qualidade de sua alimentação. Nessa unidade familiar, as refeições da família são feitas com produtos obtidos no dia a dia, como peixe do mar, mandioca, abacaxi e grande variedade de hortaliças cultivadas em sua propriedade.

A relação de confiança e reciprocidade é fundamentada na consciência de que a ajuda implica em reciprocidade e, por isso, mais cedo ou mais tarde ela terá de ser retribuída. A vida social é revigorada pela multiplicidade de vínculos que emergem das

trocas de favores, gerando forte interdependência entre os moradores. Por isso, a retribuição de um favor assume caráter imperativo, como prática estabelecida de pai para filho.

*A gente quando vai fazer o Guaju não tem que falar muito, um vizinho conta pro outro e quem quiser vem ajudar. Aquele que não ajudou, sabe que quando precisar não receberá ajuda. Aqui, sempre foi assim, todo mundo ajuda todo mundo porque sabe que amanhã vai precisar também. Só que antes, há uns 20 anos atrás era mais divertido o nosso Guaju, porque no final a gente fazia um baile, tinha música e bebida de álcool, agora a maioria aqui tornou evangélica e essa parte de festa não tem mais.*

Lavradora que trabalha com cipó- 38 anos.

A fala traz elementos importantes como só recebe ajuda quem de fato ajuda. Expondo um código estabelecido e característico de comunidades tradicionais e a influência das igrejas evangélicas alterando essas regras e as relações sociais. Em 2009 foram realizados nove guajus para cultivo de mandioca em São Joãozinho, porém esta prática diminui anualmente pela desconfiança apontada com a chegada das Igrejas evangélicas de linha pentecostal.

*A confiança é importante, mais aí a gente ia precisa de união, quando tem união é união, mas quando tem aquele unhão, aí é ruim.*

Lavrador da comunidade – 65 anos.

*O Pastor sempre diz: “Antes o vizinho longe do que o irmão perto”. Vizinho perto um não se incomoda com o outro, e que o irmão ocorre muita fofoca. Tem pessoas que tem inveja um do outro. Quando é para ajudar o outro tudo bem. Se depender de outras pessoas não faz nada, o outro pode não ajudar. Então é melhor sozinho.*

Aposentado da Comunidade – 55 anos

A desconfiança e o isolamento foram elementos acentuados recentemente entre as famílias. Não acontecem reuniões para troca de ideias e experiências, e visitas aos vizinhos foram citadas em 8,33% e mesmo assim ocorrem apenas para os irmãos de fé. A maioria prefere ficar afastada, pois há muito desentendimento entre as famílias. A confiança das comunidades nos atores governamentais e seus programas é semelhante a existente dentro desses grupos. As ações e programas desenvolvidos pelos atores governamentais nos últimos vinte e sete anos concentram-se em determinadas comunidades (Quadro 8).

<b>Programa/Ação desenvolvida/Órgãos e atores envolvidos</b>	<b>Ano Duração</b>	<b>Características do Programa ou da ação</b>	<b>Local da Reunião</b>
Escola Rural na Comunidade de São Joãozinho Parceria: Prefeitura Municipal e moradores.	1983	Construção da Escola Rural por solicitação da comunidade. Após 6 anos de reivindicação a obra foi iniciada, a partir da doação do terreno por um dos moradores.	Comunidade São Joãozinho.
Projeto da Luz para todos Programa Paraná 12 meses	1993	Período de um ano o Pagamento - Regime de mutirão para a instalação de rede de luz na comunidade. Apenas dois moradores tiveram condições de pagar o projeto para chegar a energia elétrica na comunidade.	Descoberto
Projeto Bafa Limpa  Parceria: Prefeitura de Guaratuba e Estado/EMATER – Lixo que não é Lixo.	1993 a 1995	Associação dos Pescadores fazia as reuniões e as inscrições dos pescadores de São Joãozinho. Três dias por semana, atividade de limpar a Baía de Guaratuba por água e por barco. Recebiam 20 lts de gasolina por mês para a atividade. E recebiam em troca uma cesta básica/mês e mais R\$ 100,00. Com o tempo foram cortando o pagamento e só entregando o combustível.	Descoberto
Doação de Micro trator  Programa Paraná 12 meses/ Emater	1998	Incentivo à agricultura familiar no litoral do Paraná, por meio de doação de um Micro Trator (cultivador motorizado) com carreta fixa e sulcadeira. A proposta é que a comunidade trabalhasse coletivamente com o bem recebido.	Riozinho
Projeto Plantando Palmito  Parceria: IAP e Prefeitura de Guaratuba	1998 a 1999	Incentivo à plantação de Palmito Jussara. Período de um ano – Faziam viveiros e plantavam palmitos na Mata. Trabalhava 2 vezes na semana e recebia 1 cesta básica. Um ano, 26.000 pés de palmito – 10 famílias envolvidas em São Joãozinho. Pref. Guaratuba auxilia na guarda das sementes para enviá-la a outras localidades.	A grande reunião foi no Descoberto e depois às discussões sobre os trabalhos eram no Riozinho.
Construção de banheiro nas residências  Programa Paraná 12 meses	2000	Melhoria das condições de vida das famílias rurais por meio da instalação de sanitários e chuveiros dentro das casas. O Estado dava o material e o lavrador a mão de obra.	Reunião no Descoberto para saber quem queria o benefício. Algumas famílias de São Joãozinho não souberam.
Programa melhoria de moradias rurais  Programa Paraná 12 meses	2001	Melhoria das casas por meio de reformas. O Estado oferecia os materiais necessários.	Descoberto, Riozinho. São Joãozinho não ficou sabendo.
Censo do IBGE	2000	Vistoria nas casas para saber o número de famílias residentes na comunidade.	Visita em São Joãozinho
Projeto de Apicultura  Programa Paraná 12 Meses/ Emater/ Associação de Manuel Célio Borba.	2002	As famílias foram convidadas a participarem de um programa de produção de mel na comunidade. Ocorreu curso de capacitação ofertado pelo Estado. Resultado: hoje não há nenhuma família participando.	Guaratuba

## QUADRO 8 - AÇÕES DESENVOLVIDAS RELACIONADAS À COMUNIDADE DE SÃO JOÃOZINHO NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS

FONTE: A autora (2010)

O capital social é construído socialmente e as redes auxiliam no aumento das capacidades. As reuniões ocorriam sempre na escola da Comunidade do Descoberto, com o capital social fornecendo coesão e força para que a comunidade resolvesse seus problemas. Em 1983 ocorreu mobilização e cooperação para a construção da escola municipal. A criação da escola na área rural surge como tentativa de envolver a comunidade através da doação do terreno para um bem coletivo.

*O prefeito esteve aqui quando ainda era candidato, e depois de um bom tempo da gente ficar pedindo por duas gestões, ele falou: “É, só que agora a gente precisa de um terreno para fazer a escola” Ai eu disse, mas se tudo depender só desse terreno, então pode fazer a escola que eu dou o terreno. Eu posso arrumar o terreno para a prefeitura. Então doe um quadro de 30 x 20 limpo, destinado a roça de aipim. Ele pegou meus documentos e o nome da minha mulher e doamos o terreno para a prefeitura construir a escola. Já são 27 anos aqui nesse lugar e hoje é a primeira vez que a gente se reúne para discutir a escola. Mas, essa escola só esta aqui porque a gente lutou.*

Lavrador- pescador da Comunidade – 78 anos.

A comunidade caiçara rural não tem o hábito de se organizar, no entanto, atitudes e iniciativas como a construção de espaço coletivo como a escola e associação de moradores, são ações fomentadoras do capital social, definido como conjunto das características de organização social, envolvendo relações entre indivíduos, normas comportamentais, laços de confiança e obrigações mútuas. Assim, são possíveis ações colaborativas para o benefício das famílias. A dimensão relacional do tecido social explanada na postura e ação do Estado teve sempre a dinâmica de promover grandes reuniões no Descoberto e pequenas no Riozinho. As famílias de São Joãozinho sentindo desconfortáveis reivindicaram reuniões em sua comunidade e não foram atendidas, aumentando seu descontentamento.

*Eu sou analfabeto, mais tenho cabeça para pensar e sei observar as coisas. Mas como pode? Porque tudo que fazem no Descoberto e no Riozinho teve a gente que foi lá, teve a nossa participação, nos fomos lá e conversamos, mas fica tudo lá. Entra tudo para lá. Para aqui não serve de nada.*

Lavrador da Comunidade rural – 63 anos

*Aqui sempre foi assim, precisam ter gente para pedir a reforma nas casas, chama então à comunidade de São Joãozinho, aí vai à gente naquelas reuniões junto com o pessoal do Descoberto, pegam o nosso nome, anotam tudo e depois... depois quem recebe os benefícios é a comunidade de lá, aqui a gente fica sem nada.*

Lavador da comunidade – 36 anos.

Os relatos manifestam uma baixa estima social em relação à forma que as reuniões foram conduzidas, pois os participantes da comunidade de São Joãozinho sentiam-se apenas instrumentalizados. No Programa Paraná 12 Meses, dos seis projetos desenvolvidos no sul da Baía de Guaratuba, cinco reuniões ocorreram no Descoberto que participou e recebeu os benefícios, três no Riozinho e nenhuma no São Joãozinho que conseguiu acesso somente ao Projeto Luz Para Todos, sendo que apenas alguns membros foram beneficiados pelo Programa de Construção de Banheiros nas residências. Assim, o senso comum em São Joãozinho expressa o sentimento de que são invisíveis, estando visíveis conforme o interesse das comunidades do Descoberto e Riozinho. Esse tipo de sentimento reforça a desconfiança e dificulta o desenvolvimento da comunidade.

*A comunidade de São Joãozinho sempre foi muito desunida e este fato faz o pessoal ficar mais desanimado. Em 2000 a EMATER fez um trabalho com a gente sobre a importância de trabalharmos junto, coletivamente. Ai o pessoal se uniu e fizeram uma lista de moradores junto com os moradores de Riozinho, fizeram projeto para o Paraná 12 meses, ganhamos dois micros tratores do Programa do governo, mas eles nunca foram usados aqui, eles lá do Riozinho ficaram com os equipamentos e não dividiram os benefícios. É por isso que agora a gente não gosta de unir.*

Pedreiro e filho de lavrador da comunidade – 34 anos

As pessoas não confiam na relação política, sendo que o capital social deveria ligar esferas sócio-políticas semelhantes, aumentando a colaboração. No entanto, ocorre o contrário, a construção de colaborações desenvolvidas na comunidade dá-se em



função de saberem que só podem contar com eles mesmos. A ajuda acontece por meio da colaboração entre algumas mulheres, pais e filhos.

*Há 30 anos, existia mais dificuldades de locomoção, por barcos para ter acesso a médicos e a comunidade ainda era católica, tinha benzedeiras que curavam e parteiras “... era muito bom. Dos meus nove filhos, eu tive sete com parteira e dois na maternidade. Aqui na comunidade tem duas mulheres que foram parteiras e cuidam bem das mães. As mulheres sempre cuidaram uma das outras.*

Extrativista da comunidade – 60 anos

*A gente casou, meu pai deu um pedacinho de terra para nossa casa, então como a gente nasceu aqui, viveu aqui e nunca saiu o mato é melhor para nós, aqui tem como viver.*

Extrativista da Comunidade - 20 anos

A ação de construir a casa de um jovem casal apresenta-se como reciprocidade entre gerações, promovendo o capital social das famílias. Na comunidade de São Joãozinho existe aumento do número de casas, apesar do êxodo rural em função da saída dos filhos por falta de expectativas de uma qualidade de vida no campo. O acesso aos recursos como infraestrutura básica apresenta-se insuficiente. As famílias extrativistas evidenciam insatisfação pelos serviços públicos (Tabela 8). O atendimento ocorre no Descoberto, que fica a 10 km de distância. As condições da estrada são ruins, pois não existe manutenção, e 8,33% da população nem têm acesso a elas. O mesmo ocorre com o transporte, pois o ônibus de linha rumo à cidade de Guaratuba-PR passa três vezes por semana. Muitos não conseguem atendimento de saúde (70%), no Descoberto, e o dentista é designado para atender apenas extração de dentes, aparecendo uma vez por semana. Boa parte dos entrevistados (20%) utilizam pouco esses serviços e os classificam como bons e 10% regular.

TABELA 8 - INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA COMUNIDADE DE SÃO JOÃOZINHO

Infraestrutura	Situação na Comunidade
Escola Municipal	O número de criança excede o espaço do prédio. Série multisseriada – Falta professor auxiliar
Posto de Saúde	Não tem
Telefone Público	Não tem
Estrada dentro da Comunidade	Não tem
Transporte coletivo na comunidade	Não tem
Água potável	Não tem

FONTE: A autora (2010)

A educação das crianças é outro ponto vulnerável para 70%, pois a escola rural fornece o ensino fundamental até a quarta série. Os jovens são unânimes no desejo de ter acesso ao transporte escolar para continuar os estudos na cidade. Os pais apontaram a falta de estrutura coberta para os adolescentes esperarem o ônibus em dias de chuva. O ensino formal ou informal para adultos não existe. Todos se mostraram insatisfeitos pela falta de acesso à alfabetização e conclusão do ensino fundamental. Nos últimos dez anos, a comunidade de São Joãozinho permaneceu fora de programas do Estado do Paraná voltados a esse tipo de educação. O transporte coletivo tem importância fundamental, e 58,33% utilizam também barcos e bicicletas como meio de transportes, inclusive para os PFNMs.

As residências não são seguras para 58,33%, em 2009 ocorreram três acidentes domésticos com crianças picadas por cobras dentro de casa, devido à falta de forro e a presença de buracos na parede. As casas são de madeiras, algumas não possuem banheiro interno e duas estão sem água encanada do poço, demonstrando que os recursos disponibilizados na década de 90 para a melhoria dos imóveis rurais não chegaram a essas famílias.

A busca por informações capazes de melhorar as finanças foi considerada insuficiente para 75%, sendo que o restante não sabe onde procurar por esses subsídios.

Ainda em relação ao capital produzido por essas famílias extrativistas, as informações sobre os benefícios de políticas sociais acabam não chegando nessas comunidades, pois o auxílio do governo às famílias como o bolsa família, 40% não tinham acesso ao recebimento desse benefício para seus filhos em idade escolar, alegavam não saber como acessar esse programa. As famílias nunca acessaram uma caderneta de poupança e ainda 91,67% das famílias informaram que a renda do mês não é suficiente para as despesas básicas, demonstrando uma situação de vulnerabilidade para as famílias.

A inexistência do registro de propriedade da terra desanima-os a dirigir questionamentos a órgãos como IAP e BPFlo, que sempre questionam o que estão fazendo e, em muitos casos, proíbem que trabalhem na terra, alegando restrições. Soma-se a esse fator, a exploração do intermediário sobre o “marginalizado”, trabalho extrativista que, dá ao atravessador o direito de impor ritmo de trabalho e estabelecimento do valor a ser pago, sendo que 83% das famílias, atualmente, são dependentes dessa fonte de renda.

A intensificação do trabalho extrativista absorve 70% do tempo em detrimento da pluriatividade e propicia um pequeno retorno em relação ao tempo investido. O tempo absorvido impossibilita costumes tradicionais como a pesca e a agricultura. A extração de produtos florestais corresponde ao maior percentual de renda mensal e, mesmo assim, essas famílias estão classificadas dentro da linha da pobreza (Tabela 9).

**TABELA 9 - PERCENTUAL DE TEMPO DISPONIBILIZADO E RENDA MENSAL OBTIDA EM DIFERENTES ATIVIDADES PELAS FAMÍLIAS EXTRATIVISTAS EM SÃO JOÃOZINHO**

Família	Pesca	Agricultura	Extrativismo	Valor (R\$)
1	10	40	50	350,0
2	10	10	80	150,0
3	10		90	450,0
4	10		90	150,0
5	10		90	300,0
6	40	10	50	200,0
7	40	10	50	350,0
8	5	50	45	220,0
9	15	30	55	80,0
10			100	280,0

Família	Pesca	Agricultura	Extrativismo	Valor (R\$)
11		10	90	250,0
12	10	50	40	160,0
Média mensal	13,3%	17,5%	69,2%	245,0

Fonte de Renda das Famílias extrativistas

Descrição	Valor (R\$)
Cultivo mandioca/farinha	7,0
Pesca	12,5
Roçada/diária	25,0
Apicultura	4,0
Extrativismo	245,0
Salário mensal	80,8
Bolsa família	53,0
Aposentadoria/pensão	38,7
Total mensal	466,0
Pessoas na família	4,6
Total per capita	101,0

FONTE: A autora (2010)

A margem da importância da pluriatividade e produção para auto consumo, diariamente as pessoas deixam de pescar, cuidar da horta e da roça para dedicarem-se às atividades extrativistas que rendem em média no mês trabalhado, envolvendo no mínimo três pessoas das famílias, R\$ 245,00 (menos que meio salário mínimo do Paraná). A comunidade deixou de produzir alimentos como arroz, feijão, fruta do conde, abacate e mandioca devido à falta de terra, pressão da fiscalização e esgotamento de estruturas físico-químicas do solo. Os processos institucionais do Governo do Estado do Paraná não conseguiram alcançar seus objetivos na comunidade de São Joãozinho, condicionando a intensificação da ação extrativista à falta de regularização fundiária, número elevado de pessoas sem alfabetização, sem informações e acesso ao aparelho público para desenvolver suas capacidades, deixando-as atualmente sem escolhas.

As famílias extrativistas, ao viver em privação, sob condições financeiras insuficientes, estimulam a atividade sem o acompanhamento de instituições, podendo

fazê-las permanecer nesse círculo vicioso: falta de terra, falta de informação e falta de opção na forma de ganhar a vida. Essa opção, ou na realidade, a falta de opção torna-se a única alternativa no cenário de omissão do Estado, a exemplo do desenvolvimento do Programa Paraná Doze Meses. A EMATER, através do Paraná 12 Meses, trouxe descrença e desconfiança em relação ao trabalho de fiscalização desenvolvido pelo Batalhão da Polícia Florestal, chamado Programa Pró-Atlântica.

*A gente fica cabreiro com isso. O Paraná Doze Meses não deu em nada, depois das reformas do banheiro ficou pela metade, e depois veio o Programa Baía Limpa. Prometeram ajudar, falaram como fazer e nunca saiu. Não vieram, não tiraram do papel, o projeto para a plantação do palmito acabou começou bem e no fim não teve nada. Pelo que me lembro, a oito anos não é feito alguma coisa na comunidade.*

Lavrador da comunidade - 66 anos

*Só cobrando para a APA, com a ambiental (Força Verde) que não oferecem diálogo e é só não pode isso, não pode aquilo. O prefeito e o vereador não deram valor para o povo, era para ser o primeiro a vir aqui conversa com a gente, não, não vieram e não deram importância. Para mim, isso é falta de vontade política. Só sente vontade de conversar com a gente quando é para pedir o voto.*

Lavrador, pescador e extrativista - 36 anos

Os processos institucionais desenvolvidos na comunidade de São Joãozinho não foram eficazes, apresentaram poucas ações desenvolvidas, contribuindo para um sentimento de apatia, descaso e indiferença. As comunidades Descoberto e Riozinho foram as que empreenderam maior diálogo, alcançando suas reivindicações.

Em relação às regras do jogo da cidadania no entendimento sobre Unidade de Conservação, os entrevistados têm dificuldade devido à inexistência de informação sobre seus direitos sociais e o porquê do território ter mudado, o sítio ter virado APA e nesse sentido, nunca receberam alguém da Prefeitura para conhecer sua realidade. O panorama de apatia, desconhecimento, medo e desconfiança revelam uma comunidade fragilizada pela história e opções impostas por instituições públicas.

*“Tinha me escondido, aí são conhecido já, e eu acabei indo na reunião. Às vezes acho que vou desistir, digo que to bem cheio de promessa e até hoje não tem nada e essas promessas são que nem vereador que quer ganhar voto na*

*casa da pessoa. Promete e promete... E depois que ele ganha você nunca vê mais. Nessa carreira de política, o que pede vai, ganha e no fim a gente fica na expectativa, o tempo passa e já to cabreiro nisso já teve um monte de outro tipo. Muita decepção”.*

Sr. Sebastião Almeida - 68 anos

O receio em relação aos atores governamentais e aos programas desenvolvidos pelo Estado surge na fala “tinha me escondido”, identificada nos homens da comunidade, em função das empresas de reflorestamento que pressionaram-nos sobre a propriedade da terra tradicionalmente ocupada por eles. Para eles, as regras não estão claras e temem o futuro diante da imposição de assinarem um papel que não sabem ler, preferindo fugir ou esconder, ficando a cargo das mulheres receberem as visitas ou participarem das reuniões. O sentimento de opressão recorrente nessas épocas, continua presente na vida dessas famílias.

A relação comunidade e intermediário é considerada injusta e assimétrica, visto que o comprador define o valor pago, a quantidade e os tamanhos a serem produzidos, resultando em produção serial não diferenciada, com peculiaridades do industriário típico de trabalho manual e característica fabril.

*Aqui sou eu que faço tudo, cuido da casa, roça, pego na enxada. Quando está sol coloco o cipó para secar, quando tá chovendo coloco o cipó no fogão e vou fazendo o almoço. Eu não gosto de ficar parada. O esposo e filhos dependem muito da gente, outro dia fiquei fora, foi muito difícil. Eu trabalho o tempo todo, até quando sento a noite na frente da teve eu to tecendo cipó, tenho prática e não preciso olhar. Nós dois trabalhamos sempre juntos. Ele busca o cipó, eu teço, ele vai pescar e eu vou para roça de mandioca capinar. Com o dinheiro também, decidimos juntos onde gastar, mas o serviço doméstico sou eu e minhas meninas que fazemos, as crianças me ajudam a tecer o cipó sempre à tarde e à noite, quando tem muita encomenda até meu esposo tece, ele já tece bem. Agora os homens daqui para serviço da casa eles não gostam de fazer isso não.*

Extrativista e artesã- 38 anos

As comunidades têm novas regras com as atividades com o cipó invadindo suas unidades familiares, práticas como o plantio coletivo, cuidado com a horta vão-se perdendo e o que resta é tecer mais cipó para comprar a farinha de mandioca, o arroz, a verdura e os legumes.

### 3.2.2 Estratégias de vida nas unidades familiares

A ação extrativista em São Joãozinho é reativa a uma circunstância, pois as famílias, nas décadas de 70, 80 e 90 sempre tiveram o extrativismo como atividade complementar no orçamento da Unidade familiar. Recentemente essa atividade foi intensificada pela falta de alternativas a produção agrícola. Ainda que o cipó tenha diminuído por causa do desmatamento para o cultivo de *Pinus*, as famílias encontram nele uma fonte de renda agregária à confecção de cestas. Com a massificação anual e menor preço, as famílias esquecem o artesanato, anteriormente produzido de forma criativa, desenvolvendo agora produção em série.

Embora a estratégia não agrícola seja uma ação comum no meio rural, imbuída de uma ação adaptativa a uma sazonalidade visando à diversificação das atividades familiares, nessa comunidade a estratégia reativa de intensificação do extrativismo tornou-se a única fonte de renda para a maioria das famílias rurais. Outra estratégia dos meios de vida ocorrida entre as famílias tem sido relacionada à demografia. Verificou-se uma alteração no número de jovens na comunidade por meio do casamento, os filhos se casam e optam em permanecer próximo aos pais. No ano de 2008, a comunidade de São Joãozinho possuía 26 famílias subindo para 30 no final de 2009. A única migração que ocorreu foi de filhos em busca de trabalho.

Além do pequeno crescimento no número de unidades familiares ocorre, também, êxodo rural dos jovens. Apenas 25% dos que saíram nos últimos cinco anos retornaram para morar na comunidade. Esse retorno deve-se ao não acesso a trabalho na cidade e fim do relacionamento dos que foram morar na cidade após o casamento. As mudanças, em relação ao gênero, concernem às atividades de mulheres no trabalho. Na comunidade existe uma pescadora que, por ser viúva, logo, provedora da unidade doméstica, desenvolve a atividade da pesca, que está institucionalizada apenas para os homens. As demais mulheres cultivam mandioca ou tecem cipó (75%). A pesca e a lavoura diminuíram, refletindo uma mudança no comportamento dos homens, que antes apenas coletavam o cipó e esporadicamente o teciam como entretenimento, passando hoje a realizá-lo como necessidade (50%).

A ação extrativista em São Joãozinho surgiu em relação à restrição ao uso das práticas tradicionais agrícolas, promovidos pelos conflitos agrários e desafios impostos por viver em uma APA. No entanto, essa escolha deu-se pelo fato de as famílias de São Joãozinho não conseguirem desenvolver expansão na diversidade da agricultura. Essas

famílias, quando buscaram ampliar suas áreas para o cultivo, sofreram pela dificuldade de receber autorização ambiental emitida pelos órgãos locais para criação de novas áreas de cultivos na APA de Guaratuba, assim como a falta de assistência técnica voltadas para áreas que passaram a ser protegidas.

### 3.2.3 Retorno e aspirações em sustentabilidade do meio de vida

Na avaliação da sustentabilidade, consideraram-se elementos que ponderassem a relação temporal, antes e depois da intensificação da ação extrativista pelas famílias, como alimentação, informação sobre a possibilidade da ausência do intermediário para adquirir os PFNMs, ou possível restrição ao acesso do recurso vegetal via nova legislação e autonomia do tempo. O extrativismo para 60% dos entrevistados não contribui na melhoria de sua qualidade de vida. Antes eles podiam pescar e cultivar as lavouras. Entretanto, 40% têm consciência de que se não fosse o extrativismo passariam fome, pois não têm como produzir sem o acesso a terra.

As famílias estão sujeitas à insegurança alimentar, pela possibilidade da ausência do fornecedor, ficando sem recurso financeiro para suas despesas domésticas e sem conhecimento e ações que poderiam desenvolver, pois acreditam que não podem plantar, e a realidade da pesca é precária. Mesmo que muitos lavradores busquem na pesca uma alternativa de renda pela efetivação de sua carteira de pesca, melhoria nos barcos e participação no sindicato, essa atividade não tem gerado retorno financeiro satisfatório. A fiscalização pelo órgão ambiental local gera confusão e incertezas pelas dificuldades em lidar com a situação diante da dependência no orçamento familiar.

Os moradores sentem falta da liberdade para o cultivo, pesca ou extrativismo. As famílias trabalham de acordo com os pedidos do intermediário, empregando seu tempo de modo a cumprir solicitações. As aspirações são referentes à melhoria do bem-estar e capacidades próprias e dos filhos, estando relacionadas ao desejo de continuar vivendo no meio rural onde nasceram, considerado tranquilo, calmo e feliz (Quadro 9).

- a) Registro da posse da terra garantindo sua propriedade;
- b) Auxílio técnico agroecológico para melhoria das condições do solo, consórcio de plantas e manutenção das hortas;



- c) Segurança de suas residências, evitando a entrada de bichos;
- d) Curso de alfabetização para adultos;
- e) Retorno, na comunidade, da liberdade sobre o uso do espaço, sem a necessidade de demarcação de áreas individuais;
- f) Resgate da auto-estima social;
- g) Acesso a organização social;
- h) Melhoria no aprendizado dos seus filhos;
- i) Acesso à saúde bucal de seus filhos;
- j) Fornecimento de água potável;
- k) Qualidade de ensino, transporte e alimentação escolar.

**QUADRO 9 - ASPIRAÇÕES DOS MORADORES DA COMUNIDADE RURAL DE SÃO JOÃOZINHO**

FONTE: A autora (2010)

A vulnerabilidade da ação extrativista das famílias de São Joãozinho ocorre com a intensificação da coleta, beneficiamento e entrega das encomendas, deixando as famílias dependentes dos intermediários. Antigamente a necessidade do dinheiro era menor, pois a maioria dos gêneros alimentícios era produzida na comunidade. No entanto, quando não se retira o sustento das famílias da terra, ocorre sua mudança para o centro urbano em busca de trabalho e sobrevivência. Essas famílias poderão ainda sofrer um estresse ocasionado pela mudança rápida na legislação atual, fazendo com que a atividade a qualquer momento, seja interrompida, o que causaria uma situação de vulnerabilidade ainda mais forte.

Por fim, encontra-se o limite dessa atividade por ser a única prática na obtenção de renda dada à situação em que as famílias se encontram, embora não seja a atividade a que aspiram desenvolver. Assim, o social impacta no ambiental, pois não encontrando alternativas diante do cenário estabelecido, resta apenas a essas famílias rurais o extrativismo e sua intensificação. Embora saiba-se que os estudos de Valente (2009) sobre a sustentabilidade ecológica do cipó preto não sinalizam a capacidade de regeneração do cipó quando a pressão é aumentada inesperadamente. Nesse sentido, existe uma insustentabilidade social e ambiental dos PFNMs da forma que ocorre hoje na Comunidade de São Joãozinho. Assim o resultado mostra que com a ação extrativista ocorreu um aumento nos dias de trabalho e nem por isso reduziu-se a pobreza no meio rural.

### 3.3 Conhecimentos e percepções dos atores governamentais sobre as comunidades extrativistas e políticas a elas direcionadas

#### 3.3.1 Atores governamentais e comunidades rurais com atividades extrativistas em área de proteção ambiental no Paraná

Os atores governamentais divergem entre os que atuam diretamente no litoral e município de Guaratuba e os que operam em Curitiba, elaborando leis e programas para a área rural e ambiental de Guaratuba. Apesar do distanciamento físico existe homogeneidade de informação entre os governantes municipais estaduais e Federais. A metade dos atores municipais sabe a respeito da existência das comunidades extrativistas, enquanto 30% dos estaduais e federais detêm conhecimentos concretos dessas comunidades litorâneas. Contudo, os grupos apresentam noções genéricas sobre as comunidades tradicionais caiçaras como, tempo de existência no território, práticas e vínculo com a natureza. As palavras à tona na mente dos atores governamentais locais foram sobre extrativismo associado à baixa renda, envolvendo pesca e caranguejo. Embora o caiçara viva na floresta relacionando-se diretamente com a agricultura, na visão homogênea dos atores governamentais locais, essa prática passou despercebida, relacionando essas comunidades com ação extrativistas vinculadas à pesca, próxima ao que eles conhecem do caiçara urbano.

*Cultura de mais de 100 anos que não são considerados. Eu sei dos vários tipos de extrativismo como cipó preto, palmito, guarnicana, caça de capivara, caixeta que fazem para sobreviver porque eu sempre morei aqui e já andei por essas comunidades.*

(E2 âmbito local)

*Quando penso em comunidades rurais e extrativistas do litoral o que vem a minha mente é o extrativismo do mar por meio do caranguejo e o da floresta pela retirada do palmito e cipó, porém nosso trabalho, não proporciona que a gente desenvolva contato para conhecer o modo destas comunidades extrativistas. Elas ainda ficam distantes de nós.*

(E1 âmbito local)

*Não tenho conhecimento sobre essas famílias. Mas como moro aqui há muitos anos sei que existem famílias que trabalham no rural e vivem na floresta, trabalhando com cipó e fibra de bananeira, pesca e palmito ilegal. A produção da farinha eles devem fazer por ser uma prática tradicional, mas nunca visitei ou conheci nenhuma dessas comunidades.*

(E3 âmbito local)

A percepção de alguns atores está focalizada nos efeitos, deixando de lado as causas quando o assunto é acesso ao ensino pelas famílias extrativistas, distinguindo atividades em áreas rurais e urbanas quanto ao desempenho escolar das crianças. A percepção é fundamentada na distinção das crianças de agricultores familiares, organizados com posse da terra, dos extrativistas sem posse de terra e das famílias urbanas com renda fixa.

*(...) na escola a gente percebe que o nível é completamente diferente, o sitiante produtor de banana e o com atividade extrativista, em relação aos da cidade com renda fixa. O uniforme, material escolar e rendimento das crianças são bem diferentes das comunidades que dependem fortemente do extrativismo para complementar a renda. Os filhos dos produtores de banana têm rendimento escolar como os da cidade, mesmo morando no meio rural. Já os das famílias extrativistas não podemos dizer o mesmo.*

(E4 âmbito local)

Os dirigentes entrevistados no âmbito local desconhecem a heterogeneidade dos que vivem na Mata Atlântica coletando produtos florestais não madeiráveis e as práticas de subsistência rural, desconhecem os recursos vegetais coletados, a ligação com a agricultura, o modo de vida e a educação. A especificidade dos atores governamentais estaduais e federais sobre a comunidade rural litorânea extrativista destaca e reconhece sua importância na conservação da floresta e o modo de vida, independente do Estado ou Mercado.

*Tenho a idéia geral, que essas comunidades vivem a partir da produção de subsistência. São integradas com a floresta e dependem da pesca, cipó preto, taquara, bromélia e artesanato (barro). O que caracteriza os extrativistas é a baixa renda. O que eu conheço é pescadores, mas sei também dos que tiram xaxim e vivem da agricultura familiar. Conheço um pouco de gente que trabalha com palmito. Acho que todos eles são ligados a agricultura, mas não posso dizer que conheço. Apenas tenho uma vaga idéia.*

(E8 âmbito Estadual)

*O caiçara nunca precisou do poder público nem do privado a única dependência que criou ao longo do tempo é com a floresta e acabou protegendo-a e isso não é enxergado pela sociedade. Eu enxergo quando falam do produtor extrativista, e o que eu conheço de lá considero que eles são os verdadeiros guardiões da Mata Atlântica.*

(E11 Âmbito Estadual)

*Temos poucos conhecimentos sobre a realidade deles. O que sabemos é que as próprias instituições criam expectativas e acabam sendo desacreditadas pela comunidade pela falta de realização de projeto.*

(E11 Âmbito estadual)

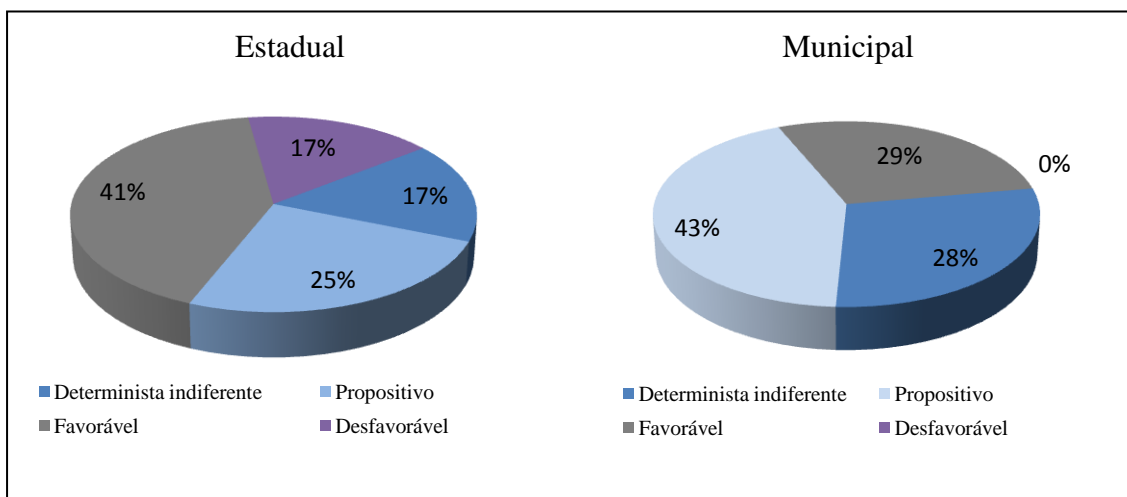
*As comunidades tradicionais do litoral sempre foram extrativistas, mas nos últimos anos a gente tem percebido mudanças de atitude relacionadas à intensificação na fiscalização pelo poder público, sendo essa fiscalização mais no sentido do que vai produzir, assim ficam fortemente extrativista com a pesca, extração de produtos não madeiráveis como palmito, cipó, xaxim. Sei que eles vendem a bromélia para pessoas de fora. Agora ta começando essa prática que não é tradicional deles. Por causa do mercado abriu novas perspectivas do cultivo do açaí da palmeira Jussara, incentivado pelo IAP, então parece que eles estão fazendo plantação dessa palmeira.*

(E5 Âmbito Estadual)

O entendimento dos atores no âmbito Estadual e Federal das comunidades como centenárias, tradicionais, executando extrativismo vegetal, pesqueiro, de caça, integração com o ecossistema, manutenção da biodiversidade, agricultura de subsistência, pobreza, pouca escolaridade e distância ou falta de acesso ao Estado foram constantes nas falas dos entrevistados. As noções dos governantes estaduais distanciam-se dos municipais, ainda que demonstrem afinidade de percepções sobre a caracterização dessas comunidades. Os atores estaduais e federais são conhecedores desses grupos, pela história do Paraná, porém não têm ideia sobre sua atual realidade. Os governantes municipais ainda que disponham de duas secretarias, têm pouca ciência do modo de vida das comunidades extrativistas, embora estejam próximos a elas.

### 3.3.2. Visão dos atores governamentais em relação às comunidades rurais com atividades extrativistas da APA de Guaratuba-PR.

Os atores governamentais denotam simpatia em relação às comunidades caiçaras, no entanto, investigando-se sobre a organização e estrutura do Estado é possível verificar a tendência ao aniquilamento desse grupo específico. As visões foram distribuídas em quatro classes, variando de acordo com a esfera de atuação política (Figura 8).



**FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO POSICIONAMENTO DOS ATORES GOVERNAMENTAIS EM RELAÇÃO ÀS COMUNIDADES RURAIS EXTRATIVISTAS.**

FONTE: A autora (2010)

**Determinista indiferente:** reconhece as limitações do Estado e estagnação das comunidades rurais extrativistas. Alguns manifestam apatia sobre a situação de comunidades empobrecidas, quanto à dificuldade de operacionalização e desenvolvimento de ações no Estado. Eles reconhecem uma abordagem de planejamentos desenvolvida com alternativas elaboradas por técnicos, cabendo a atores estaduais e federais do Estado fazer cumprir essas determinações. Muitas decisões sobre conservação da Mata Atlântica são ideais, principalmente pela visão dos que são externos aos trabalhos no Paraná. A experiência demonstra o pouco interesse por caminhos, frente à realidade encontrada pelos atores governamentais que decidam diariamente sobre comunidades rurais tradicionais e conservação da natureza. Os funcionários afirmaram que não são consultados quando do planejamento de ações políticas e inclusão.

**Propositivo:** favorável à manutenção das famílias no campo, reconhece as limitações do Estado, apresenta propostas para mudança pela perspectiva socioambientalista e revela constrangimento durante os diálogos e reflexões. O conhecimento, mesmo que histórico, sobre a realidade das comunidades caiçaras empobrecidas e o entendimento sobre o funcionalismo do Estado nos planejamentos de políticas territoriais geram desconforto profissional. Eles concordam e reconhecem que existem diversas dimensões: ambiental, cultural, espacial, demográfica e econômica, e

mesmo assim o Estado acaba sendo regulado pela dimensão econômica. Essas informações não são estáticas e rígidas. Uma ação diferenciada poderá mudar o cenário de indiferença presenciado e manifestado.

Favorável: considera importante a existência das comunidades na floresta para sua manutenção e do território com perspectiva socioambientalista. Destacam que as políticas públicas poderiam ser desenvolvidas na retomada da presença do Estado, evitando que o poder paralelo constituído e atuante das ONGs e igrejas continuem a crescer nesses espaços empobrecidos. No entanto, não apresentam propostas nos diálogos ocorridos.

Desfavorável à permanência de comunidades na floresta: visão preservacionista e conservacionista, atenção maior à preservação da floresta sem interação humana. Floresta como intocada.

No litoral do Paraná existem diversas instituições e estruturas sociais que fragilizam e impactam as comunidades caiçaras como as ONGs, o Estado pela sua falta de atenção a essas populações, o sistema capitalista por meio dos interesses de terra e ambiental, a cultura por sua história de subordinação e a ênfase na abordagem preservacionista que prega uma dicotomia homem e natureza. Os atores governamentais envolvidos em pesquisa, extensão, fiscalização e desenvolvimento de programas de governo apontam fragilidades e necessidades dos caiçaras paranaenses que vivem na Mata Atlântica, em relação ao seu modo de vida atual e futuro.

Os elementos apontados emergem de uma posição dos atores governamentais tanto do âmbito municipal, estadual quanto no federal (Tabela 10).

Entre os atores governamentais, o município mostrou-se favorável aos investimentos em relação à valorização da cultura caiçara e sua permanência na Mata Atlântica foi, ao mesmo tempo, quem pontuou o quanto é difícil para o local desenvolver políticas de apoio e acesso a essas comunidades, pois o município atua atendendo demandas mais urgentes e essas estão alocadas em grupos urbanos da cidade e grupos organizados do rural. Dentro desse cenário, os atores municipais, embora cientes da importância dessas comunidades, não conseguem ver alternativas para uma ação a partir do local.

TABELA 10 - PERCEPÇÕES DOS ATORES NOS ÂMBITOS LOCAL, ESTADUAL E FEDERAL SOBRE O PRESENTE E O FUTURO DAS POPULAÇÕES CAIÇARA.

Instituições	Fragilidades das comunidades caiçaras do litoral paranaense
Federal	“Não há interesse do Estado em dispensar atenção a essas populações caiçaras. Pois, existem instrumentos, na sociedade civil e internacional que protegem direitos humanos e deveriam ser aplicados na biodiversidade”.
ONG	“A falta do Estado cria um Estado paralelo e surgem outros princípios em nome do meio ambiente. As populações caiçaras tradicionais em áreas transformadas em APA podem ser expulsas para a criação de RPPN.”
Município	“Não tem recursos para isso, nem estrutura, não tem pessoal técnico capacitado para operacionalizar essas ações. A gestão municipal é mais voltada para o urbano e o espaço rural organizado”.
Política	
Ação preservacionista	“A fragilidade deles esta na ênfase na questão ambiental aliada à infraestrutura precária unificada a omissão do Estado, o qual não tem investimento e nem fundo cultural para essas comunidades. Os caiçaras rurais encontram-se em uma situação preocupante, porque o olham para eles como separados da natureza”.
Capitalismo	“O capitalismo faz com que elas percam a identidade, e os meios de trabalho”.
Necessidades imediatas das comunidades caiçaras do litoral paranaense	
Educação diferenciada	“É preciso que o município se comprometa com uma educação do campo que reconheça o modo de vida dessas comunidades. Existe uma necessidade de investir ainda mais na educação para que as crianças possam ter uma expectativa de vida melhor no futuro”.
Mata Atlântica cultural	“A mata atlântica tem uma riqueza muito grande, junto a ela não se pode esquecer a riqueza da cultura caiçara. Deverão existir ações de fomento que auxiliem as atividades voltadas para o turismo rural e a valorização da cultura caiçara”.
Produção para subsistência	“Essas comunidades só produzem para viver e não da para fazer mais nada. É preciso investir recursos nas unidades familiares quando se pensa em comunidades do litoral (caiçara), mas precisa ser dentro da lógica de produzir para viver.”

FONTE: A autora (2010)

Os temas prioritários levantados sobre as necessidades das populações caiçaras pelos atores apontam para que tipo de desenvolvimento as instituições públicas construam e executem suas ações, apresentando os perigos que a postura de omissão do Estado gera em relação à cultura caiçara. Esses elementos (ação preservacionista e

capitalismo) moldam as estruturas e instituições sociais e definem que tipo de acesso as famílias caiçaras poderão ter, bem como, sobre que tipo de desenvolvimento ocorrerá em relação à qualidade de vida dessas populações, as quais dependem em grande parte dos processos de economia política e de suas formas de intervenções.

Por fim, os atores locais têm posição propositiva e paradoxal sobre o caiçara e a valorização de sua cultura. Pois ao mesmo tempo em que apontam a importância da educação diferenciada e o reconhecimento desses grupos por fazerem parte da história do Paraná, advertem que o Município não tem recurso para isso e sua atenção está voltada para os problemas urbanos. Nesse caso, foi manifesta a intenção de que caberia ao Governo do Paraná essa ação apontando-se o Estado como omissor no tocante a ações de inclusão das populações caiçaras e, ao mesmo tempo, o município distante das comunidades rurais com atividades extrativistas, por esses grupos não entrarem em suas agendas de prioridades para ação. As fragilidades atualmente encontradas nessas populações caiçaras, somadas às necessidades existentes em relação ao seu futuro, não visualizam e nem deslumbram um cenário político e social positivo de inclusão ou novas práticas e ação social politizada para o desenvolvimento dessas populações.

Quanto à eficiência das políticas públicas em relação a promover acessos às comunidades que vivem na floresta, 70% dos atores tanto do âmbito local como do âmbito estadual e federal discordaram fortemente. No âmbito local para o âmbito estadual, 30% concordam que existe eficiência nas políticas sociais.

*Eu discordo fortemente. Em minha opinião eles são assim muito desassistidos e nem tem políticas públicas específicas para eles sabe. Mas até pela EMATER eu digo da instituição, não tem programas, a EMATER não dá o atendimento que ela deveria dar. A EMATER o papo dele é o Cubatão, a banana e, onde ela necessita realmente chegar, onde existe mesmo uma necessidade, o nível de atuação para comunidades carentes não existe, não chega. Elas são muito esquecidas, e agora tratando delas eu fico preocupada sempre correndo atrás e se depender de técnico, de políticas públicas de governo, eu também eu não sei o que será.*

(E5 âmbito local)

*Eu acho que concordo por que na medida do possível com a situação que a prefeitura pegou está sendo feito algumas coisas. Agora se a gente pensar numa política pública de aquisição de alimento ou outra política pública para valorizar o tipo de produção de quem vive na floresta se elas conseguem ser eficientes, eu ainda não sei. Não temos nenhuma ação concreta.*

(E4 âmbito local).



Existe uma distinção de visões entre os atores governamentais estaduais e federais em relação à eficiência das políticas públicas de forma significativa em relação aos municipais. Esses se restringem à análise de auxílios a que essas comunidades empobrecidas têm direito, embora até programas como bolsa família que são bem divulgados pela televisão e rádio, muitas vezes não conseguem chegar às comunidades empobrecidas. Nesse sentido, programas que fortaleçam as comunidades, como uma política pública de Aquisição de alimentos que fomenta diretamente o orçamento da unidade familiar não é considerado, pelos atores locais, por serem burocrático e de difícil acesso não só para as famílias que desenvolvem agricultura familiar como para os próprios atores municipais.

Como resultado, encontra-se uma contradição dos atores municipais, pois desenvolvem uma percepção que o município não tem condições de desenvolver ações de inclusão das comunidades caiçaras, indicando a importância do Estado para o desenvolvimento dessas ações. Porém, quando existem programas que poderiam ser acessados por essas famílias como, por exemplo, o de Aquisição de Alimentos para merenda escolar municipal ou Paraná alfabetizado, os mesmos não conseguem também ser viabilizados. Nesse contexto do litoral, observa-se que os atores federais ou estaduais não se empenham em desenvolver políticas públicas básicas eficientes como a de aquisição de alimentos, específicas às áreas rurais com atividades extrativistas no Paraná.

A visão econômica do Estado não oportunizou política específica para promoção da melhoria de vida dessas famílias, porém essa visão fez surgir elementos novos que passaram a fazer parte das comunidades caiçaras como, alteração e destruição das paisagens via políticas de enfoque econômico, insegurança alimentar, manifestação de ONGs sobre a destruição da natureza, as quais passaram a ser patrocinadas e estimuladas pelo Estado. Evidencia uma visão preservacionista que alimenta a dicotomia do homem e natureza em detrimento a uma visão socioambientalista que poderia ver as comunidades tradicionais que utilizam recursos florestais com baixa tecnologia como cuidadoras e parceiras em projetos de conservação.

*O poder público apenas interferiu para determinar que o meio ambiente e a preservação seja importante, mas isso só depois de um monte de coisas erradas*

*que o próprio poder público e todas as esferas do governo fizeram, ao permitirem que agressores externos destruíssem a própria mata (...)*

*(...) o próprio Estado financiou programas na década de 70 e final da década de 80, casos de alteração da paisagem, foram drenadas áreas ali no litoral com dinheiro público e auxílio de técnicos da Emater. O caíçara produzia arroz para comer não para vender. Ele não foi drenar a área de várzea, de mangue, ele não tinha técnica para isso. Ele não destruiu nada, mesmo que o Estado quisesse. Teve um período que a IAPAR a EMATER afirmaram que a solução para o litoral era a produção de búfalo, então foi feita a estação experimental de Morretes, Guaratuba e Antonina. A economia dos búfalos facilitou a chegada de ONGs como a SPVS. É bem engraçado isso para mim... (...) ficam tentando resolver o problema da própria agricultura capitalista mesmo sabendo que ela mesma, a ONG, tem interesse econômico nisso também.*

*(E11 do âmbito estadual)*

Na narrativa alguns atores governamentais apontam que existe um paradoxo do Estado, pois as políticas de desenvolvimento trouxeram consequências sobre o uso do território, incluindo a própria degradação do meio ambiente e a vulnerabilidade das famílias caiçaras. No entanto, este mesmo Estado, por meio de parcerias com ONGs e recursos financeiros externos, deseja a sustentabilidade. Encontra-se o aparato institucional estruturado e seus próprios atos, em muitos momentos, são movidos pelo poder do dinheiro ou da informação visando apenas ao desenvolvimento econômico. A falta de eficiência da política pública evidencia de que forma o Estado vai se estruturar e desenvolver suas ações em relação às comunidades rurais empobrecidas. Para os atores, é tudo uma questão de direcionamentos daqueles que compõem as secretarias do Estado do Paraná.

Observa-se que na área rural, principalmente o Município de Guaratuba, as políticas ambientais impactam negativamente sobre a agricultura familiar (Tabela 11).

**TABELA 11 - POLÍTICAS AMBIENTAIS DO PARANÁ E AGRICULTURA FAMILIAR NA APA DE GUARATUBA-PR.**

Posição dos atores	Percentual
Não favorecem para o desenvolvimento da agricultura familiar	68
Favorecem as famílias porque as leis são compatíveis com atividades	27
Não tem posição	5
Total	100

FONTE: A autora (2010)

Os atores apresentaram que as políticas desenvolvidas foram de intensificação da fiscalização e cuidado do meio ambiente por meio de leis ambientais, as quais não favoreceram a agricultura familiar ou campesina dos caiçaras em regiões transformadas em área de proteção ambiental. Destacam que essas leis, nos últimos anos, por meio da intensificação da fiscalização, acabaram por excluir as comunidades tradicionais.

Porém, os que sinalizaram que acreditam que as leis e a denominação da área favorecem as atividades, justificam a sua posição:

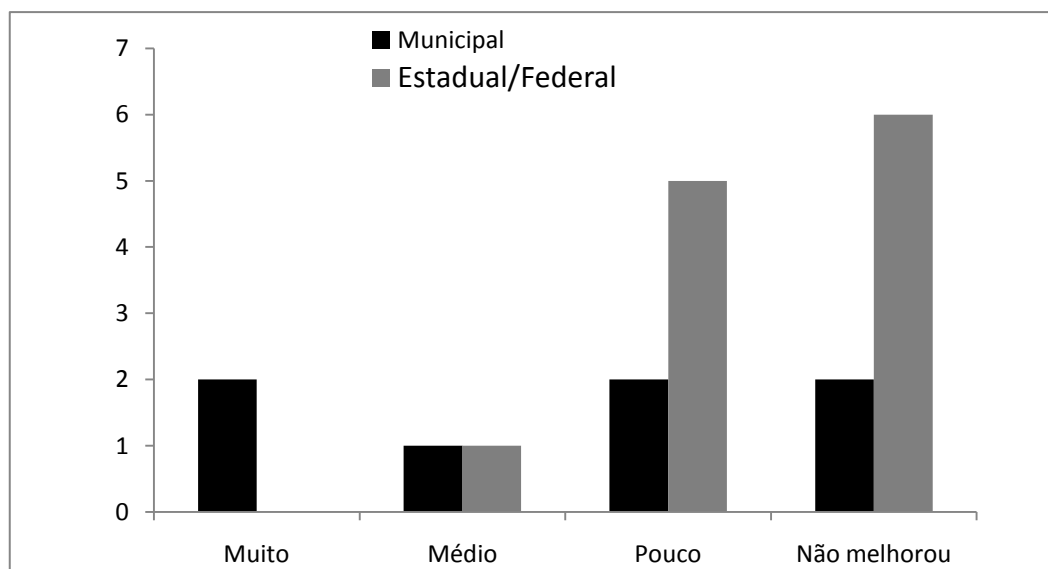
*As leis não são ruins. Tem gente que não conhece ou são mal informados, então eles falam que essa é uma área de proteção ambiental e na verdade é uma área de proteção e uso sustentável. Todos os órgãos ambientais têm consciência disso. Tem gente que chega de fora e não entende e acha que aquilo que é uma APA é uma área de preservação, ela tem exceções de fato em relação ao uso do solo, mas é do zoneamento. Considero que elas favorecem em partes, mas não de maneira integral, concordo medianamente com essa afirmativa. Pois penso que se não fossem essas leis, a criação da APA, muitas dessas famílias já teriam perdido suas casas para pessoas interessadas nessas áreas.*

(E12 Âmbito estadual)

Os atores governamentais dividem-se entre os que vêem a criação de uma APA como mais um elemento para a mais opressão nas comunidades rurais extrativistas, por meio da intensificação da fiscalização por diversas instituições como Polícia Ambiental, Instituto Ambiental e ONGs o que poderá promover ainda mais desigualdade social e não sua promoção. Por outro lado, existem alguns que vêem as APAs como um zoneamento que beneficia as famílias rurais empobrecidas, pois protegem-nas da especulação imobiliária. Para esses atores, em alguns casos, a criação de UCs oportuniza a relação de proteção para as famílias, valorizando e reconhecendo esse espaço como um território construído por comunidades tradicionais, ao mesmo tempo que promovem a valorização da sociodiversidade por meio da garantia do uso de sua terra sem o risco de invasão. Enquanto o Estado, por meio do Poder Executivo, encontra elementos favoráveis para as comunidades caiçaras com a criação da APA, o mesmo Estado, pela via do Poder Judiciário, vem legitimando, nos últimos anos, a posse dessa área protegida para empresas de reflorestamento de Pinus.

Os dirigentes governamentais também têm consciência de que a criação de UCs como APAs, por decreto, não melhoram significativamente a vida das pessoas que

habitam esses locais e nem melhoram sua interação com esse ambiente (Figura 9). Eles afirmam que algo diferente precisa ocorrer, pois não é possível esperar progressos vindos das comunidades espontaneamente ou simplesmente porque ocorreu a publicação da criação de APAs de acordo com as diretrizes do SNUC.



**FIGURA 9 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS COMUNIDADES CAIÇARAS APÓS A CRIAÇÃO DE UCs E APAs, NA VISÃO DOS ATORES GOVERNAMENTAIS.**

FONTE: A autora (2010)

Os atores responsáveis por fiscalização que atuam no âmbito do município de Guaratuba acreditam que a criação da APA amplia a visibilidade dessas famílias e promove uma melhoria na sua condição de vida, embora exija também maior fiscalização. No entanto, identificou-se um desconhecimento dos próprios atores municipais em relação à APA, pois uma secretaria indicou que a criação da APA melhorou muito a vida das famílias rurais extrativistas, o que demonstra uma falta de conhecimento da realidade.

Ocorreu um forte investimento na APA em relação ao aparato do equipamento público para a fiscalização da área protegida (instalações novas, carros, equipamentos e uniformes). Alguns entrevistados revelaram que, em nome do meio ambiente, o modo de vida dessas comunidades tem sido destruído, pois não há investimento na melhoria da qualidade de vida, apenas na fiscalização para a conservação da natureza, voltada para a repreensão dessas comunidades. Afirmam que deveriam existir investimentos

privados e públicos a fim de melhorar as condições de vida das comunidades residentes na APA.

Os investimentos que ocorreram no Paraná no período de 1997 a 2007, por meio de um programa chamado Pró-Atlântica, financiado pelo banco alemão KFW, teve como objetivo a preservação e conservação da Floresta Atlântica. Foi escolhido o litoral do Paraná justamente por ser um dos locais maiores e mais bem conservados da Floresta Atlântica no Brasil, e por ser uma das unidades de conservação com rica biodiversidade. Foi um investimento de mais de cinquenta milhões de euros em dez anos. A política estabelecida, por meio desse investimento privado, teve como finalidade o controle e regulação sobre as famílias caiçaras em relação ao seu modo de vida.

A melhoria no modo de vida das famílias caiçaras, no entanto, somente será possível se as instituições públicas desenvolverem uma visão socioambiental em relação aos territórios ocupados por elas. As relações estabelecidas atualmente ocorrem por meio de um distanciamento das realidades dessas comunidades, sendo que o Estado apenas aparece como instituição de regulação (como por exemplo, por meio do IAP) ou de controle e multa (por meio da Polícia Ambiental Força Verde). Essas ações culminam também em limite para ação extrativista sustentável pela falta de diálogo, entre as comunidades e Estado, para o estabelecimento de regras claras, e também pela necessidade que as famílias possuem de acessos a outros recursos, além dos naturais disponíveis na Mata Atlântica. Esse cenário oportuniza para que as famílias tornem-se ainda mais marginalizadas e exploradas pelos intermediários.

Esse processo precisa ser estruturado com políticas públicas intencionadas e dirigidas ao bem-estar das famílias atingidas destacando que, a exemplo da atual legislação, é sempre possível favorecê-las. É possível perceber que a categoria APA é incompreendida e que os atores no âmbito estadual têm conhecimento da realidade das famílias caiçaras, que tradicionalmente ocupam essas terras.

*Considero que melhorou, pois eles têm segurança para viverem sem a pressão do mercado imobiliário, por outro lado, os lavradores tradicionais têm restrições para o seu trabalho. Porém, concordo medianamente que melhora, pois auxilia em relação à proteção não só da biodiversidade, mas da sociodiversidade (seu enraizamento a terra que nasceu). Enfim, considero que no dia a dia dessas famílias a UC ainda é um ganho.*

(E16 âmbito estadual)

*Concordo fortemente que melhorou, mas para a comunidade, só que isto ainda não foi percebido, porque ela própria não entendeu. Quando existir esse entendimento ela irá perceber que melhorou e melhorará ainda mais.*

(E13 âmbito federal)

Quanto ao Governo do Paraná, em relação a programas exequíveis que incentivem a manutenção dessas famílias em Unidades de Conservação de uso sustentável, constatou-se que 68% consideram que não existem programas no Estado do Paraná com esse intuito, porém 32% consideram que existem e apresentaram como programas implementados: programa escola ativa do MEC para o rural; pesquisa da Embrapa sobre o projeto Jussara II; Projeto de extensão rural para os pescadores e PRONAF, pescadores artesanais; implantação de parques agrícolas e seguro de defesa para os pescadores; Universidade sem fronteiras; criação da Unidade de Conservação como forma de protegê-los.

*Do poder público vieram vários projetos principalmente do palmito, objeto dos extrativistas e com esse pessoal foi feito fabricas comunitárias, foi gasto dinheiro em massa e compraram geladeira e não deu certo, tentaram fazer plano de manejo coletivo de uma área coletiva numa área muito boa, mas não foi para frente, é muito orgulho institucional, entra um com uma idéia o outro discorda e daí muda o governo e aquele já muda e na vai para frente o que foi iniciado.*

(E8 âmbito Estadual)

*Tanto no nível nacional como no estadual, refletindo também nas organizações da sociedade civil, há duas forças opostas neste contexto, uma representada pelos órgãos ambientais (como IBAMA, ICMBio e IAP) e outra representada pelos órgãos 'agrícolas' (MDA, MAPA, Sec. Estadual de agricultura). A força 'agrícola' tem vários programas de fomento que, diretamente ou indiretamente, incentivam a manutenção das comunidades caiçaras/ extrativistas em Unidades de conservação como as Áreas de proteção Ambiental (APA). A Embrapa, ligada ao MAPA, desde 2007 tem o Projeto Juçara (...), que busca trazer alternativas aos agricultores para sua permanência e melhoria de qualidade de vida, na APA de Guaraqueçaba. Busca-se conciliar as forças, não de um modo superficial, mas sólido. E tem-se a posição forte a favor da permanência dos agricultores familiares na APA de Guaraqueçaba.*

(E15 âmbito federal)

A visão do último ator governamental, supracitado, aponta para dois campos de força que podem ser acionados quando se fala em conservação da biodiversidade e da sociobiodiversidade: 1) órgãos ambientais e; 2) órgãos agrícolas. No entanto, nem o

ambiental e nem o rural mencionaram ou cogitaram a ação extrativista dos PFNMs como possível programa de fomento à geração de renda, embora essa atividade seja considerada em outros estados como o Pará, Acre e Amazonas como importante alternativa do uso da floresta por meio do extrativismo de diversos recursos vegetais, como fonte complementar de renda no orçamento das unidades familiares. Percebeu-se uma invisibilidade da ação extrativista como possibilidade de geração de renda não agrícola em Unidades de conservação de florestas nativas.

### 3.3.3 Políticas e impactos negativos nas comunidades rurais extrativistas

A questão das políticas públicas voltadas para o litoral paranaense na análise dos próprios autores foi mais danosa que benéfica quando ocorreram. O principal problema apontado está na falta de entendimento do Estado em relação à lógica do caiçara. A falta de conhecimento sobre a realidade do modo de vida e dos laços sociais que a permeiam, assim como as características específicas que os caiçaras possuem precisam ser consideradas na elaboração das políticas públicas, no entanto, os atores institucionais não conseguem desenvolver esse diálogo necessário.

Evidenciou-se que apenas dois programas do governo estadual apresentaram impactos positivos (Quadro 10).

Ações	Frases das entrevistas	Impacto
Interferência do Estado		
Projeto Universidade Sem Fronteiras	Este projeto trabalha na área social e produtiva na ideia do Mutirão, estudar como funciona e propor para eles a partir da prática e não da lógica de mercado. Promove o diálogo e reforça nas pessoas do meio rural a capacidade de acessar recursos.	Positivo
Falta de Integração	Política de cima para baixo, sem integração. Seria necessário analisar a realidade para entrar com projetos com aceitação da comunidade. Porém é muito difícil de trabalhar desse modo, não temos funcionários.	Negativo
Ausência do Estado	O Estado está ausente e despreparado para atuar nas comunidades tradicionais. E quando intervém como política pública geralmente ele é mais danoso do que benéfico.	Negativo

Diálogo por meio de associação	Falta gente para dialogar com esse pessoal mais distante, é preciso uma correlação de formas de organização para formar conselhos e associações. E o que é ruim, é que quanto maior a condição de pobreza menor é o potencial de reivindicação.	Negativo
Fiscalização		
Falta de diálogo	As restrições para o atendimento de demanda ambiental e privado sem diálogo com as comunidades tradicionais acarretam punição aos caiçaras a fim de prevenções infundadas para a proteção do meio ambiente.	Negativo
Tarefa de repressão	A cada 40 profissionais na fiscalização (federais e estaduais), temos no Estado 3 profissionais (entre agrônomo do município e técnico da EMATER) para práticas agrícolas. Muitos para fiscalizar e poucos para fomento. É preciso mudar isso.	Negativo
	A tarefa tem sido de repressão do que integração, menos de conscientização sobre a preservação de uso sustentável.	Negativo
Política social		
Políticas organizadas	Ação do Estado positiva em Serro Azul (PR). Existe um conjunto de agricultores organizados que se beneficiam das políticas específicas. Quando se organiza, consegue acessar o Estado.	Positivo
Precariedade no atendimento às comunidades do campo	Há precariedades no acesso às estradas; comunicação, saúde, escolas e assistência técnica não chegam a essas comunidades, mas a fiscalização se faz presente.	Negativo
Unidade de conservação e Legislação ambiental		
Facilitador do acesso as políticas	O acesso às políticas promovem desenvolvimento nas comunidades, não ficam apenas limitadas ao que já tem. Porém, essas políticas não têm a abrangência necessária.	Negativo
Dicotomia homem e natureza dificultam a sustentabilidade cultural e ambiental	O método de subsistência tradicional serve para alimentar a família. No entanto, isso é visto como forma de degradação ambiental pela legislação. É preciso que o Estado mude o jeito de conceber o rural.	Negativo
Sociedade civil e perfil da comunidade caiçara		
Projetos incoerentes com a realidade e falta de informação	O técnico costuma aplicar projetos que não se adequam à lógica de sobrevivência caiçara.	Negativo
Representatividade	Clientelismo e personalismo nas ações políticas. As pessoas empobrecidas têm dificuldades na escolha de seus representantes; o voto virou moeda de troca. Outra forte influência é a igreja, gerando movimento de organização.	Negativo



## QUADRO 10 - EVIDÊNCIAS DO PAPEL DAS POLÍTICAS E SEUS IMPACTOS NAS COMUNIDADES

FONTE: A autora (2010)

Os impactos negativos foram relacionados à falta de integração, diálogo, falta de associação e conscientização política das comunidades caiçaras, política social, ausência do Estado, ênfase na fiscalização, separação homem e natureza, projetos incompatíveis com a realidade local. Os atores governamentais tanto executores, pesquisadores quanto técnicos extensionista, enxergam, ou seja, interpretam o ambiente que atuam, identificando o resultado das políticas por meio de seus impactos positivos e negativos. Manifestam sensibilidade em relação à precária situação em que vivem essas famílias com agricultura de subsistência, embora eles próprios reconheçam o distanciamento que existem da realidade das mesmas, dificultando a ação coletiva para benefício mútuo. Os próprios atores governamentais consideram que as políticas públicas desenvolvidas nos últimos anos, em sua maioria, causaram impactos negativos às comunidades rurais com atividades extrativistas. Porém, embora apresentem esse cenário, os atores municipais vêem-se incapazes de atender a essas comunidades e alegam falta de estrutura (falta de funcionários), burocracia, falta de acesso a políticas públicas federais e estaduais. Reconhecem que as ações acabaram correspondendo a uma política conservacionista do Estado. Embora exista uma consciência de que a região do litoral do Paraná é habitada por comunidades caiçaras, que colaboram com a manutenção da biodiversidade e que a ênfase desse território está na conservação.

Outras ações desenvolvidas pelas instituições IAP, EMATER, Prefeitura, Sec. Meio Ambiente, Sec. Agricultura, entre outras, e pelas estruturas sociais moldam e condicionam o uso, a transformação e a reprodução das famílias rurais caiçaras e consequentemente alteraram seus ativos (capital natural, capital social, capital cultural, capital produzido), encaminhando as mesmas ainda mais para o extrativismo.

Tais alterações, em especial no caso de São Joãozinho, influenciaram as capacidades daquelas famílias em realizarem suas escolhas, alterando o bem-estar material e, especificamente neste caso, a intensificação da ação extrativista promove uma situação de vulnerabilidade dessas famílias, pois, outras ações como da agricultura foram ficando restritas, ora pela fiscalização, ora pela invasão das empresas de reflorestamento. Em síntese, os atores governamentais não conhecem a heterogeneidade

existente dessas comunidades rurais, como não conhecem concretamente seu meio de ganhar a vida e suas dificuldades em acessar os recursos.

Na esfera municipal foi encontrada uma contradição, pois os atores locais informaram que existem só impactos negativos das políticas do Governo do Paraná em relação às famílias rurais do município, focando a questão da fiscalização e da falta de acesso à política social para essas famílias. No entanto, acreditam que para desenvolver um trabalho de atenção às comunidades caiçaras rurais apenas seriam viáveis pela ação do Estado do Paraná ou da União, pois não se vêem em condições de fazê-la.

Entre os atores estaduais e federais, existe o reconhecimento de alguns avanços das políticas públicas do Estado do Paraná e demonstraram conhecimento sobre as políticas macroeconômicas<sup>12</sup> que impactam a vida dos caiçaras, promovidas pelas políticas públicas desenvolvidas no espaço e no tempo. Elementos como o reconhecimento da cultura tradicional; as políticas de desenvolvimento econômico e as chegadas das empresas multinacionais demonstram preocupação dos efeitos das políticas nessas famílias ainda hoje, como segue:

*O meio de vida atual das comunidades tradicionais é viável, mas se houvesse a possibilidade de retornarem para a atividade herdada dos seus avôs como a agricultura seria melhor. Infelizmente acho que no momento vai ser difícil, devido as situações que ocorreram na década de oitenta no Paraná. Eles sofreram muito com a pressão pelo uso da terra pela Multinacional de reflorestamento, que veio para o Brasil por conta de uma política de incentivo.*

(E6 – Ator estadual atuando no âmbito local)

Além desse conhecimento amplo sobre os elementos das populações caiçaras do Paraná, os atores estaduais e federais também têm consciência da burocracia do setor ambiental e seu impacto nas famílias com agricultura de subsistência e a prática do extrativismo, assim como a própria falta de informação dentro da própria instituição pública. No entanto, apresentam que essa burocracia decorre principalmente pela falta de preparação técnica dos órgãos ambientais, pois além da fiscalização com a visão preservacionista sobre o uso da terra, existem outras legislações que estabelecem elementos importantes para a vida dessas famílias, o que precisa atualmente é assegurá-

---

<sup>12</sup> Como as políticas que tiveram influência sobre o processo de desmatamento da Floresta Atlântica nas décadas de setenta e oitenta.

los, como segue a argumentação do entrevistado, ressaltando que isso tem de mudar para melhorar a vida das famílias rurais.

*(...) porque hoje em dia você tem toda uma legislação, os decretos acerca da mata atlântica e outras leis que se você procurar, você encontrará legislação que favorece a elaboração de política pública. Mas como os órgãos ambientais não estão preparados em forma de estrutura e forma de qualificação para executar isso, aí eles ficam nadando contra a maré e querendo criar outras políticas públicas. Sendo que já tem muita coisa estabelecida é só assegurar. Outra estrutura ou vamos dizer, procedimento que impacta na vida das famílias é que muitas vezes quando você precisa de uma licença para plantar, aí tem que pedir uma licença ambiental e é necessário passar em quatro ou cinco órgãos. É meio ambiente, é IAP, é Força Verde, é IBAMA, então essas coisas, no meu ponto de vista precisam ter um órgão exclusivo. Precisam melhorar para quem precisa desses serviços.*

(E19 Âmbito Estadual)

O acesso aos recursos para muitas famílias rurais dependem da eficiência de políticas públicas formuladas. Para tanto, constou-se pela visão dos atores tanto da escala local e como da escala regional ou federal, que os pontos que dificultam as políticas públicas formuladas de chegarem às comunidades estão relacionados com a falta de sinergia dos municípios com o Governo Estadual e Federal (FIGURA 10). Esse problema mostra-se distante de ser solucionado, pois os atores governamentais tanto municipais como estaduais e federais apresentaram-se, em sua maioria, determinista em relação à mudança nessas estruturas sociais das instituições públicas.

Para esses atores, o município é pequeno demais para o planejamento e a organização do desenvolvimento rural, porém o Estado também não tem condições de conhecer todas as necessidades e as heterogeneidades existentes no litoral do Paraná. Dessa forma, a falta de diálogo entre esses atores é uma constante, o que leva a desenvolver políticas públicas de gabinetes por planejadores que desconhecem as especificidades locais.

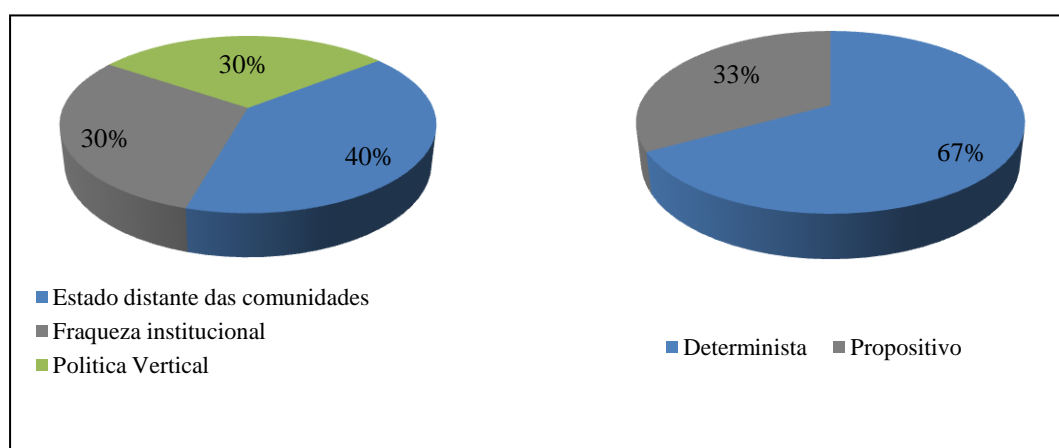


FIGURA 10 - FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A INEFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES RURAIS LITORÂNEAS E POSICIONAMENTO DOS ATORES GOVERNAMENTAIS.

FONTE: A autora (2010)

Quanto a esse cenário, os atores municipais disseram que os problemas relacionados à eficiência das políticas públicas encontram-se principalmente em relação ao acesso e conhecimento das famílias no litoral e à falta de funcionários para estabelecer esses processos, tanto de comunicação com as famílias como com os órgãos do Estado, no sentido de:

- ✓ Estabelecer o acesso: ausência de estrutura para locomoção e comunicação com essas famílias;
- ✓ Estrutura da Instituição: falta de funcionários públicos para operacionalizar as políticas públicas. Reorganização das pessoas no âmbito local em relação a número de planejadores e número de técnicos no município inteiro;
- ✓ Falta de diálogo da Prefeitura com os órgãos do Estado: existência de vários órgãos envolvidos para o desenvolvimento de uma política nesse sentido. As duas instâncias precisam dialogar sobre os projetos, programas e ações;
- ✓ Burocracia: excesso de órgãos para a tramitação de processos;
- ✓ Necessidade de regionalização dos programas federais: respeito às especificidades de cada lugar;
- ✓ Comunidade não acessa o Estado: falta de informação das famílias rurais; e

- ✓ Clientelismo e apadrinhamento: atores locais não escutam as comunidades porque acreditam que já sabem o que elas querem.

A existência de informação imprecisa na criação de políticas públicas em virtude da falta de diálogo entre os planejadores públicos mostrou-se o maior problema no Litoral paranaense. Seguido da questão da falta de estrutura da Prefeitura, da EMATER, e do IAP em relação a funcionários para fazer funcionar a política pública quando são envolvidos. Com as condições apresentadas atualmente no âmbito local, a estrutura não colabora para a execução e efetivação de políticas públicas apresentadas, pois o elemento essencial, que é a participação entre comunidades e atores locais, não ocorre.

Atores municipais constatarem também que existem entraves de integração entre o sujeito e o Estado relacionados a uma burocracia que envolve uma rede de pessoas das instituições públicas. É preciso diálogo entre o poder local e órgãos do Estado para o desenvolvimento dessas políticas. Nesse caso, a forma com que os atores se posicionam em relação às políticas, na escala local e o estabelecimento do diálogo na escala regional poderão determinar se as comunidades rurais terão acesso ou não às mesmas.

Quanto aos atores governamentais estaduais e federais, 80% apresentaram o Estado como este distante das comunidades e, entre os problemas na elaboração de políticas, a fraqueza institucional pelo fato da inexistência de um arranjo institucional interfederativo, que favoreça o diálogo e a construção de instrumentos entre os três níveis federativos (Município, Estado e União), bem como mecanismos que possibilitem o Estado acessar e ser acessado pela comunidade, o que não está ocorrendo nesse território. Essa deficiência ocorre devido à falta de funcionários do governo para a articulação, descontinuidade de projetos por mudança de governo, ausência de uma sociedade civil organizada para o controle social, insuficiência de investimento em educação e falta de recursos financeiros para a integração. Diante disso, apontaram a necessidade de descentralização, como alternativa viável para a eficiência dos processos institucionais, como segue:

*A grande maioria das políticas é formulada sem o conhecimento da realidade das comunidades, por isso é que elas precisam ser regionalizadas. Isto é algo que precisa mudar para que ocorra a efetivação das políticas públicas. E que elas deixem de ter uma visão de gabinete.*

(E16 Âmbito Estadual)

Em relação à forma vertical do planejamento das políticas públicas, indicaram os motivos que dificultam o êxito pelos seguintes fatores: acesso à informação entre os atores locais e federais, fragilidade organizacional das comunidades rurais litorâneas, visão eleitoreira, políticas públicas distantes da realidade local, número de funcionários insuficientes para a articulação no campo. Como resultado, observa-se que no Município ocorre a falta de estrutura e capacitação técnica dos atores governamentais locais e uma atenção a essas comunidades desassistidas. No Estado do Paraná a falta de funcionário técnico para estabelecer essas alianças, assim como as mudanças de governo acabam não realizando a continuidade de programas em escala regional e nacional. No governo Federal, as elaborações de políticas públicas padronizadas não consideram a heterogeneidade das comunidades litorâneas do Paraná.

É preciso que os agentes envolvidos nessas políticas consigam enxergar a multifuncionalidade das famílias na Mata Atlântica, pois seu reconhecimento envolve dimensões que contribuem para o futuro do território como a dimensão econômica, sociocultural, institucional e ambiental. Não focar apenas o econômico, mas tudo que representa aquele modo de vida.

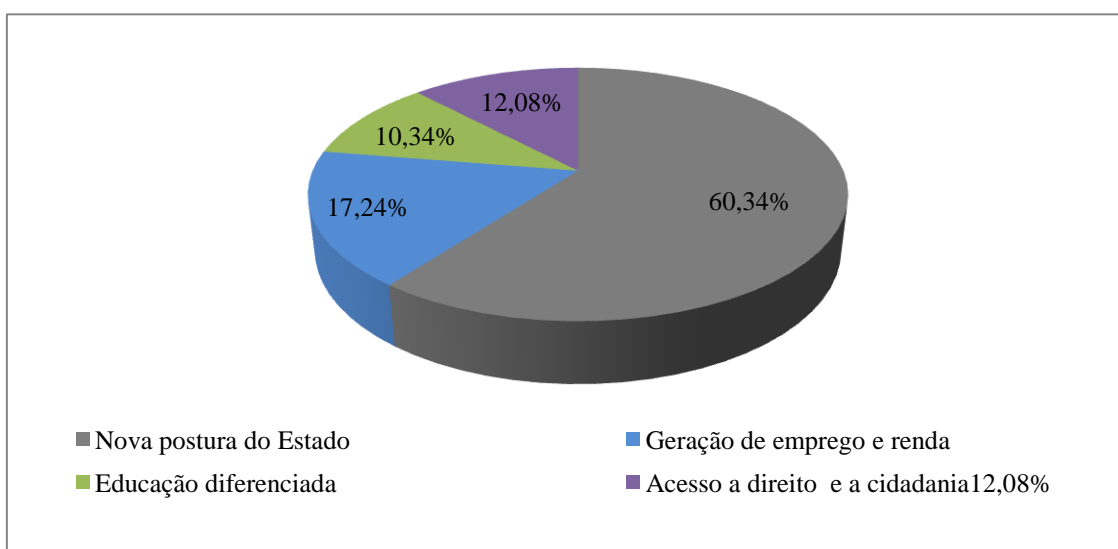
Para a ação extrativista de forma sustentável pelas comunidades rurais, torna-se necessário que ela ocorra como complementaridade no orçamento da Unidade familiar desenvolvida dentro de diversas outras atividades. Por isso, o conceito de pluriatividade torna-se tão importante, assim como de multifuncionalidade das famílias no meio rural, como cuidadores da floresta e portadores de uma herança cultural de um modo de vida, pois os interesses se voltam para agricultores organizados dentro de uma perspectiva de produção agrícola empresarial, com pouca manifestação no local de diálogo para se conhecer e estudar as possibilidades de melhoria de vida dessas famílias extrativistas.

Embora exista a questão ambiental e agrícola nessas regiões, as atenções e as políticas estão centradas no quesito conservação da natureza e exclui o ser humano, já que a UCs como APA têm sua atenção na biodiversidade e não na sociodiversidade.

Nesse sentido, a conservação da natureza foi também alterada por essa política de incentivo à formação de florestas de *Pinus* e eucaliptos, ocasionando uma mudança no território (em sua biodiversidade e sociodiversidade). Essa ênfase dada às empresas de reflorestamento, com o enfoque no crescimento econômico do país na década de setenta, desconsiderou as comunidades rurais que ocupavam tradicionalmente essas

áreas. Tais políticas tiraram das famílias o acesso ao recurso natural – as terras - para o cultivo de diversas culturas. Isso também gerou instabilidades nas famílias em relação ao significado de seu trabalho e sua vida.

Existe distância entre o ideal e o real, manifestada sobre as políticas públicas necessárias e possíveis às comunidades rurais com atividades extrativistas, na percepção dos atores governamentais a fim de que as mesmas possam permanecer na Mata Atlântica (Figura 11).



**FIGURA 11 - SUGESTÕES DOS ATORES GOVERNAMENTAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NECESSÁRIAS ÀS COMUNIDADES COM ATIVIDADES EXTRATIVISTAS**

FONTE: A autora (2010)

Os atores governamentais acreditam que, em primeiro lugar, é preciso realizar uma mudança na postura do Estado em relação às comunidades rurais extrativistas, como: revisões na legislação ambiental, regularização fundiária, divulgação do conhecimento tradicional, políticas públicas que incentivem e financiem pesquisas voltadas para a conciliação da permanência de agricultores familiares com as UCs, trabalhos de parceria entre Universidade e Estado e decisão em relação à erradicação da pobreza no meio rural.

Para os atores tanto do âmbito local como estadual, são necessárias políticas públicas que promovam o acesso a direitos sociais por essas famílias. Essa política seria prioritária no litoral, com mais educação, saúde e transporte. Para eles, a preservação da mata atlântica é importante e para isso é necessário melhorar as condições de vida

dessas famílias, com promoção do desenvolvimento humano e informação. Outra política importante seria o fomento de atividades para a geração de trabalho e renda, assistência técnica para a agricultura familiar e organização social das famílias, aliadas a investimentos em educação, como a melhoria da qualificação do ensino rural, bem como a oferta de educação de adulto na promoção da cidadania.

Registraram-se cinquenta sugestões de políticas públicas possíveis às comunidades rurais litorâneas, embora nenhuma delas tenha entrado na agenda política do Estado do Paraná, inclusive a da educação diferenciada que foi citada entre as mais importantes nessa região. Foram entrevistados atores governamentais envolvidos no processo de elaboração de políticas ambientais e rurais. A título de elucidação, destaca-se da posição tomada pelo ator governamental diante das possíveis sugestões de políticas públicas que poderiam ser viabilizadas nas comunidades caiçaras, registrando que sugestões são apenas sonhos, instigações, aquilo que se pode falar e sugerir, mesmo sabendo que nunca ocorrerão conforme seu ponto de vista:

*Eu aqui dentro do Estado, dentro de um cargo diretivo, posso dizer que existem muitas sugestões a serem dadas, mas a perspectiva que tenho é que nunca vai ocorrer. A grande questão é reconhecer o valor das comunidades tradicionais e ver o mundo por outra lógica, que não é a do mercado. Isso seria negar o capitalismo, nesse ponto que considero difícil que ações como essas apontadas nas sugestões possa um dia ser realizadas.*

(E12- Âmbito estadual)

Além de expor seu ponto de vista sobre a impossibilidade das sugestões serem operacionalizadas, termina a fala apontando para o processo da perda de cultura que essas comunidades estão sofrendo:

*O que vejo pelas ações do Estado e das próprias ONGs, é que as comunidades caiçaras estão sofrendo um processo de aculturação. Na verdade acredito que elas vão continuar existindo. Eu não posso dizer se isso é bom ou ruim, mas sei que reconhecer o valor cultural das comunidades rurais caiçaras pelo Estado, por mais que eles tenham um valor cultural que é histórico, principalmente aqui no Paraná, o Estado não ira fazê-lo, ou não vai priorizá-los. Infelizmente o Estado está absorvido por outras ações e essas comunidades não é a sua prioridade. O papel do Estado hoje é precário. Não se contrata funcionários públicos, e isso é refletido pela não atuação do Estado nas comunidades.*

(E12- Âmbito estadual)



O paradoxo dos atores governamentais das instituições públicas em relação às intervenções no meio rural para a superação da pobreza e ao do desenvolvimento de atividades de melhoria da relação homem e natureza na Mata Atlântica é claro, pois reconhecem a importância das comunidades rurais tradicionais do litoral, no entanto, pela forma como o Estado está estruturado não acreditam que seja possível a efetivação de políticas que promovam a qualidade de vida dessas famílias.

Estabelece-se o conflito pela visão econômica que o Estado desenvolve, apenas enxergando grupos organizados, como a frente ambientalista puxada por ONGs, assim como a frente agrícola (produtores de banana) e silvicultura (cultura madeireira a partir do *Pinus*) puxada por grupos produtivos organizados do litoral paranaense. Dentro desse contexto, o conflito sobre a visão econômica do Estado com a Economia política mostrou-se visível ao se discutir sobre as comunidades rurais com atividades extrativistas que apresentam-se como grupos empobrecidos e sem organização social.

No estado do Paraná, constatou-se que não existem programas como PRONAF Floresta ou outros programas que fomentem a interação das populações locais (povos dos ecossistemas) e florestas por meio de geração de renda pela comercialização dos PFNMs. Em Guaratuba, os atores governamentais são absorvidos por outras demandas, e o reconhecimento ou o acesso à realidade das comunidades rurais campesinas torna-se invisíveis. A situação encontrada é que o município não os enxerga e por isso não elabora demandas para o Estado para que sejam formuladas políticas públicas. Como resultado, o Estado, por não conhecer concretamente para levar em conta a heterogeneidade dessas comunidades, acaba por não elaborar programas efetivos de melhoria de vida nesse meio rural. Cria-se um círculo vicioso no Estado - onde ele não elabora, pois não recebe solicitações, e as prefeituras não solicitam, porque não as enxergam.

### 3.3.4 Conselho Gestor da APA de Guaratuba-PR

Diante da situação precária de acesso do Estado em relação ao conhecimento dessas comunidades rurais com atividades extrativistas e dessas em relação às políticas públicas de seus interesses, buscou-se analisar o processo de participação de membros empobrecidos da Comunidade Rural de São Joãozinho no Conselho Gestor da APA de

Guaratuba a fim de acompanhá-los tendo a ciência de que o Estado não chegou a assegurar os ativos e as infraestruturas de base nas comunidades rurais antes do convite a participação nos conselhos gestores. Embora tenha-se apregoado que é por meio da organização das comunidades nesse espaço que as mesmas conseguiram ter vez e voz contribuindo de maneira ativa à definição e implementação de projetos e de instrumentos de políticas públicas para melhoria em seu território.

A APA tem suas diretrizes norteadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que apresenta como um dos objetivos “promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais (SNUC, Art.4º IV), sendo definida pelo SNUC, em seu artigo 15 da Lei 9.985/2000 como:

*“Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”*

Nesse sentido, o diálogo com as comunidades rurais moradoras nesses espaços transformados em UC poderia apontar caminhos para a melhoria de sua vida, por meio da gestão compartilhada das UCs e auxiliar no plano de manejo sobre o uso sustentável dos PFNMs. Para tanto, ao verificar como está estruturada a APA e a relação desta com as comunidades rurais extrativistas, percebeu-se que o SNUC (2000) avança no processo democrático quando define como instrumento de gestão das UCs o plano de manejo e o conselho gestor consultivo para todas as categorias, exceto a Reserva extrativista (Resex) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), para qual o conselho deve ser deliberativo.

O município de Guaratuba recebe benefícios locais pela criação de Unidade de conservação na categoria de Área de Proteção Ambiental (APA), pois com a criação da APA passou a receber repasses estaduais (ICMS - Ecológico) disponibilizados mensalmente de acordo com o tamanho da área, Guaratuba possui 132.688 hectares dos quais 130.663 fazem parte da APA, ou seja, 98% da cobertura vegetal do município é área protegida, recebendo R\$ 280.000,00 do estado do Paraná. Metade dos atores municipais disse desconhecer a existência desses recursos. Além dos recursos

destinados à existência da APA há também os benefícios relacionados à compensação ambiental, fornecidos por empresas privadas, via empresas pelo pagamento de royalties e fundo ambiental. Os royalties da Petrobrás<sup>13</sup> são repassados anualmente, e os ganhos do fundo do meio ambiente (0,8% SANEPAR) são mensais. Embora o Fundo do meio ambiente seja destinado à Prefeitura para fomentar ações de educação ambiental e auxílio ao Conselho Gestor da APA de Guaratuba, esses recursos não são acessados pelos atores municipais e não chegam às comunidades rurais que vivem dentro das APAs.

Os entrevistados, ligados ao governo estadual (30% ), consideram que as APAs no Paraná foram criadas em função dos recursos hídricos, refletindo o destino desses investimentos.

*A APA atinge a finalidade de conservação com um viés protecionista (denúncia/fiscalização e compra de áreas para a preservação). Nesse sentido concordo medianamente, pois existe um investimento para a conservação da APA e muito, principalmente para fiscalização. Mas não tem investimento na comunidade. Isso é um fato. Mas a própria criação da APA leva a isso, preocupação com a fiscalização.*

(E11 âmbito estadual)

A maioria dos atores estaduais e federais disse que, após a criação das UCs, as regiões com APAs não recebem recursos necessários para as políticas públicas que melhorem a qualidade de vida das populações locais. Os recursos e instrumentos disponibilizados para a viabilidade da APA são destinados ao controle e regulação via fiscalização da mata nativa em detrimento da sociobiodiversidade. Os recursos locados na fiscalização foram provenientes do Programa Pró- Atlântica -PR financiado pelo Banco Alemão. Falta, portanto, benefícios para a educação ambiental conciliado ao bem-estar das populações locais, como pregam as diretrizes do SNUC.

O Estado não assistiu e acompanhou o desenvolvimento social da APA de Guaratuba desde sua criação. Caso houvesse esse acompanhamento e diálogo entre as instituições e as comunidades rurais, os atores governamentais saberiam dos conflitos agrários que as comunidades tradicionais vêm sofrendo, e a categoria de uso sustentável

---

<sup>13</sup> Segundo Gonçalves (2010), os números baseados no volume de royalties e participação especial de petróleo extraído do mar brasileiro, pagos em 2008 para o Município de Guaratuba foram de R\$ 1,8 milhão de reais.

poderia ser revisada e até mesmo alterada para reserva de desenvolvimento sustentável mantida por agentes federais. Isso faria com que houvesse uma alternativa para viabilizar a conservação do meio ambiente, aliada à manutenção da cultura das comunidades tradicionais detentoras de um saber acumulado sobre o ambiente excluindo a intervenção de empresas privadas.

Existe uma indiferença do Estado em relação à criação das UCs, pois não existe revisão e estudo sobre as situações das famílias. De fato, não foi encontrado nada nas fontes secundárias. Quanto à fiscalização, existe um estudo que apresenta um aumento de até 100% em número de autos de infração, realizado pela força verde do Paraná após o recebimento de recursos financeiros do banco alemão para a preservação da Floresta Atlântica.

A falta de diálogo em relação à criação da Unidade de Conservação gera distanciamento entre populações locais e atores governamentais. As comunidades existentes não conseguem reivindicar mudanças na área protegida de modo conveniente para si junto ao Estado, e o processo que cria uma APA não é visto como transparentes e democráticos.

*Não existe avaliação nenhuma nem em área de preservação com proteção integral pertencente ao Estado, nem de proteção de uso sustentável. E muito menos sobre as comunidades afetadas pela APA. Esse trabalho não existe. Não se tem a prática de ouvir a população rural nem antes de criar e nem depois que ela foi criada.*

(E2 do âmbito local)

*Honestamente não existe nada, estamos com um parque criado desde 1992, mas sem regularização fundiária, eu fico assustada, não adianta criar as unidades e não implementar. O parque estadual do Boguaçu criado em 1996, já tem dezesseis anos e não tem nada. Primeiro não foi feito regularização fundiária, pois eles moram ali, continuam morando em área de proteção integral, que o pessoal fala que você tem um tempo X para realocação, mas na verdade nada disso aconteceu às infrações continuam acontecendo dentro do parque. Ou se faz a regularização fundiária e indeniza ou muda-se a categoria da unidade de Conservação. Mas do jeito que está a situação é insustentável.*

(E6 – Ator estadual atuando no âmbito local)

A regularização fundiária é primordial, independente de se tratar de UC de proteção integral ou de uso sustentável. Os conflitos existentes podem indicar caminhos para uma possível revisão dessas áreas. A revisão é muito importante, principalmente

para evitar a apropriação indevida via usucapião - por grupos externos interessados apenas na exploração econômica. É função do Estado assegurar que as comunidades caiçaras possam permanecer em seu território. Os atores governamentais reconhecem sua omissão em relação às comunidades que vivem tradicionalmente nessas áreas sofrendo a pressão das leis ambientais e conflitos agrários.

Os atores governamentais reconhecem apenas os agricultores organizados e os aspectos da proteção ambiental na APA de Guaratuba-PR. Desse modo, agricultores organizados com posse de terra recebem atenção quanto à qualidade do serviço oferecido pelo Estado. O Município de Guaratuba tem sua atenção aos agricultores que trabalham com a bananicultura, pois estão organizados com melhor poder aquisitivo. Dessa forma, cria-se um processo recursivo, onde o que está socialmente organizado acessa e absorve os serviços do município e os que não estão organizados permanecem sem esse acesso.

Dessa forma, ações que possam melhorar a vida dessas comunidades como a ênfase em sua cultura, por meio de uma educação diferenciada, ou o reconhecimento de suas práticas sociais, assim como o investimento nas atividades da agricultura familiar para sua subsistência, poderão ser desenvolvidas como mencionadas pelos atores municipais, estaduais e federais alterando a forma de ação do Estado, visto que esses atores têm consciência das fragilidades que essas comunidades estão sofrendo pela omissão do Estado, pela pressão das ONGs e pelo sistema capitalista que acaba por desconsiderar o seu modo de vida pautado em uma economia campesina.

Para pensar nos projetos futuros e políticas em relação a áreas protegidas e seus moradores, cada ator e instituição têm sua lógica e forma de conceber o outro, e sua visão influencia diretamente no tipo de política que será desenvolvida e como será impactada em relação à distribuição, controle e transformação do ativo das famílias. Os atores governamentais percebem como fragilidades das comunidades caiçaras o fato de o Estado ser omissor, o crescimento no Paraná de ONGs que adquirem áreas rurais para Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e os municípios que não dispõem de estrutura suficiente para abarcar e suprir suas necessidades.

### 3.3.5 Relação do Conselho Gestor da APA com as comunidades rurais extrativistas

O Conselho Gestor da APA de Guaratuba surgiu como órgão paritário da sociedade civil e Estado, solicitando a constante participação das comunidades rurais, principalmente as empobrecidas, para auxiliar na administração dessa UC e para construir um arranjo institucional alternativo diferente daquele centrado apenas no Estado (Tabela 12).

**TABELA 12 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA APA DE GUARATUBA-PR.**

<b>CONSELHO GESTOR</b>	
Objetivo	Promover o gerenciamento participativo e integrado para a implantação de diretrizes de políticas nacional, estadual e municipais do ambiente.
Formação	Após três anos de reuniões com a sociedade civil e representantes do Estado, no final de 2005 ocorreu a formação do Conselho Gestor da APA.
Composição	Constituído por instituições governamentais, ONGs e setores da sociedade local organizada, com paridade na representação e presidido pelo funcionário do IAP. Composto por 60 membros titulares e suplentes.
Legalização	Instituído pela port. n° 22 de 08/03/2006, de caráter deliberativo e com 30 representantes.
Gerência	Funcionário representante do IAP.
Representatividade da comunidade	Indicada em 20/12/ 2005, a participação de Antonio Cunha do Descoberto como representante das comunidades do Sul da baía. Apareceu em 2007 e desistiu em 2009.
Extrativismo	Em 06/06/2007 na Assembleia ordinária sobre os PFMNs, o Sr. Francisco, funcionário do IAP, colocou o tema em pauta sobre a minuta do IAP, priorizando espécies para pesquisa na normatização e da retirada de guaricana, cipó, taboa e musgo e os madeiráveis guapuruvu, caxeta, guaricana e guanandi na APA.
<b>PLANO DE MANEJO</b>	
Financiamento e empresa contratada	Programa Pró Atlântica-cooperação bilateral do Brasil e Alemanha (KFW). Documento elaborado pelo Consórcio GFA/Terra Systems-Sivilconsult Engenharia.
Equipe de discussão do Plano de Manejo	Após três anos de reuniões com a sociedade civil e representantes do Estado, elaborou-se o plano de Manejo da APA e no final de 2005 com 110 pessoas da equipe técnica de planejamento e 13 lideranças comunitárias: 123 pessoas envolvidas nas reuniões.
Comunidade do sul da Baía de Guaratuba	No Plano de manejo da APA não consta registro da participação dos membros das comunidades pertencentes ao sul da Baía de Guaratuba, sejam eles do Rio Cedro, Empanturrado, São Joãozinho, Riozinho, Estaleiro ou Descoberto.
Aprovação	PORTARIA IAP n° 103, de 04 de junho de 2007.

Extrativismo	Extrativismo animal (caça). Extrativismo florestal de plantas ornamentais como bromélias, xaxins e de consumo alimentar como o palmito.
--------------	---

---

Fonte: Elaborada pela autora a partir das informações do IAP (2006)

Embora a APA de Guaratuba tenha 18 anos, só nos últimos cinco anos iniciou-se o processo democrático de participação. Pois o seu decreto de criação ocorreu antes da instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que possui perspectiva socioambiental quanto ao diálogo e fortalecimento das populações locais na gestão das Áreas de Proteção Ambiental, onde as comunidades participam, expondo suas dificuldades e seus anseios. No entanto, a simples existência de um Conselho Gestor não significa que esteja ocorrendo a ação coletiva entre os atores. As principais dificuldades em relação à participação efetiva das comunidades rurais com atividades extrativistas no conselho gestor referem-se à ciência sobre a realização de reuniões, dificuldades de locomoção, falta de ambiente favorável a sua manifestação e principalmente a exclusão durante o processo de criação da APA.

Identificou-se que as comunidades do sul da Baía de Guaratuba não foram convidadas na década de noventa para a discussão da formação da APA, assim como, também não participaram das oficinas que a empresa de consultoria de Curitiba desenvolveu nos anos de 2005, 2006 para a elaboração do Plano de Manejo. Esse plano foi desenvolvido a partir da visão de técnicos e repassados às comunidades participantes. No processo de elaboração verificou-se que havia 110 pessoas relacionadas a funções técnicas de Instituições públicas, privadas e ONGs e apenas 13 pessoas das comunidades rurais dos municípios pertencentes à APA.

Em Guaratuba, o decreto para a criação da APA foi realizado no sistema “top down” sem a participação da comunidade do sul da Baía de Guaratuba, desenvolvido seu plano de manejo por técnicos e especialistas contratados sem a participação efetiva dos membros da comunidade (IAP, 2006). A estrutura organizacional da APA com elementos estruturantes desenvolvidos a partir de pessoas externas à realidade dessas comunidades cria ainda mais um distanciamento e a dificuldade de entender as regras estabelecidas, já que as mesmas não foram construídas coletivamente. Esse distanciamento com a gestão da APA apenas foi amenizado com a tomada da cadeira de um representante do sul da Baía de Guaratuba no mês de novembro de 2009 quando o Conselho Gestor foi re-estruturado. Somente a partir de novembro, dois membros da

comunidade passaram a participar das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Gestor, no entanto, registraram-se algumas dificuldades em relação ao acesso para participar (Tabela 13).

**TABELA 13 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DAS COMUNIDADES COM ATIVIDADES EXTRATIVISTAS DO SUL DA BAÍA DE GUARATUBA-PR NO CONSELHO GESTOR DA APA.**

Trâmites do processo de acesso ao Conselho Gestor da APA	
Convite para ocupação da cadeira	Favorável, mas de difícil entendimento pelos caiçaras
Convite para as assembléias	Desfavorável
Pauta	Desfavorável
Transporte para o acesso a reunião	Desfavorável
Elementos e significados do processo de linguagem	
Linguagem escrita	Desfavorável - linguagem na oralidade
Tempo de reunião	Desfavorável
Dinâmica das relações	Desfavorável – exposição de ideias e propostas via comunicado sem estabelecer diálogo.

FONTE: A autora (2010)

Atualmente as pautas do conselho gestor são elaboradas durante as assembleias atendendo às demandas de Organizações Não Governamentais, Centros de pesquisas universitárias, IAP e empresas de reflorestamento de *Pinus* sp. Nas raras manifestações encontradas, feitas por membros de comunidades, não participaram pessoas representantes do Sul da Baía de Guaratuba. Sendo que essas falas só encontram espaços para serem mencionados no item assuntos gerais, e todas relacionadas a depoimentos pessoais sobre a ação da polícia Florestal utilizando arma em punho na abordagem dos moradores e também sobre os recursos da floresta e a necessidade de regularização dos mesmos. As falas versavam sobre a marginalização das famílias, realizadas sem nenhuma cautela.

A informação sobre as datas das reuniões ocorre por agendamentos, realizados no início de cada ano, quando se comunicam as datas das seis assembleias que ocorrerão nesse período, no entanto, esse material só fica disponível no site do Conselho Gestor da APA Guaratuba-PR. A baixa escolaridade dos moradores desse local é um entrave, pois a maioria não saber ler e escrever, acabando por esquecer o compromisso.



Reuniões agendadas não fazem parte da cultura caiçara. Como nova prática, essas famílias precisam de adaptação, pois a falta de atenção às datas pode provocar a perda da cadeira como membro. No regimento consta que a ausência do representante três vezes consecutivas, sem justificativa prévia, implicará seu desligamento. Apesar de as regras de funcionamento do Conselho Gestor serem comentadas nas reuniões, elas não são compreendidas em profundidade pelos caiçaras, aliado ao fato de que apresentar uma justificativa escrita é distante de sua prática social, necessitando tempo para esse ajuste.

O IAP não oportuniza transporte e refeições gratuitos aos membros das comunidades, que não possuem condições financeiras para deslocamento e permanência no local das reuniões, visto que recebem apenas R\$ 5,00 por dia de trabalho no extrativismo. A remuneração dos moradores caracteriza sua subsistência, não permitindo desvios da renda básica para custeio dessas viagens. O conselho não pondera as assimetrias entre as distintas categorias financeiras dos membros. Um representante de ONG exclamou “Eu venho de Curitiba voluntariamente, sem receber por isso e acredito que todos devam fazer a mesma coisa”. Essas ações inviabilizam a participação real de comunidades heterogêneas e marginalizadas pelo processo.

O material visual utilizado emprega recursos distantes da realidade das famílias rurais caiçaras, como apresentação de slides em equipamento de projeção multimídia, causando constrangimento aos participantes que não possuem escolarização, nem intimidade com esse universo simbólico e linguístico. A dinâmica de reuniões cansativas das 08 às 17 horas com apresentação de projetos gera nos participantes, sentimento de desconforto e inadequação por estarem em espaço diferente, com condições a que eles não estão habituados.

## 4 Discussão

### 4.1 Comunidades rurais com atividades extrativistas ao sul da Baía de Guaratuba-PR

As comunidades rurais do sul da Baía de Guaratuba são identificadas como comunidades tradicionais caiçaras, essa identificação foi possível devido as suas características comuns encontradas nas populações caiçaras do litoral brasileiro e que estão relacionadas aos elementos fundamentais dos territórios sociais (LITTLE, 2002). Begossi (1999), Zanoni et al (2000) e Adams (2002) ao discutirem sobre as populações caiçaras – habitantes de áreas litorâneas – apresentam que eles combinam pesca e agricultura. Considerados como comunidades tradicionais, embora a categoria mais adequada fosse camponesa ou a própria microcategoria caiçara para não perder sua riqueza cultural e histórica.

Identificou-se que as pessoas que vivem na área rural, relacionam-se com o lugar como lavradores ou sitiantes. São comunidades centenárias, com distinção em relação aos seus conhecimentos com os PFNMs e com grau de dependência distinto. Os produtos vegetais mais utilizados pelas famílias são o cipó-preto (*Philodendron corcovadense*) e o musgo, conhecido como veludo (*Sphagnum* sp.) . Suas atividades estão relacionadas à agricultura, à pesca e ao extrativismo, ocorrendo também o trabalho assalariado. Essas informações também confirmam os elementos para uma definição da identidade caiçara, características de seu modo de vida como lavrador, pescador e coletor (DIEGUES, 1983; MARCILIO, 1986; ADAMS, 2000; SANCHES, 2004; DUMORA, 2006).

Pesquisas, como as de Sonda (2002) e Balzon (2006), têm apresentado um número significativo de extrativistas nas comunidades da APA de Guaratuba. No entanto, não se sabia se tais números eram expressivos em relação às atividades da comunidade. Diante das informações adquiridas, pode-se afirmar que as comunidades do sul da Baía de Guaratuba representam um número significativo de pessoas dependentes da floresta para sua manutenção e sobrevivência. Em duas comunidades, como Rio Cedro/Empanturrado e São Joãozinho, o número chega a quase 100 pessoas, ao se considerar os membros da Unidade doméstica.

As comunidades como Riozinho e Descoberto que conseguiram empreender outras atividades, como pesca esportiva, pousadas e tornarem-se funcionários públicos, assim como aposentados. A pesquisa detectou que estão deixando a ação extrativista por encontrarem alternativas mais viáveis para a sua sobrevivência. Existe apenas um número reduzido de famílias que extraem, esporadicamente, como forma de complementar o orçamento familiar.

O primeiro limite encontrado para uma ação extrativista sustentável está relacionado à questão social histórica dessas comunidades. Belcher (2005) apresenta o processo recursivo da ação extrativista em comunidades empobrecidas que acabam permanecendo em um círculo vicioso, apontando que as pessoas pobres são as que mais extraem e mais extraem por serem pobres. Para o autor, existe uma relação direta entre pobreza e atividade rural não agrícola baseada em PFNM. As comunidades rurais que mais empreendem a ação extrativista são as que mais sofrem, porque não têm acesso a infraestrutura necessária, possuem capital humano insuficiente, instituições fracas e geralmente um fraco poder de barganha. Esse tipo de ação extrativista do caiçara lavrador da Mata Atlântica também está relacionado aos seguintes elementos encontrados nas comunidades rurais que compõem suas características históricas, sociais, ambientais, políticas e culturais:

a) São lavradores posseiros. Característica do povoamento do litoral do Paraná, segundo Branderbung (1998) ao discutir as ondas de povoamento do estado, apresenta que esse processo deu-se por ocupação de terra, inicialmente por meio da sesmaria e somente cessariam na década de sessenta, quando o Paraná estava definitivamente ocupado. As sesmarias tratavam-se de lotes de terras incultas ou abandonadas que eram cedidas pela coroa portuguesa aos chamados sesmeiros para que fossem cultivadas. Vale lembrar que na época era comum que a ocupação da terra ocorresse primeiro, para que só depois desta houvesse o credenciamento do sesmeiro.

b) Ligados com a terra e a natureza. Essas famílias com atividades extrativistas, segundo a literatura (DIEGUES, 1983; MARCILIO, 1986;

ADAMS, 2000; DUMORA, 2006) são reconhecidas como comunidades caiçaras, pois dedicam uma parte significativa do seu tempo à atividade extrativa, à pesca e à agricultura. Também nessa perspectiva Guzman e Calvo (1994) ao analisarem o conhecimento do lavrador e a sabedoria ecológica que eles possuem, destacam a comunidade campesina, pela sua ligação com a natureza (capital natural), seu trabalho familiar relacionado aos recursos naturais e o conhecimento campesino que ocorre por um intercâmbio simbiótico e simbólico com a natureza.

c) Natureza rica e população caiçara pobre. Desde o início do Brasil, toda ênfase foi dada à riqueza da biodiversidade (valorizando apenas a diversidade faunística e florística). As estratégias de caça, pesca, lavoura e extrativismo praticadas pelos nativos das florestas brasileiras foram desconsideradas, na realidade não foram sequer descritas pelos naturalistas. Para Sena (2004), a omissão já apresenta uma postura pouco dialógica com a cultura local e conseqüentemente contribuiu para gerar uma construção histórica de um modelo insustentável de uso do ecossistema tropical brasileiro. Como resultado, obtém-se o que Estades (2003) apresentou sobre o litoral paranaense, o grande dilema de viver entre a riqueza natural e a pobreza social por conta a falta de atenção às comunidades locais. Essa falta de atenção ao multiculturalismo ou visão etnocêntrica também se soma ao analisar a relação natureza rica e povo empobrecido. Rodrigues et al (2002) apresentam um contraponto de como essa natureza pode também ser alterada pela própria vontade de alguns homens em separá-las das comunidades tradicionais. Para tanto utilizam-se da experiência de Guaraqueçaba. Os autores ao abordarem sobre as restrições na agricultura com a criação da APA de Guaraqueçaba apresentam como esse processo gerou alterações no próprio ambiente. Os processos sociais mostraram-se condicionantes dos processos ambientais. As relações técnicas com o meio ambiente apresentaram-se condicionadas pelas relações sociais que se estabelecem no processo de produção. Afirmam que, o que explica a degradação ambiental na APA de Guaraqueçaba-PR, não é a falta de conhecimento sobre o impacto de determinadas tecnologias, mas as relações

sociais subjacentes, que obrigam ou condicionam a utilização de determinadas tecnologias. Dessa forma, a questão social determina a ambiental, esse estudo vem corroborar que a sustentabilidade ambiental é uma variável dependente da sustentabilidade social. Não é possível falar em ação extrativista e de seus impactos na natureza sem falar e conhecer quem é essa população que extrai.

d) Caiçaras lavradores em áreas protegida. Para Wolf (2003), o caiçara-lavrador cuida da terra, tem atividade agrícola de baixa tecnologia, caracterizando-se assim como camponeses, pois seu modo de produzir tem por objetivo a subsistência, não o investimento. Esse camponês vive na periferia do mercado capitalista e produz para o mercado a fim de obter artigos básicos de consumo, como sal, roupa e metais que não consegue produzir, também desenvolve uma agricultura tradicional de derrubada e coivara, caracterizada como uma produção para viver. No entanto, embora eles tenham essas características, para Adams (2002), ocorreu uma exclusão histórica e socioambiental do caiçara na Mata Atlântica, principalmente em áreas protegidas. A identidade caiçara ligada à área rural foi sendo desconsiderada pelo estabelecimento de unidades de conservação de forma estratégica pelo Estado para conservar os últimos remanescentes da Mata Atlântica. Também Brandão et al (1999) ao estudarem as comunidades caiçaras do Vale do Ribeira-SP, identificaram a presença de um arco verde em relação ao território caiçara e a questão ambiental. Criaram-se áreas de proteção ambiental e esqueceram-se dos caiçaras que secularmente viveram suas vidas trabalhando numa relação muito estreita com o mundo natural e possuem um tipo de experiência e sensibilidade para com a natureza que nunca poderiam ter sido deixado de lado. Embora, ciente de que o ambiente preservado foi, no ponto de vista dos autores, o resultado da pesca, da agricultura, da pecuária e do extrativismo de seus moradores ou trabalhadores patrimoniais com o bom uso dos recursos, estes não tiveram seu reconhecimento, muito pelo contrário, a agricultura familiar caiçara após a criação das UC foi a zero e só sobrou a monocultura nessa região, a qual não é praticada pelos caiçaras.

e) Conflitos em relação ao uso da terra. Os embates e empate<sup>14</sup> ocorridos nessas comunidades em relação à chegada das empresas de reflorestamento no território familiar aproximam-se do trabalho de Souza (2006) ao analisar, no Paraná, a comunidade de Postinho, o território, as políticas ambientais e a recomposição dos espaços rurais. Os autores destacam a interdependência entre família, trabalho e propriedade para explicar a capacidade de adaptação da produção familiar em diferentes situações e que, no desenvolvimento de estratégias de sobrevivência, diversificam o rural. 97% das famílias nas quatro comunidades pesquisadas não possuem a posse da terra e nas comunidades com mais atividades extrativistas o número de famílias vivendo em cada lote apresenta-se maior. O fato de ter cada dia mais gente na unidade doméstica gera necessidade de encontrar mais trabalhos fora da atividade agrícola. A falta de terra para o plantio torna necessária a busca de novas atividades não-agrícolas como o extrativismo e o artesanato. Para Schneider (2003), isso ocorre quando as famílias não dispõem de uma quantidade grande de terra para suas necessidades, ou quando “sobram braços” para trabalhar. A pluriatividade encontrada nas famílias das comunidades rurais da APA de Guaratuba é comum nos agricultores familiares do Brasil, pela necessidade da ocupação da força de trabalho familiar no meio rural, sendo um fenômeno economicamente relevante e que possui expressão social.

f) Atividade não agrícola com PFNMs. A partir das entrevistas foi possível identificar que a pluriatividade (SCHNEIDER, 2003) a cada ano vem diminuindo, e as famílias estão se concentrando em uma única fonte de renda pela falta de terra para suas práticas agrícolas, ao passo que a pluriatividade nas famílias de agricultores em áreas rurais fora de uma APA, significa melhoria nas condições de vida, por conta de um mercado favorável. Nessas comunidades, ao sul da baía de Guaratuba, a diminuição da pluriatividade têm manifestado um mercado desfavorável ao extrativismo dos PFNMs. O que se encontra no extrativismo e no artesanato, para essas famílias, é a falta de opção por outras atividades agrícolas, o que resulta na exploração dessas

---

<sup>14</sup> Estratégias das comunidades para negociar a sua permanência no território.

comunidades pelos atravessadores ou intermediários como relatado pelas famílias e pelos estudos de Balzon (2006). Esta situação acaba sobrepujando o potencial real de geração e distribuição de renda da atividade com os PFNMs, contribuindo para que essa atividade seja desvalorizada dentro das comunidades e vista como atividade provisória. Nesse sentido, valorizar a pluriatividade torna-se fundamental para as comunidades rurais que vivem em APAs gerarem sua renda e ampliarem suas capacidades de escolhas.

g) Produção camponesa. Segundo Marcílio (1986), a economia camponesa, em princípio, não é economia monetária. A terra e o trabalho familiar são fatores básicos que precisam ser utilizados e explorados da melhor forma possível pelos braços da unidade familiar. Nesse sentido, é possível a caracterização do lavrador- pescador caiçara na economia campesina por meio de elementos que também reconheçam sua identidade. O caiçara tem seu modo de produção camponês, porque nele é encontrada a co-produção, que é o incessante encontro e interação mútua entre homem e natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material. Na co-produção e através dela, o social e o material são mutuamente transformados. Eles são moldados e remodelados de forma a tornarem-se recursos úteis, adequados e promissores, que compõem um padrão coerente: o modo de produção camponês. (PLOEG, 2009).

#### 4.1.2 Processo de extrativismo dos PFNMs

Um segundo limite para a valorização da opção extrativista refere-se ao entendimento de que essa atividade é uma atividade subordinada. Para Drummond (2002), a prática do extrativismo é vista como um modo de produção subordinado, porque ao examinar as relações entre a abundância de recursos naturais e pobreza encontra-se, ao menos, a falta de desenvolvimento, ou a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas nessa atividade. O extrativismo para o autor é uma situação “viciada”. Essas comunidades, cada vez mais dependentes dos recursos naturais,

acabam especializando-se em uma atividade que na verdade são *commodities* e não vão tirar essas famílias da pobreza.

A situação de pobreza na região litorânea evidencia que por mais que nos últimos anos tenha-se falado e implementado ações no litoral para a conservação da natureza em uma perspectiva de sustentabilidade ecológica, essa ainda não reflete na sustentabilidade social. Tommasino (2005), ao pesquisar a APA de Guaraqueçaba, também verificou que apesar dos trabalhos e expectativas gerados pelas ONGs em relação à população rural da região, infelizmente o que predomina é uma situação de pobreza e indigência social, sem perspectivas de modificação a curto e médio prazos. E nesse sentido, a ação extrativista, como forma de produção subjugada, dificilmente poderá retirar essas famílias empobrecidas por processo histórico vivido no litoral do Paraná (ESTADES, 2003; BORSATO et al 2007) da pobreza, principalmente se essa ação tomar o maior tempo dessas pessoas.

No entanto, existem possibilidades da ação extrativista por meio do reconhecimento da floresta cultural. Esse conceito parte do pressuposto de que as famílias caiçaras secularmente vivem na floresta com diversas práticas sociais, as quais merecem ser reconhecidas e valorizadas pelos poderes públicos ao planejar sobre políticas para o território. Dentro desse conceito de floresta cultural, Furlan (2006) apresenta que as florestas culturais ou sociais são aquelas manejadas pelas populações locais, compreendidas como espaço onde essas populações vivem a sua territorialidade e usam seus recursos por meio de práticas passadas entre gerações. No entanto, ainda nos dias de hoje, essa territorialidade não é reconhecida nos instrumentos legais de proteção e conservação de florestas, embora sabe-se que as florestas nunca foram espaços vazios.

O reconhecimento da floresta cultural e da identidade das comunidades caiçaras direcionam a construção de uma gestão de floresta como um todo que implica reconhecer também a importância da multifuncionalidade no ecossistema florestal.

Michon (2005), ao discutir sobre a floresta cultural e sua importância com as funções sociais, ambientais e econômicas, apresenta que o extrativismo sustentável só é possível dentro da pluriatividade e da perspectiva da gestão da floresta como um todo. As famílias do Sul da Baía de Guaratuba apresentam pluriatividade em relação aos trabalhos desenvolvidos. No entanto, a pluriatividade existente nessas comunidades está diminuindo ano a ano, assim como, a forma de gestão do trabalho doméstico que inclui



o trabalho agrícola. A causa dessa diminuição é devido à falta de acesso à terra. Com a diminuição das atividades agrícolas, ocorre uma mudança na divisão no trabalho dessas famílias rurais. O marido que antes só praticava o extrativismo e trabalhos agrícolas, passa a trabalhar em casa com a confecção de cestas junto com a esposa e os filhos. Essa diminuição do cultivo da lavoura ao mesmo tempo aumenta a prática da ação extrativista de um único recurso vegetal pelas famílias rurais.

Michon (2005) afirma que a extração de um único produto na floresta é completamente insustentável ao longo do tempo, passando por períodos de aumento de venda, recessão e exaustão. O caiçara tradicionalmente tem relação ao extrativismo (DIEGUES, 2003) com essa atividade realizada na Mata Atlântica. Porém, quando ocorre uma especialização, o caiçara passa a depender quase exclusivamente de um único recurso vegetal pode haver uma alteração brusca em sua pluriatividade (complexo calendário de atividade) ligada a sua subsistência, como, por exemplo, roça ou pesca, podendo ser abandonadas, deixando as famílias extratoras cada vez mais dependentes das flutuações do mercado. Esse processo de diminuição da pluriatividade dentro da perspectiva da sustentabilidade não é viável, indo na contramão dos estudos que apresentam a importância da multifuncionalidade e pluriatividade emergindo como um novo conceito para o desenvolvimento da agricultura e da floresta.

As culturas diversificadas na floresta são mais vantajosas que as monoculturas, visto que na floresta cultural a multifuncionalidade pode ser alcançada através da integração de várias funções em um único sistema, desde que seja bastante diversificado. Por fim, o enfoque integral com uma lógica orientada ao desenvolvimento do território reconhece a pluriatividade e multifuncionalidade das famílias rurais extrativistas concebe a integração de várias funções (meio ambiente, paisagem, biodiversidade) em um único sistema. Assim, as comunidades caiçaras necessitam inteirar-se do universo real das redes sociais locais e da pauta extensionista, reconhecendo ser esse o caminho possível para que a história de exclusão seja apenas uma lembrança de um período específico do litoral paranaense e não história única de suas comunidades.

A forma de produção mercantil simples detectada e a possibilidade de políticas públicas para a organização social das famílias camponesas caiçaras podem fomentar ação extrativista de forma sustentável. Para Marschall e Chandrasekharan (2009), a política pública é um dos pré-requisitos básicos para o bom desenvolvimento da ação

extrativista pelas famílias rurais, pois viabiliza o acesso à estrada, à educação, à saúde, ao transporte, a telecomunicações, à assistência técnica, ao incentivo de organização comunitária e a outras infraestruturas fundamentais que impactam as capacidades que as pessoas têm para ganhar a vida. Suporte e serviços públicos podem ajudar na promoção dos PFNMs, no entanto, no Paraná, o ambiente de políticas relacionadas às atividades de recursos vegetais da Mata Atlântica não tem se apresentado muito favorável. É preciso desenvolver gestão sustentável dos recursos naturais florestais e organização social das famílias extrativistas visando à diversificação de suas atividades, assim como, a governança da cadeia produtiva, principalmente em comunidades campesinas.

A situação em que se encontram as comunidades do sul da Baía de Guaratuba sobre a ação extrativista demonstrou que a atividade de coleta, de conhecimento e do uso de recursos da natureza, assim como a força de trabalho familiar são características do modo de produção campesina. Essas comunidades não valoram o seu trabalho e não consideram o valor dos produtos coletados da floresta, apresentando uma relação com o intermediário/atravessador de forma subordinada, com o valor a ser pago definido pelo comprador. Diferente da situação de um artesanato, em que o artesão é dono de suas ferramentas, adquire os insumos para a confecção de seu trabalho, ele próprio cria o que vai ser desenvolvido, ao final do trabalho, valora sua atividade e cobra pelo material gasto, pelo tempo dedicado para criar e produzir a peça.

Na comunidade de São Joãozinho, Descoberto e Riozinho, pode-se dizer que ocorre um trabalho manual com o cipó, denominado industriano, pois a produção é em série e quem define a quantidade e o modelo é o intermediário.

Essas famílias campesinas caiçaras do sul da Baía de Guaratuba também não realizam cálculo algum sobre o seu trabalho. Segundo Moura (1986), quando o cálculo está ausente, a comunidade se apresenta como uma economia não-capitalista, denominada economia familiar ou campesina. O cálculo camponês difere do cálculo capitalista. No camponês é apenas o binômio: trabalhador e meio de produção. Já no capitalista envolve renda bruta, material, salário e lucro líquido que precisa ser maior que zero para ser viável à produção. A fórmula D-M-D (Dinheiro-mercadoria-dinheiro) que significa que o dinheiro foi trocado por mercadoria, que resultará em mais dinheiro para renovar o círculo. Já a fórmula da economia campesina é M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), que significa que a venda de uma mercadoria (PFNM) resulta em

dinheiro para adquirir outra mercadoria (arroz, material escolar, roupa). Esse cálculo das famílias está identificado como produção mercantil simples.

Outro elemento, nessas estruturas da produção simples de mercadorias, analisado foi que as comunidades se diferenciavam do modo de produção capitalista em virtude de relações sociais específicas (parentesco, trabalho familiar, composição da família, etc.) que fazem com que os custos e as relações de produção se baseiem também em critérios diferenciados como os encontrados. A maioria das famílias do Sul da Baía de Guaratuba-PR tinha a ação extrativista de forma complementar à agricultura camponesa diversificada, com relevância na mandioca e a produção de farinha, tradição regional desde o século XVIII no litoral. Assim, os caiçaras tinham uma vida cotidiana na Mata Atlântica pautada em um trabalho agrícola realizado em Guaju (multirão), com a ocupação de pequenos lotes agrários e permitindo o rodízio de terra e cultivos que eram associados à pesca e à caça, garantindo sua segurança alimentar.

No entanto, foram as próprias políticas de desenvolvimento na década de setenta que geraram o conflito agrário, assim como o próprio Estado com ênfase no meio ambiente e em políticas de conservação da Mata Atlântica que gerou o conflito ambiental. Assim, no espaço de apenas duas ou três gerações, as famílias rurais extrativistas sofreram um profundo e abrupto processo de desterritorialização, de destruição de sua cultura vinculada à terra, com a invasão de *Pinus* pelas empresas de reflorestamento e as restrições pela criação da APA.

A sustentabilidade da ação extrativista está relacionada à equidade e justiça social dessas famílias rurais camponesas em seu território. Segundo Begossi (1999), a situação de determinadas populações locais caiçaras depende de como essas comunidades têm reagido às instituições locais, regionais e federais. Para autora, é possível esperar que as populações que demonstrem capacidade de interagir de forma econômica e política com as instituições apresentem melhores chances de continuidade cultural e ecológica, assim como de seus sistemas de trocas visando à subsistência. Nessa perspectiva, as famílias rurais extrativistas sem organização social para acessarem instituições locais, regionais e federais tendem a um modo de vida insustentável. Por isso, a relevância de políticas públicas de fomento à organização social das comunidades caiçaras, uma vez que os moradores da Mata Atlântica têm seu modo de vida individualizado, com característica de comunidades fechadas em si mesmas. Nessa perspectiva, as relações de interação social dessas populações caiçaras

que estabelecem-se entre indivíduo-família-comunidade - precisam transpor escalas das instituições locais da própria comunidade, sendo necessárias novas práticas sociais para que as mesmas possam responder melhor às demandas sócio-econômico- ambientais, com as instituições regionais, nacionais e globais.

A comercialização dos PFNMs e o comércio injusto na ação extrativista são outros limites, relacionados à presença dos intermediários com as comunidades rurais do sul da baía de Guaratuba-PR na aquisição dos recursos vegetais. Por meio de estudos da cadeia produtiva do cipó-preto, foi possível identificar uma diferença grande no preço dos cestos vendidos pela comunidade ao intermediário até chegar ao consumidor final com uma diferença média de 638%, ou seja, uma bandeja tecida pelas famílias por R\$ 0,40, chega ao atacadista a R\$ 2,90.

As famílias constataram a assimetria na relação delas com o intermediário; a situação de exploração por conta de um comércio injusto, o baixo conhecimento delas sobre as atividades desenvolvidas e seus processos de comercialização dentro da cadeia produtiva dos PFNMs.

Informações acerca do comércio injusto com as famílias rurais da APA de Guaratuba também foram levantadas por Balzon (2006) e Valente (2009). Infelizmente a situação encontrada nesta pesquisa na Mata Atlântica aponta os mesmos dados levantados sobre famílias que desenvolvem atividades extrativistas independente do tempo em que estão nessa ação. A comercialização desses produtos vegetais acabam sempre pautados em uma relação comercial pautada em um comércio injusto (SANTOS, 2003 e PINHEIRO 2002 e 2004, BELCHER, 2005).

Nesta pesquisa com as quatro comunidades, identificou-se que a forma de interação da comunidade com os compradores está caracterizada por uma relação de mercado oligopsônico, ou seja, poucos compradores e muitos vendedores de um mesmo produto. No caso do mercado oligopsônico (poucos compradores) ou monopsônico (um único comprador), quem fixa o preço é o mercado (SINGER, 1990), resultando uma relação econômica extremamente negativa, devido à exploração do trabalho e do tempo dedicado a essas atividades pelas famílias. Afinal, quem define o valor a ser pago é o intermediário.

Quanto ao baixo conhecimento das famílias extrativistas sobre suas atividades e da cadeia produtiva como apresentado na pesquisa, mostra-se semelhante ao identificado por Borges e Braz (1998) sobre as famílias amazonenses que trabalham

com PFNMs, as quais apresentaram: a) desconhecimento das potencialidades do mercado; b) deficiência na organização comunitária; e c) dificuldades em relação à distância de transporte. Estes estudos corroboram com Pinheiro (2002, 2004) e com Saraiva e Sawyer (2007) sobre as potencialidades dos PFNMs e a frágil relação existente das famílias rurais extrativistas no Brasil com o mercado.

#### 4.1.3 Empreendedorismo praticado nas comunidades

O lavrador-extrator da Mata Atlântica e seus limites do empreendedorismo por necessidade do “virador” com os PFNMs, relaciona-se com os moradores das áreas protegidas da Mata Atlântica que, por mais que tenham diminuído suas práticas agrícolas, ainda hoje se vêem como lavradores, ou seja, sua representação social é ligada à terra e não ao mar ou à coleta de PFNMs. Para Moscovici (2003), a representação social pode ser definida como uma modalidade de conhecimento particular e tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. Dessa forma, é assim que são reconhecidos e se reconhecem “o sitiante”, “aquele que é colono”, “o lavrador”.

Embora se fale tanto hoje em comunidades tradicionais, ou novas organizações como a dos cipozeiros (os que vivem da coleta de PFNMs), nenhum dos participantes identificaram-se como cipozeiros (extrativistas), denominação para comunidades cipozeiras tradicionais<sup>15</sup>. Eles se vêem como lavradores, inclusive as mulheres que também participaram. Apenas algumas citaram sua autodenominação como artesãs. Esses resultados vão ao encontro do que foi dito anteriormente na discussão de Adams (2002) sobre o caiçara que tem sua identidade relacionada à agricultura como sendo essencialmente lavrador. A identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas (GIDDENS, 2006).

Para os moradores do sul da Baía de Guaratuba, sua identidade está vinculada à terra, embora suas atividades tenham sido reduzidas por conta da criação das unidades de conservação e conflitos agrários. Essa construção de uma idéia de identidade caiçara

---

<sup>15</sup> Ver Projeto Nova Cartografia social estudo sobre os Cipozeiros de Garuva, em Santa Catarina, no Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades tradicionais do Brasil. A Comunidade conhecida como cipozeiros vive na Floresta Atlântica a 30 km da comunidade rural da APA de Guaratuba.

“ecologicamente correta” prejudica os próprios caiçaras, por roubar o seu passado de ligação com a terra e sua importância na construção da paisagem natural. As famílias caiçaras, embora tenham passado a desenvolver mais ações extrativistas, sentem-se vinculadas à terra, à lavoura, mesmo que essa prática tenha diminuído nos últimos anos, podendo ser esse um dos motivos de as comunidades rurais não realizarem trocas de saberes sobre os PFNMs e tipos de beneficiamentos possíveis, pois existe a falta de identidade com tais atividades extrativistas. Essa não identidade acaba por não promover o diálogo entre as famílias extratoras ou até mesmo a organização social para reivindicar uma comercialização mais justa de seus produtos. A noção de identidade aqui é entendida como resultado de uma construção social.

A floresta funciona como uma rede de proteção social para muitas famílias, com uma ligação forte de sentimento e respeito para com a terra, no sentido de prover alimentos. Na falta de acesso à terra para o cultivo, parte-se para a ação extrativista. As informações encontradas nas comunidades do sul da Baía de Guaratuba vão ao encontro do que Marschall e Chandrasekharan (2009) afirmam que a floresta fornece importante contribuição à economia rural das famílias extrativistas, visto que os PFNMs auxiliam em muitos papéis como: nutrição; medicina (chás e remédios medicinais), geração adicional de renda, além de favorecerem oportunidades para as mulheres rurais em atividades não só de extrativismo, mas de processamento primário aumentando a renda no orçamento doméstico.

A maioria das famílias aprendeu sobre os PFNMs com os pais, assim como aprenderam a tecer o cipó dentro da própria casa, por uma questão cultural, já que todos os membros das famílias extrativistas sempre possuíram conhecimentos tradicionais sobre esses recursos da floresta, utilizados em seu dia a dia tanto na roça, como em utensílios domésticos e na pesca.

Foi possível identificar uma grande satisfação das famílias e afetividade sobre o lugar em que se vivem. Esse sentimento é fundamental para o desenvolvimento das famílias, pois o homem é um animal territorial, precisa de sentido, de direção, de situar-se no tempo, no espaço e no imaginário. Para Zaoual (2003), a necessidade de dar uma alma ao que as famílias acreditam e desejam, constitui uma problemática essencial. Os sítios (lugar em que se vive) têm uma alma que a economia racional ignora. Por isso, torna-se fundamental para se pensar outra economia e empreendedorismo, que não seja

apenas a econômica, mas sim um empreendedorismo para o desenvolvimento humano, para um desenvolvimento que se refere às pessoas e não a objetos (MAX-NEEF, 1993).

Dessa forma, o entendimento sobre o lugar em que se vive e sobre a cultura é crucial para compreender a importância que o campesino atribui à terra, ao lugar, ao sentimento de pertencimento para a realização da condição humana. Entende-se o *homo situs* como o homem enraizado e situado, capaz de manter outra relação com a terra, entendida não como fonte de recursos para os projetos da moderna técnica, mas como chão sobre o qual a vida se desenrola. O *homo situs* vincula-se indissociavelmente à terra, guardando com ela uma relação de respeito e gratidão (SANTOS Jr et al, 2006). É o entendimento dessas famílias enraizadas em uma prática social na Mata Atlântica que se busca conhecer e discutir.

Embora a ação extrativista esteja relacionada entre uma das práticas que constrói a identidade do habitante do interior da mata em regiões litorâneas, os quais desenvolvem várias estratégias de meio de vida, como a caça, a agricultura de baixo impacto, a pesca e a coleta já discutidos aqui, verifica-se que tais práticas importantes estão perdendo seu espaço no mundo vivido do caçara e a ação extrativista está recebendo maior dedicação de seu tempo. Nas comunidades Rio Cedro e São Joãozinho a mudança e a concentração de trabalho em apenas uma dessas práticas, ao longo do tempo, podem vir a ser um problema ao seu modo e meio de vida. O empreendedorismo por necessidade foi identificado e encontrado nas comunidades do Rio Cedro/Empanturrado e em São Joãozinho. Esses dados levantados confirmam a tese de Belcher (2005) de que as comunidades por serem pobres extraem. E foram empobrecidas porque tiveram precário acesso ao mercado, insuficiente capital humano, insuficiente capital produtivo, instituições fracas e geralmente fraco poder de barganha e exigência em relação aos seus direitos.

Essa abordagem evidenciou o modo de vida produzido pelas famílias, aqui o “modo de vida” é entendido como sendo expressão de “um ser cultural” e condições da vida material. Esse modo de viver, para Brandenburg (1998), é determinado pelas condições culturais e materiais e, ao mesmo tempo, determinante na definição do espaço em que se vive: a casa, o alimento, os bens materiais. Assim como as condições materiais e culturais estão interrelacionadas, o modo de vida e as condições de vida também o estão.

Nesse sentido, ao discutir sobre empreendedorismo e empreendedor é importante identificar a questão de acessos dessas comunidades rurais empreendedoras de PFNMs, como Rio Cedro e São Joãozinho. Rompendo o pragmatismo do empreendedorismo (comportamentalistas e economicistas) e trabalhando com a concepção do empreendedorismo com referência sobre a ação empreendedora a partir de uma compreensão antropológica – filosófica – cultural da condição humana. Segundo Bartholo et al (2005 p. 27), “é na referência ao homem como ser relacional que se indica o sentido e o porquê do empreender”. Essa proposição também sustenta que a estratégia, ou a ação de empreender em PFNMs estão relacionadas ao empreendedorismo de necessidade do “virador” (SOUZA-NETO, 2003), ou seja, daquele brasileiro que “se vira”, que busca uma alternativa quando as ações já conhecidas de seu trabalho não conseguem mais ser desenvolvidas. Então para sua sobrevivência busca, a partir do meio em que vive, novas alternativas. Por isso, o lavrador-pescador ser considerado um empreendedor de um mercado informal. Segundo o autor, o “traço” do virador – a viração – do brasileiro se manifesta tanto no lícito quanto no ilícito, ou melhor, em atitudes ou atividades a partir, principalmente, de instituições ou organizações informais. É a capacidade de transformar desvantagens em trunfos, criatividade e improvisação. O que essas duas comunidades diante de toda problemática vem desenvolvendo, é adaptar-se e buscar alternativas possíveis.

Essa intensificação por algumas comunidades foi verificado por Dumora (2006) ao pesquisar a criação da APA de Guaraqueçaba, em que evidenciou que as atividades geradoras de renda das famílias alteraram-se significativamente após sua criação, tornando-as ainda mais dependentes de recursos tirados do meio ambiente. Destacou também que famílias cuja renda não chega a um salário mínimo estão entre as que praticam quase unicamente atividades ligadas ao uso de recursos naturais, tornando-se cada vez mais dependentes desses recursos. Dessa forma, a autora aborda que a maior parte da renda da maioria das famílias pesquisadas com qualidade de vida não provém de atividades extrativistas, mas sim de atividades agrícolas, de criação de animais, etc., e questiona a criação de uma APA em um território que é um espaço rural historicamente fundado em uma agricultura cuja organização é de base familiar. Dada à precariedade, quando não à inexistência de apoio a essas famílias em relação à agricultura, elas são obrigadas a fazer uso do extrativismo ilegal (do palmito, por exemplo, em Guaraqueçaba) para sobreviver, o que as torna ainda mais vulneráveis.



Ao considerar o homem como um ser social, que pensa e age em dada situação, abordado pela teoria de Zaoual (2003) do *homo situs*, é pertinente as respostas apresentadas por essas comunidades em UC, assim como Bartholo (2005) apresenta o homem como um ser relacional, o qual empreende de acordo com o meio em que vive, resultando em um empreendedorismo por necessidade.

Nesse sentido, Zauoal (2003), Bartholo (2005) e Souza Neto (2008) colaboram para a definição do empreendedorismo prático por essas comunidades acerca do PFNMs. As condições desfavoráveis das comunidades fazem com que o empreendedorismo dos PFNMs seja pautado no tipo de empreendedorismo *in situ* (SOUZA NETO, 2008) já discutido, o qual tem seu potencial empreendedor motivado pela necessidade e pelo conhecimento do extrativismo. Assim, considera-se que a estratégia para o meio de vida é o resultado da articulação de um conhecimento construído e enraizado pelas comunidades em prol de sua subsistência, com a intensificação da prática de coleta de recursos do meio ambiente como alternativa possível dentro da realidade em que vivem.

O empreendedorismo, nessa perspectiva, faz com que as comunidades rurais extrativistas participem de um círculo vicioso e perverso: extraem porque são pobres e por serem pobres extraem, apresentando um processo recursivo, como abordado nos estudos do CATIE, Junkin et al (2005) e Belcher (2005). O cenário das comunidades rurais pesquisadas oportuniza um empreendedorismo de negócios medíocres. É preciso ter compreensão de que o lavrador-pescador necessita de várias atividades na unidade familiar (pluriatividade) e, nos últimos anos, o extrator começou a trabalhar com um produto isolado, o que é extremamente ruim para ele e para a manutenção da floresta em relação à sustentabilidade. Por isso, a importância do uso de um conjunto de recursos extrativistas explorados no interior do sistema da floresta, pois só em uma perspectiva de conjunto de atividade é possível encontrar casos de sucesso acerca dos PFNMs como responsáveis na melhora da qualidade de vida das famílias (BINAYEE e GYAWALI, 2007).

Para Degen (2008), negócios medíocres são aqueles em que o empreendedor, geralmente, trabalha mais e ganha menos do que trabalharia e ganharia se estivesse empregado. O autor observa que quando não há empregos ou as pessoas não têm formação necessária para o tipo de empreendedorismo por oportunidade, o tipo de empreendedorismo por necessidade (autoemprego) é a única solução para elas

sobreviverem e essa informalidade com poucas capacidades de escolhas, que gera uma relação assimétrica com mercado.

Embora muitos pesquisadores elucidassem a importância da promoção da comercialização dos PFNMs para conservação da floresta e para a melhoria da vida das populações que vivem na floresta, as pesquisas, por meio de coletas de dados do DRP, assim como as do Grupo Focal, apresentam vários desafios para esse empreendimento, dado a falta de credibilidade desse recurso florestal como viável para a melhoria de vida das famílias, conforme apresentado no resultado da pesquisa.

A pesquisa vai ao encontro dos estudos de Junkin et al (2005) e Gaiger (2004, 2005), que apresentam a necessidade da organização comunitária para o aumento de suas capacidades técnicas, gerenciais e financeiras para a real participação na cadeia produtiva por meio de outro tipo de organização. As famílias demonstraram que o ponto mais desfavorável no trabalho como os PFNMs é sua precária relação com o mercado. Aponta-se que essas famílias rurais precisam identificar mecanismos viáveis para a organização da comercialização de seus produtos para que se possa desenvolver um comércio justo e valorizar suas características identitárias.

Esses principais pontos desfavoráveis estão relacionados a uma situação recorrente no Brasil e América Latina quando se discute sobre as famílias e os produtos florestais não madeiráveis. A FAO realizou um estudo sobre comercialização de PFNMs e pobreza rural, objetivando conhecer até que ponto os PFNMs retiram as famílias da situação de pobreza e desenvolvem uma rede de seguridade às famílias envolvidas. Segundo Schreckenber e Marshall (2006), a pesquisa do México apontou que as atividades com PFNMs não cobrem as necessidades básicas das famílias pobres, porém em grupos da Bolívia e México que tiveram acesso ao crédito e a um nível de educação, os ganhos são mais elevados que dos outros. Para as autoras, casos como da Castanha-do-Brasil e da borracha extraídas da Amazônia apresentam o círculo vicioso dessa atividade em relação ao intermediário, resultando em dependência das comunidades por conta de empréstimos e dívidas.

No entanto, os três principais pontos favoráveis estão relacionados à economia campesina, que normalmente não é uma economia monetária. A terra, os recursos da floresta e o trabalho familiar são fatores básicos que precisam ser utilizados e potencializados nessas comunidades, sendo o dinheiro completamente externo ao sistema, quando chega é do exterior, introduzido pela economia envolvente.

Em relação à forma de trabalho, entre os elementos apresentados em relação à situação vivida por essas famílias, destaca-se a forma isolada de trabalho. Embora existam relações de parentesco e o trabalho por mais de 15 anos com os PFNMs, constatou-se que as famílias que compartilham dos mesmos problemas (em relação à extração e comercialização) nunca buscaram se organizar para realizar algum tipo de ação coletiva, já que trabalham com um recurso comum. Ações coletivas e organizadas poderiam desencadear a valorização do tipo de empreendedorismo comunitário, o qual representa um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento em escala humana.

Ao abordar o empreendedorismo rural como uma possibilidade à ação extrativista sustentável, considera-se como fundamental e necessário a valorização dos territórios. Observa-se que as características empreendedoras coletivas são citadas, e não as individuais, principalmente na comunidade Rural de São Joãozinho, as quais colocam como possibilidades, buscar parcerias, inovar conhecimento do produto, criar uma associação, produção de artesanato com identidade da comunidade como elementos essenciais para a atividade empreendedora na perspectiva do desenvolvimento comunitário.

Pesquisadores do CATIE, como Stoian e Donovan (2008), pontuam diante desse processo a necessidade de colocar as famílias no centro dos trabalhos, pois em cada comunidade há um enfoque diferente e é preciso que elas sejam o ponto de partida para a tomada de decisões rumo a uma organização comunitária. No entanto, o tipo de empreendedorismo encontrado nessas comunidades reflete diretamente a falta de acesso dessas famílias, evidenciando, segundo Santos (2005a), que as mesmas que foram empobrecidas tornaram-se o elo mais enfraquecido da cadeia produtivo-comercial, não encontrando a seu favor muitos pontos para que possam se desenvolver de maneira justa e digna.

Nas possibilidades da ação extrativista pelo empreendedorismo comunitário aponta-se que a indiferença do Estado encontrada nessas comunidades rurais extrativistas como Rio Cedro e São Joãozinho levaram essas famílias para atividade extrativista por necessidade, por conta de uma invisibilidade e empobrecimento fomentado pelo próprio Estado. Verifica-se que de 26 famílias em São Joãozinho, 16 delas dependem em grande parte da ação extrativistas para viver e são, ao mesmo tempo, as que mais apresentaram interesse em empreender com os PFNMs no futuro.

Na comunidade do Rio Cedro e Empanturrado, de 60 famílias, 15 apresentaram dependência e interesse em continuar com esse tipo de trabalhos no futuro. Comunidades como Riozinho e Descoberto não apresentaram interesse e durante a pesquisa apontaram mais pontos desfavoráveis que favoráveis para trabalhar com tais recursos vegetais. Embora Marschall e Chandrasekharan (2009) apresentem que comunidades com conhecimento tradicional e habilidades com os PFNMs desenvolvam maior geração de renda e aumentem o prestígio na comunidade por essa prática, nas comunidades estudadas tais elementos (melhoria de renda e prestígio) não foram manifestados.

Ao pesquisar se existe uma ligação entre pobreza e extrativismo, as informações levantadas permitem afirmar que no sul da Baía de Guaratuba as comunidades rurais que desejam empreender com os PFNMs (Rio Cedro/Empanturrado e São Joãozinho) são também as comunidades que apresentaram a menor renda, o menor número de propriedades (concentrando o número de pessoas em cada unidade doméstica) e com a maior dependência do extrativismo. Ambas tinham renda familiar média mensal de menos de meio salário mínimo vigente no Brasil. Esse cenário coincide com as condições desfavoráveis para o fomento do empreendedorismo comunitário baseado em PFNMs, apontados por Junkin et al (2005), como a predominância de produção e extrativismo para subsistência, falta de experiência na transformação dos produtos, atitude passiva da população local, baixo grau de organização social local, acesso insuficiente à infraestrutura e a serviços básicos e ausência de provedores de serviços técnicos e empresariais para assessoria.

Dessa forma, a condição em que as famílias das comunidades rurais da APA de Guaratuba vivem pode indicar a necessidade de políticas públicas para que se possam promover novos tipos de empreendedorismo. A questão de formulação de políticas públicas para o fomento do empreendedorismo de pequeno porte (coletivo ou comunitário) em comunidades rurais torna-se fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar e formação de ecoempresa comunitárias. Segundo Ferreira e Bernardo-Rocha (2005), essas políticas podem gerar o desenvolvimento de novas práticas organizativas por meio da valorização do capital humano e social, propiciando também o aumento das capacidades de escolhas das famílias.

Desenvolver o empreendedorismo in situ, baseado em PFNMs, é possível dentro de uma diversificação das atividades nas comunidades de São Joãozinho ou Rio

Cedro e realizado em uma perspectiva do trabalho coletivo (GAIGER, 2004 e 2005), pautado na socioeconomia solidária (LISBOA, 2005) e organização social para a comercialização (STOIAN e DONOVAM, 2008). Porém, isso se dará por um longo caminho. Não depende apenas da vontade das famílias extrativistas empobrecidas, mas de muitos diálogos e principalmente da escuta atenta dos atores governamentais na elaboração de políticas públicas que possam, de fato, fomentar uma ação extrativista sustentável para as mesmas.

Entre as políticas públicas possíveis, os estudos no Brasil apontam como possível a manutenção da prática extrativista que é um traço da identidade de algumas populações como caiçaras e caboclas, aliado ao neo-extrativismo proposto por Rego (1999). Esse novo conceito de extrativismo transcende o nível econômico. Na verdade, a mudança conceitual corresponde às alterações ocorridas no bioextrativismo real. Na Amazônia desenvolve-se cada vez mais atividade econômica de produtores ‘autônomos’ e de organização comunitária. A produção adquire uma nova lógica, diversifica-se, mas se subordina sempre ao universo cultural singular da população extrativista. É a consideração desses bioextrativismo concreto, de sentido mais amplo, que dá origem e pertinência ao conceito de neo-extrativismo, entendido como um ambiente social específico, em simbiose com a natureza e mais determinado pelo universo cultural do que pelas demais instâncias da vida social. A cultura das populações tradicionais é o cimento que dá unidade ao ambiente social extrativista.

As florestas sempre foram manejadas. A história do uso desses PFNM e mais as inovações no manejo desses recursos florestais tecidos localmente são resultado de experimentação de longo prazo das populações rurais e podem vir a desempenhar um papel central na oferta sustentável, uso e comércio de produtos florestais entre as comunidades. Dentro dessa possibilidade de fomento ao extrativismo e da possibilidade da ação extrativista sustentável, necessita-se entender também que a falta de conhecimento sobre a ecologia, uso, comércio e valoração dos PFNMs pode coibir a sua inclusão de forma significativa no manejo da floresta, na redução da pobreza e no desenvolvimento de programas relacionados.

Outras análises apontam que essa ‘extinção’ está, em geral, presa ao dilema “extrativismo puro” ou ‘domesticação’. O primeiro termo fundamenta o conceito de extrativismo, analisado por Homma (1990, 1993) como “coleta de produtos existentes na natureza com produtividade baixa ou produtividade declinante”. Toda atividade de

cultivo, criação, beneficiamento ou processamento, mesmo integrando um sistema de produção e um modo de vida extrativo, não seria mais extrativismo, mas domesticação (Rego, 2005).

#### 4.2. Sustentabilidade da ação extrativista para as famílias de São Joãozinho

A temática em torno dos PFNMs é de natureza multidisciplinar (NEUMANN, 2000) e complexa, por tratar simultaneamente questões de acesso, conflito sobre o uso desses PFNMs, da história, da biodiversidade, da economia e da política tornam-se importante o uso dessa abordagem proposta.

Para Mashall e Chandrasekharan (2009), as atividades com PFNMs são uma contribuição para o meio de vida rural sustentável, pois ajudam as populações rurais a fortalecerem seu meio de vida por conta da ação extrativista. Para os autores, ao desenvolver essas ações, as famílias tornam-se menos vulneráveis à pobreza, permitindo-lhes maior acesso a uma gama de ativos (natural, econômico, humano, social e cultural), ampliando suas capacidades de construir outros recursos. Nesse caso, temos como exemplos ilustrativos dessa realidade complexa, o capital natural (terra para plantar e viver), capital humano (mais investimento na educação para que possam buscar informações e participar politicamente das decisões), capital social (fortalecimento dos vínculos sociais e estabelecimento de redes de cooperação).

Para Chambers e Conway (1992), o contexto histórico das famílias e do território torna-se essencial como ponto de partida para análise da abordagem do meio de vida sustentável (MVS). Por ter uma perspectiva dinâmica e holística, o conhecimento acerca da origem da comunidade e o contexto em que está inserida, como neste estudo de caso das famílias que vivem na floresta, são possíveis identificar elementos sobre as políticas que afetaram negativamente o meio de vida dessas famílias. Segundo os autores muitos meios de vida são, em grande parte, pré-determinados pelo nascimento. Outros são menos singulares, pois algumas pessoas improvisam o meio de vida com graus de desespero. O que eles fazem é, muitas vezes, determinado pelo meio social, econômico e ambiente ecológico em que se encontram. Uma família pode também escolher um meio de vida especialmente através da educação e da migração, mas para tanto precisa ter capacidade de escolhas ou acesso. No entanto, por mais que aqueles que estão em melhor situação normalmente tenham uma escolha mais ampla do

que aqueles que estão em pior situação, aqui não se aborda nenhum determinismo ambiental ou histórico com essa constatação, apenas a realidade encontrada e como essa história construída é incorporada pelos sujeitos e define suas escolhas, embora se saiba que ambos podem mudar estrutura (instituições e história) e sujeito.

Originalmente o litoral do Paraná, segundo Borsato et al (2007), era território dos índios tupis guaranis e começou a ser colonizada a partir do século XVI, ficando considerado como o berço da civilização paranaense. Quanto ao município de Guaratuba, Sebastião Paraná (1899) aborda que a Villa Guaratuba, apesar de existir desde 1656, teve início com a construção de uma capela pelos moradores que viviam a margem do Rio Sahy. Não possuía, até 1899, nenhuma estrada, embora tivesse um comércio e casas em um processo dinâmico. A Villa Guaratuba só se comunicava por meio de via marítima. Apenas em 1765 foi ordenado formar na Baía de Guaratuba um povoado, cuja Ordenança de Paranaguá seria encarregada de delimitar as terras e instrumentos necessários para a implantação da agricultura no local do povoamento, ocorrendo em 1771 a criação da Vila São Luiz de Guaratuba. A preocupação de ocupar algum lugar mais ao sul de Paranaguá devia-se ao fato da luta por território, pois os espanhóis pretendiam invadir esse trecho da costa, tendo os mesmos empreendido uma invasão na Ilha de Santa Catarina em 1777, com sua expulsão no mesmo ano. Diante desse fato, começou o processo de ocupação por meio do regime jurídico das sesmarias da Coroa Portuguesa. É dentro dessa perspectiva de povoar o litoral paranaense que inicia-se, no século XVIII, o trabalho do Império Português de doação de terras por meio da sesmaria. Era costume na Península Ibérica a partilha de terras comunais entre os membros da comunidade. Essa partilha recebia o nome de sesmaria. O vocábulo sesmaria vem do verbo sesmar (avaliar, estimar, calcular) ou poderia significar um território dividido em 6 lotes.

De acordo com o Instituto de Terra e Cartografia – ITC do Paraná, no ano de 1819 ocorreu uma carta de Sesmaria concedida pelo Governador de São Paulo ao Sr. Chrispim Antonio de Miranda, chamada de Sesmaria do Estaleiro ou do Rio São João (122.275.264 m<sup>2</sup>), a qual ficou com as terras às margens do Rio São João até 1856. No ano de 1889, foi realizado um levantamento acerca dos rios da baía de Guaratuba. Nessa data o rio, que é um braço do Rio São João, foi denominado Miranda de acordo com o livro Chorografia do Paraná, pesquisado por Sebastião Paraná (1899), que percorreu

esses rios e identificou que o Miranda era o braço do rio do sul da baía de Guaratuba e já havia nessa região ocupação humana.

As políticas macroeconômicas também impactaram significativamente na vida das famílias. Principalmente na década de setenta, por conta das políticas de desenvolvimento valorizando a monocultura de *Pinus* sp como na década de noventa, por conta da ECO-92 e a visibilidade do Brasil no mundo em relação à biodiversidade, ao estímulo e à criação de áreas protegidas, por meio da Unidades de Conservação de uso sustentável.

Em virtude dos fatos mencionados pode-se considerar que a pobreza no meio rural não é paisagem, mas sim, uma produção humana, uma construção social. A situação que está hoje posta a Comunidade de São Joãozinho é fruto de um povoamento característico que ocorreu por colonos (posseiros) no interior do Paraná e no seu litoral (BRANDENBURG, 1998), representada por pessoas ligadas à terra, sem uma preocupação com documentos, com a omissão do Estado em relação a suas demandas durante muitos anos. Soma-se a isso a invasão de empresas capitalistas de reflorestamento em anos recentes e ainda por fim, a chegada, na década de noventa, das legislações ambientais que inviabilizam o modo de vida dos posseiros. O povo empobrecido indica que a diversidade cultural não foi observada e considerada pelo Estado-Nação. Para Sen (2000), a capacidade de um povo em fazer escolhas tem relação direta com a política, por isso a importância de oportunidades reais, alternativas para que as pessoas possam de fato optar no plano real de sua vida.

#### 4.2.1. Meios de vida, ativos e processos institucionais

Conhecer como a comunidade foi constituída, quais as atividades desenvolvidas, as práticas sociais, as regras e o seu tempo de existência são essenciais para o meio de vida rural sustentável (Chambers e Conway, 1992).

Nos anos de 2008 e 2009, os moradores da comunidade de São Joãozinho possuíam características culturais semelhantes às dos lavrador-pescadores que vivem na Mata Atlântica (DIEGUES, 1983; MARCILIO, 1986; BEGOSSI, 1999; ADAMS, 2000; DUMORA, 2006), inclusive em relação à prática agrícola que ocorre há mais de 100 anos na comunidade, envolvendo ações de reciprocidade e solidariedade entre os lavradores.



O capital cultural, regras e diferenciação sociais nas comunidades caiçaras, ocorrem quando as famílias possuem algum contrato estabelecido entre os seus membros, como a troca de serviços, como no caso o Guaju que são realizadas para o cultivo da mandioca em forma de mutirão por meio de práticas solidárias. Essas comunidades caiçaras campestres operam com uma racionalidade do seu mundo, vivido por conhecimentos construídos na relação com seus membros, pautada, muitas vezes, em práticas de solidariedade e de reciprocidade a partir de seus sítios simbólicos de pertencimento (ZAOUAL, 2003). Essas famílias exploram uma multiplicidade de habitats, aproveitando os recursos da floresta, dos estuários, e as atividades que desenvolvem geram um conhecimento profundo sobre a natureza e a necessidade de um calendário complexo no qual ajustem, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas (DIEGUES, 2004).

As regras sociais encontradas na comunidade de São Joãozinho vão ao encontro da discussão de Little (2002) sobre territórios sociais e povos tradicionais do Brasil. O autor aponta a necessidade de uma antropologia da territorialidade. A diferenciação social dessas famílias com atividades extrativistas é o campesinato que, de acordo com Marques (2008), observa-se nas ciências sociais uma preferência pelo emprego de categorias descritivas, ou categorias empíricas, como as de sem-terra, assentados, barrageiros em detrimento ao uso de conceitos-síntese como o de camponês ou o de pequeno produtor. A discussão se volta para a problemática das diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e para o processo de diferenciação social interna à produção familiar e sua polarização entre agricultores integrados e pequenos produtores excluídos. No entanto, a categoria camponesa para o caiçara residente em São Joãozinho mostra-se pertinente situação em que se encontra e sua racionalidade.

É possível identificar essa diferenciação social do minifúndio das famílias com atividades extrativistas (em média ½ ha) para o latifúndio das empresas de reflorestamento (8 mil hectares). Essas alterações na paisagem do território em relação às mudanças quanto ao uso da terra (restrição para o plantio pela empresas de reflorestamento) e do mar, em relação à pesca (fiscalização da Força Verde) trazem com elas uma alteração nas regras sociais na comunidade. Assim, compreende-se o conceito do camponês, não só como uma classe social, mas também como uma forma de organização da produção ou um modo de vida. É possível argumentar que enquanto no litoral do Paraná, principalmente em terras tradicionalmente ocupadas por comunidades

caiaças, apresenta o sinal da extrema desigualdade social e a forma do latifúndio se conservar no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, a abordagem do conceito camponês permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem nesse espaço e suas contradições.

A perda das práticas sociais tradicionais ocorre pela intensificação da ação extrativista, o que antes era prática comum, como o Guaju, uma prática de reciprocidade ternária bilateral (SABOURIN, 2007) na comunidade, foi diminuída com a chegada da empresa de reflorestamento e a pressão por meio da fiscalização, pelo fato de o território do caiaça ter-se transformado em APA, pois houve também uma diminuição da área do cultivo de diversas culturas, inclusive a da mandioca, alimento esse que está ligado a uma prática construída socialmente e historicamente durante centenas de anos. A prática do cultivo da mandioca e a organização social para o guaju, segundo Leandro (2007) é uma estratégia de sobrevivência do grupo familiar do litoral paranaense desde o início do século XVIII, que está ligada, de maneira inextricável, à mandioca e à farinha de mandioca. Porém, tais práticas e hábitos alimentares estão sendo perdidos, consequentemente perde-se também a cultura da comunidade. Nas entrevistas foi possível identificar que a própria comunidade possui consciência de que essas práticas estão caindo no esquecimento por conta das mudanças impostas a comunidade nos últimos trinta anos.

Para Castro (1998), a questão do território, biodiversidade e de saberes das populações tradicionais precisam reconhecer que a concepção da terra, de direitos, do território e de identidade, como elementos que compõem um campo no qual natureza e sociedade são representados num universo unitário. No entanto, hoje se sabe que a regulação do território escapa da regulação interna. Ou seja, se antes as comunidades estabeleciam suas regras sociais, as trocas e viviam nesse espaço de forma socialmente organizada a partir de um sentimento de pertencimento e identidade dependendo mais dos próprios grupos e desenvolvendo-se internamente no território das famílias, atualmente, Santos (1999) destaca que os territórios não são apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, de trocas materiais e espirituais e de exercício da vida. E esse território usado, passa a sofrer a influência das técnicas, das leis e do dinheiro e é nesse lugar, chamado território, que desembocam todas as ações, todos os poderes,

todas as forças, todas as fraquezas, sendo para o autor, o lugar onde a história dos homens se realiza plenamente a partir das manifestações de sua existência.

A história das comunidades rurais caiçaras não é diferente. Com o passar dos anos e todas as mudanças ocorridas nessas famílias, embora tenham se acostumado a viver de forma mais isolada, contando apenas com parentes e compadrios internamente, precisam buscar sua cidadania por meio de uma participação ativa entre as comunidades e entre o poder local. Porém, pelas regras estabelecidas nas comunidades, apenas as pessoas mais velhas podem se manifestar. As decisões são tomadas em cada unidade doméstica e os filhos vivem com o apoio dos pais em vários sentidos, desde a decisão sobre o trabalho a ser desenvolvido, até em relação à construção de casa para a constituição de nova família. Os mais jovens, apresentam pouca iniciativa em buscar informações sobre seus direitos nessas comunidades.

O número de famílias residentes na comunidade de São Joãozinho se mantém em razão de casamentos e solidariedade através do auxílio dos pais que cedem o terreno para a construção da nova casa. Sabourin (2007) chama de reciprocidade ternaria unilateral (de pai para filho), ou seja, entre gerações. Como as famílias extrativistas possuem um maior número de mulheres, acaba ocorrendo que algumas meninas quando casam mudam-se para a cidade para viver com o marido. No entanto, com o fim do relacionamento retornam ao território da família e seus pais providenciam a moradia às filhas e são auxiliadas pelos filhos destas que passam a desenvolver atividades da roça e do extrativismo com a família. O aumento no número de residências foi motivado por dois casos de casamento e dois casos de retorno da filha. Nesse caso as famílias funcionam como uma rede de proteção social, ou nas palavras de Carvalho e Almeida (2003), um amortecedor social.

O território da comunidade é visto nessa perspectiva como a constituição de um território familiar, um lugar de vida e trabalho, capaz de cuidar e guardar a memória das famílias e de reproduzi-las para as gerações futuras. A terra não pode ser entendida por uma concepção economicista para essas famílias. A terra tem representações, ideologia e práticas sociais que asseguram e protegem entre eles o modo de vida, embora também dependentes do extrativismo dos PFNMs.

Embora se fale no estabelecimento do Pólo de Agroecologia para o litoral do Paraná constituído em 1999, como um fórum permanente de discussão e implementação de ações integradas que visam ao desenvolvimento local, com ênfase na agroecologia e

na agricultura familiar, tendo como principais ações do Pólo as articulações interinstitucionais, educação e capacitação, certificação e comercialização, acompanhamento técnico e organização rural, de modo a priorizar a segurança alimentar, a conservação ambiental e a inclusão social, as famílias que vivem na UC de uso sustentável nunca obtiveram nenhuma informação sobre sistema agroflorestal ou produção agroecológica. Em entrevistas, as famílias informaram que nunca receberam visita do agrônomo da Prefeitura ou do extensionista em relação à melhoria do seu sistema de cultivo da mandioca, embora o município participe desse Fórum. Verifica-se que as ações do Fórum nunca ocorrem no sul da Baía de Guaratuba, mesmo sendo essas comunidades relevantes para o processo de conversão de produção para a agroecologia e sendo identificadas como comunidades fragilizadas pelo poder local.

Zanini e Kiyota (2003) apresentaram que um dos entraves do Polo de Agroecologia do litoral são as restrições decorrentes das normas e legislações de proteção ambiental que são imensas. A possibilidade de aumento de áreas de plantio são remotas, e muitas práticas que eram comuns a populações locais como o pousio, seguido de queimadas e o extrativismo, não são mais aceitas. Para os autores, o fato de não existir participação popular nas decisões ocorridas na área rural do litoral traz um entrave para a formação do Pólo, embora as práticas sociais desenvolvidas como o mutirão, o auxílio entre as famílias apresentem-se como uma potencialidade a formação do Pólo. No entanto, precisa-se de políticas públicas que reconheçam que as populações rurais mais pobres têm na agricultura o seu meio de vida, sendo essa a responsável pela sobrevivência da comunidade, assim como o reconhecimento de que, até o momento, essas famílias rurais empobrecidas não foram agraciadas por políticas específicas de valorização da agricultura sustentável, pelo fato de as lideranças que traçam essas políticas públicas não enxergarem e perceberem essa atividade como importante para o desenvolvimento da região.

Os limites da ação extrativista em relação aos condicionantes sociais da comunidade relacionam-se à análise do contexto e a avaliação sobre a tendência das políticas realizadas na comunidade rural de São Joãozinho, destacando que o primeiro limite da ação extrativista nessa comunidade está relacionado à questão sócio-cultural-econômica e política das famílias. Isso ocorreu, diante de uma série de condicionantes, em destaque a precariedade do acesso das famílias com atividades extrativistas da comunidade caíra em relação ao Estado (local, regional e federal), sobre: a) políticas

desenvolvidas - destaca-se na década de setenta uma política desenvolvimentista, pautada no incentivo da monocultura de Pinus e eucalipto e na década de noventa a política ambiental de criação e fiscalização das UCs, soma-se a isso a nova política verde voltada para o fomento de criação de RPPN por meio do Estado do Paraná com incentivo do repasse do ICMS-Ecológico a grupos preservacionistas; b) demografia: aumento no número de residentes, mais excluídos, tendo como única atividade a ação extrativista; c) ausência de política para o fomento da agroecologia no litoral para as famílias da Baía de Guaratuba.

Em primeiro lugar a política foi um fator limitante para a melhoria de vida dessas famílias, ao avaliar os processos e contextos condicionantes dessa comunidade, foi possível identificar que a história, as condições econômicas e políticas impactaram em relação aos diversos ativos de capitais dessa comunidade. As políticas não visualizaram o caçara rural, resultando em políticas públicas que não consideraram a história da ocupação do Paraná<sup>16</sup>, ao desconsiderarem a história, eles foram desconsiderados também. Diante desses elementos analisados sobre a história da comunidade e políticas desenvolvidas, assim como da omissão do Estado diante dessas famílias, o único recurso para o meio de vida que está acessível a essas famílias, nesse momento, é o recurso natural, como diz um morador “*foi o que restou para nós*”. Ou seja, houve omissão em relação à possibilidade de novas práticas, houve restrição sobre as práticas existentes e o único recurso possível disponibilizado foi o encontrado na floresta (o cipó e o musgo), por isso a intensificação em apenas uma atividade – O extrativismo.

Ao se pensar na ação extrativista nas comunidades rurais, Chambers e Conway (1992) apresentam que os resultados do que as comunidades rurais fazem é, muitas vezes, determinado pelo meio social, econômico e ambiente ecológico em que se encontram. Por isso a importância das instituições e da organização social nas comunidades. Na comunidade pesquisada por eles constataram que existe a necessidade da regularização fundiária. A maioria só estudou os três primeiros anos do ensino fundamental e vive em uma forte rede de parentesco. Esses elementos contribuem para fragilização dessas 30 famílias, das quais 20 estão ainda mais vulneráveis por terem encontrado no extrativismo sua forma de ganhar a vida.

---

<sup>16</sup> Ver nos resultados, sobre a história do Paraná e os impactos na Comunidade Rural de São Joãozinho – PR.

A caracterização da comunidade e dos limites da ação extrativista relaciona-se à intensificação desse recurso natural como um limite à sustentabilidade da atividade. As famílias extrativistas da comunidade de São Joãozinho passaram a gastar 70% do seu tempo apenas com a atividade extrativista. Isso provoca algumas mudanças nas comunidades e alguns limites, segundo a abordagem de Scoones (1998, 1999 e 2009) sobre o desenvolvimento e o meio de vida rural sustentável.

A ausência do Estado e fragilidade das famílias ficam evidenciadas pelo fato dessas comunidades rurais nunca terem recebido um programa específico dada às suas características, ou seja, nunca entraram na agenda política. Sem Estado efetivo é difícil desenvolver população com cidadania plena. A situação dessas famílias que não receberam políticas apropriadas, educação, saúde, extensão rural para o desenvolvimento de práticas agroecológicas tornou-as expostas à exploração e diante de um limitado acesso aos capitais que essas famílias poderiam contar. Como resultado, o próprio Estado acaba por pressioná-las rumo à estratégia da atividade extrativista como meio de ganhar a vida. O extrativismo sendo o único caminho para comunidades tradicionais já é uma limitação em si para essa prática. Estudos mostram que a atividade extrativista não deve representar mais que 25% do orçamento da unidade doméstica, se passar de 50%, as famílias são consideradas vulneráveis (BELCHER, 2005). Na comunidade de São Joãozinho, essa atividade representa a maioria para as famílias, ou seja, 80% delas obtêm no extrativismo sua única forma de ganhar a vida. Espera-se que, com a chegada dos programas sociais como bolsa família e outras, essa dependência tenda a diminuir.

As famílias extrativistas contam com o maior número de mulheres e crianças, mas nas atividades com o cipó-preto para a confecção de cestarias, assim como, as idas ao interior da Mata Atlântica para a coleta do musgo é uma atividade constante na vida dessas mulheres e crianças. Schreckenber e Marshall (2006), na pesquisa do México, apresentaram que as atividades com PFNMs não podem cobrir as necessidades básicas das famílias pobres, assim como Belcher (2003) ao estudar as unidades familiares com baixa integração com o mercado, identificou que famílias que obtêm mais de 50% de sua renda em atividade extrativista são coletores que tendem a ser mais pobres que seus vizinhos, mostrando que a intensificação e a ação extrativista como única fonte de renda são insuficientes para retirar as famílias da pobreza. Normalmente essas situações estão relacionadas a famílias que precisam de terra de terceiros para a prática extrativista,

como também no caso encontrado em São Joãozinho, onde 97 % das famílias possuem a posse, mas não o registro de suas terras, as quais também são minifúndios (média 0,7 ha) recebidos por herança dos pais. Algumas famílias estão na 6ª geração.

Os estudos de Schreckenberg et al (2006) apresentam que por mais que se apontem a comercialização dos PFNMs com impactos positivos nas condições de vida das mulheres, por ser produção de pequena escala, baixo capital, pouca especialização e a combinação com o trabalho doméstico, a realidade mostra-se diferente da teoria. Na prática, o trabalho das mulheres com PFNMs é remunerado de forma inferior do que aquelas com salário local, existindo restrição a sua maior participação nas porções rentáveis da cadeia de valor, por conta de trabalhos domésticos, que as impedem de ausentarem-se de casa.

Em São Joãozinho mulheres e crianças tecem como complemento do orçamento doméstico. Essas famílias vendem sua produção e não seu trabalho, pois os recursos terra, floresta (PFNM) e mão de obra são investidos no processo de extração, limpeza e tecelagem do cipó. O problema encontrado nessa relação é a intensificação da atividade e venda dos PFNMs beneficiados a um preço aquém do valor real. As mulheres e crianças sofrem com a reprodução social e a manutenção da pobreza, pois a forma de comercialização encontra-se em exercício desigual de poder do mercado ao longo da cadeia de valor, com baixo desenvolvimento de identidade para o produto.

Diante disso, Schreckenberg e Marshall (2006) questionam se os PFNMs melhoram de fato a renda e a posição social das mulheres. Para os autores, essas atividades melhoram a auto-estima das mulheres e sua posição social dentro da unidade doméstica e comunidade. No entanto, para se trabalhar de forma exitosa necessita-se de uma condição importante, que as mulheres tenham o controle sobre o processo de comercialização dos PFNMs, por meio de uma boa organização social e uma clara definição de responsabilidades. Essa organização social deve assegurar que tanto os homens quanto as mulheres trabalhem para melhorar todas as fases da produção com os PFNMs.

No entanto, a situação encontrada na comunidade de São Joãozinho em relação aos PFNMs é distante do estudo de Marshall e Chandrasekharan (2009), que apresentaram que o extrativismo aumenta o prestígio da comunidade, reforça a cultura local e melhora sua organização.

Assim, embora a comunidade tenha apresentado vínculos fracos em relação às trocas de experiência no trabalho com os membros, mantendo relações mais distanciadas, é preciso desenvolver a organização comunitária, pois as associações e cooperativas são algumas formas que costumam ser eficientes entre a população rural para melhorar sua qualidade de vida. E melhoria de vida aqui significa acesso à saúde, transporte, educação, moradia de qualidade e outras coisas que a comunidade considera importante. Dessa forma, uma das possibilidades de ação extrativista sustentável pode ser desenvolvida por meio de organização comunitária.

Em São Joãozinho, práticas como o Guaju e a lei do respeito poderão colaborar para a formação de grupos, já que costumam se reunir periodicamente. Dessa forma, a colaboração de agentes externos à comunidade, como técnicos de extensão, é imprescindível e desejável, embora se saiba que as iniciativas devem partir das próprias pessoas, sejam mulheres, jovens ou crianças. Todos devem ter voz, pois podem contribuir com sua experiência e sabem os problemas e as dificuldades que enfrentam. O essencial é que as decisões sejam tomadas em grupo, com a participação de todos.

Sobre viver na Mata Atlântica, todas as famílias com atividades extrativistas sentem-se integradas. Os caiçaras da Mata Atlântica possuem uma integração e vínculo com a natureza, que se relaciona com a abordagem de Moscovici (1974) em que destaca o novo naturalismo (relação homem e ambiente) caracterizado por três idéias principais: a) que o homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, seu produto. Para o autor, o que traz problema não é o fato, mas a maneira como o homem intervém na natureza; b) a natureza é parte da história humana, pois a natureza é sempre histórica e a história é sempre natural; c) a coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza. Para o autor, a sociedade pertence à natureza, conseqüentemente é um produto natural por um trabalho de invenção constante. Rompe-se a dicotomia sobre o humano e natureza. A partir desses conceitos percebe-se o humano como parte da natureza e vice-versa. As famílias, em contato com a natureza em seu dia a dia, sentem-se “libertas”, ou seja, livres para caminhar dentro da mata, pegar plantas para fazer chá, pegar folhas para cobertura, cipó para o artesanato e frutas que espontaneamente nascem na floresta. O caiçara tem uma relação simbiótica com a natureza e suas falas, relacionam-se a analogias de plantas e animais para referirem-se a si mesmos. O caiçara é a cultura da liberdade, é a cultura da palavra, a maioria tem pouco hábito de leitura e escrita, prevalecendo a oralidade.



Segundo Scoones (1998 e 2009), por ativos percebem-se os diversos recursos acessados. Caso tivessem um estilo de vida fechados em si mesmo, o que possuíam de acesso há 50 anos era suficiente e sustentável. A questão em que se encontram essas famílias é a de uma nova forma de vida a qual a pressionam a buscar outros ativos. O autor destaca que o ponto central de sua análise sobre MVS é o alcance da educação formal e informal, fatores organizacionais e institucionais, os quais influenciam os processos e as estratégias adotadas pelas famílias em seu modo de ganhar a vida. A escolaridade é um elemento fundamental para MVS, e a situação da escolaridade encontrada em São Joãozinho refere-se diretamente à questão do acesso para conseguir informações necessárias para fomentar outros e novos ativos.

Ao analisar a situação encontrada em relação à educação de outra famílias na área rural do Paraná, Bazotti et al (2007), ao realizarem um estudo sobre os agricultores pobres do Estado encontraram números parecidos. Apenas 6% possuíam o ensino fundamental completo. Ao analisar o capital humano das famílias da comunidade que já estão na 5ª geração morando na floresta, é possível identificar um círculo perverso em relação à educação: o analfabetismo funcional. 70% das famílias possuem um ciclo que se repete geração após geração<sup>17</sup>. Mesmo com a chegada do ônibus escolar para o transporte, as crianças a partir da 5ª série (quando precisam ir para cidade) deixam de estudar. Para Chambers e Conway (1992), as capacidades podem ser reforçadas novamente através do investimento na educação, formação e aprendizado (úteis). Os resultados de investimentos de sucesso são uma variedade adicionada ou qualidade dos bens e/ou capacidade que podem ser utilizadas para produções adicionais ou para responder a futuras contingências e ameaças à sobrevivência no meio rural.

Dessa forma, o papel da educação formal e informal aqui é visto como empoderamento, entendido como processo de emancipação individual e de aquisição de uma consciência coletiva para a liberdade social e a expansão política (FREIRE, 1986; SCOONES, 1999, 2009). A questão do oprimido, na perspectiva freireana, é do sujeito que não consegue ter voz e torna-se invisível, pois seus descontentamentos e condições de carências não conseguem ser manifestados.

---

<sup>17</sup> Ferreira et al (2009) discute a importância de práticas pedagógicas que envolvam elementos do cotidiano dos educandos da área rural, assim como envolvam os pais dos estudantes nos processos de mediação da construção do conhecimento.

No estudo, por meio da história oral, foi possível identificar o silêncio da comunidade em relação aos atores governamentais, ou seja, eles possuíam uma pauta de reivindicação, mas ao mesmo tempo não conseguiam fazer com que essas reivindicações chegassem até a Prefeitura de Guaratuba. Para Bebbington (1999), ativos das pessoas não são só os meios através dos quais elas fazem a vida. Os acessos a ativos como educação, saúde, capacitação, desenvolvimento de habilidade e capacidade para ação, são os ativos que dão sentido ao mundo. Sendo o capital humano um ativo importante nessa abordagem do MVS, a situação encontrada na comunidade de São Joãozinho aponta outro limite para ação extrativista como meio de vida rural sustentável, representado pela falta de reconhecimento sobre quem pratica essa ação e que possui cultura específica de sua comunidade, as quais precisam ser consideradas.

As entrevistas com as famílias levantaram dois elementos importantes para pensar o capital humano. Um relacionado ao sentimento de opressão e descaso (exclusão) e outro ao sentimento de pobreza (desigualdade) em relação às comunidades vizinhas como visto nos relatos das famílias de São Joãozinho. Para Santos (2008), pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social. Assim, a desigualdade e a exclusão têm, pois, de ser justificadas como exceções ou incidentes, em um processo societal não lhe reconhece legitimidade. O paradigma da modernidade gerou, no entanto, uma dupla contradição: a contradição entre os princípios universais que continuam a apontar para a igualdade e inclusão social e os princípios de regulação que passam a gerir processos de desigualdade e de exclusão produzidos pelo próprio desenvolvimento capitalista.

Dentro dessa perspectiva, a desigualdade e a exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizados, como destaca Santos (2008). Para o autor, no sistema de desigualdade, que é o encontrado na comunidade de São Joãozinho, a pertença dá-se pela integração subordinada, enquanto que no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão. Como foi identificado nas ações do programa Paraná 12 meses, as comunidades vizinhas recebiam os benefícios, no entanto, a comunidade rural de São Joãozinho era excluída do processo. Já a desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está embaixo está dentro e sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta-se em um sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da segregação: pertence-se pela forma em que essas famílias são excluídas. Santos (2008) chama a atenção, que o conceito de exclusão utilizado é

distinto do conceito de exclusão social que emergiu nas ciências sociais nos países centrais nos últimos 20 anos. A exclusão que ele discute insere-se na desigualdade e visa deslocar o debate da desigualdade, centrado no conceito de pobreza, para os conceitos de capital social, de comunidades ativas, de políticas ativas.

A exclusão caíra é no sentido de estarem excluídos das políticas públicas e pela forma que as regulações jurídicas são estabelecidas, em que essas regras e normas também excluem. A exclusão é, sobretudo, um fenômeno cultural e social, um fenômeno civilizador e, como argumentam Marcílio (1986) e Adams (2002) os que mais sofrem com esses processos são as comunidades caíaras, as quais não tiveram visibilidade nos processos históricos de ocupação dos territórios, apresentando mais um limite para a ação extrativista em relação à manutenção da desigualdade e da exclusão dos mesmos.

Segundo Bebbington (1999), os ativos de capitais não são apenas simples recursos dos quais as famílias dispõem, ou por meio dos quais ganham a vida. Os ativos dos capitais não são apenas recursos que as pessoas usam para a construção de seu meio de vida, são bens que lhe dão a capacidade de agir, como a questão da educação ou nível de escolaridade. Para o autor, as falhas na melhoria do meio de vida rural sustentável consistem na falta de acesso a ativos importantes como a educação ou a incapacidade de as famílias defenderem seus ativos existentes, como neste estudo que mostra a difícil situação das famílias para a manutenção e posse de suas terras. Entendem-se como elementos do MVS os ativos do capital humano, capital natural, capital social e capital produzido, sendo estes últimos discutidos nas próximas seções.

No caso de São Joãozinho, soma-se à questão dos minifúndios (em média 0,7 ha), o fato de 97% dessas áreas não terem registro, aliado ao aumento da monocultura de Pinus na região extinguindo a mata nativa, criando um difícil acesso para a obtenção do recurso vegetal pelas famílias extrativistas, as quais cada ano precisam percorrer um caminho mais distante para acessar esse recurso, todos esses fatores geram a manutenção de um círculo vicioso que vem ocorrendo nos últimos 20 anos.

Hoje já existe lei<sup>18</sup> que auxilia a regularização fundiária das comunidades que vivem na floresta e movimentos como o da Aliança dos Povos da Floresta que discutem

---

<sup>18</sup> Ver no marco teórico a discussão sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e como esses direitos estão assegurados em tratados internacionais

sobre o direito à terra e aos recursos naturais como garantia do modo de vida na Amazônia. Porém, ainda não há nenhum movimento organizado para essa regularização. As instituições e organizações, segundo Scoones (1998), influenciam nos acessos e recursos visando ao meio de vida sustentável. A composição de um conjunto de estratégias depende, em grande parte, da condução das políticas públicas para essas famílias. A questão da regularização fundiária é condição crucial para essas famílias, no entanto, o processo de exclusão em que eles vivem não oportuniza condições para acessar o aparelho do Estado por meio de pressão ou fomento de políticas públicas.

Infelizmente, em relação à regularização, ainda não consta nada no Plano de Manejo da APA (IAP, 2006), embora em Santa Catarina, há 30 km do local em que vivem essas famílias, tal ação já foi liberada. O fato dessa atividade não estar regulamentada gera um entrave para essas famílias e as coloca em uma situação de mais fragilidade, como já discutido no resultado anterior sobre a relação intermediário e extrativista.

Em relação à prática em si da coleta dos PFNMs, Valente (2009) pesquisou a sustentabilidade ecológica do cipó-preto e evidenciou que a maioria dos extrativistas coleta em terra de terceiros, mesma informação encontrada neste estudo de caso.

Quanto aos limites da ação extrativista sem o desenvolvimento da pluriatividade e multifuncionalidade, Scoones (1998) assinala a importante discussão sobre a forma como os ativos podem ser combinados, substituídos e alternados, surgindo com portfólios diferentes ao longo do tempo para diferentes pessoas em diferentes lugares. Quanto mais amplo o portfólio das famílias, menos vulneráveis elas tendem a ficar. É nessa perspectiva que nos últimos anos no Brasil valoriza-se muito a pluriatividade e a multifuncionalidade no meio rural (CARNEIRO e MALUF, 2003).

É preciso desenvolver uma diversificação nas habilidades para que as famílias possam ter um portfólio em suas atividades produtivas mais amplas e sustentáveis pois a dependência de uma única atividade no portfólio da unidade familiar indica, de acordo com Chambers e Conway (1992), a vulnerabilidade social dessas famílias, a qual pode ser analisada de forma ilustrativa pelo relato do membro da comunidade.

---

como a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), aprovada pelo Decreto Legislativo 143 de junho de 2002, o qual determina que o Estado deva reconhecer aos povos interessados os direitos de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

*O pessoal fala que agente tá mudando o hábito, não é que a gente daqui mudou o hábito, é que não tem mandioca para fazer a farinha, não usa o tacho nada, nem tem mais como plantar já fiz minha roça lá no Itinga (terra que minha esposa ganhou da família) e já vou desmanchar a farinheira que eu usava com meus filhos aqui, estou só esperando o rapaz terminar o dele. A gente fica pensando em buscar alternativas. Mas eu penso que por essa parte (produção da farinha) essa área vai acabar mesmo só diminuindo. Antes, a gente fazia primeiro cinco ou seis sacos para vender, hoje eu tenho um monte de encomenda de farinha, mas não tem como plantar, eu não tenho mandioca para beneficiar. Porque a maioria do povo que traBaíaava com a farinha foi embora? Porque tão indo embora daqui? Até hoje ninguém veio aqui vê como a gente ta vivendo. Não tem expectativa, não tem mais área de trabalhar na enxada. Para gente que sempre teve esse ofício é muito difícil a situação, eu vejo meus filhos tendo que fazê tecido para ganhar a vida, não é bom.*

Lavrador da Comunidade de São Joãozinho - 68 anos

A ação extrativista como atividade única, em 83% das famílias entrevistadas, pode ser entendida de forma ilustrativa pela fala do lavrador, que vê nesses últimos anos a falta de acesso à terra para plantar. A falta dessas áreas faz com que as famílias tornem-se vulneráveis, alterando os hábitos alimentares e a organização social do trabalho, assim como a pluriatividade que um dia existiu nessas comunidades (diversos cultivos e diversas atividades entre a pesca e artesanato). É possível identificar que a falta de trabalho na roça por meio de um portfólio com várias atividades, como já existiu na comunidade, gera nas famílias uma falta de entendimento sobre o que está acontecendo e quais são as alternativas para sair dessa situação. Ocorre em São Joãozinho, o que Brandão (1999) encontrou nas comunidades caiçaras do Vale do Ribeira denominando de cerco verde, pela criação de áreas protegidas. Essas UCs receberam o nome de terra de reserva, e mudaram totalmente as condições de vida daquelas famílias, cuja terra de trabalho (em condições de “posse” sem propriedade “titulada”) eram terras produtivas e tinham uma função social porque viviam dela. No entanto, essa terra e território foram aos poucos sendo “perdidos” pelos caiçaras. Isto é, seguem passando o domínio (da posse secular da família produtora) das pessoas produtoras e do trabalho produtivo, para os domínios de sujeitos do fazer (turistas, veranistas, agentes imobiliários) e de atores do poder. Assim, o autor ressalta que em uma direção, terras do trabalho camponês foram apropriadas indevidamente ou foram vendidas a outros. Também em outra direção, pequenas, médias e grandes porções de

terras naturais, antes consideradas como “livres” (terras do sítio ou das comunidades caiçaras ou rural) foram sendo “tomadas” pelo poder do Estado.

O mesmo processo ocorreu em São Joãozinho, de terras livres para o plantio e o uso da enxada, a chegada dos grandes grupos de reflorestamento que delimitaram as áreas e pressionaram as famílias para venda de seus lotes, vivem hoje a pressão das leis ambientais que não consideram a diversidade cultural e a diferença entre as comunidades no interior da Mata Atlântica. Como resultado: os caiçaras rurais perderam o acesso a seu maior patrimônio, a terra e o ofício de produzir alimentos e com isso a indiferença do poder local em relação à situação vivida, como segue o relato.

*Até hoje ninguém veio aqui vê como a gente ta vivendo. Não tem expectativa, não tem mais área de trabalhar na enxada. Para gente que sempre teve esse ofício é muito difícil a situação, eu vejo meus filhos tendo que fazer tecido para ganhar a vida, não é bom.*

Lavrador de São Joãozinho

Nesse caso, pode-se considerar que um fator importante na contenção das forças que geram pobreza é a capacidade que as famílias poderiam ter para construir e utilizar adequadamente redes e ligações com atores do Estado (no caso, regularização fundiária, ou defesa de seus direitos diante do uso tradicional da terra, técnicos para oferecer alternativas de uso da terra e da floresta), os quais poderiam ajudar as famílias a ascender, defender e capitalizar seus ativos.

Foi possível constatar que as famílias mais empobrecidas são as que apresentam fortes limitações nesse tipo de capacidades. Pela pesquisa, a perda da terra está associado a uma diminuição em relação de poder, no sentido de fortalecimento (FREIRE, 1983), e essa perda do trabalho na terra também enfraquece os membros da comunidade. Por isso a intensificação da ação extrativista e a utilização dessa atividade como única no portfolio das famílias rurais apenas manterá essas famílias em uma situação de exclusão, desigualdade e vulnerabilidade.

O capital social é compreendido, basicamente, por sua função, sendo encontrado na comunidade de diversas formas. Segundo Coleman (2000), um amontoado de pessoas (capital humano) não gera capital social, porém pessoas com diálogo, cooperação, regras e reciprocidade geram capital social. Os ativos do capital

social, para Bebbington (1999), são abordados como ativos nas comunidades pobres sendo potencializador e potencializado por relações de sinergia pública - privado.

Durston (2002) apontou que existem diferentes formas de capital social (comunitário, ponte e escada) e dinâmicas distintas. Entende-se por capital comunitário, quando o social chega a ser plenamente coletivo, e fato de ser integrante de uma comunidade não depende de convite, sendo um direito de todos os seus membros. O capital social ponte permite que o grupo entre em contato com pessoas e instituições distantes. Nesses casos, destacam-se particularmente os vínculos extensos, horizontais e os que se estabelecem entre os atores de similar poder. Capital social de escada, também conhecido pela reciprocidade e controle assimétrico, oportuniza o acesso à informação e relações entre grupos e pessoas com identidades e poder sociopolítico distintos.

No capital social comunitário na comunidade de São Joãozinho, os elementos analisados e identificados na comunidade foram reciprocidades, ajuda mútua, união, confiança e cooperação. No entanto, por mais que exista a interferência da igreja, ao analisar que a comunidade é centenária e até o momento viveram situações de estresse e choques pela questão dos conflitos ambientais e agrários, os sentimentos de desconfiança e dúvida em relação ao próximo são naturais, principalmente ao se considerar pela pesquisa que a cultura caiçara que é mais centrada em seu próprio núcleo familiar e não em redes de trocas com os vizinhos e parentes. Begossi (1999) argumenta sobre as relações dos caiçaras e dos caboclos que contrariamente existe uma informalidade da maioria dos caiçaras em lidar com questões internas e externas da comunidade. Já os caboclos são organizados em associações e participam na política ambiental local. Ou seja, a autora apresenta uma diferenciação nas relações sociais dessas culturas que impactam diretamente no capital social da comunidade.

Embora existam espaços como a família, a igreja e a comunidade para o fortalecimento do tecido social da comunidade, Ferreira e Negrelle (2009) também apontam para a importância da cultura e identidade caiçara rural (camponês) ser desenvolvidas por meio de práticas pedagógicas na escola do campo, para o fortalecimento do lugar e criação de novos vínculos e laços mais fortes entre os membros da comunidade, gerando o capital social comunitário.

Para Sabourin (2001), a regulação das diversas formas de mutirão é característica da lógica de reciprocidade. Trata-se de solidariedade na produção e de redistribuição da força de trabalho no seio da comunidade, o qual gera capital social

comunitário. Não é obrigatoriamente igualitária, já que o retorno não é imediato e não tem um cômputo nem uma necessária simetria das prestações. Estudos realizados a partir de observações entre comunidades camponesas da América do Sul propõem considerar a reciprocidade não como uma “contra-dádiva” igualitária (a dualidade da troca, segundo Polanyi, 2000), mas como uma obrigação para cada um de reproduzir a dádiva como forma de organização da redistribuição econômica”, como foi identificado nos relatos das famílias de São Joãozinho.

Esses laços podem ser encontrados no auxílio dos pais para os filhos que vão casar, em relação à construção de casas e doação do terreno. Essa ação apresenta-se como uma reciprocidade unilateral ternária entre gerações. Sabourin (2007) apresenta as mesmas como estruturas elementares de reciprocidade. Com a mudança do trabalho nas famílias ocorreu uma mudança significativa na questão cultural e de confiança, refletindo no capital social comunitário, pois a tendência das famílias é ficarem fechadas em torno de seu núcleo familiar. Ao mesmo tempo, existem na comunidade, pessoas que deixaram de coletar musgo, favorecendo outra família com a mesma atividade extrativista e maior necessidade, demonstrando cooperação entre as famílias e confiança em um momento de escassez e perda da terra para o cultivo.

Para Bebbington (1999, 2005), essa relação é considerada um ativo, fruto das relações interpessoais e participação que compõe o capital social. Tais relações comunitárias e organizações contribuem e facilitam o acesso a outros recursos e atores. Nesse sentido, quanto menor for o diálogo e o envolvimento entre as famílias, menor será a possibilidade de fomentar o capital social da comunidade. Ferreira e Bernardo-Rocha (2005) destacam que a confiança interpessoal é vista como um componente básico de um padrão de cultura que estimula a ativação política e a mobilização do indivíduo, aumentando consequentemente sua responsabilidade na comunidade e no sistema político. Embora as abordagens teóricas apresentem o conceito do caiçara (lavrador-pescador e posseiro) como naturalmente desconfiado, considera-se que a cultura é dinâmica, podendo ser alterada por meio da aprendizagem social e do fortalecimento do tecido social dessas famílias.

Enfim, na comunidade, o capital social foi mantido entre os membros da comunidade e não se alterou. Os vizinhos se relacionam quando existe algo pontual e essencial para ser construído coletivamente (Guaju), caso contrário, permanece cada um em sua unidade familiar. O fato de não terem o hábito de visitar a casa do outro, não



significa que não tenham capital social. Afinal, o encontro para o caçara ocorre a qualquer momento entre vizinhos, parentes e amigos.

No tocante ao capital social ponte, que ocorre entre as comunidades, Bebbington (1999) destaca a importância do capital social como base facilitadora do processo econômico de desenvolvimento da agricultura das comunidades, tão importante como o capital financeiro, capital físico, capital natural e capital humano. Apresenta que o sucesso na agricultura depende não apenas de crédito, terras, trabalho, acesso a novos mercados e processos tecnológicos, mas também das redes e da organização social enquanto elementos cruciais para o desenvolvimento rural sustentável. A pesquisa apontou para uma desconfiança em relação à comunidade rural de São Joãozinho e às outras vizinhas (Descoberto e Riozinho). Os resultados apontaram um descontentamento nas relações sociais entre essas comunidades, apresentando certo grau de descrédito sobre essas relações.

A confiança intercomunidade é importante e necessita ser construída permanentemente. No entanto, as famílias quando se relacionaram entre comunidades, diminuíram a confiança e cooperação. O capital social foi enfraquecido como resultado das abordagens do Governo do Paraná por meio do Programa Paraná 12 Meses, causado pela falta de simetria nas informações, assim como pelas ações desiguais em relação aos benefícios entre as comunidades, gerando a queda do capital social ponte.

No capital social de escada, relacionado às comunidades e poder público, Durston (2002) discute que em todas as sociedades existem diferenças de poder entre as pessoas e os grupos. Assim, algumas comunidades podem desenvolver relações de confiança, reciprocidade e cooperação em um grau de controle e capital social maior do que de outras.

No entanto, nesta pesquisa referente ao sul da baía de Guaratuba, o Estado, por meio do Programa Paraná 12 meses não conseguiu ouvir ou conhecer as necessidades das famílias da comunidade rural de São Joãozinho. Essa falta de entendimento do Estado em relação à interculturalidade resultou em um processo contrário de geração de capital social. Essas relações dos últimos vinte anos não criaram sinergia entre Comunidade e Estado. A troca que ocorreu foi uma relação sem transparência, e a comunidade sentiu-se injustiçada, desvalorizada em relação às práticas desenvolvidas no processo das ações do Programa Paraná 12 Meses. Como resultado, a comunidade

que já estava em uma situação de vulnerabilidade, acabou não recebendo os benefícios propostos e ainda perdeu a confiança no Estado nesse processo.

No entanto, os lavradores da comunidade de São Joãozinho, ao longo de sua trajetória (reprodução rural nos últimos cem anos) e da experiência que viveu nos últimos vinte anos em relações às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado do Paraná, em especial o Programa Paraná 12 Meses, em que suas demandas não foram atendidas e não resultaram em capital social, pois sofreram um processo de exclusão visto que não tiveram suas demandas atendidas. Os processos de geração de capital social só ocorrem quando as comunidades se relacionam com o poder público dando uma idéia de conexão, criando uma sinergia de confiança e bom relacionamento. Neste estudo o que ocorreu foi à destruição do capital social.

Como resultado acerca do ativo do capital produzido nas famílias, foi possível identificar um aumento da atividade extrativista e uma diminuição da produção agrícola para o auto-consumo como estratégia do meio de vida e redução da vulnerabilidade nas famílias. As ações desenvolvidas pelas famílias estão colocando-as em uma situação de fragilidade e vulnerabilidade social a cada ano, de acordo com a observação participante.

A intensificação da ação extrativista mostrou que as famílias perderam a capacidade de produzir alimentos para auto-consumo diminuindo os ativos tangíveis, pois na maior parte do tempo estão envolvidas com as atividades de extrativismo e trabalho manual. O tempo dedicado e dependência financeira fizeram com que os hábitos fossem alterados para a compra de alimentos que antes eram produzidos na comunidade.

A perda da renda não monetária precisa ser compreendida pelos extensionistas locais, pois para o Deser (2003/2004); Santos e Barreto (2005), a renda não é somente monetária, mas também aquela que provém da produção de alimentos para o auto-consumo, pois diminui as despesas com a manutenção alimentar e saúde, garantindo autonomia em relação à segurança alimentar. Os caiçaras sentem-se inseguros quando percebem que a comida na mesa só é possível a partir da venda de seu produto ao intermediário. Acredita-se que com programas de governo como o Bolsa Família, aliado às atividades de hortas nos quintais, seja possível reduzir a insegurança alimentar em que elas vivem hoje.

Estudos sobre a renda no Brasil mostram que pessoas que recebem menos da metade de um salário mínimo encontram-se na linha da pobreza. As famílias extrativistas de São Joãozinho podem ser classificadas, como agricultores pobres do Paraná (BAZOTTI et al., 2007). Para os autores, esse grupo se dedica a atividades não-agrícolas para a complementação da renda, mostrando um círculo vicioso que perpetua a pobreza no meio rural. O estudo apresenta que os precários meios de produção inviabilizam investimentos, pois não contribuem na produtividade e inserção mercantil.

Um dos caminhos para a redução da pobreza é a agroecologia, buscando a soberania alimentar a partir do potencial endógeno de conhecimentos tradicionais, como o ponto mais importante ao se pensar em desenvolvimento rural. Esse desenvolvimento, em áreas protegidas, só é possível pela valorização das práticas e saberes existentes, como os tipos de culturas já produzidas na comunidade. A partir da experiência vinculada aos antepassados, na obtenção de aprendizados, buscam-se diálogos com extensionistas. Somente assim onde o manejo ecológico dos recursos naturais e a forma de produção camponesa conseguem se apresentar resposta positiva à questão ambiental do litoral. Enquanto a dimensão sócio-cultural e política forem desconsideradas, mantêm-se as práticas extrativistas como único meio de vida dessas famílias

Existem limites na opção extrativista com promoção do capital humano e social das famílias da Comunidade de São Joãozinho em relação ao tempo dedicado ao extrativismo. A ação única não retira o extrativista da pobreza. Para Chambers e Conway (1992) a sustentabilidade social diz respeito aos acessos e capacidades internas, e como são utilizados para resistir às pressões externas. Dessa forma, a coleta dos PFNMs e o trabalho manual como única atividade intensamente realizada fazem com que as famílias permaneçam em estado de pobreza, desigualdade, exclusão, marginalidade e vulnerabilidade, conforme o conceito de dimensionamento de pobreza escrito por ARRIAGADA (2005). Na desigualdade, as famílias sentem-se discriminadas pela legislação ambiental e jurídica no uso da terra e educação das crianças. Exclusão, com vistas à falta de reconhecimento da cultura tradicional campesina e à vida do caçador na floresta. Marginalidade, pois a atividade realizada é considerada ilegal, não constando no plano de manejo da APA. Vulnerabilidade, pois a fonte de renda proveniente da comercialização dos PFNMs não tem garantias, pois já ocorreu do intermediário não aparecer por dois meses para retirar o pedido.

É difícil mudar a pobreza e o poder de escolha visualizado nas condições socioeconômicas, em especial da comunidade rural de São Joãozinho, gerando uma reprodução social na repetição da cultura existente, na manutenção da estrutura social, sistema de estatutos e papéis. A opção de intensificação do trabalho extrativista nasce face a um ambiente propício de conflitos ambiental e agrário com impactos diretos no tipo de atividade que essas famílias desenvolvem. O desenvolvimento é entendido por Bebbington (2006) como processo de economia política e formas de intervenção a partir de acessos aos ativos e forma politizada de ação social. Para o autor, as estratégias de redução da pobreza estão nos papéis das estruturas e instituições sociais ao alcance das comunidades. Dessa forma, o rompimento do ciclo de pobreza na comunidade de São Joãozinho depende da organização social. A estratégia das famílias com ênfase na opção extrativista não se apresenta como sustentável, pois uma forma de ganhar a vida é sustentável quando oportuniza qualidade de vida e proporciona empoderamento sócio-político por suas ações e relações.

Na busca pelo capital produzido para melhoria na qualidade de vida das famílias é possível apontar o artesanato local. O estudo da ação extrativista em relação ao intermediário mostra que o acesso ao mercado está sujeito às determinações típicas nas trocas comerciais dependentes do intermediário (SANTOS, 2005; PINHEIRO 2002 e 2004, BELCHER, 2005). O mercado oligopsônico (poucos compradores) ou monopsonico (um único comprador), encontrado em São Joãozinho, estabelece que o preço é definido pelo mercado (SINGER, 1990), resultando uma relação econômica negativa, pela exploração do trabalho e tempo dedicado a essas atividades. Alia-se, o fato do trabalho manual de tecer o cipó ter se transformado em commodities, ou seja, um produto sem diferenciação. Essa atividade não agrega valor, já que não é artesanato e sim uma aproximação de industriano. Segundo Costa (2006) o industriano pode ser definido pela produção manual de cestos em série.

Na realidade o artesanato, quando organizado por meio de grupos de artesãos, promove um arranjo institucional, trabalhando em rede, fortalecendo seus membros, promovendo à autogestão e à economia solidária com a melhoria de implementos físicos de produção, desenvolvimento de habilidade, fortalecimento de conhecimentos dos indivíduos e estrutura de relações entre as pessoas. Embora hoje a ação extrativista absorva 70% do tempo dos membros das famílias, o desenvolvimento do artesanato em São Joãozinho não foi fomentado, embora se perceba que as famílias possuem

habilidades e potencial futuro. O artesanato trabalha com a criatividade, fornece poder a quem o desenvolve, pois os artesãos cuidam desde a aquisição da matéria prima até o preço no produto confeccionado, detendo conhecimento de todas as fases do processo. Assim, a atividade de artesanato, poderá ser um caminho para a promoção do empoderamento sócio-político dos envolvidos.

As instituições públicas impactaram negativamente nas comunidades rurais caíçaras, desde a política de desenvolvimento econômico na década de setenta até as ambientais na década de noventa. Entende-se por instituições, os contratos que as pessoas fazem para formatar as interações humanas, praticamente são as regras do jogo acordadas para organizar as atividades. As regras devem ser claras com penalidades para possíveis transgressões. Segundo Zanini e Kyota (2002), a nova institucionalidade tem como marco, profundos processos de troca e reformas que determinam a transição da natureza local e instrumentos da gestão pública.

Os processos institucionais em São Joãozinho são fruto das ações e regras do Estado, mercado, comunidade, sociedade civil e ONGs que praticam a visão preservacionista em detrimento a sociambientalista na Mata Atlântica. Ostrom (2000) apresentou que as instituições afetam o comportamento das pessoas através de regras e normas estabelecidas, que determinam quais ações devam ou não ser realizadas. As regras usam agentes formais para monitorar e sancionar os transgressores. Para Zanini e Kyoto (2002), o passo mais difícil para a concretização das reformas na busca do novo institucionalismo é a capacidade de criar novas redes de colaboração, objetivando a complementaridade das ações e o estímulo da participação e a iniciativa social. Dessa forma, verifica-se que os arranjos estabelecidos na APA, ainda não ocorreram.

Muitos moradores não têm entendimento do significado de uma Área de Proteção Ambiental, mas ao mesmo tempo sabem que “a força ambiental” opera sobre eles, faltando informações sobre as mudanças ocorridas em seu território de vida. O Governo local tem pouca aproximação com as famílias extrativistas, sendo que nos cem anos de existência da comunidade de São Joãozinho, a assistente social da Prefeitura nunca havia visitado a comunidade. Após a visita da assistente, foi identificada a necessidade do registro de cinco famílias que ainda não recebiam Bolsa Família, por não saberem como acessá-la.

As famílias desconhecem seus direitos, caracterizando uma comunidade com muitos excluídos (SANTOS, 2008). Além da exclusão, identifica-se a opressão sofrida

pela violência das empresas de reflorestamento, humilhação pela perda do uso da terra, sem que houvesse possibilidade de diálogo com as instituições responsáveis. Essa situação também foi encontrada no Vale do Ribeira, onde Brandão et al (1999) apontaram que as instituições públicas, assim como as ONGs poderiam se interessar pela respeitabilidade, garantindo canais de participação popular de forma efetiva. Qualquer reducionismo na análise da interação homem-ambiente é perigosa, pois a situação de São Joãozinho apresenta perspectiva histórica de descaso, opressão e falta de acesso. Assim, não é possível afirmar que ocorre apenas falta de capital social, mas é possível considerar que a carência de acesso a recursos econômicos objetivos submetem as famílias rurais com atividade extrativista à difícil situação de empobrecimento (PORTES e LANDOLT, 1996).

Situação semelhante de descaso, exclusão e abandono do poder público para com as famílias extrativistas ocorreu em relação à extensão rural no litoral. Para Laird et al (2009), a ação extrativista de PFNMs tem sido negligenciada pelo governo, e as leis tendem a ser confusas e inconsistentes. A extensão da comercialização e a heterogeneidade dos PFNMs, assim como um mercado justo e fomentos para essas práticas devem ser traduzidas pelas políticas e leis. Nesse sentido, ressalta a importância de leis e políticas específicas para o uso equitativos e sustentável desses produtos.

A abordagem do desenvolvimento territorial sustentável aponta a necessidade da informação, acesso, autonomia, fortalecimento dessas famílias, clareza nas questões extrativistas, diálogo sobre a atividade, fomento da pluriatividade como fortalecimento das famílias no meio rural, produção de auto-consumo para a segurança alimentar e sustentabilidade, são elementos de construção de novo cenário para esta comunidade. Para Zanini e Kyota (2002), a falta de aproximação entre órgãos ambientais e setores produtivos mostra-se um entrave para o desenvolvimento rural agroecológico, bem como o desenvolvimento da agricultura familiar na região. Um caminho seria a ação conjunta de técnicos das instituições do setor produtivo, ambiental com a participação efetiva das comunidades rurais.

A abordagem de Bebbington (1999) para esse caso é ampla e adequada, por colocar ênfase nos atores governamentais na ampliação dos acessos e controle dos recursos nas áreas rurais para o fortalecimento das famílias. Ele aponta que em alguns casos a ação tem ocorrido por meio de provisão de recursos; em outros, os atores das

instituições públicas têm sido capazes de construir relações de sinergia com as organizações locais, sociedade e Estado, pelo fornecimento de serviços importantes.

Assim, recursos, diversificação e capacidade das famílias rurais são destacados. Para tanto, é preciso que a política pública esteja orientada de forma significativa para o desenvolvimento da auto-capacidade de suas organizações representativas. O autor estabelece a primazia do político sobre o econômico, apresentando que a noção de acesso e capacitação das famílias rurais a um conjunto de ativos de capital e atores da esfera do mercado, Estado e sociedade civil dependem de intervenções públicas que considerem as práticas culturais das famílias, suas dotações iniciais de diferentes tipos de ativos de capital e as trajetórias de reprodução dos diferentes grupos envolvidos.

A comunidade rural de São Joãozinho tem forte descrença no governo local e programas desenvolvidos no litoral do Paraná. Nos programas do Paraná 12 Meses identificou-se a abordagem de Bebbington (1999) na qual, as famílias dotadas de recursos financeiros, materiais e redes sociais foram as que conseguiram os benefícios do Programa para reforma das casas. A situação dos moradores de São Joãozinho, onde o governo local não conhece as restrições criadas pela APA, assim como os programas de Governo do Paraná os quais ocorreram apenas nas comunidades do Descoberto e Riozinho trazem o sentimento de tratamento desigual e exclusão como abordado por Santos (2008).

O Estado do Paraná investe apenas na fiscalização das APAs. De acordo com Gruntowski (2005), as ações do Batalhão de Polícia Florestal (BPflo) em relação à proteção da floresta ombrófila densa do Paraná, utilizou estudo do Programa Pró-Atlântica e recebeu recursos de um banco alemão para estruturar o BPFlo com aumento de efetivo, aquisições de equipamentos, construção e localização adequada de novas bases, mapeamento da Floresta, capacitação dos policiais, instalação de sistema de rádio moderno e eficiência na fiscalização da Floresta via aeronaves. Existe um decreto criando a APA de Guaratuba, um Plano de Manejo e um grupo de pessoas treinadas para fazer valer as regras do jogo. No entanto, conforme discute Ostrom (1999) sobre a ação coletiva, é preciso entender que as regras precisam ser sempre dialogadas e claras e que as instituições produzem resultados que afetam os indivíduos envolvidos.

Na Mata Atlântica do Paraná, todos os investimentos realizados foram para intensificar a fiscalização da área verde, efetivando a preservação e conservação

ambiental. Mas, de acordo com as famílias, os resultados dessas ações geram um sentimento de opressão e descrédito sobre o Governo do Paraná. Segundo Gruntowski (2005), os autos de infração chegaram a dobrar nos anos de 2004 e 2005 por meio da intensificação da inspeção na Mata Atlântica.

Observa-se que as ações do Estado, em parcerias com instituições internacionais e ONGs nacionais ocupam função de controle e regulação a partir de uma racionalidade instrumental do que de emancipação<sup>19</sup> dos sujeitos via educação e ampliação das capacidades de escolhas. Embora observa-se investimento na sustentabilidade da floresta, o mesmo não ocorre em relação às comunidades caiçaras rurais e às famílias com extrativistas que vivem na APA (IAP, 2006). O novo institucionalismo prega a valorização das comunidades rurais para que as próprias populações locais construam a solução sobre os recursos naturais comuns. Alier (1998) apresenta a necessidade da distribuição ecológica e do poder político, reconhecendo os conflitos ambientais distributivos, a desigualdade social e rompimento com o culto ao silvestre pela visão preservacionista das ONGs transnacionais.

Embora em alguns estados a coleta do musgo e do cipó-preto esteja legalizada, essa atividade não foi regulamentada pelo Plano de Manejo da APA de Guaratuba-PR. Valente (2009) apontou que, apesar de o cipó ser extraído intensamente para a produção de cestos artesanais, a atividade está em fase de regulamentação do ponto de vista da legislação ambiental, devido ao pouco conhecimento sobre seu sistema de manejo tradicional, estoque natural e dinâmica de reposição do recurso extraído de acordo com o decreto Federal 11.428, de 22 de dezembro de 2006 que regulamenta, entre outros fatores, a extração e transporte de sub produtos da Mata Atlântica.

No Paraná, muitos esforços vêm sendo realizados para a regularização das atividades extrativistas dos PFNMs, como o Seminário Regional da Mata Atlântica ocorrido em 2007 que objetivou contribuir para o desenvolvimento de mercados sustentáveis e agregar valor às cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Nesse encontro, buscou-se regulamentar as atividades extrativistas realizadas na Mata via articulação dos arranjos institucionais e atores regionais (MMA, 2007).

Segundo Ladik (2010), as práticas extrativistas compõem também o leque de saberes tradicionais relacionadas à pesca artesanal e ao roçado. A identidade coletiva

---

<sup>19</sup> Ver Santos (2001) acerca da discussão sobre epistemologia, a ciência e o direito na transição paradigmática em seu livro *A CRÍTICA DA RAZÃO INDOLENTE*.



dos extrativistas compõe-se de atividades produtivas devido à proeminência que o uso do cipó adquire como atividade econômica em destaque nas comunidades empobrecidas do Litoral do Paraná e Santa Catarina. No entanto, os conflitos sociais ameaçam e impedem as práticas tradicionais nos territórios tradicionalmente ocupados há mais de um século pelas famílias cipózeiras. Os principais conflitos e tensões que os extrativistas enfrentam estão ligados aos monocultivos de banana, *Pinus*, eucalipto, arroz e gado. Criação unilateral de unidades de conservação de proteção integral, como Parques e Reservas, e na imposição de APAs pelos órgãos ambientais, recrudescimento de uma legislação ambiental responsável pela criminalização dos extrativistas (chamados aqui de cipozeiros), em função de inúmeras restrições e impedimentos às práticas extrativistas historicamente desenvolvidas por tais grupos na região.

O estudo desenvolvido na Comunidade Rural de São Joãozinho, neste momento, apresenta como inviável à ação extrativista por falta de regulamentação.

A comunidade sofre com a pressão das ONGs e com o investimento do aparelho público para a fiscalização das áreas os quais resultam no aumento do extrativismo pelas famílias rurais impedidas de criar novas lavouras. A falta de diálogo e visibilidade das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Paraná no programa destinado a áreas rural criaram maior desigualdade e exclusão. Como resultado, a descrença e o desenvolvimento de uma ação extrativista insustentável sem reduzir a pobreza, melhorar a segurança alimentar, promover melhoria de bem-estar ou empoderamento das famílias.

Marshall e Chandrasekharan (2009) apontaram que a ação extrativista dos PFNMs pode reforçar a cultura local e melhorar a organização da sociedade politicamente. Os autores apresentam como oportunidades para os membros marginalizados da população rural. No entanto, tal fortalecimento é difícil, pois o extrativismo tende a manter as famílias pobres, divergindo dos estudos que apontam as atividades com PFNMs como significativas na contribuição da redução da pobreza no meio rural com a saída das famílias da situação de vulnerabilidade social.

A situação registrada em São Joãozinho, nas palavras de Freire (1987), encontra na relação comunidade e Estado um dos elementos básicos na mediação opressor-oprimidos que é a prescrição. Toda prescrição, segundo Freire, é a imposição da opção de uma consciência à outra. Dessa forma, o sentido alienador das prescrições (leis, normas, decretos, plano de manejo) transformam a consciência recebedora como

consciência “hospedeira” da consciência opressora (aqui o Estado-Regulador). Por isso, o comportamento do oprimido é um comportamento pré-escrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles, essas mesmas pautas que se tornam opressoras.

Para Loureiro et al (2004), a comunicação com as populações tradicionais de cultura da palavra foi ignorada na criação da APA da Lagoa Encantada, ocorrendo o não-diálogo, surgindo o constrangimento no qual os homens são roubados de sua palavra. O autor, citando Freire (1987), diz que o oprimido é o recebedor de comunicados em lugar de se comunicar, e a opressão maior é o seu silêncio, sendo preciso ampliar o debate sobre sustentabilidade pela educação e comunicação no âmbito da questão ambiental. Caso contrário, permanecerá o agudo cenário de exclusão, mesmo diante da defesa discursiva da sustentabilidade como ferramenta ideológica de reprodução do capitalismo dentro de uma “roupagem verde”.

Nesse contexto, buscam-se caminhos para o fortalecimento das famílias rurais, por meio da auto-capacidade e sentimento de capacidade com atuação emancipatória responsável. As reivindicações, negociações e empates melhoram fortalecendo uma ação libertadora de quem se superou via consciência crítica de sua realidade. No entanto, essa prática não politiza os envolvidos, pois os extrativistas se vêem incapazes de lutarem pelos seus direitos, conquistando a cidadania emancipada e criando uma apatia política com a sensação de apenas sobreviver, sem muitos motivos para sonhar.

Para o fortalecimento comunitário a participação política efetiva precisa novamente estar enraizadas. Para Weil (2001), um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e pressentimentos futuros. Estar enraizado é estar domiciliado em seu próprio território (terra, história, memória, pessoas, vínculos), assim para Bartholo (2002), o ser humano desenraizado é expropriado de sua vida, perde a capacidade de conduzi-la e encontrar sentido nela. Entra em estado de servidão, pois passa a necessitar de critérios e recursos exogenamente originados. A situação de São Joãozinho é fruto do processo histórico, político, cultural, econômico e ambiental de exclusão, marginalização e desigualdade.

#### 4.2.2. Estratégias de vida nas unidades familiares

Para se pensar nas estratégias que as famílias rurais adotam para uma vida sustentável é necessário resgatar os posicionamentos de Chambers e Conway (1992) sobre sustentabilidade social, destacando que a sustentabilidade social tem duas dimensões: negativa, quando uma comunidade é reativa ao lidar com os choques e estresses e positiva quando a mesma comunidade consegue adaptar-se e encontrar novos caminhos. Nesse caso, como se discute a seguir, auxiliado por autores como Scoones, 1998; Bebbington, 1999; Ellis, 2000 constata-se que as famílias extrativistas encontram-se em uma dimensão negativa da sustentabilidade social. Para Scoones (1998), essas estratégias são promovidas pelos processos institucionais e estruturas organizacionais. Segundo o autor, os recursos que vão oportunizar as estratégias das famílias da comunidade podem ser intensificação ou extensificação agrícola, diversificação e migração.

Para Bebbington (1999), as estratégias reativas são encontradas na vulnerabilidade social das famílias, como aborda Chamber e Conway (1992). Dessa forma, as questões da estratégia, que podem ou não serem agrícolas, estão relacionadas a diferentes recursos específicos que oportunizam a construção de novas estratégias. Para o autor, os ativos são a base de poder que dá capacidade para o agente ser e agir. No entanto, Ellis (2000) estabeleceu uma subdivisão, apresentando que as estratégias podem ser reativas ou adaptativas, derivadas do contexto socioeconômico da comunidade. Entende-se por estratégia reativa, as ações que são desenvolvidas pela necessidade de sobrevivência familiar frente a uma vulnerabilidade. Já as estratégias adaptativas são as ações escolhidas pelas famílias, expressam-se como processos voluntários de pró-diversificação dos meios de vida de unidades familiares estáveis.

Pelos efeitos da opção extrativista e possibilidades que podem impactar na vida dessas famílias, aponta-se que ação extrativista na abordagem do meio de vida rural não é sustentável sem o desenvolvimento das capacidades dos membros da comunidade, sem a equidade e sustentabilidade ambiental e social. Segundo Chambers e Conway (1992), a sustentabilidade dos meios de vida pode ser entendida nos efeitos sobre recursos locais, globais e outros bens, capacidade de lidar com estresses, choques e ainda continuar melhorando. Nesse sentido, o Estado possui importância elevada, pois as comunidades rurais que receberam qualidade dos serviços públicos em educação e saúde melhoraram a formação do capital humano (BASSO, 2004).

Bebbington (1999) abordou a importância do conceito de direitos de Leach et al (1997), pois a noção de direitos ambientais avança sobre a noção de Sen (2000) como direitos legais que, quando não acessados, apresentam-se como privações de capacidades para fazer escolhas. Os conceitos de direitos ambientais buscam prolongar o quadro do grupo social envolvido, considerando os mecanismos institucionais formal de controle para ganhar acesso e recurso. Essa formulação é mais ampla que a de Sen, pois entende o direito como resultado de negociação entre os atores sociais e o Estado e envolvem relações de poder e debates sobre o significado para eles, em vez de um resultado fixo e regras materiais codificados.

Para esse autor, é preciso um movimento de alargamento de dentro para fora do capital social, onde existem as relações em nível de comunidade, muitas vezes, baseadas em valores de identidade cultural e compartilhamentos de experiências com forte comunicação, os quais podem desempenhar papel importante na facilitação de acesso aos membros e aos vários tipos de recursos. Com esse alargamento de dentro para fora é possível desenvolver a criação do capital social com o alargamento de acesso de fora para dentro realizado pelo Estado. E nesse movimento de processo relacional do Estado e comunidade, amplia-se a concepção do meio de vida rural e geram-se respostas de intervenção de desenvolvimento nas comunidades a partir de suas próprias demandas e de seus objetivos. Pois diante das análises desenvolvidas, verifica-se que as estratégias adotadas são apenas para não deixar as famílias caírem em uma situação de privação absoluta, mas nem por isso a qualifica como uma prática sustentável.

#### 4.2.3. Retorno e aspirações da comunidade da sustentabilidade: limites da ação extrativista no meio de vida

Segundo Chambers e Conway (1992), é importante conhecer e ouvir os sonhos das comunidades empobrecidas, pela chance de compartilhar experiências, valores e regras manifestados, em relação ao futuro. Para Viana (2000), as populações tradicionais como os caiçaras são desconsideradas ao se tomar decisões sobre políticas e estratégias de conservação das florestas brasileiras. Um meio de vida rural pode ser sustentável se a preocupação fundamental for analisar verdadeiramente a capacidade de adaptação e flexibilidade institucional, assim como a diversidade de respostas diante dos desafios (SCOONES, 2009). As famílias extrativistas da Comunidade de São

Joãozinho demonstraram que a intensificação do extrativismo não é uma de suas aspirações, mas a única ação possível na busca de sua sobrevivência, pois preferem trabalhar no cultivo da terra e aprender novas técnicas que os capacitem para sua autonomia e liberdade diante da vida.

Esse desejo vai ao encontro do conceito de um caiçara de Paraty relatado por Viana (2000), que é o de ter uma vida intensamente envolvida com a natureza e adaptada às características da floresta, rios, mares da região, com um calendário semanal de atividades diversas próprias do seu modo de vida. O desenvolvimento rural sustentável existia desde o campesinato via agroecologia, pela forma que as comunidades tradicionais trabalhavam (SEVILLA GUZMAN, (1990); ALIER MARTINEZ (1998).

O modo de vida caiçara encontra na agroecologia métodos de desenvolvimento endógeno<sup>20</sup> para o manejo ecológico dos recursos naturais e utiliza elementos de resistência específicos de cada identidade local via economia ecológica. A maneira mais eficaz para alcançar as aspirações de São Joãozinho é potencializar as formas de ação social coletiva. Assim, para Sevilla-Guzmán (2001), o enfoque agroecológico “pretende ativar o potencial endógeno, gerando processos que dêem lugar a novas respostas e/ou façam surgir às velhas na forma apropriada do ser”. A abordagem de desenvolvimento rural sustentável nessa tese envolve conceitos na perspectiva ecossocial, pois oferece elementos para a busca de sustentabilidade, entendendo-a como algo que não é estático ou fechado em si mesmo. Parte da busca permanente de estratégias que qualifiquem a ação e a interação humana nos ecossistemas, trabalhando com a população rural em relação aos seus saberes, anseios e projetos.

Esse enfoque mostra-se como caminho para orientação e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável segundo as abordagens de Sevilla-Guzmán (2001), Corporal e Costabeber (1999). Para esses autores a sustentabilidade envolve a ética ecológica e sociocultural, reivindicando mudanças estruturais profundas na sociedade. O enfoque agroecológico para Corporal e Costabeber (1999) pauta-se em um desenvolvimento que respeita os distintos modos de vida, culturas e favorece à preservação da biodiversidade como sustentabilidade.

---

<sup>20</sup> Etimologicamente, endógeno significa “nascido desde dentro”, seu significado está distante de ter um caráter estático.

#### 4.3. Conhecimentos e percepções dos atores governamentais sobre as comunidades extrativistas e políticas a elas direcionadas

Bebbington (1999 e 2005) e Scoones (1999) avançam no entendimento da sustentabilidade da ação extrativista, ao apontar a importância das escalas e arranjos institucionais importantes para a sustentabilidade, pois as instituições são produtos de práticas sociais, enraizadas historicamente e culturalmente. O acesso para essas famílias está relacionado aos atores e instituições que fomentam o desenvolvimento como mercado, sociedade civil e Estado. Essa discussão está centrada principalmente no Estado em relação às comunidades.

A ação extrativista e sua relação com as políticas do Estado tornam-se relevante porque a ação humana e as instituições humanas têm papéis fundamentais em relação à regeneração da floresta ou sua perda (MORAN, 2009), bem como acesso aos meios de vida e diminuição da pobreza (BEBBINGTON, 2005). Nesse caso, é importante entender como diferentes grupos se organizam no alcance de suas metas para equilibrar a produção de alimentos, renda em áreas florestadas naturais e conservação das florestas. A discussão sobre a ação extrativista sustentável na Mata Atlântica trata diretamente sobre a interação homem-ambiente em ecossistemas florestais, envolvendo o estudo de instituições, análise regional, economia ecológica e política, tornando-se fundamental compreender ou desenvolver uma visão que pondere a coesão entre os elementos de conservação, populações locais e desenvolvimento (SCHIMINK, et al, 1992). Nesse aspecto, Moran (2009) contribuiu ao ressaltar que a pesquisa em dimensões humanas requer abordagem multiescalar e que para um melhor entendimento do uso humano dos recursos naturais, a ciência política tem contribuído por meio das teorias sobre instituições e ações coletivas.

##### 4.3.1 Atores governamentais e comunidades rurais com atividades extrativistas em área de proteção ambiental no Paraná

Instituições e Estruturas sociais, como o Estado mostram-se como elementos importantes para Bebbington (1999), pois cada esfera tem sua lógica que influencia a distribuição, controle e transformação de ativos. A política, na abordagem de

Bebington, exige diálogo e cooperação entre os atores e instituições com as comunidades rurais, sendo construído por redes de comunicação por meio do capital social. Os ativos de capital são recursos que confluem para o bem-estar material das unidades familiares dando significados aos seus mundos e proporcionando “capacidades” de ser e agir. Para tanto, afirma que o acesso aos recursos sobressai a eles próprios, mostrando-se esses basilares.

No entanto, esse acesso ocorre dentro de domínios relacionais somente resolvidos pelas formas politizadas de ação social, tornando-se significativo para o meio de vida. Embora Bebbington (2005) apresente que um ponto de entrada para intervenção das instituições públicas seja trabalhar diretamente sobre os meios de vida das comunidades empobrecidas, no Paraná, a maioria dos atores governamentais não possui conhecimentos concretos acerca das comunidades rurais.

As informações obtidas no litoral do Paraná vão ao encontro do que Adams (2000) levantou sobre os caiçaras que vivem na Mata Atlântica do litoral paulista com forte vínculo agrícola e, no entanto, pouca atenção voltada às práticas agrícolas em unidades de conservação. Nas descrições do modo de vida caiçara é evidente a importância da agricultura na economia e sobrevivência dessas comunidades. Mas, infelizmente a relação do caiçara com o cultivo da terra não é reconhecida pelos atores governamentais. Um dos motivos é pela dificuldade do município em reconhecer a realidade dessas famílias e repassarem suas demandas à escala regional e à federal. Outra razão está relacionada à visão conservacionista do Estado que apenas enxerga as Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável, restringindo-se a preocupações ambientais como a preservação das bacias hidrográficas.

Segundo Adams (2000b, 2002), as comunidades caiçaras da Mata Atlântica sofrem restrições no uso de seu território com o surgimento das UCs. Devolvê-los à sua história é a única forma de contribuir para que construam e preservem sua identidade, garantindo seus direitos, como forma de protegê-los da manipulação externa e de ressaltar sua importância na construção da paisagem natural. O cenário de exclusão e desigualdade do caiçara rural paranaense acaba impedindo-o do acesso à assistência técnica rural, a informações pró-ativas, a apresentação de alternativas para modo de vida e direitos sociais.

Considera-se que por conta do pouco conhecimento dos atores é que os programas ou políticas acabam sendo difíceis de serem desenvolvidos ou acessados, não

existindo um articulador rural local para estabelecer o diálogo com o governo estadual ou federal. Sabourin (2007), ao discutir as políticas do governo federal, apontou a dificuldade de interação entre dinâmicas produtivas locais e institucionais, sendo que o maior desafio é fortalecer a capacidade dos atores rurais para contribuir, de maneira ativa, na definição e implementação de projetos e instrumentos de políticas públicas. No entanto, argumenta que a escala municipal é reduzida para o planejamento e organização do desenvolvimento e a do Estado, demasiada ampla para levar em conta a heterogeneidade das especificidades locais.

Como apresentaram Brandão et al (1999 ), o Estado criou UCs na perspectiva conservacionista/preservacionista, relacionadas a terras de reserva, criadas no intuito de cuidar da bacias hidrográficas de cada região onde as populações locais não são incluídas no processo de gestão e não sofrem restrição ao uso da terra e à exclusão de seus territórios. Entretanto, vem ocorrendo uma ampliação no conceito das UCs de uso sustentável entendendo-se que tão importante quanto à biodiversidade é a diversidade cultural nesses territórios (SANTILLI, 2005).

Tanto a concepção de criação das UCs com proteção integral como os parques ou a criação de uso sustentável como APAs, se estiverem condicionadas a uma lógica de preservação de recursos, apenas irá impactar nos meios de vida das famílias rurais. Rocha (2004), ao pesquisar a questão da sustentabilidade nas UC de uso sustentável, mostra que os problemas socioambientais exigem políticas complexas e o Estado tem-se mostrado incapaz de geri-las, de acordo com a especificidade e aplicação de cada lugar, e que é preciso que os atores locais se envolvam, conheçam, aprendam para que as formas de manutenção de recursos ambientais de cada lugar sejam coerentes com a manutenção econômica, cultural e social daqueles que vivem em seu meio.

#### 4.3.2. Visão dos atores governamentais em relação às comunidades rurais com atividades extrativistas da APA de Guaratuba-PR

Os atores governamentais dividiram-se entre os favoráveis, propositivos, conservacionistas, deterministas e indiferentes diante dessas comunidades. A postura conservacionista pauta-se no mito da natureza intocada (DIEGUES, 2000; ARRUDA, 2000), e faz surgir uma dicotomia conflitante entre ser humano e natureza no



estabelecimento de áreas naturais protegidas com ênfase à biodiversidade (VIANNA, 2008). As visões desfavoráveis só foram encontradas nas escalas estadual e federal.

A visão propositiva e favorável com enfoque socioambientalista aponta para a articulação entre meio ambiente e democracia, por meio de vários instrumentos de participação da sociedade. A visão sociambientalista do paradigma ecossocialista, concebe o desenvolvimento social de acordo com a satisfação das necessidades humanas fundamentais, sendo mais avançado quanto mais diverso e equitativo for, e a natureza, por sua vez, como uma segunda natureza da sociedade (SANTOS, 1997). Para tanto, busca promoção da governabilidade democrática e institucionalidades renovadas. O Estado, para o autor, é dual, pois em cada domínio social há um conjunto de leis e de instituições que garantem a reprodução das formas de sociabilidade dominante e, por outro lado, existe, nesse mesmo Estado, um conjunto de leis e instituições que garantem a experimentação com as formas emergentes de sociabilidade.

Nesse espaço dual do Estado, embora exista a predominância do discurso dos atores na abordagem sociambientalista e não na preservacionista, pode, ainda assim, os atores acabarem atuando em uma perspectiva apresentada por Diegues (2000), em que a natureza para ser conservada, deve ser separada das sociedades humanas e que a noção do mundo selvagem estabelece que a natureza somente seja protegida quando separada do convívio humano, com o Estado agindo na perspectiva preservacionista.

Para entender as posturas dos atores governamentais, utilizou-se os principais enfoques de sustentabilidade, baseados na corrente ecotecnocrática e ecossocial (CAPORAL e COSTABEBER, 2000). Ecossocial tem perspectiva socioambientalista, que vai contra a ideia do indivíduo econômico racional da economia neoclássica. Seu objetivo pauta-se em um desenvolvimento que defende e respeita os distintos modos de vida e diferenças culturais, assim como favorece à preservação da biodiversidade e reconhece o conflito existente nos territórios. A corrente ecotecnocrática nasce da necessidade de um crescimento econômico contínuo aliado à preocupação com a natureza, buscando valorar seus serviços, difundida pelo Relatório Brundtland que credita na cobrança de taxas ou impostos pela deterioração ambiental pregando um possível equilíbrio.

A visão predominante dos governantes locais, estaduais e federais pautou-se positivamente em relação à interação homem e meio ambiente. Para Santilli (2005), a posição socioambientalista consiste no reconhecimento e valorização das famílias que

vivem em áreas protegidas e geram espaços em sua participação social, pois busca o envolvimento das populações locais e procura romper com a lógica “vertical” de “cima para baixo” que sempre orientou os processos de criação de UC, onde a decisão política de criá-las e implantá-las eram importados de forma autoritária e unilateral do poder público, excluindo-se a população local. O Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) propõe essa concepção.

Bebbington (1999) afirmou que o acesso aos recursos é mediado pelas relações sociais estabelecidas com atores locais e, principalmente, com atores que não estão presentes no cotidiano e, nesse momento, aponta a importância das escalas. O acesso a outros atores sociais é conceitualmente anterior ao acesso aos recursos materiais na determinação do meio de vida rural, pois tais relações tornam-se quase condição necessária através dos quais os recursos são distribuídos e reivindicados. Nesse sentido, a visibilidade, as reivindicações e a capacidade de acesso por meio do diálogo são fundamentais para um meio de vida rural sustentável (CHAMBERS e CONWAY, 1992).

As instituições públicas mostram-se distantes da realidade das comunidades caiçaras. No entanto, a interculturalidade, heterogeneidade, multifuncionalidade e pluriatividade que as famílias apresentam em suas práticas sociais são desconhecidas no entendimento da mata nativa como Floresta cultural (FURLAN, 2006), pois há nesses territórios o que se preservar para as atuais e futuras gerações que também habitam o local. O importante é pensar no território como um lugar de todos, principalmente em relação a questão histórica do litoral do Paraná e dos caiçaras. O desenvolvimento rural, onde o rural não se limita ao agrícola, mas sim ao conceito espacial e multissetorial. A multifuncionalidade<sup>21</sup> da agricultura como parte dele, apresenta funções indissociáveis como a produção de bens e serviços, função ecológica na gestão do meio ambiente e a função social, como abordou Bianchini (2001).

No enfoque socioambientalista do Estado, urge a necessidade de investimentos na extensão rural agroecológica nas unidades de conservação de uso sustentável como política pública. Para Caporal e Costabeber (2000), a importância da extensão rural agroecológica está no resgate da sustentabilidade e nas estratégias necessárias de

---

<sup>21</sup>A multifuncionalidade da agricultura: a função de produzir bens e serviços (econômica), a função de gestão do meio ambiente (função ecológica) e a função de ator do mundo rural (função social), bem como a preservação do rural, enquanto espaço diferenciado de articulação com o meio natural, e privilegiado da agricultura como atividade sócio-econômica.

intervenções capazes de contribuir para a construção de estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis, enfatizando o papel diferenciado que precisa ter a extensão rural como instrumento desse processo de construção. Essa perspectiva é determinada pelo imperativo sócio-ambiental e exige uma práxis social diferenciada por parte dos agentes envolvidos

Bebbington (1999), ao abordar os agentes envolvidos e as comunidades rurais, ressalta que as capacidades das famílias rurais, seu bem-estar material e seus acessos estão diretamente relacionados à forma com que essas comunidades se relacionam com os agentes envolvidos em vista de modificações das estratégias de seu meio de vida. Dessa forma, o autor incorporou os relacionamentos que os indivíduos e unidades familiares têm com instituições e organizações que operam em escalas mais amplas e que, em geral, constituem os canais através dos quais ocorre o desenvolvimento das intervenções necessárias para mudar o cenário. Apresenta que quanto maior o acesso aos capitais, maior será a capacidade de sustento do indivíduo ou da unidade familiar analisada, o que enfatiza ainda mais a importância da capacidade de gerenciamento dos relacionamentos que facilitam esse acesso e sua transformação em estratégias de sustento e em “resultados” propriamente ditos.

O paradigma da modernidade comporta formas de conhecimentos, consideradas como conhecimento-emancipação e conhecimento-regulação. O primeiro envolve a saída do colonialismo (ignorância) para a solidariedade e o segundo progride do caos para a ordem. No entanto, o conhecimento-regulação ganhou a primazia sobre o conhecimento-emancipação: a ordem transformou-se na forma hegemônica do saber e o caos na forma hegemônica da ignorância.

Para Santos (2001), o desequilíbrio a favor do conhecimento-regulação opera com a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia acaba se impondo e recodificando em seus próprios termos o conhecimento-emancipação, sendo que a solidariedade hoje é considerada uma forma de caos e o colonialismo uma forma de ordem. O colonialismo consiste na ignorância da reciprocidade e na incapacidade de conceber o outro a não ser como um objeto.

Na busca de direitos humanos que respeite a diversidade, Santos (1997), apresenta a concepção multicultural a serviço de uma política emancipatória, destacando tensões dialéticas entre regulação social e emancipação social evidenciadas hoje pela crise do Estado-Regulador e Estado-Providência. Entre Estado e Sociedade

Civil, o Estado moderno apresenta-se como minimalista e é potencialmente um maximalista, pois produz leis e regulações parecendo não ter limites. Entre Estado Nação e Globalização, o modelo político da modernidade ocidental é o de Estado Nação soberano. No entanto, para o autor, encontra-se hoje a erosão seletiva do Estado-Nação, a qual oportuniza a intensificação da globalização.

Na perspectiva dialética do Estado, a racionalidade predominante entre os atores institucionais (órgãos como IAP, Polícia Florestal, Prefeitura, Universidade, Emater) está aparentemente pautadas na regulação, quanto à criação de UCs (SANTOS, 1997 e 2001) atendendo aos interesses do meio urbano (bacia hidrográficas) ou de ONGs ambientalistas (proteção da fauna e flora), todos fundamentados na racionalidade cognitiva instrumental. Porém, nesse mesmo espaço estão às comunidades rurais com seus conhecimentos tradicionais sobre o uso desse território (racionalidade vivencial).

As comunidades campesinas operam com a racionalidade do seu mundo vivido, por conhecimentos construídos na relação com seus membros, práticas de solidariedade e reciprocidade a partir de sítios simbólicos de pertencimento (ZAOUAL, 2003, 2006). Surge, então, o desafio para a construção de caminhos possíveis para novas institucionalidades, onde possam ser desenvolvidos mecanismos locais de governança para impulsionar processos sustentáveis no meio rural. A ação extrativista sustentável só é possível em uma comunidade rural sustentável, por isso a importância de um Estado de Regulação social que desenvolva um conhecimento emancipação para as famílias.

O cenário é distinto. Por um lado o Estado diminui anualmente seu quadro de funcionários, reduzindo o número de pessoas o que caracteriza um Estado-Minimalista (SANTOS 1997) e do outro, o Estado-Regulação preocupado com a fiscalização. A falta de funcionários públicos na organização de trabalhos, extensão rural e políticas de integração entre Mercado/Estado e sociedade civil geram sentimento de incapacidade nos atores governamentais, pois as políticas estabelecidas não chegam às famílias.

A política do Estado, pautada em um Estado-Regulação, acarreta uma sensação de desconforto também manifestado pelos atores. O Estado regulador, por meio das instituições, não gera capital social. Não existe um mapeamento e análise sobre a realidade rural dessas famílias caíças com atividades de coleta dos PFNMs, embora o Município tenha 98 % de sua área como APA. O Estado regulador e os atores municipais na APA fomentam e mantêm comunidades tradicionalmente fechadas,

reativas e isoladas, com pouca ou nenhuma possibilidade de diálogo na gestão local de políticas públicas, sendo um obstáculo às famílias rurais extrativistas, pela falta de alternativas e opções, tornando-se mais oprimidos com a ação extrativista, faltando condições de acesso aos ativos de capital. Desse modo, eles não entram na agenda política do Estado, nem produzem demanda local.

As comunidades capazes de impulsionar a busca de alternativas ao desenvolvimento social são comunidades-amebas e não comunidades-fortalezas, que são fechadas em si mesmas e isoladas. As comunidades-amebas, segundo Santos (2001), não são como uma força estática, mas sim, transformada e transformadora. Esse tipo de comunidade aberta absorve o que for necessário, mudando seu formato, suas alternativas de trabalho, trocando com seus arredores e, ao mesmo tempo, sempre retém sua integridade, sua essência, suas características e sua identidade como singular.

A forma com que essas comunidades acessam e operam as instituições locais, por regras e sistema do Estado, auxiliam no entendimento das políticas e da viabilidade camponesa. Na abordagem de Bebbington (1999), o desenvolvimento das comunidades campesinas centra-se nas pessoas e na noção de acesso aos recursos que não só ajudam a compreender a forma como as pessoas lidam com a pobreza em sentido material (forma de ganhar a vida) mas também do bem-estar das famílias. Por isso, Bebbington (1999) preocupou-se em entender os relacionamentos existentes entre os agentes envolvidos nas modificações das estratégias do meio de vida, pois as instituições e estruturas sociais são fundamentais nas intervenções para a superação da pobreza no meio rural. Ações voltadas para fortalecimento das relações e redes sociais, assim como educação e programas de reforma agrária que estão relacionados, além da questão de acesso podem resultar em maior efetividade à qualidade de vida das famílias e de ações que fomentem apenas o modo de produção.

#### 4.3.3. Políticas Públicas e impactos negativos nas comunidades rurais extrativistas

Em relação à abordagem proposta por Bebbington (2006), os programas, leis e políticas de desenvolvimento criados pelos dirigentes das instituições estaduais afetam o meio de vida dessas comunidades rurais. Nesse caso, o Governo Federal gerou impacto nessas famílias por conta de ações estabelecidas na década de setenta. Nesse período foram criadas políticas de desenvolvimento via programas de incentivos fiscais (Lei

5.106/1966), voltadas para a valorização de florestas plantadas como a de *pinus*<sup>22</sup>. Essas políticas fomentaram mudanças de paisagem na Mata Atlântica em relação ao uso da terra pelas famílias caiçaras, que hoje estão encurraladas pelas empresas de reflorestamento.

Corona (2006), ao estudar a vida comunitária rural da região metropolitana de Curitiba-PR, encontrou transformações semelhantes no território ocasionadas pela interferência de grupos econômicos com investimento em derrubada de mata nativa para o reflorestamento (Comfloresta – Grupo Brascam do Brasil), somado à presença opressora da fiscalização nas áreas protegidas. Independente da região, as ações das instituições sempre impactam na vida das famílias no meio rural seja positiva ou negativamente.

No litoral paranaense, segundo Gruntowski (2005), a parceria financeira entre o Governo da Alemanha, por meio de seu agente financiador – o Banco KFW – e o do Paraná até o ano de 2004, havia ocorrido um investimento no valor de R\$ 40 milhões para o programa de preservação, conservação e recuperação da Floresta Atlântica paranaense. A área de abrangência do Programa correspondeu a uma área de 12 mil quilômetros quadrados, incluindo no programa quinze municípios do Paraná. Todos na perspectiva de fiscalização e controle, pois o programa não previa investimentos para processos sócio-educativos com as comunidades em uma perspectiva de troca de saberes acerca da floresta e sua conservação.

Segundo Santos (1997), um Estado-regulador precário na organização e conhecimento da administração pública no estabelecimento de suas ações desenvolvem uma assimetria em relação aos serviços prestados e à informação para o uso do dessas ações. A visão do ator governamental em relação à descontinuidade dos programas no meio rural coincide com a discussão de Nogueira (2006) sobre os fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos, sem que ela seja uma jornada aparentemente sem fim e nem sentido.

Os recursos provenientes da criação da APA, como o repasse do ICMS-Ecológico, não são acessados ou utilizados pelas comunidades cuidadoras da floresta, embora o exercício efetivo da cidadania exija o fomento da capacidade de publicizar as instituições governamentais e estabelecer práticas democráticas cotidianas (LOUREIRO

---

<sup>22</sup> No Brasil a área plantada de *Pinus* spp ficou em torno de 1.840.000 ha, constituindo-se a segunda espécie mais plantada (SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA, 2001).

et al, 2004). A falta de um programa específico e transparência no uso dos repasses financeiros para as UCs possibilitam que tais recursos sejam utilizados nas despesas gerais do município. A ênfase dos recursos está na fiscalização, diminuindo os investimentos em infraestrutura ou processos de organização das comunidades. Os investimentos públicos, nesse setor, são direcionados à fiscalização, à formação de conselhos e a discussões sobre os planos de conservação.

Diferentemente da situação encontrada sobre as políticas do Estado do Paraná e seus impactos negativos nas comunidades rurais com atividades extrativistas, Grisa (2009), ao pesquisar as comunidades rurais de Tenente Portela (Rio Grande do Sul), em relação às políticas públicas, em especial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), constatou a importante contribuição do programa no conjunto de ativos das famílias em termos de meio de vida, valores, identidades e capacitação, evidenciando o quanto essa estratégia de desenvolvimento possibilitou o acesso aos atores do mercado, da sociedade civil e do Estado, os quais intermediavam o acesso aos recursos pela articulação do Conselho Gestor. Concluindo que o PAA constituiu um relevante instrumento para o desenvolvimento local.

De acordo com Souza (2002), estudos sobre políticas de descentralização, mostram que em países marcados pela heterogeneidade, a descentralização apresenta resultados contraditórios e cria novas tensões para antigos problemas, como o das desigualdades inter e intrarregionais. Buscando amenizar a problemática sobre as instituições públicas e elaboração de políticas coerentes com as realidades de cada região, Evans (2003) critica a monocultura institucional, por não ser enraizada, predominando a implantação de planejamentos institucional uniformes e exógenos aos contextos locais e produzem resultados negativos aos processos de promoção da qualidade de vida. Portanto, evoca a participação das comunidades e sociedade civil para o desenvolvimento de políticas públicas que possam, de fato, impactar positivamente.

A postura do Estado, quando se preocupa em apenas fiscalizar e organizar arranjos institucionais, como conselhos gestores distantes da realidade das populações locais, denota falsa governança ambiental. Para Fonseca e Bursztyrn (2008), atributos como participação, descentralização, responsabilização e equidade entre os atores dão, à noção de governança, um conteúdo de legitimidade e pragmatismo, abrindo espaço de possibilidade para uma regulação que leve em conta fatores extraeconômicos. Porém,

espaços com dificuldade de acesso ao uso das palavras, ou em que os membros só recebem comunicados, mas não dialogam, apresentam-se distantes de espaços democráticos participativos.

- Limites da ação extrativista quando as famílias não acessam as políticas sociais

A dificuldade de êxito dessas políticas públicas é a própria precariedade da educação básica e falta de uma rede de cooperação entre as famílias do meio rural, ou seja, a falta de uma política de Estado que promova educação e acesso à cidadania em uma perspectiva do Estado-Providência (SANTOS, 1997) e que, de fato, o Estado consiga dialogar com essas comunidades rurais tradicionais.

Quanto às instituições e às estruturas sociais que criam e operacionalizam as políticas desenvolvidas no país, Scoones (2009) adverte que ao discutir o meio de vida sustentável é necessário discutir que ações ocorrem a nível local, fazendo ligações a partir do nível micro (comunidades rurais), situando particularidades e necessidades dos meios de vida das pessoas pobres aos mais altos níveis institucionais e enquadramento político (nível nacional e mesmo níveis internacionais). Dentro dessa concepção, questões como a educação, o diálogo estabelecido, a confiança, as condições de acesso, a cidadania e mecanismos de governança estabelecem relações fundamentais entre os meios de vida, poder (conhecimento/educação) e política.

Esse entendimento da heterogeneidade e da participação desigual dos grupos conduzem a importantes orientações para as políticas públicas, como: a) a necessidade de considerar as diferenças dos grupos sociais e no interior desses; b) necessidade de que existam processos de monitoração, em tempo real, da aplicação das políticas; c) reconhecimento de que, segundo sua posição na distribuição da riqueza social, na ocupação do espaço e nas decisões políticas, os grupos e classes sociais respondem de maneira diferentes; d) reconhecimento de que as agendas de investigação científicas se estabeleçam “de baixo para cima” (FOLADORI, 1992).

Existe uma distinção entre políticas de Estado e políticas de Governo, em relação ao Estado/público, ao privado e ao governo. Bobbio (2009), ao discutir sobre Estado, governo e sociedade, apresenta que entende-se como políticas de Estado determinadas ideias e princípios que caracterizam-se pelo seu caráter de permanência, de legitimidade junto à sociedade, junto à burocracia e pela sua materialização em textos legais e em instituições específicas como leis. Abaixo dessa superestrutura



existem os governos, que são gestores temporários dessas políticas de Estado. Conformar os dois aspectos (a estrutura e a conjuntura) é um dos problemas mais complexos da administração pública, pois cada governo sempre deseja dar a sua interpretação pessoal sobre os princípios de ação do Estado, de acordo com a sua tendência política e articulações de interesses.

A abordagem do meio de vida rural sustentável evidencia que um fator importante que explica o fracasso na contenção das forças que criam a pobreza é a sua incapacidade de construir ou utilizar adequadamente redes e relações com atores do mercado, Estado e sociedade civil.

Dessa forma, apresenta-se que a capacidade dos governos locais de participarem mais ativamente da provisão de serviços sociais e de estimularem a participação de segmentos sociais é muito diferenciada. No entanto, dilemas nacionais como o das desigualdades inter e intrarregionais permanecem como uma questão nacional, embora não constem ainda na agenda de prioridades do país, o caminho é melhorar a agenda com a formulação de demandas regionalizadas.

Enfim, os cenários apresentados pelos atores governamentais podem apresentar que as políticas públicas não são eficientes (não alcançaram o seu objetivo ou não foram formuladas de forma realista) porque não existe um Estado de Direito moderno, forte, com sensibilidade, que promova o fortalecimento de políticas emancipatórias (SANTOS, 1997) com valorização da formação de comunidade. Putnam (2000), ao pesquisar sobre a democracia e comunidade cívica, revelou que o desempenho institucional bem sucedido está relacionado à comunidade cívica, assim como uma comunidade atuante promove o bom desempenho institucional tornando-se necessário promover alguns elementos para fazer a democracia funcionar. Portanto, a pesquisa apontou para a necessidade de uma prática democrática mais participativa (participação genuína) e o desenvolvimento da sensibilidade dos atores governamentais em relação às necessidades das famílias, principalmente as extrativistas, pois são as que vivem em um processo de privação de suas escolhas.

Diante da fraqueza institucional, especialmente manifestada pelos sistemas legais e de regulamentação, pelos problemas relacionados à informação que leva ao baixo capital social entre os atores e também pelo determinismo dos atores em relação à falta de expectativa é preciso que o Estado mude sua postura. Evans (2003) contrapõe a importância das instituições e das capacidades. Para o autor, busca-se fortalecer

mecanismos de governança para o empoderamento dos atores locais por meio da participação, para que possam ser elaboradas políticas públicas coerentes com a realidade, promovendo melhoras sociais e bons resultados locais.

Na busca da construção de soluções sobre os processos que geram desigualdades e acentuam o empobrecimento das comunidades rurais caiçaras, precisa-se ter claro que a concentração de poder, riqueza, renda e de outros diferentes capitais é fruto de um processo histórico de controle econômico e político, controle da ciência e da técnica exercidos pelas elites nacionais e locais sobre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Os habitantes da área rural, em especial as comunidades com atividades extrativistas, nesse processo, acabaram sendo excluídos do diálogo e consequentemente empobrecidos pela falta de acesso.

Assim, as possibilidades de ações dos atores governamentais na perspectiva da ação extrativista sustentável e, em geral, da eliminação da pobreza no meio rural devem considerar a heterogeneidade e a realidade das pessoas empobrecidas e escutá-las. O ator governamental concorda que essa realidade realmente importa, possibilitando o surgimento de uma perspectiva de diálogo dos atores governamentais com uma nova relação com as comunidades rurais na perspectiva da dialética relacional. Ao contrário da racionalidade cognitiva instrumental, pouco dialógica, que normalmente vê o produtor rural ou o camponês extrativista como objeto de intervenção em uma relação em que o ator governamental estende um conhecimento já produzido, a proposta da dialética relacional, considera o conflito da racionalidade instrumental e da racionalidade vivencial. Como vivencial aqui se considera o conhecimento produzido no dia a dia das famílias rurais.

As possibilidades da ação extrativista deveriam ocorrer conciliando sustentabilidade com ações do Estado. Fernandes (2003) encontrou os mesmos dados aqui relatados sobre a assimetria de informação, síndrome que não permite negociações transparentes, dando margens a comportamentos escusos. Observa-se que os entrevistados municipais informaram que o impacto negativo das ações do governo são problemas relacionados a conflitos internos do Estado na descontinuidade de programas, mudança de órgãos, falta de informação em relação a políticas sociais para o repasse às comunidades. O comportamento burocrático, fato comum nos órgãos e instituições públicas, com técnicos mal preparados, desatualizados e sem análise de procedimentos que poderiam reduzir a estrutura, colabora para a ausência de ações

proativas do Estado. As respostas à ausência do Estado também apontam dificuldade dos governos atuais em operacionalizar programas que possam melhorar as ações públicas e articulação entre os atores do Estado.

#### 4.3.4. Conselho Gestor da APA de Guaratuba-PR

- Possibilidades da ação extrativista pelo diálogo efetivo entre comunidades e Estado.

No trabalho com o caiçara, busca-se, a partir das racionalidades campesina, novas formas possíveis de interação (comunidade e instituições), promovidas por processos participativos que trabalhem com prioridades, a partir das pessoas do rural, em relação ao que os empobrecidos vêem e sentem, assim como o reconhecimento dos saberes locais, a fim de estabelecer diálogos necessários para a construção de novas práticas de extensão e novos métodos participativos na elaboração de políticas públicas do meio rural. Diante desses desafios avançarem na racionalidade instrumental sobre as dinâmicas do meio rural, encontra-se a necessidade do reconhecimento do conhecimento tácito, aquele conhecimento adquirido no dia a dia do camponês, apresentado aqui como racionalidade vivencial.

Ao contrário da racionalidade cognitivo instrumental, que vê o produtor rural ou o camponês como objeto de intervenção no qual o ator governamental estende um conhecimento já produzido, a proposta da racionalidade vivencial, pautada no domínio relacional (MATURANA, 2001), conhecimento relacional (FREIRE, 2001), dialética relacional (SANTOS e SILVEIRA, 2003) e também no pensamento relacional (ZAOUAL, 2003) reconhece o conhecimento como construído coletivamente por uma escuta sincera e uma pedagogia de acompanhamento que associa ética (capacidade de se colocar no lugar do outro) e técnica em um espaço relacional de aprendizagem.

Para o avanço no contexto do desenvolvimento rural sustentável, a partir do caso estudado (Comunidade rural de São Joãozinho), aponta-se que distintas racionalidades precisam desenvolver um diálogo refletido, no qual poderá nascer no encontro do conhecimento formal com o conhecimento informal, apresentado como a dialética relacional. Considera-se dialético, pois ocorre um processo nesse encontro de estranhamento, seguido de negação e depois aceitação, por mais que os atores desejem esse encontro.

Ao discutir a dialética relacional dos territórios, Santos e Silveira (2003) abordam que ocorre porque os territórios são essencialmente o resultado de formas específicas de interações sociais, implicam cooperação e conflito, ou implicam capacidade de os indivíduos e organizações locais promover vínculos dinâmicos, capazes de valorizar os sistemas naturais herdados, objetos técnicos e culturais historicamente construídos e também os tecidos sociais e políticos.

Nessa perspectiva, as instituições públicas têm uma grande responsabilidade para romper com o império dessa racionalidade posta e desenvolver, por meio da dialética relacional, caminhos construídos coletivamente (entre o conhecimento formal e popular) a partir da realidade e necessidade de cada comunidade com o seu ideal de desenvolvimento humano. Aqui, reconhece-se também a importância da universidade enquanto espaço relacional de aprendizagens coletivas, assim como os conselhos gestores municipais.

Na dialética relacional com a atenção e participação dos envolvidos, busca-se a experimentação de instituições deliberativas que possam ser capazes de superar o problema da economia política e fomentar serviços públicos mais eficientes em relação à saúde e à educação, a qual por sua vez, está enraizada em um extraordinário nível de envolvimento popular no processo de governança.

Porém são encontros de racionalidades distintas, permeados por sistemas herdados, objetos culturais circunscritos a um contexto histórico específico que, por sua vez, fornecem teoria e práticas específicas as quais precisam dialogar. Esse diálogo, acompanhado da reflexão entre os atores, é que cria a dialética relacional, quando o sujeito (instituições públicas) experiencia a razão e objeto sobre o qual o mesmo sujeito (camponês) pensa. Nessa ação ocorre uma integração dialética relacional, a qual conduz o processo de reflexão, tornando os sujeitos (atores) autores e agentes do saber no processo.

Chambers (1997), ao discutir a questão da desigualdade social e da pobreza no meio rural, questiona se a realidade realmente importa aos atores governamentais e aos institutos de fomentos ao desenvolvimento. A sua discussão apresenta a necessidade da participação dos marginalizados para se construir um desenvolvimento da escala humana. O autor defende também a necessidade de começar a trabalhar a partir da prioridade dos pobres e marginalizados, tanto no planejamento como na execução de programas de desenvolvimento. Também Sabourin (2006) destaca que é urgente

trabalhar com novos métodos participativos que promovam o diálogo no meio rural, tanto na extensão (seja da universidade ou dos institutos técnicos) como na elaboração de políticas públicas. Nesse sentido, enfatiza que é preciso sair da abordagem descendente (elaboração de proposta de desenvolvimento por técnicos e pesquisadores que depois levam ao campo para aplicação) para abordagens convergentes ou do conhecimento construído junto com os agricultores, chamado também de conhecimento relacional (troca de saberes pautados no diálogo).

Verifica-se uma urgência de mudança no relacionamento do conhecimento formal com o conhecimento popular, um desafio que se refere à necessidade de um melhor entendimento da diversidade social rural do litoral paranaense e à superação da homogeneidade na alocação de recursos. Isso exigirá do Estado a compreensão do que é diversidade e morfologia social (FURTADO, 1974; CANDIDO, 1975). Assim a construção do diálogo com participação genuína nos espaços públicos, onde a voz e as aspirações dessas comunidades rurais tradicionais possam ser consideradas, mostram-se uma das possibilidades da ação extrativista sustentável.

#### 4.3.5. Relação do Conselho Gestor da APA com as comunidades rurais extrativistas

Embora se saiba que as comunidades caiçaras ainda sofrem restrições quanto ao acesso de participação efetiva nos espaços institucionalizados para o estabelecimento das regras sobre o uso e gestão de áreas protegidas como a APA, historicamente ocorreram limitações para que essas comunidades conseguissem ter visibilidade para poder dialogar em todas as etapas do processo da criação de uma APA até sua gestão. Nesses espaços concebidos como democráticos para a construção das regras como o Conselho Gestor da APA, dificuldades são apontadas em relação à possibilidade de acesso e à participação das comunidades rurais com atividades extrativistas residentes da APA de Guaratuba.

Os processos desenvolvidos não oportunizam o acesso (transporte, alimentação, comunicação, universo simbólico) embora o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) tenha um enfoque sociambientalista e reconheça a importância da gestão participativa nas UC, esses processos ainda estão em sendo construídos na APA de Guaratuba e exigem um tempo de adaptação.

A falta de acesso e a dificuldade de participar do processo pela pouca escolarização dessas comunidades extrativistas são próximas aos estudos de Manor (2004), Ribeiro (2005) e Cleaver (2005) que apresentam a diferença de acesso de quem vive dentro da APA e os que os representam, destacando a dificuldade de participação genuína dos verdadeiros atores desse território.

Infelizmente as participações nas discussões desse tema ainda estão pautadas em uma visão utilitarista (Racionalidade instrumental) - coleta de conhecimento “deles” para o “nosso” projeto - e ainda persistem, seja na elaboração do Plano de Manejo pelo Conselho Gestor da APA ou em um programa de pesquisa.

Prevalece a forma de participação por comunicado ou por meio de oficinas esporádicas, nas quais dificilmente as comunidades que vivem nessas áreas protegidas são envolvidas em processos dialógicos, pautados em uma participação genuína para tomada de decisão. Essa prática reflete a visão arcaica da gestão de UCs em vigência no Brasil, tornando inexistente à questão da participação efetiva das comunidades rurais envolvidas. O que ocorre, em relação à participação sem investimento real em comunidades com vulnerabilidade social, é o mesmo que White (1995) apresenta como pseudoparticipação.

Para esse autor existem dois tipos possíveis de participação, sendo o primeiro desenvolvido em locais com assimetria de informação e desigualdade social profunda. O autor conceitua como domesticação as pessoas são envolvidas pela manipulação e informação considerando como ideal a participação genuína. No entanto, os autores afirmam que está ocorrendo uma banalização da sustentabilidade, pois prevalecem situações em que impera o monopólio, principalmente nos espaços democráticos como conselhos e fóruns, por parte daqueles que não sofrem restrições e que podem regularmente se locomover, prescindir de horas de trabalho e ter voz ativa nos canais (MANOR, 2004; CLEAVER, 2005).

Essa informação é relevante, principalmente quando se considera a situação das comunidades caiçaras do litoral paranaense e sua relação com a exclusão e falta de participação nos espaços públicos (ADAMS, 2002). O acompanhamento das reuniões do Conselho Gestor da APA de Guaratuba aponta para a proposta de uma participação efetiva de representantes de comunidades rurais tradicionais. Mas, por enquanto, a estrutura do Conselho, na forma em que está organizada por técnicos e pesquisadores, torna-se ainda um espaço reduzido de participação genuína dessas comunidades.

A situação identificada no Conselho Gestor da APA de Guaratuba não difere da situação relatada na pesquisa de Ribeiro (2005) sobre o Conselho Gestor da APA da Serra da Mantiqueira e sua proposta de governança ambiental democrática e a distância criada acerca da realidade de quem vive na APA (pequenos agricultores sem alfabetização) e a realidade de quem os representa (pesquisadores e técnicos com formação universitária e vida e visão urbana).

Considerando as tensões dialéticas existentes na relação comunidade rurais e outros atores, é preciso também compreender que nesse espaço é constituída a arena política, entendida como uma metáfora para descrever o estabelecimento político em que os atores dirige as suas exigências àqueles que estão encarregados de tomar decisão.

Abramovay (2005), ao discutir os três desafios existentes no meio rural, compreendidos como dilema territorial, inovação por meio do empreendedorismo coletivo e dilema da governança, apresenta que este último é fundamental pela aprendizagem por interação, ressaltando que em regiões pobres existe um conflito mais ou menos agudo, dependendo de situações locais entre participação social e as inovações sócio-culturais produtivas e políticas necessárias ao processo de desenvolvimento. Os estudos desse autor vão ao encontro da situação evidenciada no Conselho Gestor da APA de Guaratuba, onde encontra-se evidências de que o convite à participação social tenha, por si só, a capacidade de estimular práticas inovadoras que ampliem as oportunidades de geração de renda e melhorem a qualidade de inserção dos mais pobres.

Por fim, o autor destaca o desafio institucional mais importante de qualquer política de desenvolvimento territorial e das formas de governança é a organização dos que se encontram em situação de pobreza ou dos que têm menores chances de aproveitar oportunidades econômicas. Nesse sentido, a participação, em processos sociais e econômicos dos excluídos, torna-se fundamental no âmbito das políticas do desenvolvimento rural e de estruturas sociais organizadas sob a forma de conselhos.

#### - Possibilidades da ação extrativista pelo fortalecimento institucional

A concepção de democratização com base na governança é basilar para a eficiência das políticas públicas. A noção de governança, apresentadas por Gohn (2003) considera um sistema de governo em que a inclusão de novos atores sociais é fundamental,

por meio do envolvimento de um conjunto de organizações públicas (estatais e não-estatais) e privadas. Os conselhos são instituições, as instituições são acordos tácitos intersubjetivos ou ordenados socialmente que normatizam e até regulam comportamentos e determinados lugares e ambientes (EVANS, 2003).

Nessa perspectiva, urge fortalecer mecanismos de governança para a melhoria de vida no meio rural. Para Evans (2003), é preciso política de fortalecimento dos atores locais, e passa ser estratégica a constituição também de instituições locais que sejam capazes de fortalecer mecanismos de governança. No entanto, ressalta-se a importância da participação genuína, onde o universo simbólico e a história dos membros sejam considerados.

Esse entendimento da história é importante, pois a cada ano valoriza-se mais a governança ambiental, destacado-a por meio da participação de comunidades tradicionais. Porém essa participação só é efetiva ou genuína quando as famílias que participam, têm voz e são ouvidas nesses espaços. Caso contrário ocorre a cooptação, Little (2004), ao estudar as populações tradicionais da Amazônia, encontrou o fenômeno da apropriação ambientalista nos caboclos, os quais tendem a apagar a situação de exploração econômica e dominação política que esses grupos sofreram durante os últimos dois séculos para concebê-los como potenciais “parceiros” nos novos projetos de desenvolvimento sustentável que são, na verdade, pseudoparticipação.

O conselho gestor, como instituição que oportuniza e cria diálogos por meio da dialética relacional, pode ser a mediação entre as políticas públicas, que geralmente são de caráter universalista e macro-social, com o cotidiano das comunidades rurais. Para tanto, é necessário desenvolver, dentro dos conselhos, mecanismos e processos que auxiliem na participação efetivas dos membros das comunidades caiçaras rurais, de forma que, de fato, eles possam estar exercendo seu direito de voz e participação, por meio de um empoderamento real (ANTUNES, 2002; GALLICHIO, 2002; HOROCHOVSKI, 2008).

O empoderamento é essencial para pensar no fortalecimento institucional tanto da comunidade como das outras escalas envolvidas no modo de vida caiçara. O empoderamento, dentro da abordagem da sustentabilidade, apropria-se da noção de Freire (1981; 1986) que refere-se ao empoderamento de classe social. O que significa na concepção freireana, que não se trata de um processo de natureza individual. Para o autor, a libertação é um ato social e não individual. O empoderamento é um processo de ação coletiva, que se dá na interação entre os indivíduos. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade rompendo a dominação. Para



Freire, empoderar-se é tomar posse de sua própria vida. O autor reconhece a importância do empoderamento individual fundado numa concepção crítica da realidade social.

Para Horochowski (2008), ao discutir empoderamento como um conceito polissêmico, apresenta que seu uso pode ser utilizado tanto por progressistas como por conservadores. No uso pelos conservadores, o empoderamento significa fortalecimento da esfera privada, deixando-se às associações e comunidades a resolução de seus problemas. O autor, nessa perspectiva neoliberal do empoderamento, assume como justificativa a redução de despesa pública, dos impostos e da regulação estatal sobre as relações econômicas. Bebbington (1999) e Scoones (1999) utilizam o conceito de empoderamento como promoção da emancipação, da liberdade, do aumento de capacidades para realizar mudanças que melhorem o meio de vida. Utilizam nessa abordagem a capacidade, no sentido de fortalecimento das pessoas no meio rural. Para os autores, o acesso das famílias são basilares para definir suas estratégias, e são esses recursos acessados que os capacitam e fortalecem. Por essa razão, Scoones (1999) aponta que o principal foco para pensar sustentabilidade no meio rural relaciona-se às instituições e a seus processos. É nessa arena que se concentra as ações principais que definem e moldam que tipo de desenvolvimento está sendo construído.

Para Ostrom (1990), o conceito de arena remete à situação em que ocorre um tipo de ação particular. E só é possível considerar que um ator está dentro dela ou não a partir de sua influência, ou seja, se os moradores da área rural contribuem nas transformações e modificações de regras, eles estão inseridos na arena política. Porém, se participam, mas suas opiniões e discussões não interferem nas decisões, então eles não fazem parte da arena política. Os membros da comunidade rural de São Joãozinho estão no processo de aprendizado cidadão e vêem o conselho como um espaço possível para manifestar suas necessidades e sentimentos, pois já sabem que isoladamente não alcançaram nada, o Estado sozinho não é capaz de conhecê-lo e promover o bem-estar a sua comunidade. Dessa forma, busca fortalecer mecanismos de governança.

Embora as comunidades vivam na área rural, as decisões tomadas em relação a essas áreas não são compartilhadas com esses atores. Para participar desses espaços é necessária a noção de capacidade para ação humana (agência) para que se possa alterar a estrutura do território envolvido. Ou seja, surge à necessidade de mudança sobre a racionalidade cognitivo-instrumental baseada na ciência e técnica (racionalidade

instrumental), encontrada nas instituições públicas, como visto na pesquisa com os atores governamentais, e também a necessidade de fomentar uma forma politizada de ação social das famílias do meio rural no sentido de construírem um espaço em que seja dada a voz a esses grupos, para que eles possam definir que meio de vida rural sustentável desejam construir. Os conselhos gestores implicam o confronto entre diferentes posições político-ideológicas e projetos sociais. Assim, novos sujeitos políticos se constroem por meio de interpelações recíprocas (GOHN, 2001).

Nesse sentido, Bebbington (2006) apresenta que a abordagem do meio de vida rural também é importante para a forma politizada de ação e transformação da realidade. Para o autor, as instituições e estruturas sociais impactam diretamente na forma que as pessoas têm de ganhar a vida (como usam, transformam e reproduzem os ativos). Como ativos, entende-se o capital natural, humano, social, produzido e cultural e como eles são alterados e movimentados pelas ações das instituições e estruturas sociais, de acordo com a opção de desenvolvimento que escolhem.

Dentro desse contexto, a abordagem do meio de vida rural sustentável torna-se indicada por ter um enfoque mais relacional à base dos ativos e neles podem auferir o acesso aos ativos que as pessoas controlam e a descrição do seu meio de vida, inclusive, analisando sua vulnerabilidade em relação à pobreza e à falta de acessos aos direitos.

Junto ao uso dessa abordagem analítica para levantar tais elementos, os estudos sobre o meio de vida também podem ser desenvolvidos nas comunidades por meio da pesquisa-ação participativa, sendo marcado por trabalhar a partir da realidade das pessoas que vivem no meio rural, mostrando-se interessante pela sua análise microsocial, a qual considera o cotidiano, como o lugar, o bem-estar material, o nível de satisfação e as capacidades para o desenvolvimento da ação humana.

Para Scoones (1999), ao se pensar sobre gestão ou projeto de pesquisa com intervenção no meio rural é muito importante ter o conceito de agência (ação humana) e estrutura. Para o autor, é necessário o entendimento do ambiente, tanto como produto como cenário de interações humanas. Pois as interações humanas movem as dinâmicas ambientais e não existe relação inalterável entre pessoas e meio ambiente. Os ambientes são criados dinamicamente de forma recursiva e não linear. Assim, os processos sociais, políticos, econômicos e ecológicos interagem de forma dinâmica e requerem uma análise sensível acerca da estrutura e da agência humana, ao longo de uma gama de escalas e a partir do local para o global.

Nesse sentido, as completas superações das situações de pobreza no meio rural implicam mudanças de relação do poder existente que precisam ser evidenciadas e superadas, pois, caso contrário, continuará produzindo e reproduzindo os processos de geração de desigualdades econômicas, sociais e políticas. As recomendações, aqui citadas, são para destacar a necessidade de pesquisas participativas que possam mostrar a falta de escolhas e, muitas vezes, a total falta de informação das famílias que vivem no meio rural, em especial na floresta. Também buscou-se evidenciar a necessidade de reconhecer a dialética relacional diante das racionalidades existentes, atentando que as pesquisas também precisam desenvolver suas capacidades políticas para as transformações dessas racionalidades.

Para os atores governamentais do âmbito estadual e federal foi possível identificar que, embora não exista uma política pública para os caiçaras como há para os quilombolas, a situação para alguns dos caiçaras melhorou significativamente com a chegada de um conjunto de políticas públicas (luz para todos, aposentadoria, educação, saúde, estrada e reforma na residência) que foram benefícios acessíveis a estas comunidades, independentes de serem tradicionais ou não. No entanto, no discurso a maioria mostra-se comprometida com a questão da identidade caiçara, com a educação e com a qualidade de vida. Porém, a ação extrativista como uma ação a ser fomentada para a melhora da qualidade dessas famílias rurais do interior da UC precisa de outros ativos para se desenvolver.

É nesse aspecto que surge a importância da criação e o fortalecimento de instituições locais para a execução de políticas públicas que consigam restabelecer a primazia do político sobre o econômico. O centro dessa discussão está na invenção cultural motivada por novas práticas institucionais onde as populações locais possam se manifestar e se desenvolver, enriquecendo o seu universo de valores, como dizia Celso Furtado. O surgimento do conselho gestor da APA, conciliado ao Conselho Gestor do Desenvolvimento Rural Sustentável, poderá gerar o fortalecimento do tecido social e o enraizamento democrático que reconhece que o Estado, isolado, não é capaz de garantir o bem-estar à sociedade, manifestando que a participação contribui para elaboração de políticas públicas coerentes com a realidade (EVANS, 2003). Também Bebbington (1999) reconhece que são as instituições que oportunizam o acesso às famílias empobrecidas, as quais precisam de um alargamento de seu capital social de dentro para fora de sua comunidade, assim como de fora para dentro, por meio de políticas de

inclusão, com investimentos em educação, saúde, capacitação, moradia e geração de renda, para que eles próprios possam fazer escolhas sobre o seu meio de vida rural.

## **5. Síntese dos limites e possibilidades encontrados na ação extrativista como meio de vida**

Aponta-se uma síntese da análise da ação extrativista em relação aos seus limites, considerando duas dimensões do meio de vida rural: a interna como ação humana (as famílias extrativistas na comunidade rural) e a externa como ação pública (Estado/Instituições e como agem em relação às comunidades extrativistas). Esses limites identificados foram manifestações apresentadas pelos dois grupos (comunidades rurais e atores governamentais).

Foi possível visualizar os elementos que constroem os limites da ação extrativista no cenário encontrado no litoral paranaense, os quais estão relacionados ao meio de vida das famílias rurais que vivem em Unidades de Conservação como a APA e que desenvolvem essa atividade como forma principal de ganhar a vida, ou seja, 83,33% das famílias extrativistas da comunidade de São Joãozinho possuem a sua única fonte de renda nessa atividade tão frágil.

É importante destacar que sendo o extrativismo uma atividade humana, ele é uma construção social que, além de ser ambientalmente determinado, está subordinado a determinados condicionantes socioculturais. Na sequência encontram-se elencados, resumidamente, os limites reais verificados, e são sugeridas possibilidades viáveis de serem exequíveis no auxílio do desenvolvimento comunitário do local estudado.

LIMITES	POSSIBILIDADES
Vulnerabilidade da sustentabilidade social histórica	Reconhecimento da floresta cultural
Extrativismo como atividade subordinada a terceiros	Criação de políticas públicas para a organização social das famílias camponesas caiçaras
Comércio injusto pelo retorno financeiro aquém de sua valia	A ação integrada como o artesanato
Empreendedorismo por necessidade	Empreendedorismo comunitário
Condicionantes sociais da comunidade de São Joãozinho	Organização comunitária
Manutenção da desigualdade, pobreza, exclusão e marginalização	Enfoque agroecológico no desenvolvimento rural
Ausência do Estado potencializando a pluriatividade e multifuncionalidade	Estado para potencializar a pluriatividade e multifuncionalidade
Insegurança alimentar pela intensificação do uso dos PFNMs	Fortalecimento institucional
Carência de opções agrícolas aliada ao extrativismo	Diálogo efetivo entre comunidades e Estado
Falta clareza nas regras e normas sobre a retirada de PFNMs	Neo-extrativismo
Enfraquecimento nas relações sociais entre indivíduos, comunidade e instituições pela não valorização da atividade extrativista.	Regulamentação das normas e regulamentação dos PFMs
Políticas públicas sociais não atingem diretamente o caiçara extrativista	Acesso às políticas públicas
Falta de estrutura para desenvolvimento de estratégias no meio de vida rural	Diálogo com participação genuína com os atores governamentais para definição de ações possíveis a partir de sua realidade
A atividade extrativista do modo que é realizada hoje pode causar a insustentabilidade ambiental	Estudo conjunto com a comunidade para desenvolver atividades alternativas com retorno financeiro suficiente para suprir as necessidades básicas das famílias
Enfoque preservacionista e conservacionista manifestado em algumas ações do Estado	Enfoque socioambientalista da corrente ecossocial.
Políticas, programas e ações minimalistas e regulamentadoras	Estado Emancipação

## **6. Considerações finais e recomendações para possibilitar a sustentabilidade das comunidades extrativistas e promoção do desenvolvimento rural na APA de Guaratuba-PR**

A concepção do que se chama “manejo sustentável dos recursos naturais” é tida como alternativa viável de se priorizar o bem-estar atual e futuro da coletividade, dentro de uma visão de longo prazo, favorecendo tanto a produção econômica quanto à perpetuação do recurso e consequente manutenção da diversidade em uma dada comunidade. Na prática, isso significa que a comunidade desfruta de sustentabilidade ecológica, vitalidade econômica e equidade social, pré-requisitos fundamentais de sociedades sustentáveis. No entanto, as experiências em nível mundial têm demonstrado que o estabelecimento de uma comunidade sustentável não é uma tarefa simples. Adaptabilidade, flexibilidade, responsabilidade e respeito pelas pessoas e pelo ambiente biofísico do qual todos dependem, são os princípios sob os quais a sustentabilidade deve ser construída. Até que os membros da comunidade sintam que são parceiros nas decisões que afetam intimamente suas vidas e o ambiente no qual vivem, pouco progresso em direção à sustentabilidade será possível.

Na busca pela sustentabilidade, destaca-se o interesse mundial no potencial dos PFNMs de gerar renda rural enquanto conserva os recursos florestais. Na maioria dos casos, os PFNMs são de interesse primário de comunidades ameaçadas ou economicamente e socialmente marginalizadas, embora as indústrias baseadas na exploração de recursos florestais silvestres (como borracha ou fármacos) possam ser muito sofisticadas e lucrativas. Um dos aspectos mais importantes no uso sustentável dos PFNMs é a determinação dos meios pelos quais os benefícios possam ser retidos, ou mais equitativamente distribuídos entre as comunidades rurais.

No caso das comunidades extrativistas estudadas na APA de Guaratuba, observou-se que os PFNMs desempenham um papel significativo na sua subsistência e na mitigação da pobreza, dado corresponder parcialmente ou suplementar a renda. No entanto, a real sustentabilidade dessas comunidades ainda está longe de ser alcançada.

Nessa perspectiva, apresentam-se alguns aspectos que merecem ser destacados e considerados na geração de propostas para garantir a sustentabilidade de comunidades extrativistas, com ênfase especial às comunidades da APA de Guaratuba.

**Floresta cultural e identidade:** Os programas de conservação devem reconhecer que as florestas não são espaços “vazios”, mas sim com práticas sociais pelos “povos do ecossistema” que contribuem para manter a “floresta em pé” expressando sua noção territorial. As florestas e os PFNMs contribuem com as famílias rurais na nutrição, segurança alimentar, medicina, adicional de renda, matérias primas, promovendo o interesse em relação à conservação dos PFNM e desenvolvimento rural. O manejo e conservação ideais dos recursos florestais devem ser planejados, considerando as pessoas e suas identidades com o ambiente, a vegetação como ampla gama de necessidades sociais e ao mesmo tempo, mantendo processos estruturais e funcionais. O reconhecimento das florestas culturais e a devida importância dos PFNMs precisam ser enxergados pelas instituições normatizadoras e reguladoras da proteção ambiental, nas perspectivas das comunidades locais. A floresta cultural exhibe o conceito de gestão da terra, onde produção e conservação sejam compatíveis, onde não há escolha entre seres humanos e natureza, mas sim um processo de inteiração tradicional do homem e ambiente.

**Acessibilidades e capacidades:** A ação extrativista normalmente vinculada à pobreza rural pode ser sustentável se houver oportunidades favoráveis às famílias. Medidas que promovam o acesso a políticas sociais competentes, capazes de capacitar as pessoas do meio rural para serem agentes de mudanças, alterando as regras do jogo e estabelecendo acesso a ativos e atores da esfera Estadual, mercado e sociedade civil são urgentes, pois irão permitir que as famílias melhorem suas condições materiais dando significado ao seu mundo com capacidades de lutar para superar a carência de recursos econômicos e a situação de empobrecimento.

**Equidade das pessoas no meio rural:** O extrativismo sustentável acompanha a simetria da justiça social. Ao abordar a equidade como elemento central da sustentabilidade social e ambiental no meio rural, deve-se esquecer a visão economicista, pautada em fatores de produção e acesso ao mercado, mantendo o foco na melhoria de vida das pessoas que vivem nesses locais quanto a recursos, a oportunidades e a capacidades. Esses apontamentos ponderam a importância de meios de vida adequados e decentes a todos. O extrativismo como recurso é uma ação



sustentável, quando desenvolvido sob o aprimoramento das aptidões e capacidades, por meio de conexões externas e internas a essa realidade.

**Gestão sustentável da floresta:** A floresta deve ser abordada considerando suas funções ambientais, sociais, culturais e econômicas. Essa multifuncionalidade emerge como nova possibilidade de desenvolvimento agrícola e florestal, reconhecendo a cultura familiar, alcançada através da integração das funções ambientais e sócio-econômicas em um único sistema bastante diversificado.

**Abordagem do sociambientalismo nas instituições públicas:** O Estado Democrático de Direito é o exercício da democracia e da participação dos cidadãos de maneira plena e clara, onde o povo é dono do poder político e participa de forma livre de acordo com seus ideais. Os projetos de fomento na área rural devem ter uma abordagem socioambientalista. As ações são caracterizadas pela busca do desenvolvimento não só da sustentabilidade do ecossistema, espécies e processos ecológicos, mas também a da sustentabilidade social e cultural por meio de políticas públicas sociais. O novo paradigma de desenvolvimento proposto pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social e na gestão ambiental.

**Instituições, mecanismo de governança e sinergia:** Para a abordagem do meio de vida rural sustentável é importante conhecer o poder instituído para ser capaz de trabalhar com as comunidades que sofrem de injustiça social e que precisam ser reconhecidas dentro da arena política. Dessa forma, as políticas de fortalecimento dos atores locais passam a ser estratégicas para a constituição de instituições locais que sejam capazes de fortalecer mecanismos de governança. A participação efetiva contribui para elaboração de políticas públicas coerentes com a realidade, promovendo bons resultados no território. As ações devem criar e fortalecer instituições locais que se tornarão ideias-força na elaboração, execução e gestão de políticas públicas. Ou seja, depende da sinergia.

**Promoção da cidadania democrática:** Consiste na conquista da igualdade diante da lei, na igualdade da participação política e na igualdade de condições sócio-econômicas

básicas, para garantir a dignidade humana. Essa igualdade é relevante, pois exige uma meta a ser alcançada, não só por meios de leis, mas pela correta implementação de políticas públicas e de programas de ação do Estado. E é no âmbito do lugar que se inicia o trabalho de participação e que se afirma, como necessidade imperiosa, a organização comunitária para a legítima pressão sobre os poderes públicos. A participação no Estado pela cidadania ativa pode ser exercida principalmente por meio de associações de base e participação em movimentos sociais nacionais e internacionais, em processos decisórios na esfera pública, como nos conselhos gestores da APA de Guaratuba, nos Conselhos de Desenvolvimento Rural e nos orçamentos participativos. Para tanto, necessita-se que a comunidade se organize e compreenda o seu papel como sujeitos da transformação política, econômica, cultural, social e ambiental.

**PFNM, diversidade e viabilidade ecológica:** Ressalta-se que o trabalho com o extrativismo de PFNM precisa estar englobado em uma grande variedade de outros produtos e, portanto, os sistemas de exploração de cada um desses tipos de produtos são particularmente dependentes de específico contexto social, econômico e ecológico. Ou seja, diferentes produtos demandam diferentes tipos de intervenção. E, qualquer intervenção nesse sentido deve ser acompanhada de levantamento mais detalhado das capacidades locais e da identificação e análise de padrões e tendências de mercado, além de estudos mais aprofundados sobre viabilidade ecológica.

Frente ao exposto e com base no estudo desenvolvido, apresentam-se recomendações específicas aos distintos segmentos da sociedade envolvidos diretamente ou indiretamente com a promoção da sustentabilidade de comunidades extrativistas no litoral do Paraná.

RECOMENDAÇÕES	GOVERNO			COMUNIDADE	
	Federal	Estadual	Municipal	Científica	Rural
Fomentar o Polo de agroecologia do Litoral para o desenvolvimento da agricultura sustentável		X	X	X	X
Instituir Programa de regularização fundiária às comunidades caiçaras rurais	X				
Criar e implementar programa governamental que objetive a capacitação de técnicos, para extensão rural e assistência técnica voltadas a floresta como sistema agroflorestal.		X	X		
Implementar o acesso à água potável e a esgoto nas residências das comunidades rurais da APA	X	X			
Viabilizar a Rádio Educação Rural de Guaratuba		X			
Apoiar a formação de cooperativas envolvidas com o cultivo de plantas medicinais nativas			X		
Efetivar programas para organização social a fim de promover o empreendedorismo coletivo de PFNMs e um comércio justo.		X			X
Fomentar programas de economia solidária que auxilie e promova a organização social das famílias camponesas.	X	X			
Promover cursos de treinamento integrados para coletores de PFNMs (semente, cipó, musgo e plantas medicinais)		X	X		
Reconhecer as competências existentes nas comunidades caiçaras e desenvolver programas de incentivos ao neo-extrativismo dos PFNMs		X	X		
Criar cursos para o artesanato com identidade própria a partir de PFNMs		X			
Realizar estudos detalhados sobre a sustentabilidade ecológica dos PFNMs coletados				X	
Alocar recursos existentes (como ICMS-Ecológico do Paraná) para o fortalecimento das comunidades com pessoas dependentes dos PFNMs		X			
Gerar leis e normas adaptativas que reflitam a realidade local (reconhecer a economia camponesa na Mata Atlântica)	X	X			
Suscitar Política Pública de combate à pobreza no meio rural, que atenda às necessidades básicas dos agricultores e pescadores artesanais, priorizando a infraestrutura social familiar e o desenvolvimento comunitário.		X			
Planejar o desenvolvimento produtivo por meio da diversificação da agricultura familiar.		X			
Apoiar o estabelecimento de banco de sementes e viveiro comunitário na APA de Guaratuba - PR			X		
Desenvolver projeto sobre a identidade caiçara nas escolas rurais visando aflorar as dimensões da			X	X	X

identidade, práticas culturais e pertencimento de viver na Mata Atlântica					
Capacitar técnicos em ecossistemas florestais para trabalhar com as comunidades extrativistas		X	X		
Definir competências no registro e fiscalização das atividades que envolvam o extrativismo, cultivo e comércio de plantas nativas e PFNMs (cipó e musgo)		X			
Fomentar a utilização de plantas medicinais nativas como alternativas de cultivo e adicional de renda familiar, especialmente: Guaco, maracujá, chapéu-de-couro, carqueja, pata de vaca, tanchagem					X
Incentivar o desenvolvimento de técnicas e tecnologias sociais para a extração, beneficiamento e qualidade fitossanitária dos PFNMs identificados como sócio-econômico e ecologicamente viável		X			
Criar espaços democráticos para trocas de saberes entre extrativistas e atores governamentais			X		X
Investir na Educação - Ensino fundamental que considere a cultura e identidade das comunidades rurais			X		
Prover programas voltados para educação de Jovens e adultos/ Alfabetização de adultos		X	X		
Estabelecer e efetivar a participação das comunidades rurais nos Conselhos Gestores de ÁPAs através de reuniões itinerantes incluindo todas as comunidades da APA		X		X	X
Estimular plano de manejo comunitário fortalecendo a participação de comunidades caiçaras		X			
Fomentar assistência permanente com serviço de apoio à produção e à qualificação		X			
Promover o mapeamento das famílias extrativistas			X		
Ampliar a possibilidade de acesso ao auxílio bolsa-família			X		
Criar espaços políticos entre comunidades rurais e relações entre extrativistas, atores e instituições para viabilizar ações para os meios de vida rural sustentável			X		X
Capacitar agentes do desenvolvimento local: assistência técnica e ambiental, polícia, articuladores, conselheiros, administradores municipais, buscando despertar a visão socioambientalista sobre as áreas protegidas do Paraná		X	X	X	
Programar metodologias que viabilizem captar demandas de diferentes segmentos da população rural		X	X	X	
Estabelecer a participação das comunidades rurais no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável			X		X
Fomentar a pesquisa - ação - participativa sobre as comunidades rurais com atividades extrativistas no enfoque sociambientalista				X	
Mobilizar a formação de Associação das comunidades rurais em APA para ampliar diálogos, estabelecer alianças regionais e melhorar negociações no desenvolvimento de programas rurais em áreas protegidas		X	X		X

Em síntese, existem muitos benefícios a serem obtidos a partir do extrativismo de PFNMs. No entanto, com relação aos benefícios de emprego, renda e potencial desenvolvimento sustentável, deve-se reconhecer que o extrativismo não se configura como solução definitiva da pobreza rural ou como garantia de uso florestal sustentável. Os PFNMs podem ser úteis nos esforços para reduzir a pobreza. Entretanto, isto deverá ocorrer também através de maior e/ou mais eficiente produção comercial e melhores técnicas de negociação. Adicionalmente, considera-se que a chave para o sucesso de qualquer empreendimento de incentivo de comercialização do extrativismo de PFMN deve prioritariamente considerar os seguintes aspectos:

- Os projetos devem ser delineados sobre a base do comprometimento e da participação comunitária, em todas as suas etapas, da concepção à execução.
- Os sistemas de intervenção devem ser propostos a partir de delineamento interdisciplinar abrangendo as dimensões ecológica, social, institucional, política e de mercado;
  - A produção comercial de PFNMs deve ser integrada com outras atividades econômicas;
  - Existem alguns paradoxos próprios nos quais as condições que favorecem a comercialização efetiva não são encontradas em muitas áreas pobres. Portanto, o processo de comercialização pode apresentar um viés “anti-pobreza”;
  - Outra importante restrição existe fora do setor de PFNMs. Os pobres são pobres porque não têm acesso aos mercados, possuem capital humano insuficiente, capital produtivo insuficiente, instituições fracas e geralmente um fraco poder de barganha. Alguns PFNMs podem oferecer o potencial para a criação de emprego e renda, porém alcançar esse potencial irá exigir investimentos em outras áreas;
  - Os investimentos externos em PFNMs podem ser um bom ponto de partida para melhorar a capacitação e conseguir melhor acesso aos recursos nas comunidades extrativistas. Porém, se restrições externas forem encontradas, as pessoas podem preferir outras atividades em substituição à utilização de PFNMs. Então, tais investimentos devem ser também enfocados no auxílio às pessoas para que encontrem atividades alternativas, do que para continuar a depender unicamente dos PFNMs.
  - A ação extrativista precisa ser uma opção para as populações locais. O extrativismo ocorrerá de maneira sustentável apenas quando as populações locais puderem escolher o extrativismo dentre outras opções. No entanto, quando essas

comunidades rurais encontram-se oprimidas, recebendo pressão ambiental ou sofrendo conflito agrário elas não têm opção de escolha e restringem-se ao extrativismo como única alternativa possível para sua sobrevivência. Dessa forma, a busca de outras opções é uma das prerrogativas para a ação extrativista sustentável sócio-ambientalmente.

## 7. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar entre o setor e o território. Programas, movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial rural. São Paulo, 2005. Disponível em <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay>> Capturado em agosto de 2008.

ADAMS, C. “Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e etnoecologia, 2002.

ADAMS, C. As florestas virgens manejadas. **Bol. Museu Para Emilio Goeldi, Série Antropologia**, n.10, v.1, p 3-20, 1994.

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, n.43, v.1, 2000.

ADAMS, C. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão. **Interciencia**, n. 25, p. 143-150. 2000a.

ADAMS, C. **Caiçaras da Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000b.

ALEXIADES, M. and P. SHANLEY.(org.) **Productos Forestales, Medios de Subsistencia y Conservacion**. Vol 3, America Latina. CIFOR, Indonesia, 2004.

ALIER, J. M.. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007

ALIER, Joan Martínez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.

ANACLETO, A.; ANDREOLLI, V. M.; MURARO, D. ANACLETO, A. F. M. As relações entre extrativismo, justiça social e desenvolvimento sustentável em remanescentes de comunidades caiçaras inseridas em ambientes florestais no litoral sul

do Estado do Paraná. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. 8p. 2007.

ARRIAGADA, I. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. **Revista La CEPAL**, n.85, abril, 2005.

ARRUDA, R. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2 ed. São Paulo: Annablume: Nupaub-USP: Hucitec, 2000

ARRUDA, R. Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente e Sociedade**. V. 2, n. 5, p. 79-92, 2º semestre, 1999.

BALZON, D. R.; SILVA, J. C. G. L.; SANTOS, A. J. Aspectos mercadológicos de produtos florestais não madeireiros – análise retrospectiva - **Revista Floresta**, Curitiba-PR, v.34, n.3, p. 363-371, 2004.

BALZON, D.R. **Avaliação Econômica dos Produtos Florestais Não Madeiráveis na Área de Proteção ambiental – APA de Guaratuba – Paraná**. 176 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal ) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1988.

BARTHOLO, R. **Passagens: ensaios entre a teologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2002

BARTHOLO, R; SOUZA-NETO, B; DELAMARO, M. C. Empreendedorismo à brasileira e alguns pontos cegos dos cânones da recepção da obra de Max Webber: In: **Empreendedorismo além do plano de negócio**. São Paulo: Editora Atlas, 2005

BASSO, D. **Desenvolvimento local e estratégias de reprodução das famílias rurais: abordagens sobre o desenvolvimento rural na região Noroeste do Rio Grande do Sul**. 240 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.



BAZOTTI, A; MARQUES, L.M.; NAZARENO, L,R; VILLA VERDE, V. Agricultores pobres, pobres agricultores: o círculo vicioso da escassez dos meio de produção e da pobreza. XLV **Congresso da SOBER**. 22 a 25 de julho de 2007.

BEBBINGTON, A .Development Alternatives: Practice, Dilemmas and Theory. **The Royal Geographical Society** (with the Institute of British Geographers), 2001.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: A framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, v.27, n.12, pp. 2021-2044, 1999.

BEBBINGTON, A. Estratégias de vida y estrategias de intervención: el capital social y los programas de superación de la pobreza. **CEPAL**. Santiago do Chile: ed. Arraigada, 2005.

BEBBINGTON, A. Organizations and intensifications: small farmer federations, rural livelihoods and agricultural technology in the Andes and Amazonia. **World Development** v.24, n.7, p.1161-1178, 1996.

BEBBINGTON, A. Social movements and the politization of chronic poverty policy. **CPRC Working Paper**, nº 63, august 2006.

BEBBINGTON, A. Where Does Development Success Come From? Explanations and Practical Implications. Paper n. 70, IDPM **Discussion Paper** Series, October 2006,

BEGOSSI, A. Caiçaras, caboclos and natural resources: rrules and scale patterns. **Revista Ambiente & Sociedade** . Ano II, n. 5, p.55-67, 2º semestre de 1999.

BELCHER, B.; RUIZ-PÉREZ, M. and ACHDIAWAN, R. Global patterns and trends in the use and management of NTFPs: implications for livelihoods and conservation. **World Development**, v.33, n.9, p.1435-1452, 2005.

BELCHER, M.B.. What isn't a NTFP? **International forestry review**, v.5, n.2, p.161-168, 2003.

BIANCHINI, V. Estratégias de Desenvolvimento Rural, em: SILVA, J.G. et. al., O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Textos para Discussão, n.2. Brasília: MDA/CNDS/NEAD, 2001.

BIGARELLA, J.J. **Matinho: homem e terra, reminiscências....** 3 ed. Ampl. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política.** 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

BORGES, K H e BRAZ, E M. **Recursos Florestais não madeireiros**, versão preliminar do Workshop “Manejo de recursos não madeireiros – perspectivas para a Amazônia”. Rio Branco, AC, Junho/98.

BORSATTO, R.S. et al. Problemas agrários do litoral paranaense: abordagem histórica. **Scientia Agraria**, Curitiba, v.8, n.4, p.421-430, 2007.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica.** São Paulo: Hucitec, 1987.

BRANDÃO, C. R.; TSIKIOKA, C.G.; CARVALHO, M.C.P; O cerco do verde: o olhar dos outros sobre a questão do ambiente. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 05, July/Dec. 1999.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, Â. D. D. Agricultura e políticas socioambientais rurais. In: RUSCHEINSKY, A.. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

BRANDERBUNG A. Colonos: subserviência e autonomia. In.: **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: Editora UFPR, 1998.

BRASIL, DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC

BRASIL, Lei n. 11.428/2006, 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

BRASIL, LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965. Institui o novo Código Florestal.

BRASIL. Incentivo fiscal lei 5.106/1966. Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 de setembro de 1966. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.htm>. Capturado em 10 de dezembro de 2009.

CAMPOS, M.D. Etnociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas. In.: Seminário de etnobiologia e etnoecologia do Sudeste. Métodos de coletas e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas, 2002, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro, SP, 2002.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. 3 ed. São Paulo: Livraria duas Cidades, 1975.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F.R. **La extensión agrária Del sector público ante los desafíos Del desarrollo sostenible: El caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 517p. Tese (Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN), Universidad de Córdoba, España, 1998.

CARNEIRO, J.M e MALUF, R. **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO, I. M. M. e ALMEIDA, P. H., Família e Proteção social. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.17, n.2, 2003

CARVALHO, I. S. H. & SILVEIRA-JÚNIOR, O. Uma análise do empreendimento FRUTASÃ (Carolina-MA, Brasil) à luz da Economia Solidária. In:III Encontro internacional de Economia Solidária - Relatos de Experiências. 2005,São Paulo, **Anais...** São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol>. Capturado em: 18 de maio de 2008.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: **Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB-USP, 2000.

CATIE. **International Conference on Small and medium Enterprise Development for Poverty Reduction: Opportunities and Challenges in Globalizacion Markets**. Costa Rica: CATIE, 2007.

CECCON-VALENTE, M.F. Subsídios ao uso sustentável da palha - geonoma gamiova Barb.Rodr. **Dissertação** 91f (Mestrado em Agronomia) Programa das Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CHAMBERS, R. **Rural developmente: putting the last first**. London : Longman, 1983

CHAMBERS, R. **Whose reality counts?** Putting the first last. Londres: Intermediate Technology, 1997.

CHAMBERS, R; CONWAY, G. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. Brighton: Institute of Development Studies. **Discussion paper**, 296. p. 29. 1992.

CLEAVER, F. The inequality of social capital and the reproduction of chronic poverty. **World Development**. V. 33, n.6, p.893-906, 2005.

COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

CORONA, H. M. P. **A reprodução social da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interrelações**. Tese (doutorado Meio Ambiente e Desenvolvimento/ MADE) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

DEGEN, R. J. Empreendedorismo: uma filosofia para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. **Revista de ciências da administração**, v. 10, n. 21, p. 11-30, mai/ago, 2008.

DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Referência de desenvolvimento da agricultura familiar da região Sul/Brasil – construção metodológica de uma matriz produtiva sustentável. **Projeto rede Brasil de agricultores gestores de referência da agricultura da região Sul do Brasil**. Deser, Relatório 2003/2004.

DIEGUES, A. C. S. (org). Etnoconservação da Natureza: Enfoques Alternativos. In: **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2 ed. São Paulo: Annablume: Nupaub-USP: Hucitec, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais Conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

DIEGUES, A. C. S. et al. Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais: O Caso das Comunidades Caiçaras. **Documento apresentado na IV Conferência da IUCN**. São José, Costa Rica, 1988.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada**. 4 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo : Ática, 1983

DIEGUES, A.C. Populações humanas na Estação Ecológica Juréia-Itatins. **Serie Documentos e relatórios de pesquisa**, n.2. São Paulo, 2004.

DIEGUES, A.O.; VIANA, V.M. **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2002.

DINIZ, M. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. **Revista Histórica**, n.2, junho de 2005.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n.6, p. 115-137, julho, 1996.

DRUMMOND, J. A. Natureza Rica, Povos Pobres? – Questões Conceituais e Analíticas Sobre o Papel dos Recursos Naturais na Prosperidade Contemporânea. **Ambiente & Sociedade**. Ano 5, n.10, 2002.

DUMORA, C. Viver e sobreviver numa Área de Proteção Ambiental: o caso da pequena agricultura familiar em uma das comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 14, p. 47-67, jul./dez. 2006. Editora UFPR

DURHAM, E. R. As comunidades rurais tradicionais e a migração. In.: **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosal Naify, 2004.

DURSTON, J. **Capital social. Parte del problema, parte de la solución. Su papel em la persistência y la superación de la pobreza em la América Latina y el Caribe**. Documento de Referencia. Santiago Del Chile: CEPAL, 2001.

DURSTON, J. **El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural: diadas, equipos, puentes e escalares**. Santiago do Chile: Nações Unidas, 2002.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ESCOBAR, A. Planejamento. In: **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ESTADES, N.P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.8,p.25-41, jul/dez. 2003.

ESTADO DO PARANÁ - DECRETO Nº 1.234, DE 27 DE MARÇO DE 1992.

ESTEVA, G. **Desenvolvimento**. In: **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

EVANS, P. Para além da “monocultura institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre. 2003. v.5, n.9, p.20-62, jan./jun. 2003.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Productos Florestales no madereros: Possibilidades Futuras. Roma-Italia: **Revista FAO**, 1992.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **Desarrollo de productos forestales no madereros em América Latina y el Caribe**, 2002. Disponível no site: <http://www.fao.org/docrep/t2360s/t2360s0e.htm>. Acesso jan/2008.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). Non-Wood Forest Products For Rural Income and Sustainable Development. **Non Wood Forest Products**. n 7, ROME ITALY, 1995.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FERNANDES, A. et. al. Falhas no governo em oportunidades de aprimoramento de políticas ambientais no Brasil. in: LITTLE, Paul E. org. **Políticas Ambientais no Brasil**: análises, instrumentos e experiências / São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: 2003

FERREIRA, L. C. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998

FERREIRA, M. R.; BERNARDO-ROCHA, E. E. R. Empreendedorismo e políticas públicas: reestruturação e fortalecimento da agricultura familiar. In: EGEPE — ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 2005, Curitiba, **Anais...**Curitiba, 2005

FERREIRA, M.R e NEGRELLE, R. Novas perspectivas para o Desenvolvimento paranaense: As possibilidades da comercialização dos Produtos Florestais Não Madeiráveis pelas comunidades rurais da área de proteção ambiental estadual de Guaratuba. **Anais...** V ECOPAR. Curitiba, 2007.

FERREIRA, M.R, NEGRELLE, R.R.B e ZANATTA, R.A. Uma Compreensão de Educação do Campo que Vincula a Identidade da Escola à Valorização da Vida Camponesa: Práticas Pedagógicas na Escola Municipal Rural de São Joãozinho- APA de Guaratuba-PR. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, 2009.

FILHO, W.M. RPPN S.A.: Uma Estratégia Liberal Paradoxal. *Revista Dossiê Direito Ambiental*. v.5, 2001.

FOLADORI, G. Consumo y producción de cultura: dos enfoques contrapuestos en las ciencias sociales”.**Anales de Antropología**, v.29, 1992.

FOLADORI, G. TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Revista MANA** v.10, n.2, p. 323-348, 2004

FONSECA, I. F. e BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: Entre o Ecologicamente Correto e a Governança Ambiental Fortalecida. **Anais... IV Encontro Nacional da Anppas**. Brasília – DF 4,5 e 6 de junho de 2008

FREIRE, P .**Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Medo e ousadia**: O cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora: UNESP, 2001

FURLAN, S. Â. Florestas Culturais: Manejo Sociocultural, Territorialidades e Sustentabilidade. **AGRÁRIA**, São Paulo, n.3, p. 3-15, 2006.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

GAIGER, L.I Apontamentos sobre a natureza do vínculo solidário na vida econômica. Texto apresentado em: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências



Sociais XXXIX - ENCONTRO ANUAL- GT – SOCIOLOGIA ECONÔMICA, 25 a 29/10/2005 .

GAIGER, L.I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

GAIGER, L.I. A outra racionalidade da economia solidaria: Conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. **Revista Critica de Ciências Sociais**, n.79, dezembro, 2007.

GALLICHIO, E. Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina. In: Jorge Romano e Marta Antunes (orgs.) **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brazil, 2002.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª Edição, Porto Alegre: Artmed, 2006

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.(Col. Questões da Nossa Época, 84).

GONÇALVES, A. Emenda de royalties beneficia PR. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 de Março de 2010. Seção Economia, p.9-10.

GOULART, F. F.; VANDERMEER, J.; PERFECTO, I.; MATTAMACHADO, R. P. Análise agroecológica de dois paradigmas modernos **Rev. Brasileira de Agroecologia**. v.4,n.3, p.76-85, 2009.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Anais...** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

GRUNTOWSKI, A. Análise das ações do Batalhão de Polícia Florestal na proteção da floresta ombrófila densa do Paraná: um estudo de caso do Programa Pró-Atlântica. Monografia (Curso de Pós-Graduação em Manejo e Conservação da Biodiversidade) Faculdade Tuiuti, Curitiba, 2005

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, EMBRAPA. v.14, n.3, set/dez, 1997.

HOMMA, A. K. O. **A Dinâmica do Extrativismo Vegetal na Amazônia**. Belém: CPATU/EMBRAPA, 1990.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia**: limites e oportunidades. Brasília: Editora Embrapa-SPI, 1993.

HOROCHOVSKI, R. Discutindo empoderamento. In: **Movimentos sociais, participação e reconhecimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

IAP. **Plano de Manejo da Área e Proteção Ambiental de Guaratuba**. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/SEMA/IAP/Pro- Mata Atlântica/Paraná, Curitiba, 2006.

IAP. PORTARIA IAP nº 103, DE 04 DE JUNHO DE 2007, prevê a criação do plano de manejo da Área e Proteção Ambiental de Guaratuba. Capturado em [http://www.conselhoapaguaratuba.com.br/Legislacao/Portaria%20IAP\\_103.pdf](http://www.conselhoapaguaratuba.com.br/Legislacao/Portaria%20IAP_103.pdf)

IAP. PORTARIA nº 022, DE 08 DE MARÇO DE 2006. Institui o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. Capturado em [http://www.conselhoapaguaratuba.com.br/Legislacao/Portaria%20IAP\\_022\\_2006.pdf](http://www.conselhoapaguaratuba.com.br/Legislacao/Portaria%20IAP_022_2006.pdf)

ICHIKAWA, E.; SANTOS, L. Apresentando a Grounded Theory. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, 15 f.,2001. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad2001-trabs-apresentados-epa.html>. Acesso em 17 mar. 2008.

JUNKIN, R., DONOVAN, J., STOIAN, D. & Vargas, E. 2005. Organización Empresarial de Pequeños Productores y Productoras – Guía para Facilitadores de las

Etapas Iniciales del Desarrollo Empresarial Rural. **Serie Técnica–Manual Técnico 57, Colección Desarrollo Empresarial Rural 1**. CATIE, Turrialba, Costa Rica

LADIK, D. Cipozeiros em fase final do seu mapeamento situacional. Disponível em<  
<http://redepuxirao.blogspot.com/2010/02/cipozeiros-em-fase-final-de-seu.html>>

Capturado em 08 de janeiro de 2010.

LEACH, M., R. MEARNES and I. SCOONES. Environmental entitlements: a framework for understanding the institutional dynamics of environmental change. **IDS Discussion Paper**, 359. Brighton: IDS, 1997.

LEANDRO, J. A. A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2007, v.27, n.54, p. 261-278.

LISBOA, A.M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **RAE**. Jul/Set. 2005, p. 109 – 115

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, n. 322, 2002.

LITTLE, Paul E. Ambientaismos e Amazônia: encontros e desencontros. In: SAYAGO, Doris *et al.* **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília: Editora UnB, 2004.

LONG, N. e PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In BOOTH, D. **Rethinking Social Development theory, research and practice**. England, Longman Scientific & Technical, 1994.

LOUREIRO, C. F. B. e ALBUQUERQUE, E.C.P.T. Sustentabilidade, exclusão e transformação social: Contribuições à reflexão crítica da Educação Ambiental e da Comunicação no Brasil. In: **Ambiente & Educação**, FURG - Rio Grande do Sul, v. 9, p. 85-104, 2004

MANOR, J. User Committees: A Potentially Damaging Second wave of Decentralization?. **The European Journal of Development Research**. v. 16, n.1, 2004.

MARCÍLIO, M. L. **Caçara: terra e população**. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo : Edições Paulinas/CEDHAL, 1986

MARSHALL, E e CHANDRASEKHARAN, C. **Non-Farm income from non-wood forest products**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations/FAO, 2009.

MARSHALL, E., SCHRECKENBERG, K. e NEWTON, A.C (Org). **Comercialización de productos Forestales No Maderables: Factores que influyen en el Exito. Conclusiones Del estudio de México e Bolivia e implicancias Políticas para los tomadores de Decisión**. Centro Mundial de Vigilancia y La Conservación Del PNUMA, Cambridge, Reino Unido, 2006.

MARTINS, Saul. **Contribuição ao estudo científico do Artesanato**. Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1973.

MATA ATLÂNTICA, Mata atlântica no Brasil. Disponível em: <[www.mataatlantica.org.br](http://www.mataatlantica.org.br)> Capturado em 18 de outubro de 2005.

MATURANA, R.H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

MAX-NEEF, M. **Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y reflexiones**. Montevideo: Nordan Comunidad, REDES, 1993.

MAX-NEEF, M. **Economía descalza: señales el mundo invisible**. Estocolmo, Buenos Aires, Montevideo: Editorial Nordan Comunidad, 1986.

McNELLY, J. e SCHERR, S. **Ecoagricultura: Alimentação do mundo e biodiversidade**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de historia oral**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MICHON, G. **Domesticating forests: how farmers manage forest resources.** IRD/ CIFOR/ ICRAF, Bogor, Indonesia, 2005.

MINAYO, M.C.S (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA//Ministério do Meio Ambiente/ MMA/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome /MDS. **Seminário Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis.** Curitiba, 2007.

MORAN, E. e OSTROM, E. **Ecosistemas florestais; Interações Homem e ambiente.** São Paulo: Editora SENAC: Edusp, 2009.

MORGAN, D. **Focus group as qualitative research.** Qualitative Research Methods Series.16. London: Sage Publications, 1997.

MOSCOVICI, S. **Sociedade contra Natureza.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

MOURA, M. M. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.

NEGRELLE, R. R.B. , LIMA, R.E. **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná: subsídios à ação.** Curitiba: NIMAD/UFPR, 2002.

NEGRELLE, R.B.B e FORNAZZI, KRC. Estudo etnobotânico em duas comunidades rurais (Limeira e Ribeirão Grande) de Guaratuba (Paraná-Brasil). **Rev. Bras. Plantas Medicinais**, Botucatu, v.9, n.2 p.36-54, 2007.

NEPSTAD, D. C.; SCHWARZMAN S. (Eds). **Non-timber products from tropical forests: evaluation of a conservation and development strategy.** New York: New York Botanical Garden, 1992.

NEUMANN, R.P e HIRSCH, E. **Commercialisation of Non-Timber Forest Products: Review and Analysis of research.** Indonesia: CIFOR, 2000.

NOGUEIRA, A. S.; SANTOS, A. J.; BITTENCOURT, A. M.; BALZON, D. R. ; PAULA, F. S. Aspectos produtivos e econômicos da cadeia produtiva do cipó-preto no litoral paranaense. **Floresta**, Curitiba, PR, v. 36, n. 3, p. 343-348, set./dez. 2006

NOGUEIRA, F.A. Continuidade e Descontinuidade administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. São Paulo, 2006, **Dissertação** (Mestrado em Administração Pública e Governo) Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo.

OSTROM, E. A Behavioral Approach to the Rational Choice Theory of Collective Action **American Political Sciences Review**, v. 92, n 1, p. 1-22. 1998,

OSTROM, E. **Crafting Institutions for self-governing irrigation systems**. San Francisco, California : ICS Press – Institute for contemporary studies, 1992.

OSTROM, E. **Governing the commons**. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E.; TUCKER, C. Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: MORAN, Emilio; OSTROM, Elinor (Org.). **Ecossistemas florestais: interações homem-ambiente**. São Paulo: Editora SENAC; Edusp, 2009. p.109-138.

PARANA, S. **Chorografia do Paraná**. Curitiba: Typ.da Livraria Economica,1899.

PINHEIRO, C.U.B Extrativismo, cultivo e privatização do Jaborandi (*Pilocarpus microphyllus stapf ex holm.;Rutaceae*) no **Maranhão, Brasil**. **Revista Acta Bot.Bras.** n.16,v.2, p. 141-150, 2002

PINHEIRO, C.U.B, A palmeira babaçu (*Orbignya phalerata Martius*) e sua exploração nas regiões dos cocais, Maranhão, nordeste do Brasil.In: **Productos Forestales, Medios de subsistencia y conservacion: Estudios de caso sobre sistemas de manejo de Productos Forestales No Maderables**. Vol.3. America Latina. CIFOR, 2004.

PLOEG, Jan D.V.D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van der. & SACCOMANDI, Vito. On the Impact of Endogenous Development in Agriculture. In: VAN DER PLOEG, Jean Douwe and DIJK, Gerrit Van. **Beyond Modernization: The impact of endogenous rural development**. Assen (The Netherlands): Royal Van Gorcum, 1995.

PLOEG, Jan.D,V.D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**, 9ª edição, Editora Campus, Rio de Janeiro, 2000.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M e AMADO, J (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996

PORTES, A e LANDOLT, P. The downside of social capital. **In: The American Prospect**. n.26, mai./jun, 1996.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Italia moderna. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

REGO, J. F., Amazônia: do Extrativismo ao Neoextrativismo, **Ciência Hoje**, v.25 n. 147, mar/1999.

RESERVA DO BIOSFERA MATA ATLANTICA. Populações tradicionais. 2007. Disponível em:< [http://www.rbma.org.br/anuario/mata\\_05\\_populacao.asp](http://www.rbma.org.br/anuario/mata_05_populacao.asp)> Capturado em 08 de novembro de 2008.

RIBEIRO, K. O. **Ação coletiva, conselho consultivo e gestão**: um estudo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira. 119 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2005.

RIPLEY, R. B. Stages of the Policy Process. In: MCCOOL, Daniel C. (org). **Public Policy, Theories, Models, and Concepts**: An Anthology. Upper Saddler River, NJ: Prentice Hall, 1995. p. 157-162.

ROCHA, J. M. A **sustentabilidade desfocada**: A lógica das Políticas de Desenvolvimento para Áreas de Proteção Ambiental –APAs- O caso Guaraqueçaba. 196f. Tese (Doutorado e, Meio ambiente e Desenvolvimento) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004

RODRIGUES, A. S.; TOMMASINO, H.; FOLADORI, G.; GREGORCZUK, A.É. É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica a partir do estudo de caso em uma Área de proteção Ambiental no litoral sul do Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, v 5, n 2 ago/dez 2002 - vol. VI - n 1 jan/jun 2003.

ROS-TONEN, M.A.F.; WIERSUM, K.F. The importance of non-timber forest products for forest based rural livelihoods: an evolving research agenda. In: GTZ/CIFOR **International conference on livelihoods and biodiversity**, 2003, Bonn. p. 2-20.

SABOURIN E. A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica. *Jornal do MAUSS*, 2007. Disponível em <[http://www.jornaldomauss.org/extra/2007\\_11\\_21\\_16\\_48\\_04\\_sabourin\\_mr\\_sbs\\_2007.pdf](http://www.jornaldomauss.org/extra/2007_11_21_16_48_04_sabourin_mr_sbs_2007.pdf)> Capturado em junho de 2008.

SABOURIN, E. **Aprendizagem coletiva e construção social do saber local**: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, n.16, abril 2001, p, 37-61.

SABOURIN, E. P. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste Semi-árido. *Antropolítica* (UFF), Niterói, v. 8, p. 41-58, 2000.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, n.3, p. 715- 751. set./dez.2007.

SABOURIN, E. **Será que existem camponeses no Brasil?** In: 47º Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural), 2009, Porto Alegre, Brasil. Anais... Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-19.



SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho:** Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007

SAMPAIO, **O tupi na geografia nacional.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1987.

SANCHES, R. A. **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins:** Litoral Sul de São Paulo. São Paulo: Editora Annablume;FAPESP. São Paulo, 2004

SANJEK, R. Ethnography. In: **Encyclopedia of social and cultural antropology.** Londres: Routhedge, 1996.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e Novos Direitos.** São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, B.S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, junho de 1997.

SANTOS, B.S. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B.S. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, B.S. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, G. F. Negócios sustentáveis e desenvolvimento: uma relação de causa e efeito. In: **Empreendedorismo em negócios sustentáveis:** Plano de Negócios como

ferramenta do desenvolvimento. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB- Instituto Internacional de educação do Brasil, 2005a.

SANTOS, J.A.; BARRETO, R. Agricultoras descobrem nova forma de gerar renda e garantir uma alimentação segura. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 2005.

SANTOS, JR, SJ, TUNES, G. BARTHOLO JR, RS. Natureza, Enraizamento e Desenvolvimento Situado: Por um Mundo com Terra. **Anais...III Encontro da ANPPAS**, 23 a 26 de Maio de 2006, Brasília – DF.

SANTOS, M . O dinheiro e o território. **Revista GEOgraphia**, Ano. 1, n.01, 1999.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SARAIVA, N e SAWYER, D. Análise do potencial econômico e socioambiental do artesanato do buriti em comunidades tradicionais nos lençóis maranhenses, 2007. Disponível no site: [http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii\\_en/mesa2/trabalhos/analise\\_do\\_potencial\\_economico.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa2/trabalhos/analise_do_potencial_economico.pdf). Capturado em 20.03.2008.

SCHMINK, M. and WOOD, C.H. **Contested Frontiers in Amazonia**. Columbia University Press, New York ,1992.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2003, v.18, n.51, pp. 99-122.

SCHRECKENBERG,K e MARSHALL, E.**Los PFNM y las Mujeres. Mejora an el ingreso y la posicion social? Comercialización de productos Forestales No Maderables: Factores que influyen en el Exito**. Conclusiones Del estudio de México e Bolivia e implicâncias Políticas para os tomadores de Decisión. Cento Mundial de Vigilancia e La Conservación Del PNUMA, Cambridge, Reino Unido, 2006.

SCOONES, I. Livelihoods perspectives and rural development. **Journal of Peasant Studies**, V. 36, n.1, January 2009.

SCOONES, I. New Ecology and the Social Sciences: What prospects for a fruitful engagement? Annu. **Rev. Anthropol.** n.28, p, 479-507, 1999.

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. **IDS working paper**, Brighton.(UK), n. 72, p. 1-22, 1998.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENA, P.S. A construção histórica de um modelo insustentável de uso do ecossistema tropical brasileiro. **Revista janus**, lorena, ano 1, n 1, 2º semestre de 2004.

SERVA, M & JÚNIOR, J.P. “Observação participante e pesquisa em administração - uma postura antropológica” (“Observation participante et recherche en administration - une approche anthropologique”). In: **Revista de administração de empresas**, São Paulo, FGV, v.35, n. 1, p. 64-79, mai-jun.1995

SEVILLA GUZMÁN, E. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1997.

SEVILLA GUZMÁN. E. CALVO A. L **Agroecologia y campesinado**: reflexiones teóricas sobre las ciencias. agrarias ante la crisis ecológica. 1994. Disponível no site: [http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero\\_articulo?](http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?) Capturado em 20.03.2008.

SEVILLA-GUZMAN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan/mar. 2001.

SEVILLA-GUZMAN,E. Redescubriendo a Chayanov: hacia un neopopulismo ecológico. **Revista Agricultura y Sociedad**, n. 55 p. 201-237,Abril-Junio, 1990.

SINGER, P. **Aprender economia**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA –

SNUC: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, 2000. 32 p.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA. Disponível em: <[http://www.sbs.org.br/area\\_plantada.htm](http://www.sbs.org.br/area_plantada.htm)>. Acesso em : 1º ago.2009

SONDA, C. **Comunidades Rurais Tradicionais da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba:** Caracterização Sócio-econômica e utilização dos recursos vegetais silvestres. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

SOUZA NETO, B. **Contribuição e elementos para um metamodelo empreendedor brasileiro:** o empreendedorismo de necessidade do "virador". São Paulo: Editora Blucher Acadêmico, 2008.

SOUZA, C. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.7,n.3, p. 431-442, 2002

SOUZA, C.R. **Agricultura familiar, políticas ambientais e a recomposição dos espaços rurais na região metropolitana de Curitiba.** Tese (Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Universidade Federal do Paraná, UFPR. Curitiba, 2006.

STOIAN, D e DONOVAN, J. Capacidades empresariales para El desarrollo de empresas forestales comunitárias. In: SABOGAL, C; et al. **Manejo forestal comunitário em América Latina:** experiências, lecciones aprendidas y retos para el futuro. Bogor, Indonésia. Centro para la investigación Forestal (CIFOR), 2008.

STRAUSS, A; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa:** técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em Unidade de Conservação: A “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.20, n.59, p.51-66, out., 2005.

TOMMASINO, H. **Insustentabilidade ou sustentabilidade "ponte":** análise da produção animal no município (APA) de Guaraqueçaba. 257 p. Tese. (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

VALENTE, T. P. **Subsídios ao uso sustentável do cipó-preto raízes de *Philodendron corcovadense* Kunth (Araceae).** Dissertação (Mestrado em Agronomia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo:** guia prático DRP. Brasília: MDA / Secretaria da agricultura familiar, 2007.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

VIANA, V. M. Envolvimento sustentável e Conservação das Florestas brasileiras. In: **Comunidades Tradicionais e Manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica:** Coletânea de textos apresentados no Seminário alternativas de manejo sustentável de recursos naturais do Vale do Ribeira, realizado de 15 a 19 de Junho de 1999. 2 ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB:CEC, 2000.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas:** populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

VILLAYERDE. V. Territórios, ruralidade e desenvolvimento. Curitiba: **Revista IPARDES**, fev. 2004

WEIL, S. **O enraizamento.** Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

WHITE, S. The concept of participatio: transdorming rethoric to reality. In: WHITE, S, SADANANDAN, N. e ASCROFT, J. **Participatory communication:** working for change and desenvolvimento. New Delhi: Sage, 1994.

WOLF, E. Tipos de campesinato latino americano: uma discussão preliminar. In.: **Antropologia e poder.** Brasília. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANINI, João Batista; KIYOTA, Norma. Parcerias: potencialidades e entraves para o desenvolvimento do Pólo de Agroecologia do Litoral Paranaense. In: **Anais do Seminário de Encerramento do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural**. Pato Branco: CEPAD/CEFET-Unid. Pato Branco. 2003, p. 85-11

ZANONI, M.; FERREIRA, A. D.; MIGUEL, L. A.; FLORIANI, D.; CANALI, N. & RAYNAUT, C. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em APAs. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza**. Curitiba: UFPR, n.2, 39-55, 2000.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. Textos selecionados e traduzidos por Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

## APÊNDICE A

**Roteiro com elementos baseados no meio de vida rural sustentável para entrevista na unidade familiar com atividade extrativista na comunidade de São Joãozinho - Guaratuba-PR.** (inspirado em Chambers e Conway, 1992; Bebbington, 1998 e Scoones, 1999).

### 1) CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE E ATIVOS

Quantidade de homens/mulheres e idade média por sexo;  
 Grau de escolaridade / média por idade;  
 Habilidades; Origem dos membros da família;  
 Média de residentes por unidade familiar; Autodenominação;

#### **Ativo do capital humano**

Quantos anos o senhor (a) e sua família estudaram?  
 Quantas famílias já receberam instrução sobre o melhor uso dos produtos florestais não madeiráveis – PFNM?  
 Onde as famílias buscam informações para melhorar seu meio de vida?  
 Como as famílias recebem notícias da prefeitura de Guaratuba?  
 Situação em relação ao seu trabalho;  
 Qual a situação da saúde de sua família?  
 Satisfação com o lugar onde mora; Satisfação em relação ao estilo de vida, viver no campo: Gosta ou não?  
 Percepção em relação à floresta, sente-se como? Integrado, como parte, como alguém que está no lugar inadequado?

#### **Ativo do capital natural**

Condições de posse de terras das famílias entrevistadas;  
 Tamanho das propriedades e situação fundiária;  
 Local de coleta de PFNMs; Material coletado na floresta;  
 Número de meses (média entre famílias entrevistadas) da coleta dos produtos;  
 Média de tempo gasto em atividades na unidade familiar (extrativismo, pesca, agricultura);  
 Situação do acesso ao PFNM (fácil/difícil);  
 Produto cultivado (mandioca, feijão, abacaxi...) por produto;  
 Fonte de renda das famílias entrevistadas (por atividade);  
 Atividade da produção vegetal - 2008/2009 (ano agrícola);  
 Destino da produção;  
 Famílias que possuem horta e/ou pomar;  
 Quais os produtos que deixaram de ser cultivados (itens); Qual o motivo?

#### **Ativo do Capital social**

Sua família pode contar com a ajuda de vizinhos?  
 Sua família se reúne com outras para conversar sobre a comunidade/trabalho  
 Recebe visita de técnicos da prefeitura, EMATER, ONGs, etc.?  
 Existe alguma associação ou cooperativa na comunidade?

A comunidade realiza guaju/mutirão? Sua família já participou de guaju/mutirão?  
 Você deixaria seu filho aos cuidados de um vizinho? Interação entre comunidades;  
 Reivindicação familiar por direitos;

### **Ativo do Capital Produzido**

Como são os serviços públicos de:  
 Saúde ;Educação ;Telefone público ;Estrada;Transporte  
 Meio de transporte utilizado pela comunidade (barco, bicicleta, carro próprio, ônibus,  
 Caracterização da moradia;  
 Considera sua casa segura? Água encanada dentro da residência?  
 Banheiro (interno, externo); Energia elétrica ;  
 Já precisou de empréstimo financeiro  
 Onde busca esses empréstimos? (banco, vizinho/amigo, família)  
 Como é o acesso ao crédito para produção? (fácil, difícil, nunca procurou)  
 Existe alguma reserva financeira na família? (sim, não)  
 Recebe recursos de filhos que moram fora? (sim, não)  
 Famílias que recebem auxílio do governo (aposentadoria, bolsa família);  
 Destino da renda (roupas, mercado, etc.);  
 Onde a família adquire seus mantimentos e insumos? (Guaratuba, comunidade...)  
 Para quem é vendida a produção? ( cooperativa, intermediário, associação/armazém da comunidade)  
 O dinheiro que sua família recebe é suficiente para as despesas mensais?

## **2) ESTRATÉGIAS DE VIDA (DIVERSIFICAÇÃO, MIGRAÇÃO, GÊNERO E ACESSO)**

Como é a divisão de trabalho na família?  
 Porque a opção de trabalhar com extrativismo?  
 Essa atividade extrativista vem aumentando/intensificando-se nos últimos anos ou esta igual?  
 Oscilação de renda da família;  
 Quantidade de intermediários envolvidos na compra dos produtos;  
 Valor mensal proporcionado pelo extrativismo e o trabalho manual para a unidade familiar (em média);  
 A produção e a pesca estão incluídas no orçamento familiar?  
 Sua família consegue diversificar a produção ou suas atividades?  
 Migração dos filhos;  
 Acesso a informações e direitos sociais  
 Percepção sobre a forma de ganhar a vida e as alternativas possíveis para melhorar a qualidade de vida.

## **3) RETORNO E CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE EM RELAÇÃO À ATIVIDADE EXTRATIVISTA**

Essas fontes de comercialização são seguras?  
 Periodicidade de entrada de renda;  
 Oscilação de renda da família;  
 Tempo de dedicação ao extrativismo;  
 Tempo de dedicação ao trabalho manual de tecer cipó;  
 Quantas pessoas da família estão envolvidas neste trabalho?  
 Como a família considera a relação com o intermediário?  
 Forma de pagamento em relação às encomendas do PFMN;  
 Quantidade de intermediários envolvidos na compra dos produtos;  
 Além dos intermediários envolvidos na compra desses produtos, existem outros?  
 Autonomia do tempo nos trabalhos da unidade familiar;  
 Expectativas em relação ao futuro com a atividade;



## APÊNDICE B

Papel do Estado e as políticas públicas para as comunidades extrativistas, alguns elementos para a seleção da amostra para entrevista (n=19)

Quem gera as políticas	Programas/Políticas existentes	Quem operacionaliza	Atores pesquisados no âmbito, municipal, estadual e federal.
Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)	ICMS- Ecológico - O Estado do PR repassa aos municípios recursos referentes a Áreas Protegidas (unidades de Conservação).	IAP - Instituto Ambiental do Paraná	1 – IAP Curitiba 2 - Comunidades rurais em UC./Litoral
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	Agroindústria Familiar - Este programa apóia a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar; Atua por meio do beneficiamento, Integra a agroindústria familiar ao mercado consumidor; Integra o Turismo e Artesanato Rural com a Agroindústria Familiar.	SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento EMATER -	3- Âmbito Local Sec. Agricultura 4- Meio Ambiente de Guaratuba 5- Sec. da Cultura e educação 6- EMATER – Curitiba
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA	Projeto Paraná Biodiversidade - objetivo principal é recuperar a biodiversidade nos corredores Araucária, Iguaçu- Paraná e Caiuá, escolhidos pela importância estratégica de remanescentes de ecossistemas originais do Paraná, localizados principalmente em Unidades de Conservação.	- Assessoria de Educação Ambiental da SEMA	7 – Representante da SEMA 8 – Representante do Projeto Paraná Biodiversidade
Ministério do Desenvolvimento Agrário – Estado do Paraná (SEAB)	Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/09 - Pronaf Floresta / PAA/ Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar	SEAB/ EMATER	9 – Emater Local
O Estado do Paraná a partir da Lei Federal  No PPA o MMA tem uma <i>política ambiental integrada</i> calcada em quatro diretrizes: a promoção do desenvolvimento sustentável; a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas, a chamada transversalidade; a participação e	Política Nacional do Meio Ambiente  Sistema Nacional de Unidades de Conservação  PPA- 2008-211 – MMA – enfoque sócio-ambiental com transversalidade	(IBAMA/IAP) Responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental; Prefeitura/Secr. Meio Ambiente .	10– IAP (Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas) - DIBAP  11- Polícia Florestal  12- IBAMA 13 - Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMbio)

Quem gera as políticas	Programas/Políticas existentes	Quem operacionaliza	Atores pesquisados no âmbito, municipal, estadual e federal.
controle social;			
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA	Plano de Manejo da APA	IAP/Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas	14 - Representante do Conselho Gestor da APA em Guaratuba;
Programas Nacionais e estaduais de execução nos Municípios	- O programa Bolsa Família (SETP) - Programa “Leite das Crianças” - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil _ A <a href="#">Lei nº 11.947/2009</a> – Compra de merenda escolar de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais	Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos (Paraná) Guaratuba Secretária Municipal do Bem Estar Social, Pesca e Agricultura; Sec. do Meio Ambiente.	15 - Secretaria Municipal do Bem Estar Social, 16 – Superintendência da Pesca
Federal - Ministério do Desenvolvimento Agrário	Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Superintendência do MDA em Curitiba</li> </ul>	17 - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário DFDA/PR
Federal e Estadual	Pesquisa para sistemas agroflorestais e PFNMs	<ul style="list-style-type: none"> <li>IAPAR</li> <li>EMBRAPA</li> </ul>	18 – pesquisador federal em Curitiba; 19 – Pesquisador Estadual em Curitiba

Quadro geral dos principais atores da Política Ambiental relacionado a Florestas e comunidades extrativistas do Brasil

MERCADO	ESTADO	Instrumentos\ Programas\Regulamentos	SOCIEDADE
Nacional/Internacional	Federal	Federal	Políticos
- Bancos e fundos (BIRDD,BID,GEF) - Agencias de cooperação (JICA,GTZ) - Programa da ONU – (PNUMA, PNUD) -Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	- Ministério do Meio Ambiente (órgão executor: IBAMA; Órgão consultivo: CONAMA, SISNAMA) -Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA) Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) -Ministério do Desenvolvimento Agrário	- Constituição Federal -Código Florestal _Política Nacional do Meio Ambiente, - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei 9.985/2000) Decreto 4.340 de 22.08/2002 - Programa Nacional de Florestas <ul style="list-style-type: none"> <li>Programa Piloto para a Proteção das</li> </ul>	- Movimentos sociais Ecológico, moradores, trabalhadores - Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) -Fórum brasileiro de Organizações Não Governamentais e

MERCADO	ESTADO	Instrumentos\ Programas\Regulamentos	SOCIEDADE
Nacional/Internacional	Federal	Federal	Políticos
	_Ministério da educação -Ministério da Saúde (Funasa) - Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Relações exteriores (ABC, SAE- Zoneamento Ecológico) -Secretaria de Assuntos Estratégicos	Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) • Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor) • Crédito para manejo comunitário • PropFlora –plantio de florestas • Pronaf Florestal – destinado a famílias extrativistas - Comissão Nacional de Biodiversidade – <b>Conabio</b> (diretrizes para conservação e fortalecimento das comunidades extrativistas) - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS) - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; - Programa de Apoio à Comercialização de Produtos do Extrativismo (PAE). - Programa -PGPM -Política de Garantia de Preços Mínimos a famílias extrativistas;	Movimentos sociais para o meio ambiente e Desenvolvimento - ONGs - Partidos Políticos - Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) - organizações das comunidades tradicionais e dos trabalhadores e trabalhadores extrativistas e da agricultura familiar. - Centro nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) -Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação
Empresas	Estadual		Corporativos/Associações
- Multinacionais, Nacionais, Locais -Orgãos de classe: ABIQUIM, FIRJAM, FIEP -Consultoras  Estaduais (Energia, petróleo, aço, mineração)  Concessionárias de serviços públicos	- Poder executivo  Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) * Instituto Ambiental do Paraná, *Diretor da Biodiversidade das Áreas Protegidas;*Gerente da APA de Guaratuba  Secretarias de Gestão  Secretarias de Desenv. estratégico e social; Secretaria da Agricultura e do Abastecimento – SEAB	- Lei Complementar Estadual n.º 59/1991, ICMS Ecológico no Paraná - Plano de Manejo da APA de Guaratuba - Programa Proteção da Mata Atlântica - <b>SEUC (sistema estadual de unidades de conservação)</b> - Decreto Nº 1529 - 02/10/2007: Dispõe sobre o Estatuto Estadual de Apoio à Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas no Estado do Paraná- RPPN... -- O programa Bolsa Família (SETP) - Programa “Leite das Crianças” _ A <a href="#">Lei nº 11.947/2009</a> –Compra de merenda escolar de produtos da agricultura familiar e do	_ Associações Funcionais _Sindicatos -Conselhos (CREA, OAB, ABI) - Entidades -Conselhos Gestores das APAs e Parques -ONGs -Associações -GTZ

MERCADO	ESTADO	Instrumentos\ Programas\Regulamentos	SOCIEDADE
Nacional/Internacional	Federal	Federal	Políticos
Serviço Florestal Brasileiro  SEBRAE	Secretaria de Trabalho, emprego e promoção social - SETP -Poder Legislativo  Comissão de meio ambiente da Assembléia legislativa; Poder Judiciário  Procuradoria; Secretarias sociais	empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais;	
	Municipal		Técnicos
	- Prefeituras <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria do Meio Ambiente</li> <li>• Secretaria da Agricultura</li> <li>• Secretaria do Bem estar social</li> </ul>	Prefeituras Municipais fomentam a criação das unidades de conservação por proprietários rurais para a formação de RPPN.	- Universidades  Pesquisa, ensino e extensão. - Comunicação/mídia - Associações comunitárias

## APÊNDICE C



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**Pós-Graduação em Agronomia**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Convido para participar da pesquisa de doutorado das Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná referente às **COMUNIDADES RURAIS QUE DESENVOLVEM ATIVIDADES EXTRATIVISTAS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARATUBA – PR**, desenvolvida sob a orientação da Profª Raquel R.B.Negrelle. A seleção de seu nome para participar da entrevista ocorreu por ser considerado um ator governamental e estar relacionado à temática da pesquisa. Sua participação nesta pesquisa consistirá somente em responder uma entrevista de 10 perguntas acerca dos temas: políticas públicas, leis ambientais e comunidades rurais que desenvolvem atividades extrativistas em Unidade de Conservação de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental – APA). Os benefícios relacionados com a sua participação são: a contribuição para os estudos envolvendo a situação atual; as perspectivas das famílias rurais residentes na APA e, conseqüentemente, a busca de propostas para a melhoria da qualidade de vida no meio rural; assim como, novas reflexões sobre a realidade do meio de vida dessas famílias que vivem na floresta Atlântica.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Você receberá uma cópia deste termo, no qual consta o telefone e o endereço da pesquisadora de campo, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

#### DADOS DOS PESQUISADORES

Profª. Dra. Raquel R.B. Negrelle UFPR/Laboratório Oikos de pesquisa ecológica/  
 Orientadora do Projeto de pesquisa nas Ciências Agrárias.

Profª. Marcia Regina Ferreira/ Laboratório Oikos e UFPR Litoral/ Orientanda do Projeto de pesquisa de doutorado das Ciências Agrárias (Pós- graduação UFPR).

---

Assinatura da pesquisadora de campo: Márcia Regina Ferreira

**UFPR/ SETOR CIÊNCIAS AGRARIAS** /Programa de Pós-graduação em Agronomia -  
 Linha de Pesquisa: Produção vegetal e Sistema integrado – Curitiba – Pr. Telefones:  
 (41) 3473.4031; (41) 9683.1987

Declaro que entendi os objetivos, assim como os benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Curitiba, de novembro de 2009.

---

Assinatura do participante

## APÊNDICE D

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Pesquisa de doutorado nas Ciências Agrárias da UFPR – Comunidades rurais com atividades extrativistas (Produtos Florestais não madeiráveis – PFNM) em Área de Proteção Ambiental. Doutoranda: Márcia Regina Ferreira/ Orientadora: Profa. Dra. Raquel R.B. Negrelle..

1) Quando eu falo em comunidade rural extrativista no litoral do Paraná. O que vem em sua mente?

2) As políticas públicas existentes em relação a comunidades que vivem na floresta são eficientes. Ou seja, atendem as demandas dessas comunidades.

*Concorda Fortemente ( ), Concorda Medianamente( ) Indeciso ( ), Discorda Medianamente ( ), Discorda Fortemente ( ).*

3) As leis ambientais favorecem as atividades de agricultura familiar nas Áreas de Proteção Ambiental (categoria uso sustentável).

*Concorda Fortemente ( ), Concorda Medianamente( ) Indeciso ( ), Discorda Medianamente ( ), Discorda Fortemente ( ).*

4) A criação dessas Unidades de Conservação de uso sustentável (APA) melhorou a situação das comunidades centenárias (posseiro-lavradores/pescadores/extrativistas) que vivem na Floresta Atlântica.

*Concorda Fortemente ( ), Concorda Medianamente( ) Indeciso ( ), Discorda Medianamente ( ), Discorda Fortemente ( ).*

5) Existem programas (estadual e federal) que incentivam a manutenção das comunidades caixaras rurais em Unidades de Conservação como as APAs.  
*Concorda Fortemente ( ), Concorda Medianamente( ), Indeciso ( ), Discorda Medianamente ( ), Discorda Fortemente ( )*

5.a) Se concorda, qual?

5.1) Específica para âmbito local – A Prefeitura recebe algum repasse financeiro por ter unidade de conservação? Se positivo, especifique valor repassado e instituição:\_\_\_\_\_

6) Após a criação das UCs (especificamente a de uso sustentável- APA) têm ocorrido investimentos públicos e privados que viabilizem a sua finalidade.

*Concorda Fortemente ( ), Concorda Medianamente( ), Indeciso ( ), Discorda Medianamente ( ), Discorda Fortemente ( ).*

7) Em sua opinião, qual tem sido o papel do governo federal/estadual na revisão/aprovação/ fiscalização das UC de uso sustentável

8) Em seu ponto de vista, como as ações dos governos afetam as condições de vida das comunidades extrativistas?

9) Em ordem de importância cite três pontos que dificultam que as Políticas públicas formuladas cheguem às comunidades rurais da Floresta?

10) Em ordem de importância, cite três razões que justifiquem a existência e permanência das comunidades rurais na floresta Atlântica.